



REABILITAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE PERRE
ESPAÇO COMUNITÁRIO
I | INVESTIGAÇÃO NO ÂMBITO DO PROJETO

VANESSA CHIVARRIA PÓVOA

ORIENTADORA | PROF. DOUTORA ARQ. MÓNICA ALCINDOR
CO-ORIENTADOR | PROF. ESPECIALISTA ARQ. RUI CORREIA

PREÂMBULO

Este volume abrange toda a investigação no âmbito da presente dissertação de projeto, para a obtenção do Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo na Escola Superior Gallaecia.

Esta dissertação aborda o tema do património arquitetónico do século XX, com foco nas obras arquitetónicas existentes no espaço da Escola Primária de Perre, que por sua vez já tem previsto pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, a sua reabilitação com uma vertente expositiva para o património arqueológico e sede de junta de freguesia.

Dada a problemática real, a investigação procura realçar a importância deste património arquitetónico, identificando os valores associados que consequentemente permitiram definir a intervenção de reabilitação da Escola Primária de Perre, para um Espaço Comunitário.

AGRADECIMENTOS

Apesar de todas as adversidades concluo um dos meus objetivos. Agradeço esta etapa especialmente à minha avó, que no seu último desejo queria que eu ingressa-se no ensino superior, no curso que admiro.

Agradeço particularmente a toda a minha família, que esteve sempre comigo e me demonstrou que esta fase também era importante para eles, apoiando-me e motivando-me nos piores dias. Agradeço especialmente ao meu namorado Ivo, que me ajudou nas etapas mais trabalhosas do curso.

Agradeço aos meus amigos dos “portugueses pequenos”. Ao José, Patrícia, Bruno, Estéfano e Hugo, que proporcionaram nestes sete anos de curso, o companheirismo, a amizade e a animação constante e indispensável. Inclusive, agradeço em especial ao João que é a “minha pessoa”, sem ele o curso não teria corrido tão bem.

Agradeço a todos os docentes e colaboradores da Escola Superior Gallaecia que me acompanharam nas melhores e piores fases desta passagem académica, Especialmente aos meus orientadores: Professora Doutora Mónica Alcindor, pela sua disponibilidade, dedicação e principalmente pela motivação e força incondicional nos meus piores momentos, assim como ao Mestre Arquiteto Rui Correia, também pela sua disponibilidade e dedicação, principalmente pela paciência nas orientações de projeto. Por fim à Professora Doutora Goreti Sousa pela sua disponibilidade para corrigir o “meu português”.

Agradeço a todas as entidades que me ajudaram com todo o gosto, preocupação e disponibilidade, nomeadamente à Arquiteta Marta Monteiro, da Divisão de Projeto do Departamento de Obras Públicas e Conservação da Câmara Municipal de Viana do Castelo; ao Sr. Vasco Cerdeira da Junta de Freguesia de Perre pela disponibilidade e dedicação em conceder todos os seus conhecimentos sobre a freguesia e memórias pessoais para o enriquecimento da investigação e salvaguarda do património “Perrense”; e, por fim, a todas as direções ou colaboradores das escolas primárias ou associadas a estas, que se dispuseram para ajudar nesta investigação.

Finalmente, agradeço a todas as pessoas de Perre que tiveram disponibilidade para estarem comigo a partilharem as suas memórias de escola e do lugar.

RESUMO

A Escola Primária de Perre é composta por duas obras arquitetónicas distintas do século XX. Uma das quais, a Escola Dr. Alfredo de Magalhães surge destacada no Inquérito à Arquitetura Portuguesa do Século XX, desenvolvido pela Ordem dos Arquitetos. As duas escolas possuem valores semelhantes, no entanto diferenciam-se pelo seu valor cultural, associado à sua presença no território.

Atualmente, a Escola Primária de Perre está destinada a acolher o Centro Interpretativo do Vieito, proposto pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, que surge devido à descoberta e destruição de parte do Castro do Vieito, implantado na mesma freguesia. Este castro precisa de um espaço para ser valorizado, conservado e exposto à população. Realça-se assim a predominância de dois patrimónios distintos, nomeadamente o arquitetónico e o arqueológico.

Esta investigação procura verificar a viabilidade desta proposta real, sendo prioritário a identificação dos valores associados à Escola Primária de Perre e, conseqüentemente a compreensão da intervenção e o uso que melhor se adapta aos critérios que se enquadram nesta escola do século XX.

A investigação centra-se na Escola Primária de Perre, com o método de estudo de caso, desenvolvida através da utilização das técnicas de análise documental, observação, entrevistas, fotografia e notas de campo. É realizado o diagnóstico deste equipamento, bem como, embora de forma menos exaustiva, das escolas da mesma tipologia identificadas no país e da mesma época observadas no concelho.

Através desta investigação foi possível designar uma nova função à Escola Primária de Perre, um espaço comunitário. A opção parte principalmente dos valores emocionais e de uso identificados, assim como da análise das escolas enquadradas na investigação, que demonstram um uso direcionado para a população local. Mediante esta última análise foi possível estabelecer um programa com vertentes diversificadas, capaz de abranger diferentes faixas etárias, de forma a garantir o uso desta escola muito próxima da sua dinâmica original.

PALAVRAS-CHAVE: Património Arquitectónico séc. XX, Intervenção, Novo Uso.

ABSTRACT

The Primary School of Perre, composed by two distinct 20th century architectural works. One of which, the Dr. Alfredo de Magalhães School emerge emphasized in the book “Inquérito à Arquitetura Portuguesa do Século XX”, developed by the Order of Architects. The two schools possess the same identity and historical values, as distinguished only by the architectural value and their presence in the territory.

Currently, the Primary School of Perre is designed to be the Interpretive Center of the Vieito, proposed by the City Council of Viana do Castelo, which appears due to the discovery and destruction of part of the Castro do Vieito implanted in the same parish. This *castro* needs a space to be Valued, conserved and exposed to the population. Said that, is accentuated the predominance of two distinct patrimonies, namely the architectural and the archaeological.

This research tries to understand this real proposal, being priority the identification of the values associated to the Primary School of Perre and, consequently, the understanding of the intervention and the use that best adapts to the criteria that fit in this school of century XX

This research focuses on the Primary School of Perre, with the case study method, developed through the use of techniques of documentary analysis, observation, interviews, photography and field notes. The diagnosis of these building, as well as in a less exhaustive way, of schools of the same typology found in the country and in the same time found in the town hall.

In conclusion, through this research it was possible to develop a new purpose for the Primary School of Perre as a community space. This new purpose is based on building emotional and use values, as well as the analysis of other schools in this investigation, which demonstrate a directed use for the local population. Through this last analysis, it was also possible to establish a program with diversified strands, aiming to capture all age groups, in order to guarantee the usefulness of this school very close to its original dynamics.

KEYWORDS: 20th Century Architectural Heritage, Intervention, New Use

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

PREÂMBULO	3
AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	7
ABSTRACT	9
ÍNDICE DE CONTEÚDOS	11
PARTE I INTRODUÇÃO	13
1.1 Contextualização	15
1.2 Justificação da problemática	17
1.3 Objetivos	19
1.4 Estado da arte	21
1.5 Metodologias de investigação	25
1.6 Articulação dos conteúdos	35
PARTE II FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	37
2.1 Arquitetura do século XX	39
2.2 Metodologia de intervenção no património	41
2.3 Princípios de intervenção no património	43
2.4 Significado valores associados	49
2.5 Graus de intervenção	63
PARTE III OBJETO DE ESTUDO	71
3.1 Enquadramento do território	73
3.2 Enquadramento da arquitetura escolar	89
3.3 Escola Primária de Perre	103
PARTE IV ANÁLISE	119
4.1 Análise das escolas	121
4.1.1 Análise individual das escolas TIPO XX, nº27	123
4.1.1.1 Reflexões	137
4.1.2 Análise individual das escolas TIPO XXV, nº46	139
4.1.2.1 Reflexões	149
4.1.3 Análise individual das escolas Viana do Castelo	151
4.1.3.1 Reflexões	162
4.2 Análise dos valores da Escola Primária de Perre	163
PARTE V CONCLUSÕES	169
5.1 Conclusões gerais	171
5.2 Conclusões específicas	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	177
ÍNDICE DE FIGURAS	185
ANEXOS	193

PARTE I | INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A presente investigação foca-se numa problemática real, em Viana do Castelo, na freguesia de Perre. A Câmara Municipal de Viana do Castelo prevê que um antigo equipamento escolar primário, representativo da arquitetura do século XX, segundo a Ordem dos Arquitetos [OA], adquira uma nova função, de caráter expositivo.

A Escola Primária Dr. Alfredo de Magalhães teve aprovada a sua construção em 1927 e foi construída em 1930. Encontra-se atualmente em situação de estagnação e desuso. A antiga escola básica da freguesia está associada a uma época de passagem política da Primeira República para a Ditadura Militar.

Além da escola, o recinto escolar possui outra construção, no qual recentemente se localizou o refeitório da Escola Primária de Perre, mas que inicialmente não tinha esta função. Na década de 30, foram construídas duas escolas em Perre, a Escola Primária Dr. Alfredo de Magalhães, conhecida pelos residentes mais antigos por a “Escola Masculina” ou a “Escola Grande” e a Escola D. Adília, nomeada de “Escola Feminina” ou “Escola Pequena”. As duas escolas mantinham na época a coeducação, mas separavam os rapazes das raparigas nas duas escolas, conforme era exigido pelo regime da Ditadura Militar, liderado por António Óscar Carmona.

Em 2009, a sua atividade educacional foi encerrada e transferida para o novo Centro Escolar de Perre, ficando a escola sem uso. Neste sentido, a investigação procura inicialmente verificar a proposta real, bem como reconhecer as necessidades do lugar para que seja possível reaver a sua antiga dinâmica. O principal objetivo é garantir a melhor utilidade possível para esta obra representativa do século XX, que em tempos foi o espaço com maior dinâmica da freguesia e que atualmente se encontra abandonada.

1.2 JUSTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Fernando Távora destaca que o património não é só passado, é também o presente e o futuro. Tudo o que está construído e vai ser construído, servirá de marco histórico ou de aprendizagem para as gerações que se seguem.

A Escola Primária Dr. Alfredo de Magalhães de Perre, em 2006, foi destacada no Inquérito à Arquitetura Portuguesa do século XX, como uma construção escolar com qualidade e representativa do século. A antiga escola é representativa para a freguesia, pois desde 1930 acompanhou as famílias de Perre, ao longo de várias gerações.

O principal objetivo do Inquérito à Arquitetura Portuguesa do Século XX [IAPXX], da OA, foi o registo do levantamento destas obras do século passado, para que não se trate com descuido e despreocupação este património e que mais tarde não se perca uma parte desta cultura arquitetónica.

A falta de preocupação pela conservação destes espaços do século XX e do seu local, promove a inquietação daqueles que identificam o seu valor. Esta ameaça corporiza-se através do desconhecimento da importância desta categoria patrimonial, o seu envelhecimento e degradação arquitetónica, bem como o abandono das suas funções e a falta de utilidade.

Este património com pouca distância temporal, com diversidade de escala e tipologia e recurso a materiais percíveis, situa-se no momento em que a arquitetura portuguesa deixou de ser importadora de estilos e traçou o seu próprio estilo. Segundo Roseta (2006) a arquitetura do século XX manifesta insegurança na sua produção arquitetónica e que faz com que esta seja arquitetura mal amada.

Aparentemente parece antecipado o reconhecimento e a salvaguarda das obras arquitetónicas do século passado, devido à sua juventude e permanência na atualidade, mas é importante a sua conservação com intervenções que não ponham em causa a autenticidade dos seus valores e integridade.

Desta forma, esta dissertação de projeto destaca o exemplo da Escola Primária Dr. Alfredo Magalhães, como uma forma de contributo para a valorização deste património arquitetónico, mas procura igualmente a sensibilização para todo o “recente” património arquitetónico, que posteriormente, no futuro, será parte da história.

1.3 OBJETIVOS

A presente investigação procura destacar a importância de um património recente, no qual se insere a Escola Primária de Perre (Escola Primária Dr. Alfredo de Magalhães e a Escola da D. Adília), pertencente ao século passado e que se encontra em decadência, causada pelo abandono da sua actividade e desuso. Este equipamento escolar que em tempos era a obra dinamizadora da freguesia, necessita de se aproximar novamente, da melhor forma possível, da sua antiga dinâmica, conforme as normas internacionais aconselham relativamente ao seu uso.

O **principal objetivo** da investigação é identificar e salientar os valores presentes na Escola Primária de Perre, bem como propor o seu **uso**. Assim, é necessário reconhecer e compreender a arquitetura do século XX e as intervenções realizadas nesta categoria arquitetónica, debruçando a investigação em dois objetivos específicos:

- Identificar quais os critérios que melhor se adaptam à intervenção na Escola Primária de Perre.

É fundamental para um projeto de conservação, a aplicação de critérios de intervenção, para garantir que a abordagem seja fundamentada e justificada. Neste sentido os valores associados e os princípios de intervenção relacionados com a escola básica devem ser definidos, para posteriormente serem identificados e aplicados na intervenção.

- Definir o novo uso para a valorização patrimonial deste equipamento.

A melhor forma de preservar uma obra arquitetónica é mantê-la em uso (Feilden, 2004). A investigação procura compreender o uso, de carácter expositivo, atribuído pela Câmara Municipal de Viana do Castelo. Assim, após a análise e fundamentação, a dissertação pretende desenvolver o projeto do novo uso para a Escola Primária de Perre.

1.4 ESTADO DA ARTE

A investigação aborda uma escola do século XX com relevância histórica e arquitetónica, segundo o IAPXX. Esta obra pertence às tipologias de escolas desenvolvidas nos anos 20, durante a ditadura militar e construídas posteriormente no Estado Novo. A escola, bem como as restantes projetadas pela Repartição das Construções Escolares, fazem parte de um projeto que tinha como objetivo melhorar os espaços escolares, devido à carência dos mesmos.

As antigas escolas de Perre foram construídas numa época em que o ensino não era uma prioridade, aliás era conveniente que o povo não soubesse pensar ou questionar o que os seus governantes faziam. No entanto, as escolas primárias de Perre fazem parte de um projeto nacional desenvolvido para o combate do analfabetismo português. No caso do concelho de Viana do Castelo, nesta época conseguiu um conjunto relevante de escolas, nas quais estão incluídas as antigas escolas masculina e feminina de Perre, que têm de igual modo destaque histórico para a freguesia. Bem como, na freguesia de Perre sempre foi privilegiada com um espaço público ou privado que permiti-se aprender a ler e escrever.

Dr. Alfredo de Magalhães, ministro da Instrução Pública em 1926, despachou um conjunto de escolas para Viana do Castelo, o seu concelho de origem. De entre as escolas despachadas pelo ministro, havia projetos da Repartição das Construções Escolares e de arquitetos de destaque na época. Por consequência, estes projetos foram todos publicados pela Direção Geral de Administração Escolar, com uma compilação das escolas do ensino infantil e primário até 1941 a nível nacional.

No referente ao concelho de Viana do Castelo, Abreu, escritor vianense, desenvolveu várias obras literárias sobre a cidade, destacando-se duas obras literárias que mencionavam o património arquitetónico escolas na cidade, nas quais menciona as escolas Dr. Alfredo de Magalhães e D. Adília. Para este autor, a escola de Dr. Alfredo de Magalhães foi implantada num lugar privilegiado, sobreelevada perante uma vasta área plana, escolhida como exemplo da importância que o ensino tinha para a freguesia.

Em suma, as escolas de Perre inserem-se num quadro histórico a nível nacional, concelho e da freguesia. Neste momento, há interesse pela conservação da Escola de Perre, assim como por outras escolas do conjunto despachado pelo Dr. Alfredo de Magalhães, nomeadamente as que mantêm o uso original, assim como as que alteraram a sua função para algo direcionado para a comunidade. Em contrapartida existem outras que encerraram a sua atividade educacional e que até hoje estão expostas à degradação constante.

Abreu (2009) destaca este conjunto de arquitetura escolar como obras patrimoniais do concelho, visto que foram momentos de investimento no ensino e nos quais a cidade de Viana conseguiu um conjunto de equipamentos aprovados e construídos com sucesso.

Em 2009, a Ordem dos Arquitetos destacou a escola masculina de Perre como sendo representativa da arquitetura portuguesa do século XX. Este destaque surgiu através de um levantamento publicado pela ordem, no qual consta unicamente arquitetura do século XX em Portugal. As suas categorias de eleição foram a sua representatividade para a história do ensino português, a sua qualidade arquitetónica, mas principalmente pelo seu destaque no território.

Neste sentido, as escolas de Perre são consideradas relevantes a nível histórico, bem como pelas suas características decorativas, que também são encontradas nas restantes escolas da mesma tipologia, em que cada uma realça acabamentos característicos da sua região. Contudo, estas escolas encontram-se com carência de uso e há a necessidade de intervir e torná-las úteis. Esta arquitetura, especificamente escolar, faz com que estas obras arquitetónicas queiram/necessitem de ser utilizadas, pois foram construídas para responder a funções diárias, com utilizadores que geravam dinâmica no espaço, na envolvente e no lugar.

A Recomendação n.º R (91) 13 incentiva o uso de carácter cultural ou museológico, ou outros fins económicos, comerciais ou habitacionais, de forma a combater o seu abandono. Contudo, revela que os novos usos não deverão prejudicar o significado arquitectónico ou histórico que justificaram a sua protecção.

Na vertente dos novos usos a autora Rodrigues, no âmbito da sua dissertação de mestrado em Turismo, em 2012, desenvolveu uma investigação sobre os novos usos que são atribuídos ao Património Escolar em Portugal. Esta

identificou que os novos usos neste tipo de património, têm sido para vertentes de fins **associativos** (desportivos, de ensino ou folclóricos) e fins **sociais** ou **alojamento** (centros de dia, centros multiusos, arquivos municipais, restaurantes, sedes de juntas de freguesia) (Rodrigues, 2012).

Por outro lado, autora Felgueiras, no seu artigo, publicado em 2005, com o título “Materialidade da Cultura. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa”, incide diretamente no novo uso museológico que é atribuído às antigas escolas. Neste artigo são separados dois tipos de usos expositivos: **exposição**, que tira partido da estrutura do edifício; e de **musealização** do equipamento, que “conserva/ comunica a herança educativa” (Felgueiras, 2016, p. 87). Estes novos usos atribuídos aos equipamentos escolares procuram garantir o uso deste património.

Por outro lado, as intervenções contemporâneas no património arquitetónico do século XX são consideradas “difícilmente generalizáveis”, por “englobar um leque muito alargado de objetivos e estratégias que vão levantando novas situações e problemas” (Baptista, 2014, p. 21). Segundo este autor, que desenvolve artigos na vertente da reabilitação arquitetónica, enquadra-se quatro distintas intervenções: os processos de musealização ou outro uso, com perda da **função original**; **as ampliações contemporâneas**, que confrontam dois atos e dois tempos criativos e que normalmente tendem a separar a obra original e a nova intervenção; a **apropriação criativa da preexistência**, que assume uma dimensão mais radical; e por fim, as intervenções que não se enquadram com as políticas patrimoniais, como as **reconstruções**.

Neste sentido, é importante tomar conhecimento e esclarecer as distintas intervenções de conservação no património arquitetónico, conforme autores de referência atuais, assim como publicações europeias e internacionais afetas ao património em geral, arquitetónico do século XX. Também é relevante o entendimento dos novos usos atribuídos a estas obras escolares, procurando destacá-las novamente, de uma forma semelhante à que destacavam na época da sua função original.

1.5 METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO

Este ponto pretende explicar a metodologia aplicada na presente pesquisa. Neste sentido, será esclarecida a natureza da metodologia, as técnicas e fontes utilizadas, as categorias de análise e o tratamento de informação.

1.5.1 NATUREZA DA METODOLOGIA

A investigação foca-se numa escola do século XX, situada na freguesia de Perre, no concelho de Viana do Castelo e pretende compreender a forma de intervir neste património arquitetónico, considerado recente e sem a devida apreciação patrimonial.

Atualmente, está previsto que a obra em estudo seja adaptada para centro de interpretação de um castro, pertencente à mesma freguesia. Assim, a investigação procura verificar esta adaptação, de modo a propor o que melhor otimiza a antiga escola primária de Perre.

O método de análise utilizado na presente investigação baseia-se no **estudo de caso**, que segundo Yin (2001) e Groat & Wang (2002) trata-se de uma abordagem a um fenómeno contemporâneo inserido no contexto da vida real e conforme Ludke e André (1986) é o estudo de algo singular de características únicas, situado num local e tempo específico.

A proposta desta investigação parte da singularidade do caso e da sua problemática real. Aborda a preocupação no reconhecimento adequado para poder decidir, qual o novo uso para este equipamento emblemático.

O antigo equipamento escolar de Perre, que sempre respondeu ao ensino até 2009, com a mobilização da sua atividade para uma nova escola causou, desde então o seu abandono e gradual degradação. No entanto, A Escola Dr. Alfredo de Magalhães teve uma intervenção de recuperação, em 2014 desenvolvida pela Câmara de Viana do Castelo. Contrariamente, a Escola D. Adília mantém-se inalterada e sem intervenções registadas desde 2009, que consequentemente é identificado pelo mau estado de conservação em que se encontra comparativamente à Escola Dr. Alfredo de Magalhães.

1.5.2 TÉCNICAS E FONTES

As técnicas e fontes utilizadas na investigação foram a **análise bibliográfica**, **análise documental**, **fotografia**, **notas de campo**, **observação** e **entrevista**. De modo geral, todas as técnicas contribuíram para o progresso da investigação no âmbito do projeto, contudo as duas últimas técnicas, concretamente a **observação** e **entrevista** foram as que basearam toda a análise desenvolvida e contribuíram para a proposta de projeto. Assim, estas técnicas fundamentais para a investigação são apresentadas de forma mais extensa em subcapítulos no presente capítulo.

Relativamente às técnicas que na generalidade foram utilizadas na investigação, a **análise bibliográfica** permitiu desenvolver o estado da arte e a fundamentação teórica que introduz e sustenta a investigação. Esta técnica é considerada introdutória, que tem como objetivo situar a investigação acerca dos conhecimentos teóricos que interessam para a pergunta de partida, através de obras e artigos de referência com abordagens diversificadas do fenómeno estudado (Quivy & Van Campenhoudt, 2008).

Partindo dos objectivos estabelecidos e através de livros de autores de referência, cartas europeias e internacionais de património, bem como publicações e artigos sobre o tema da intervenção de conservação arquitectónica e alterações de usos, a técnica de **análise bibliográfica** permitiu o esclarecimento de conceitos e elaboração de conclusões a partir do corpo teórico, que destacou as categorias de análise para o desenvolvimento da investigação.

De forma a enquadrar a Escola Primária de Perre foi utilizada a técnica de **análise documental**, para analisar informação oficial, tanto histórica como sobre a importância atual desta obra arquitetónica do século XX. A **técnica de análise documental** parte da recolha e estudo de informação de documentos, como livros, artigos, desenhos técnicos e fotografias históricas, assim como planos municipais, relativos ao caso de estudo e ao seu contexto, que permite o acesso a fontes pertinentes, escritas ou não escritas, integrantes para a descoberta da investigação (Saint-Georges, 1997).

Esta técnica destacou os levantamentos dos projetos das escolas a nível nacional, pela Direção Geral da Administração Escolar (1990), a identificação das escolas despachadas por Dr. Alfredo de Magalhães em Viana do Castelo,

na publicação de Abreu (2009) e, por fim o projeto de recuperação (desenho técnico, memória descritiva, mapa de trabalhos e fotografias) da Escola Dr. Alfredo de Magalhães desenvolvido pela Câmara Municipal de Viana do Castelo. A técnica foi aplicada para o desenvolvimento do corpo histórico sobre a arquitectura escolar, diretamente relacionada com a escola em estudo.

A **técnica de fotografia** tem carácter complementar, para apoiar as outras técnicas como a **observação** e as **notas de campo**, de forma a garantir melhor recolha e registo dos dados. A máquina fotográfica pode ser utilizada para “fazer o inventário dos objetos no local de investigação” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 140), nomeadamente o levantamento das escolas das tipologias XX,n.27 e XXV,n.46, presentes no país e das escolas despachadas por Dr. Alfredo de Magalhães, presentes no concelho de Viana do Castelo.

Por fim, de modo complementar, a **técnica de notas de campo** permite a reflexão sobre os processos de **observação**, **entrevista** ou **fotografia** ou até mesmo, “pessoas, objectos, lugares, acontecimentos, actividades e conversas, que permite o registo de ideias, estratégias, reflexões e palpites” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 150).

1.5.2.1 TÉCNICA DE OBSERVAÇÃO

Parte do uso dos sentidos para obter os conhecimentos necessários para o entendimento do quotidiano do campo em estudo (Gil, 2008). No caso desta técnica, a **observação** ocorre em situação de campo, especificamente na escola em estudo, assim como nas outras escolas inseridas no despacho de Dr. Alfredo de Magalhães para Viana do Castelo e nas escolas que correspondem à mesma tipologia que a escola de Perre.

Através das categorias de análise das escolas foram analisadas todas as escolas, tendo em conta a Escola Primária de Perre, que foi constantemente visitada para o levantamento e análise construtiva, bem como a análise da sua envolvente. Todas as escolas foram fotografadas e identificado o seu estado de conservação, uso e intervenção realizada, nomeadamente:

- Escola da Meadela | Viana do Castelo | 30 de Abril de 2016

- Escola de Vila Mou | Viana do Castelo | 1 de Maio de 2016

- Escola de Deocriste | Viana do Castelo | 1 de Maio de 2016
- Escola de Outeiro | Viana do Castelo | 1 de Maio de 2016 (análise exterior)
- Escola de Vilar de Murteda | Viana do Castelo | 1 de Maio de 2016 (análise interior e exterior)
- Escola de Pardelhas | Aveiro | 19 de Outubro de 2016 (análise interior e exterior)
- Escola de Palhaça | Aveiro | 19 de Outubro de 2016 (análise interior e exterior)
- Escola de Ferreira do Alentejo | Beja | 19 de Outubro de 2016 (análise interior e exterior)
- Escola de Ervidel | Beja | 19 de Outubro | 19 de Outubro de 2016 (análise exterior)
- Escola de Ponte de Sôr | Portalegre | 20 de Outubro de 2016 (análise interior e exterior)
- Escola de Algoz | Faro | 20 de Outubro de 2016 (análise interior e exterior)
- Escola de Serpa | Beja | 20 de Outubro de 2016 (análise exterior)
- Escola de Monte Gordo | Faro | 20 de Outubro de 2016 (análise interior e exterior)
- Escola de Bemposta | Santarém | 20 de Outubro de 2016 (análise exterior)
- Escola da Avenida | Viana do Castelo | 30 de Janeiro de 2017
- Escola de Lanheses | Viana do Castelo | 1 de Fevereiro de 2017
- Escola de Alvarães | Viana do Castelo | 1 de Fevereiro de 2017
- Escola de Santa Marta de Portuzelo | Viana do Castelo | 18 de Fevereiro de 2017
- Escola de Montedor | Viana do Castelo | 20 de Fevereiro de 2017 (análise interior e exterior)

1.5.2.2 TÉCNICA DE ENTREVISTA

A **técnica de entrevista** procura dados de interesse para a investigação relativos ao caso de estudo, através de interação social com especialistas no campo da investigação, população local e associações ou organizações que participam e promovem atividades na freguesia.

A técnica parte do “diálogo assimétrico para coletar dados através da fonte social” (Gil, 2008, p. 109), adquirindo informações sobre “o que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes” (Selltiz et al. citado por Gil, 2008, p.109).

Na **etapa inicial** foi prioritária a utilização da **técnica de entrevista**, como contributo na descoberta e ampliação do campo de investigação introduzido pelo corpo teórico. A primeira fase desta técnica tem como função revelar os valores associados à Escola Primária de Perre, enquadrados nos valores patrimoniais e nos conjuntos de indivíduos que os identificam estabelecidos pelo autor Bernard Feilden (2004), enquadrado no Capítulo II de Fundamentação Teórica.

A estruturação do guião de entrevistados e de entrevistas exploratórias partiu da fundamentação teórica sobre os valores, no qual Feilden (2004) se sobressaiu com o conjunto de valores e pessoas que os identificam de forma mais completa e que garante melhor enquadramento da obra arquitetónica em análise. Para otimizar a primeira fase de entrevistas foram separados três grupos de pessoas válidas para investigação.

O primeiro grupo de entrevistados é atribuído aos investigadores especializados e peritos no domínio da investigação (Quivy & Campenhoudt, 2008), escolhidos pela capacidade de ajudar a melhorar o conhecimento sobre a escola. Neste sentido, estes informantes-chave podem identificar os valores culturais (Feilden, 2004), definidos por especialistas em determinadas áreas do conhecimento, tornando relevantes os arquitectos relacionados com a Escola Primária de Perre:

- Arq. Marta Monteiro, chefe da Divisão de Projeto do Departamento de Obras Públicas e Conservação da C.M. de Viana do Castelo. Com o guião de perguntas: Destaca alguma característica na sua implantação e construção? Quais? | Há alguma proposta de intervenção ou de proteção para a Escola Primária de Perre? Porquê? | Considera importante a proteção ou a utilização

da escola em desuso? (Porquê?) | Alguma sugestão para a presente investigação?

- Arq. Sérgio Fernandes, coordenador do projecto do IAPXX Equipa Norte, Ordem dos Arquitectos. Com o guião de perguntas: O projecto IAPXX identificou a Escola Primária de Perre com que parâmetros? | Quais as características que se salientaram no equipamento? | Qual considera/sugere a melhor forma de valorizar o equipamento? (Porquê?) | Alguma sugestão para a presente investigação?

O segundo e terceiro grupo de entrevistados parte de uma relação mais direta com a Escola Primária de Perre e são separados pelo tipo de experiência que retiraram de espaço, nomeadamente enquanto escola (segundo grupo- diretos) e após a sua cessão de atividade (terceiro grupo- indiretos).

Os informantes diretos é um grupo composto por pessoas diretamente relacionadas com a escola, na sua vertente educacional, abrangendo a maior diversidade possível do mesmo. Estes informantes diretos foram antigos alunos, escolhidos através das várias idades, que frequentaram a Escola Primária de Perre. Este grupo foi organizado para identificar os valores emocionais (Feilden, 2004), considerados mensagens, significados ou sentimentos associados à obra, que por sua vez são atribuídos ou passados por gerações, pela população local. Neste caso específico, para identificar a existência de valores emocionais, foi procurada população que nasceu na freguesia de Perre e que frequentaram a escola.

Para otimizar e sem dispersar o tempo de entrevistas, são feitos conjuntos de pessoas associadas a três épocas marcadas após a construção da escola em estudo, a duas passagens políticas que refletiram no ensino básico e o fim do seu desempenho educacional. Esta seleção tem como objetivo entender as variações nas diferentes faixas etárias relativamente à Escola Primária de Perre.

Primeiro, alunos que frequentaram a escola entre a época da abertura da escola (1930) e a alteração política para o Estado Novo (1933). Também é relevante o conhecimento das alterações no ensino entre a República (1910) e a Ditadura (1926), para procurar valorização associada à que foi a primeira escola oficial na freguesia (pessoas com mais de 80 anos).

O segundo conjunto é selecionado por pessoas que tenham frequentado a escola primária na época final do Estado Novo (1974) e na entrada na Democracia (pessoas com mais de 40 anos).

Por último, o terceiro conjunto será constituído por pessoas que tenham frequentado a Escola Primária de Perre na época de transição para o novo equipamento da freguesia, o Centro Escolar de Perre (2009) (pessoas com mais de 15 anos).

Para este grupo de entrevistados, os informantes diretos, foi organizado o guião de perguntas: (1ºconjunto) O que se lembra da sua construção? | O que se lembra da Escola Primária de Perre? | Que vivências teve na escola? | Quando foi a última vez que esteve lá? Porquê? | O acha que se pode fazer na escola? (Porquê?)

Os informantes indiretos são um grupo organizado pela relação com a escola após a sua cessão de atividade, correspondente ao terceiro grupo de entrevistados, são elegidos pela importância da sua posição, ação ou responsabilidade em relação à escola, como também conhecimento da problemática da investigação.

Para este grupo de entrevistas o objetivo é identificar valores de uso (Feilden, 2004), que representam particularidades do local, que estão associados ao conhecimento e uso do espaço da escola. Estes valores podem ser identificados através de pessoas anteriormente referidas, assim como, através de pessoas de fora do local que conhecem e já utilizaram o espaço escolar para outras atividades, como é o exemplo das associações e organizações. Para estes foi organizado o guião de perguntas: Que conhecimentos tem sobre a Escola Primária de Perre? | Na época em que utilizou a escola, que atividades desenvolveu? Porquê este espaço? | Considerou que tivesse capacidade e flexibilidade para as respetivas atividades? Porquê? | Considera importante a proteção ou utilização da escola? Porquê? (Estes informantes indiretos podem identificar igualmente valores emocionais e de uso, isto porque alguns dos entrevistados são residentes na freguesia e também frequentaram a escola com o alunos).

Em suma, estes três conjuntos de pessoas serão entrevistados em forma de conversa com questões que podem abranger e identificar os valores dos conjuntos, referidos por Bernard Feilden (2004).

Numa **segunda etapa**, associada ao conhecimento das necessidades da freguesia bem como conhecimento dos interesses da sua população, foi utilizada novamente a **técnica de entrevista** para ajudar na definição do novo uso, correspondente ao segundo objetivo da investigação. Sendo assim, esta etapa consistiu unicamente num informante-chave, o Presidente da Junta de Freguesia de Perre, que possui conhecimento das necessidades da freguesia, objetivos para o seu desenvolvimento, bem como o que a população procura que a sua freguesia adquira.

- Sr. Vasco Cerdeira, Presidente da Junta de Freguesia de Perre. Com o guião de perguntas: Quais as debilidades da freguesia? Que atividades podem atrair/manter mais população?

1.5.3 TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

O método das categorias, segundo Bardin (1979) é uma espécie de gavetas ou rúbricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, ou seja é um método que introduz uma ordem, segundo determinados critérios que não se encontram organizados.

A partir da Parte II, correspondente à fundamentação teórica foi desenvolvido o quadro de categorias de análise, que permitiu efetuar a sistematização, presente na Parte IV e por consequência garantiu retirar as conclusões para fundamentar a intervenção na Escola Primária de Perre.

Como ponto de partida para estas categorias, a investigação baseou-se na metodologia de intervenção no património desenvolvida por Correia e Walliam (2014). Estes autores separam dois grupos de critérios: **implícitos** (associados aos valores) e os **explícitos** (associados à intervenção e aos princípios de intervenção). Estes dois grupos de critérios não são estáticos, mas é fundamental o uso de critérios associados com padrões reconhecidos, para otimizar a metodologia de intervenção.

Neste sentido, os critérios podem também adaptar-se ao contexto e ao caso em estudo, visto que estes podem ser um contributo para um juízo fundamentado e imparcial, bem como na avaliação de ações necessárias para a intervenção de conservação.

Deste modo, separaram-se duas categorias de análise, concretamente para análise de outras escolas que se enquadram com a Escola Primária de Perre e para a análise dos valores associados à mesma. As categorias de análise estipuladas permitem filtrar toda a informação obtida através das técnicas e fontes de investigação. Este processo procura concluir qual o melhor uso a atribuir e a melhor intervenção para a Escola Primária de Perre.

1.5.3.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE DAS ESCOLAS

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	INSTRUMENTO	ALVO	CRITÉRIO
Estado de conservação (Correia e Walliam, 2014)		Observação Notas de campo Fotografia	Equipamento	Analisar a condição física actual do equipamento
	Programa	Análise documental	Desenho técnico original e da intervenção	Analisar a adaptação do equipamento
Uso (Rodrigues, 2012)	Dinâmica Fluxos	Observação Notas de campo Fotografia	Equipamento	Identificar a dinâmica que o equipamento apresenta, comparativamente e com o original (escolar)
		Entrevista	População local	
Intervenção (Baptista, 2014)	Programa	Análise documental	Desenho técnico	Analisar as alterações da intervenção
	Forma Espaços	Observação Notas de campo Fotografia	Equipamento	
	Objectivos	Entrevista	Responsável representativo	Identificar o reconhecimento pela obra e o método de intervenção

1.5.3.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE DOS VALORES DA ESCOLA PRIMÁRIA DE PERRE (Feilden, 2004)

CATEGORIA	INSTRUMENTO	ALVO	CRITÉRIO
	Análise documental	Desenho técnico Material em suporte escrito	
Valores culturais e de uso	Observação Notas de campo Fotografia	Equipamento Lugar	Identificar valores culturais e de uso
	Entrevista	Informantes chave Informantes indiretos	
Valores emocionais e de uso (social)	Notas de campo	Informantes diretos	Identificar valores emocionais e de uso
	Entrevista	Informantes indiretos	

No que respeita ao tratamento da informação este é de carácter qualitativo, pois os dados recolhidos são palavras ou imagens e os resultados escritos da investigação contêm citações feitas com base nos dados para substanciar a apresentação. Estes dados incluem transcrições de entrevistas, notas de campo, fotografias ou outros registos oficiais (Bogdan & Biklen, 1994).

Desta forma, são utilizadas as categorias de análise, desenvolvidas e fundamentadas na análise biliográfica, de forma a filtrar toda a informação obtida.

1.6 ARTICULAÇÃO DOS CONTEÚDOS

Este parâmetro esclarece a organização da estrutura da dissertação, nomeadamente o seu conteúdo e a sua relevância para a investigação. Neste sentido, os conteúdos estão distribuídos por cinco partes que esclarecem os campos para que a investigação está direccionada.

PARTE I | Introdução

Expõe e introduz o tema e o caso de estudo em que a investigação se debruça. Esta parte localiza e contextualiza a Escola Primária de Perre, justifica a importância da problemática e os objetivos da investigação. Além disto, o estado da arte, que procura enquadrar a problemática que envolve a antiga Escola Primária de Perre, bem como o património arquitectónico do século XX português. Por fim, o capítulo aborda a metodologia de investigação aplicada, especificando a sua natureza, técnicas e fontes e tratamento de informação

PARTE II | Fundamentação Teórica

Compilação de conceitos e definições desenvolvidos por autores de referência associados ao património, ao património arquitetónico e em especial ao património arquitetónico do século XX. Este capítulo pretende esclarecer conceitos associados aos valores, intervenções e princípios de intervenção no património, que são possivelmente aplicáveis ao património arquitetónico do século XX. Deste modo, esta parte define a base teórica sobre a qual a investigação e intervenção se vão apoiar.

PARTE III | Objeto de Estudo

Análise das escolas Dr. Alfredo de Magalhães e D. Adília, a sua envolvente, bem como a sua inserção histórica e territorial. O capítulo introduz o conjunto de escolas construídas da mesma tipologia no país e o conjunto de escolas atribuídas para o concelho de Viana do Castelo.

PARTE IV | Análise

Reflexão sobre os conteúdos retirados através das técnicas e fontes de investigação utilizadas e filtradas com as categorias de análise. Esta parte incide sobre a observação e notas de campo, para analisar as escolas com as mesmas tipologias (nomeadamente a Tipo XX, nº27 e Tipo XXV, nº46) e as que se inserem no conjunto de escolas de Dr. Alfredo de Magalhães, com o objetivo de identificar o seu estado de conservação, a intervenção e o novo uso. Do mesmo

modo, este capítulo incide sobre as entrevistas, analisando os valores associados à Escola Primária de Perre.

PARTE V | Considerações Finais

Exposição das conclusões gerais e específicas, retiradas a partir da investigação desenvolvida e aplicadas no projeto para a Escola Primária de Perre. No que respeita às conclusões gerais são apresentadas sugestões de novos usos e intervenções em obras arquitetónicas do século XX enquadradas nesta problemática.

As conclusões específicas apresentam o modo como foram atingidos os objetivos estabelecidos no início da investigação e que direciona para soluções e opções projetuais, para reabilitação da Escola Primária de Perre.

PARTE II | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ARQUITETURA DO SÉCULO XX

Este ponto da fundamentação teórica procura situar a arquitetura do século XX a nível internacional, europeu e nacional. Para isto, desenvolve-se uma compilação de normas sobre o património arquitetónico.

A Carta Europeia do Património Arquitetónico (1975), reconheceu o património arquitetónico como memória insubstituível dos homens de hoje e se não for transmitida para as gerações futuras, na sua riqueza autêntica e diversidade cultural, a humanidade será amputada de uma parte da consciência da sua própria duração.

No seguimento desta declaração europeia surgiu a Convenção de Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa (1985), com o objetivo de transmitir definições, recomendações e responsabilidades, assim como estabelecer três tipos de património arquitetónico: monumentos, conjuntos arquitetónicos e sítios.

O Conselho da Europa destacou a importância que apresenta o enquadramento ou contexto do património arquitetónico, especificamente na categoria de monumento. A carta refere que os monumentos com maior relevância têm sido protegidos e restaurados, sem ter em conta o contexto envolvente, no qual podem perder o seu carácter com alterações irreversíveis nas suas envolventes.

Internacionalmente, promoveu-se a documentação e a conservação do património do movimento moderno, pelo “Committee for the Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighborhoods of the Modern Movement” (Do.Co.Mo.Mo.).

Posteriormente, o Conselho da Europa publicou a Recomendação n.º R(91) 13 sobre a Proteção do Património Arquitetónico do Século XX (1991), que visou os princípios internacionais e aconselha a inventariação de carácter aberto e não seletivo, suscetível a atualizações, revisões e ampliações, sem exclusão de estilos, tipologias, métodos ou períodos de construção. Na recomendação destaca-se o encorajamento para o uso apropriado do património arquitetónico do século XX, com vocação cultural ou museológica, ou outros fins económicos, comerciais ou habitacionais, para evitar o abandono.

O destaque que o património arquitetónico tem ganho, deve-se à sua presença constante no quotidiano da população e pela sua irrelevância. No entanto, há edifícios que são inicialmente construídos com conotação patrimonial, ou conotados posteriormente por pertencerem a um momento histórico.

Os documentos foram aumentando a relevância das obras arquitetónicas que são vistas como irrelevantes. Estas podem ter pouca distância temporal, esteticamente menos interessantes ou degradadas, mas podem ter valores associados. Sendo que, com uma intervenção fundamentada e utilidade destas obras arquitetónicas podem ser valorizadas, adaptarem-se e manterem-se por gerações.

Posteriormente, foram publicadas recomendações para a categoria arquitetónica, nomeadamente a Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído (2000), a Recomendação sobre os Princípios para a Análise, Conservação e Restauro das Estruturas do Património Arquitetónico (2003) e o Documento de Madrid sobre os Critérios para a Conservação do Património Arquitetónico do Século XX (2011). Estes documentos procuram internacionalizar o património arquitetónico e o património arquitetónico do século XX com o objetivo de preservar este património e os respetivos contextos, aprofundar e definir o seu significado, os princípios e as normas de conservação dos bens imóveis.

As recomendações europeias e internacionais abordam, na generalidade o património arquitetónico, mas no caso do património arquitetónico do século

XX é dada a sua importância no Documento de Madrid (2011). Esta publicação refere especialmente, que estas construções devem ser estudadas, documentadas e principalmente utilizadas para que não caiam em desuso.

Em Portugal, a Ordem dos Arquitetos [OA] desenvolveu o levantamento do património arquitetónico do século XX português e divulgou-o no Inquérito à Arquitetura Portuguesa do Século XX [IAPPXX], no qual se destaca a Escola Primária de Perre.

Roseta (2006, p.11) considera que “a falta de distanciamento temporal, a diversidade de escala e tipologia, o carácter vulgar de grande parte da produção e o recurso a tecnologias e materiais perecíveis fazem com que a arquitetura do século XX não seja reconhecida como algo valioso que deve ser preservado”. Outro autor, Silva (2014) considera esta arquitetura uma prática baseada na tentativa e erro, resultante de construções mal preparadas para superar o teste do tempo devido ao abandono dos cânones tradicionais. Contudo, esta categoria patrimonial, integrante numa época de abundância e diversidade arquitetónica, também está associada conforme a Recomendação n.º R (91) 13, está associada à introdução de novos materiais, mudança de técnicas de construção e aparecimento de novas funções.

O IAPXX, segundo Roseta (2006), é um contributo para o devido reconhecimento deste património arquitetónico, como um recurso disponível, considerando que tudo se aponta para começar a reabilitar, refazer ou requalificar, em vez de construir de raiz. O objetivo é que não se perca construções notáveis em vias de extinção, tendo consciência que perder património é sempre perder cultura.

Neste sentido, destaca-se a conservação e atribuição de utilidade a estas obras arquitetónicas. O século XX pode ter sido uma época de construção experimental. No entanto, atualmente poderá ser uma época de intervenções nesta construção, de forma a adaptá-la às necessidades atuais.

Assim, deveria aumentar o incentivo para intervenções de conservação. Atualmente, os investimentos em preexistências são mais elevados que construção nova. Deste modo, de forma geral, esta situação promove o afastamento da população das cidades, optando por evitar construções existentes.

2.2 METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO

Para a boa prática de intervenção é necessária a compreensão de uma intervenção metodológica. O Documento de Madrid (2011), direccionado para o património arquitetónico do século XX, destaca que a integridade deste património não deve ser afetada por intervenções insensíveis. Deste modo, o documento acrescenta a necessidade da aplicação de uma **metodologia de intervenção** previamente planeada, procurando manter a integridade através do entendimento do significado; utilizar uma metodologia que avalie o significado cultural e providencie políticas para a sua conservação e respeito; estabelecer limites de alteração aceitável (definindo elementos significativos da obra arquitetónica, áreas susceptíveis de intervenção, o uso ótimo e as medidas de conservação); envolver especialistas interdisciplinares; providenciar o planeamento da manutenção; identificar as partes responsáveis na acção de conservação; documentar o processo da intervenção.

No entanto, Feilden (2004) menciona as **éticas de conservação** aplicadas rigorosamente nas intervenções em património arquitetónico. Este autor destaca que deve ser documentado o estado em que encontra a obra antes da intervenção; evidências históricas não devem ser destruídas, falsificadas ou removidas; optar pela intervenção mínima; a intervenção deve respeitar aspetos estéticos, históricos e físicos; e a intervenção deve ser documentada, especificamente métodos e materiais aplicados,

Outro autor, Correia (2009) considera que a metodologia de intervenção deve integrar: a coleta de dados (documentação, registo e levantamento), interpretação, avaliação do significado/ valor, avaliação da condição física e diagnóstico, definição de critérios para a metodologia de intervenção, projecto de intervenção, avaliação e memória final de projecto e manutenção. Esta metodologia origina a necessidade de esclarecimento de conceitos como os **critérios de intervenção** e as intervenções de conservação.

“**Critério**” é definido como um princípio, padrão ou teste, pelo qual algo é julgado, avaliado ou identificado. Segundo os autores, este termo utiliza-se frequentemente para justificar intervenções em património e estabelecem critérios-chave separados em dois grupos de critérios: os **critérios explícitos**, relacionados com questões tangíveis, que inclui os princípios de conservação (autenticidade, compatibilidade, singularidade, mínima intervenção, integridade, reversibilidade e equilíbrio entre aspectos históricos e estéticos), critérios de sustentabilidade (sustentabilidade

económica, disponibilidade de materiais, disponibilidade de recursos, sustentabilidade ambiental), critérios referentes a especificidades físicas (assegurar o risco mínimo, tratamento de patologias, tentativa de preservação, assegurar a segurança humana, considerar ameaças e acessibilidades) e critérios de preservação (manutenção contínua, requisitos de uso contínuo, recursos de manutenção, considerar o uso funcional e melhorar as condições de vida), todos aplicados a intervenções de conservação.

Os **critérios implícitos** são intangíveis, como é o caso os valores associados (valor educacional, valor documental histórico, valor tradicional, valor para a comunidade, valor estético e entre outros) e critérios relacionados com o património imaterial (contexto cultural, espírito do lugar, conhecimento inerente ao objeto ou ao lugar, história do lugar e conhecimento da cultural local).

A intervenção em património deriva da capacidade de valorizá-lo e para maior optimização. A abordagem deve considerar os **critérios de intervenção**. Estes não são universais ou predefinidos e para além dos que foram referidos existem outros critérios, mas é fundamental que a intervenção no património seja fundamentada com critérios reconhecidos por autores e cartas de referência.

Cada intervenção implica um projecto de conservação, sendo que cada lugar e obra patrimonial tem características únicas e debate-se com distintos problemas. Cada caso deve ser analisado e identificados os valores associados, bem como deve ser fundamentado na ética da conservação, através dos princípios de intervenção.

Assim para intervir na Escola Primária Dr. Alfredo de Magalhães é necessário ter em conta os critérios para a intervenção, como os princípios de intervenção, intervenções de conservação, valores associados e entre outros. Correia e Walliman (2014) desenvolveram os **critérios de intervenção** aplicados às construções em terra, mas que são universais para qualquer intervenção consistente e bem fundamentada.

2.3 PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO

Nas normas associadas e desenvolvidas para o património arquitetónico do século XX são salientados princípios como a **autenticidade**, reversibilidade entres outros. Contudo, estas normas não definem explicitamente modos ou regras de intervir, bem como não definem os princípios de intervenção aplicados a esta categoria patrimonial.

Qualquer projeto de conservação é único e não existem intervenções modelo. No entanto, algumas intervenções são desenvolvidas com poucas referências de abordagens fundamentadas ou éticamente guiadas por **princípios de intervenção**. Deste modo, este parâmetro da fundamentação teórica procura salientar e associar a esta categoria arquitetónica.

Os princípios básicos de intervenção, segundo Stubbs (2009) têm papel fundamental na ética de conservação, sendo que para a fundamentação e justificação de qualquer intervenção devem estar presentes os princípios de intervenção. Estes inserem-se em três categorias, nomeadamente os **princípios éticos** (autenticidade e integridade), os **princípios internacionalmente aceites** (universalidade, reversibilidade, mínima intervenção, unidade, neutralidade e patina do tempo) e **outros princípios** associados e defendidos por autores de referência.

Na generalidade do património, conforme a Carta de Veneza (1964), a **autenticidade** é considerada como o factor essencial de qualificação no que respeita aos valores. Não discordante, o Documento de Nara (1994) estabelece que o conhecimento e compreensão das fontes de informação, relativamente às características originais e subseqüentes do património cultural e o seu significado são requisitos básicos para a avaliação dos aspectos de **autenticidade**. Este documento acrescenta que as fontes de informação são variadas e associadas a aspectos de forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e enquadramento, espírito e sentimento, entre outros internos ou externos.

Orbasli (2008), autor diretamente associado a obras arquitetónicas, considera a **autenticidade** a utilização de materiais autênticos para manter o design original do arquiteto, contudo não significa fazer com que a obra arquitetónica retome à sua originalidade. Este princípio para o autor está associado à **autenticidade** do design ou forma, material, técnicas, tradições e processos, lugar, contexto e envolvente, função e uso. Assim, para conseguir aplicar o princípio de **autenticidade** é

necessária a identificação dos valores associados à obra arquitetónica, bem como o conhecimento do seu lugar.

No que respeita ao princípio de **integridade** aplicado à arquitetura em terra, Correia (2007), considera que o princípio se refere ao estado da obra, sendo este um todo material, inteiro e indivisível e poderá incluir graus mais altos de intervenção. Este princípio deve ser encarado na perspectiva de leitura de um todo, possibilitando a melhor gestão e planeamento do objeto, atribuindo significado às distintas partes integradas na generalidade contextual. Não obstante, Orbasli (2008) acrescenta que o objeto pode ter significado histórico, arquitetónico ou artístico, expresso através da forma, estrutura, design, estética, contexto ou profissional.

Assim, o princípio de integridade permite intervenções mais invasivas que possam garantir a sua preservação física. Com intervenções de correção patológica ou estabilidade estrutural, com o objetivo de manter o uso na obra original. Stubbs (2009) defende que a conservação a longo prazo parte do uso contínuo do lugar, de modo a que respeite a sua integridade estrutural e sobreviva na sua forma original.

O princípio de **universalidade** surge associado aos bens culturais classificados como património mundial. Estes, assim que são classificados é lhes atribuído o valor univesal (Correia, 2007). Este princípio permite a protecção do património de forma a que toda a humanidade o respeite.

Para o património arquitectónico que nos rodeia no quotidiano, que não é considerado bem patrimonial, este princípio dificilmente se aplica, sendo que não iria permitir intervenções mais invasivas que garantam o seu uso. Referente à arquitetura do século XX, que possui valores associados, a conservação destes podem consequentemente causar o seu desuso. e como outras categorias patrimoniais, o destaque destes mesmos valores podem provocar o seu desuso.

Como continuação do princípio de autenticidade mas aplicado particularmente ao património arquitectónico, Correia (2007) considera que a **neutralidade** está associada especificamente a ações de reabilitação, isto porque parte da alteração da função original, a continuação do uso do edifício e o respeito pelas suas características essenciais, como melhor forma de conservação.

O Documento de Madrid (2011) aplicado ao património arquitetónico do século XX, refere o princípio de **reversibilidade**, como sinónimo de intervenção que pode

essencialmente ser desfeita, ou retirada sem causar mudanças ou alterações na preexistência. Contudo, a **reversibilidade** em determinados casos não é absoluta. Isto remota para procura de adaptação às necessidades atuais, que pode por vezes não ser reversível posteriormente, causando intervenções contraditórias entre os princípios e a atribuição de uso.

No caso do princípio da **mínima intervenção** reflete-se o mesmo. Este está diretamente associado ao projeto de conservação, no qual Feilden (2004) destaca que a melhor acção de conservação para prolongar a vida do património arquitetónico é a acção mínima para não afectar acções futuras. Correia (2007) acrescenta que a **mínima intervenção** facilita outros princípios como a **reversibilidade** e a conservação da **autenticidade**. Os princípios internacionalmente aceites, nomeadamente a mínima intervenção e a reversibilidade, são importantes para a conservação, porque ajudam à conservação do contexto natural do bem cultural.

A **patina do tempo** é um princípio importante para os materiais, com o objetivo de conservar a sua antiguidade. Assim, a **patina** reflete-se na aparência, protegendo o impacto do tempo e da degradação na obra patrimonial (International Council of Monuments and Sites [ICOMOS]; International Scientific Committee on 20th Century Heritage [ISC20C], 2011).

Stubbs (2009) considera que a teoria da conservação defende as abordagens baseadas na **integridade** e **autenticidade** e nos valores. Os princípios defendem e fundamentam as intervenções no património, protegendo fisicamente e aos valores associados.

É fundamental o uso de critérios, associados aos padrões-orientadores reconhecidos, como é o caso dos princípios de intervenção e os valores, para otimizar um juízo fundamentado e imparcial, na avaliação das acções necessárias para a intervenção de conservação. Assim, é relevante, conforme refere a Carta de Cracóvia (2000), a identificação e a valorização necessite de um processo que implica a selecção de valores.

2.4 SIGNIFICADO | VALORES ASSOCIADOS

Os valores são qualidades e características que utilizadores e sociedades atribuem em diferentes épocas ao património cultural (Orbasli, 2008). No entanto, a autora acrescenta que os valores associados à obra constituem e suportam o seu significado cultural, causando em determinadas circunstâncias conflito entre eles no momento da intervenção de conservação.

No que respeita ao património arquitetónico do século XX, os documentos europeus e internacionais que acompanham esta categoria, consideram a produção arquitetónica desta época detentora de **valores tangíveis** incorporados na sua localização, desenho, sistemas construtivos, materiais, qualidade estética e uso, bem como **valores intangíveis** relacionados com valores históricos, sociais, científicos, espirituais ou génio criativo. No entanto, os valores associados não têm uma matriz estática

O reconhecimento da importância do passado fortaleceu o pensamento patrimonial, que conforme refere a Carta de Cracóvia (2000) o património é um conjunto de obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos ou particulares em que se identifica. Kluckhohn (1951, citado por Días de Rada, 2007) determina que valor é a conceção do desejável e é variável entre indivíduos ou característico do coletivo, ou seja não existe uma matriz estática de valores.

Deste modo, para o enquadramento de um conjunto de valores que baseiem esta investigação, são analisados neste parâmetro da fundamentação teórica, autores que desenvolveram a sua análise aos valores associados, para seguidamente ser optado um dos autores que melhor se enquadra na problemática de investigação.

Alois Riegl (1987) desenvolveu a primeira e coerente base para a teoria da conservação, incluindo a análise crítica dos valores patrimoniais (Jokilehto, 2011). Posteriormente, surgem autores que igualmente desenvolvem as suas teorias de intervenção em património, assim como documentos internacionais e europeus, que procuram melhorar o entendimento e a aplicação das intervenções em património cultural. Estas teorias antagónicas e documentos serão alinhados cronologicamente e constituirão o marco teórico, respeitante aos valores associados.

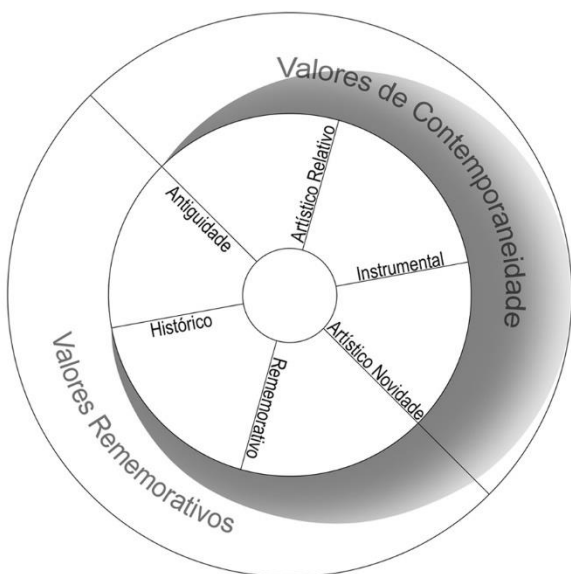


Figura 1. Esquema representativo dos valores de Alois Riegl

Riegl (1987) organiza e defende dois conjuntos abrangentes de valores que se desdobram em valores mais específicos. Os **valores rememorativos** são correspondentes à virtude original do monumento, no entanto são atribuídos pelo sujeito moderno.

Os **valores de contemporaneidade** baseiam-se na capacidade que os monumentos e as criações modernas possuem para satisfazer necessidades materiais ou espirituais. O autor estabelece que estes valores se assumem perante uma obra contemporânea recém-criada, assim com a um monumento, relativamente à sua aparência externa. Estes valores têm o objetivo de demonstrar que a obra contemporânea, assim como o monumento não são afectados pelos agentes naturais.

O **valor instrumental** insere-se no conjunto de valores de contemporaneidade, sendo considerado pelo autor, o valor com maior leque de tratamentos e intervenções no monumento e na obra contemporânea (valoriza a utilização como fim prático, considerando o seu bom estado e salubridade).

O **valor artístico**, que igualmente faz parte dos valores de contemporaneidade, é composto pelo **valor de novidade**, considerado pelo autor como o valor das grandes massas,¹ com tratamentos e intervenções mais evasivas (valoriza e baseia-se unicamente nas obras recém-criadas); e pelo **valor artístico relativo**, fundamentado no respeito pela própria e específica concepção da forma e cor da obra de arte, assim como procura manter o testemunho da superação da natureza² (valoriza com suporte na consciência e apreciação artística contemporânea).

Riegl (1987) apesar de ter sido o primeiro a teorizar os valores, estes foram desenvolvidos de forma a serem aplicados a monumentos. Tendo em conta, que na época ainda não era definido o conceito mais abrangente de bem cultural, aplicado ao património arquitectónico, monumental ou não. Além disto, o autor apresenta valores que não se encontram adaptados aos valores tangíveis e intangíveis que referem as normas europeias e internacionais relativamente ao património arquitectónico do século XX.

¹ Segundo Riegl (1987) as grandes massas são caracterizadas pelo desejo de obras com reflexo da vitoriosa acção do homem e não da influência destruidora dos agentes naturais.

² Tradução do autor

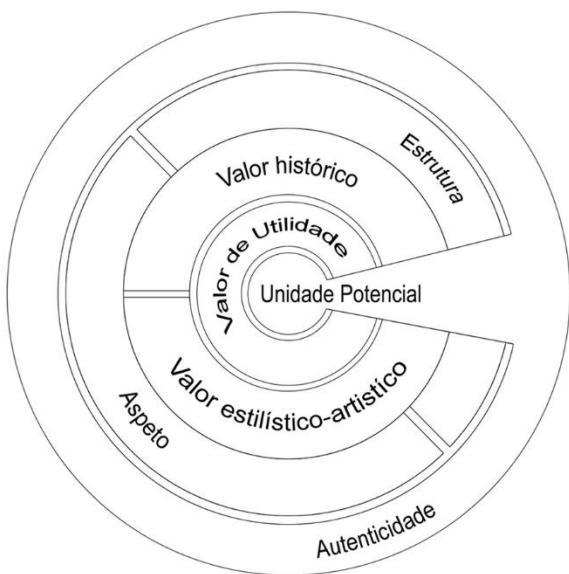


Figura 2. Esquema representativo dos valores de Cesare Brandi

Outro autor, que igualmente abordou os valores, **Brandi** (2006) desenvolve as suas linhas orientadoras, aplicadas ao restauro de obras de arte figurativas, aplicáveis a monumentos na vertente funcional (dar uso). Para o autor o restauro é “qualquer intervenção destinada a repor a eficiência de um produto da actividade humana” (2006, p. 1) com a garantia de reestabelecer a funcionalidade da obra.

Brandi (2006), apesar de seguir a intervenção de restauro, estabelece primordialmente a opção de não intervir defendendo a partir dos princípios de intervenção. Para este autor, é importante não criar falsos testemunhos, considerando que o restauro é como um evento histórico ou acção humana que pertence ao processo de transmissão para o futuro. Assim, aponta que a intervenção é um “momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, nomeadamente na sua consistência física, dupla polaridade estética e histórica, tendo em conta a sua transmissão para o futuro” (Brandi, 2006, p. 4), bem como considera relevante a identificação e permanência dos princípios de intervenção: unidade potencial e autenticidade.

Brandi (2006) define três instâncias:³ **instância de utilidade**, que acompanha sempre a obra, especialmente o monumento, devido à necessidade que o autor tem de restaurar a sua utilidade; **instância estética**, correspondente à artisticidade da obra de arte (ou monumento) e abrange o seu aspecto e estrutura (prioritariamente o aspecto, podendo a estrutura ser alvo unicamente de intervenções de consolidação ou manutenção); e **instância histórica**, atribuída principalmente aos monumentos dotados da capacidade de espacialidade (prioritariamente o sistema estrutural e seguidamente o aspecto).

Estes dois autores apresentados têm valores similares mas com matrizes que diferem consideravelmente. **Riegl** (1987) expõe os seus valores e afirma o conflito entre os mesmos, resultante de contrastantes intervenções. Conforme o esquema síntese dos valores de **Alois Riegl** (1987), desenvolvido na figura 1, distinguem-se as intervenções mais invasivas nos **valores de contemporaneidade**, especificamente o **valor de novidade**. No entanto, na possibilidade de haver valores pertencentes aos dois conjuntos as intervenções podem atingir graus invasivos de conservação.

³ As instâncias das obras de arte, referidas em “A teoria do restauro” de Brandi, tem a mesma conotação que valores associados.

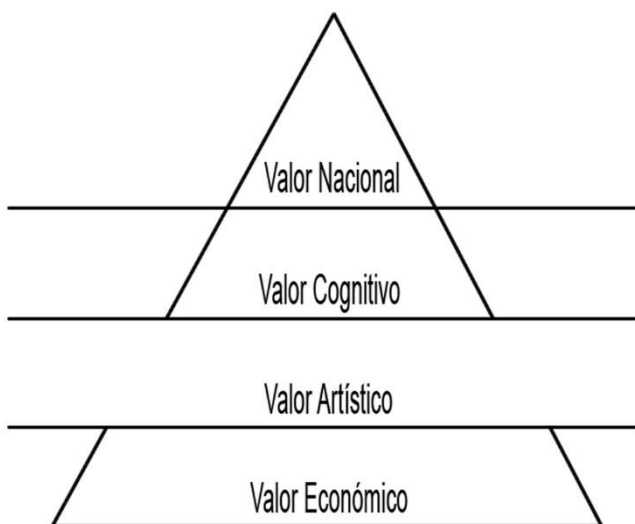


Figura 3. Esquema representativo dos valores de Choay

Em contrapartida, **Brandi** (2006) estabelece as opções: restaurar ou não intervir. Na representação dos seus valores na figura 2, o autor defende que, para garantir o princípio de autenticidade, necessita de identificar a unidade potencial. Após esta identificação, é iniciada a associação direta ao **valor de utilidade** e posteriormente identificados os **valores histórico** ou **artístico**.

Contudo, a teoria de **Cesare Brandi** (2006), segundo Jukilehto (2011) é vocacionada para a conservação do aspecto, considerando teoria das obras de arte decorativas, atualmente os valores do autor são demasiado restritos para a grande variedade de bens culturais.

Os autores referidos, de igual modo, promovem o reconhecimento e intervenção para que o património permaneça por gerações, através de opções fundamentadas num juízo crítico. A autora **Choay** (1999,p.101), por sua vez, considera que para “um tratamento sistemático” do património é necessário “critérios de análise.” Esta autora introduz o seu pensamento sobre património e os valores associados aos monumentos, através da contextualização dos valores estabelecidos entre a época da Revolução francesa e os anos 60.

Choay (1999) destaca o **valor nacional** como o mais importante e fundamental, considerando que inspirou as medidas para a conservação, inventariação e verificação de categorias do património. Tendo em conta o grau de importância da época, a autora define o **valor cognitivo**, relacionado com a educação, saberes abstractos e vários conhecimentos, reflexo nos monumentos históricos. Mediante os autores anteriormente referidos, esta identifica o **valor artístico**, mas considera-o “impreciso” (1999, p. 99), associado à escassez de abordagens ao termo beleza na conservação. Por fim, o **valor económico** caracteriza-o como um meio para a exploração turística, afectado pela “forte conotação económica” (Choay, 1999, p. 101).

A pirâmide de valores contextualizados pela autora (fig.3), reflete o sumário dos valores existentes até à sua época de 60. É relevante mencionar que atualmente o valor nacional não é aplicado, considerando que o património é mundial e que pertence a toda a humanidade, assim com a responsabilidade pelo mesmo. Estes autores mencionados foram os primeiros a desenvolverem abordagens aos valores associados a monumentos ou obras de arte. Como referido, estes monumentos e obras de arte, atualmente são considerados bem culturais, que abrangem património movél, imóvel e intangível.

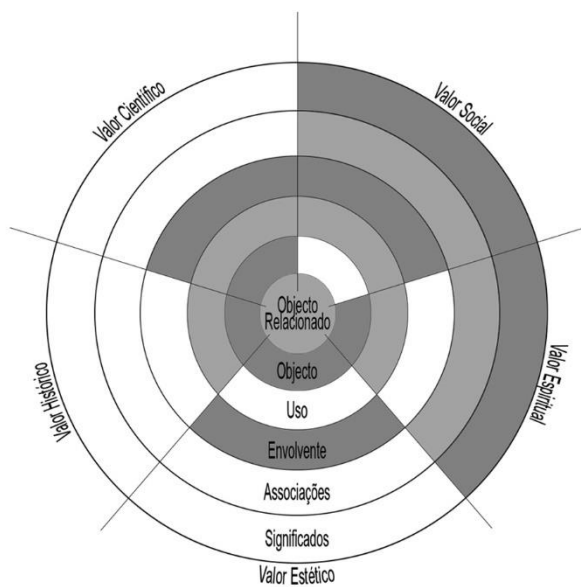


Figura 4. Esquema representativo dos valores da Carta de Burra

Posteriormente, a **Carta de Burra** (1999), primeiro documento internacional a mencionar e definir o termo **significado cultural** (sinónimo de significado patrimonial e valor de património cultural) que abrange de forma equivalente, **valores estético, histórico, científico, social ou espiritual** representados no lugar, através do seu objeto (espaços, superfície exterior ou materiais), envolvente (lugar, paisagem, construções que rodeiam), uso (funções, atividades ou práticas ocorrentes no objecto), associações (conexões entre as pessoas e o lugar), significados (aspectos intangíveis de carácter simbólico ou recordações) e lugares ou objectos relacionados (contributo externo).

Após a análise aprofundada dos significados concretos dos termos utilizados e conforme as definições desenvolvidas na carta internacional, relativamente à forma como estes valores são identificados, desenvolveu-se a representação esquemática dos **valores/significados culturais** (fig. 4).

O **valor estético** está associado à criação artística, no que respeita à sua forma, cor e beleza, pode materializar-se através do objeto, da envolvente e dos objetos relacionados. No que refere ao **valor histórico** é atribuído ao que pertence à história ou memória da evolução da humanidade, que pode ser identificado através do objeto, do uso ou de objetos relacionados.

Relativamente ao **valor científico**, correspondente à ciência, considerada o conjunto de conhecimentos relativos a uma determinada área, por exemplo: da arquitetura, da arqueologia, da engenharia ou outras áreas de conhecimento científico. Estes valores podem reflectir-se através do objeto, da envolvente, do uso ou objetos relacionados.

O **valor social e espiritual** atribuído à sociedade e às ideologias/religiões, respectivamente. O primeiro consegue ser identificado através da envolvente, do uso, de associações, de significados e objetos relacionados. O segundo valor pode ser corporizado pelo objecto, uso, associações, significados ou objetos relacionados.

O autor **Bernard Feilden** (2004) aplica diretamente ao tema da conservação arquitectónica estabelecendo dois passos para uma intervenção em património: definir um objectivo para o projecto e posteriormente identificar os valores associados, atendendo que é uma questão cultural.

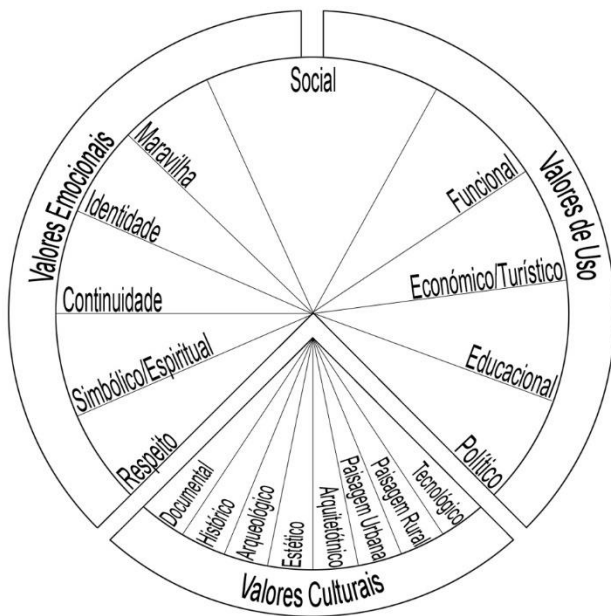


Figura 5. Esquema representativo dos valores de Feilden

O autor classifica três conjuntos de valores: **valores emocionais** caracterizados pela consciência cultural e transmissores de mensagens, através de emoções manifestadas no local (**maravilha, identidade, continuidade, respeito ou veneração e simbólico ou espiritual**); **valores culturais** identificados e apreciados por pessoas com formação em áreas específicas (**documental, histórico, arqueológico** ou de **idade, estético** ou valor **arquitetónico, paisagem urbana, paisagem rural** ou **ecológica e tecnológica** ou **científica**); e **valores de uso** compostos por valores específicos e divergentes (**funcional, económico** ou **turístico, social, educacional e político**).

Os **valores de uso** enquadram-se na obra como necessidade local e da própria obra. Estes valores procuram que a obra arquitectónica não caia em desuso ou degradação, que implica gastos em cuidados de segurança e manutenção e que de certa forma consiga ser uma chamada de atenção para a preservação e utilização de algo que pertence ao passado e importa para a história do local.

Este conjunto de valores são particulares do local, identificados por necessidades ou pela representatividade. Os **valores funcional, político e económico/ turístico** estão associados ao interesse na utilização do espaço arquitectónico, promovendo intervenções de remodelação e reabilitação. No entanto, o **valor educacional** tem vertente representativa que pode promover algo para a história/ educação.

Conforme a representação dos valores de **Bernard Feilden** (2004) (fig.5), o autor define o **valor social** enquadrado entre o conjunto de **valores emocionais** e de **uso**, por poder representar algo emocional característico do local. Esta bipolaridade do **valor social** está associado ao modo ou sujeito que o identifica.

Feilden (2004) estabelece categorias de pessoas que possibilitam a identificação dos seus conjuntos de valores. No caso dos **valores emocionais** são caracterizados como mensagens e devem ser identificados pela população local, que aprecia o espaço arquitectónico pelo seu significado. Os **valores culturais** são identificados através de pessoas com formação em áreas específicas, como por exemplo: arquitectos, arqueólogos, historiadores ou de outras áreas de conhecimento científico.

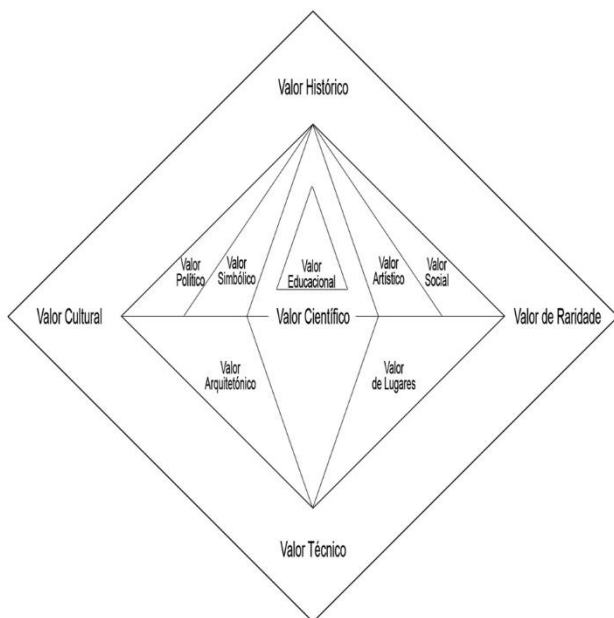


Figura 6. Esquema representativo dos valores de Orbasli

Outro autor de referência, **Orbasli** (2008) enumera os valores associados ao património cultural mais comuns, como: **valor histórico** (obra arquitectónica ou lugar que esteve presente ou associado a eventos ou períodos na história); o **valor arquitectónico** (qualidades técnicas ou formais que contribuem para a experiência do quotidiano); o **valor estético ou artístico** (possivelmente associado a uma obra arquitectónica histórica, que demonstra alguma qualidade de habilidade artística); e o **valor de raridade** (ocorrência de algum tipo de construção ou técnica em determinada área). Este refere outros valores menos tangíveis: **valores emocionais** (afeto, maravilha ou respeito artístico ou de conhecimento, durante o movimento na obra arquitectónica); **valores espirituais** (adoradores de obras religiosas ou de peregrinação, incluindo a natureza através das formas das montanhas, rios ou outras características naturais); e **valores simbólicos** (associado a momentos comemorativos históricos, com memórias desejadas ou simbólicas) do lugar.

Entre os valores que o autor considera comuns, acrescenta os **valor associativo** (relação que a obra arquitectónica ou lugar tem com um evento ou personalidade na história), **valor cultural** (estilos de vida, uso de materiais, habilidades ou técnicas construtivas do período passado), **valor económico** (benéfico para a economia aplicado através do turismo, como forma de conservação desde finais do século XX), **valor educacional** (sítios históricos que transmitem aprendizagem), **valor de paisagem** (contexto ou envolvente da obra arquitectónica), **valor de lugares distintos** (distinção do lugar, atribuída pela sua qualidade única, representado por materiais locais ou técnicas construtivas desenvolvidas no local), **político** (razões pelas que determinados períodos políticos favoreceram a obra arquitectónica), **valor público** (espaços públicos associados a comícios, revoluções ou outros eventos, possivelmente relacionados com valores históricos ou políticos), **valor científico/ investigação/ conhecimento** (técnicas aplicadas ou materiais utilizados, que transmitem práticas de determinada época, este valor está associado ao valor educacional), **valor social** (significado de lugar histórico para a comunidade, que frequentemente parte de uma contínua alteração social), **valor técnico** (relacionado com sistemas tecnológicos utilizados na construção, que são um contributo para um avanço tecnológico) e **valor de paisagem urbana** (contexto de um conjunto arquitectónico, rua ou paisagem urbana).

Conforme a representação dos valores de **Orbasli** (2008) (fig.6), destaca dois valores que se isolam na sua definição e que podem surgir associados a outros,

nomeadamente os **valores histórico** e **técnico**. Os valores centrais podem estar associados e ser definidos por estes dois, assim como os que se encontram próximos verticalmente. Contudo, o autor apesar de ser bastante explícito na sua abordagem aos valores associados ao património arquitectónico não destaca como identificá-los ou quais as intervenções de conservação que implicam.

Os conjuntos de abordagens dos autores referidos, conforme os mesmos redigem são variáveis, causados pela singularidade de cada lugar, assim pode ser considerado que existe o **factor contexto** para a identificação dos valores associados. Por sua vez, também pode ser ponderado o **factor tempo**, como processo de mudança dos valores, resultante da continuidade histórica do sítio. Neste sentido, a Carta de Cracóvia (2000) refere que as decisões e responsabilidades exercidas nas intervenções aplicam-se a elementos entendidos no momento, bem com a elementos que possam não ter significado na actualidade, mas no futuro.

O autores **Riegl** (1903), **Choay** (1999) e **Feilden** (2004) consideram que o **valor artístico** subjectivo. Apesar do termo existir, está longe de ser concreto, causado pela variação de sujeito para sujeito, assim como pela variação cultural. Assim, considera-se o **factor subjectividade** na identificação dos valores associados.

A ideia de que algo que sobreviveu até à actualidade, tornou-o único e originou a reflexão da particularidade da sua cultura e identidade, para que seja garantida a sua continuidade para as gerações futuras. Conforme o Documento de Madrid (2011) e outras normas associadas à arquitectura, deve ser desenvolvida a identificação dos seus valores culturais. **Feilden** (2004) apresentou de melhor forma, a diversidade e caracterização dos seus conjuntos de valores. Estes garantem a igualdade de importância entre os mesmos e conseguem abranger características relevantes para o património arquitectónico(materialidade e sistemas construtivos da obra arquitectónica), destacados na carta do património arquitectónico (1999) e no Documento de Madrid (2011). Além disto, o autor refere os indivíduos que identificam os conjuntos de valores, fundamental para a investigação. Em suma, **Feilden** (2004) irá servir de base para a identificação dos valores associados à Escola Primária Dr. Alfredo de Magalhães.

2.5 GRAUS DE INTERVENÇÃO

Este parâmetro da fundamentação teórica procura esclarecer os termos utilizados nas intervenções no património arquitectónico. Ao longo dos pontos anteriores da fundamentação, nomeadamente os princípios de intervenção e dos significados/ valores associados, as intervenções estão sempre associadas com estes critérios. Assim, os critérios vão definir a intervenção que tem como objectivo a conservação.

Deste modo, a abordagem aos graus de intervenção são identificadas neste parâmetro teórico, do grau menos invasivo para o mais invasivo, para seguidamente destacar quais os conceitos seguidos na presente dissertação de projecto.

A intervenção pode implicar a perda de valores associados, justificáveis a partir do objectivo de conservar para o futuro (Feilden, 2004). Outro autor, Stubbs (2009) acrescenta que existem vários níveis/graus de intervenção e que no campo da conservação arquitectónica existem nomenclaturas ajustadas às origens ou idiomas.

Conservação significa manter em bom estado (acto de conservar). O Documento de Nara (1994) refere a conservação como todos os esforços aplicados para a compreensão do bem cultural, conhecimento da sua história ou significado, para garantir a salvaguarda material, apresentação, restauro e valorização.

Para Feilden (2004) a conservação é a acção que previne a destruição e adapta de forma dinâmica. No entanto, González- Varas (2008) define o termo como uma disciplina de intervenções ou operações, com a finalidade de prolongar e manter, os materiais que constituem o bem patrimonial. Por sua vez, Orbasli (2008) refere a conservação como o processo de entendimento e salvaguarda, que pode estar associado a vertentes de manutenção, reparação, restauro ou adaptação, com o objectivo de conservar o seu significado cultural.

Ambos os autores de referência destacam a conservação como intervenções com várias escalas e níveis de intensidade. Dependendo do objectivo final e dos princípios de conservação, o grau de intervenção varia e actua em simultâneo com projecto de conservação. Na investigação, o termo conservação é considerado como um objectivo que abrange a intervenção.

Preservação significa proteger de algo (acto ou efeito de preservar).

Mediante a Carta de Burra (1999) e Feilden (2004) a preservação procura manter o seu estado existente, intervindo de forma a atrasar a sua deterioração. O termo incide na obra patrimonial como forma preventiva da conservação, defesa, salvaguarda ou articulação de medidas prévias de protecção contra os perigos ou danos possíveis (González- Varas, 2008).

A intervenção de preservação caracteriza-se como o grau menos invasivo, associado ao princípio da mínima intervenção. Para González- Varas (2008) e Stubbs (2009) os termos preservação e conservação são sinónimos por apresentarem definições e aplicações semelhantes. No entanto, o último autor estabelece o termo conservação preventiva, associada à preservação descrita por outros autores, exemplificando com a prevenção de uma estrada ser construída perto de um bem patrimonial.

Para além das duas abordagens apresentadas, Orbasli (2008) considera que o objectivo da intervenção de preservação é manter o bem cultural na sua forma e condição actual, com a possibilidade de cuidados através de manutenção. Esta abordagem associa-se à uma teoria do restauro, em específico Ruskin, defensor da conservação. Caracterizada pela acção de “deixar” no estado em que se encontra. Igualmente, Stubbs (2009) acrescenta o termo “Laissez- Faire” (expressão associada ao funcionamento livre e sem interferência) caracterizado por “deixar o lugar como está”, aplicado quando não existem condições para intervenções.

Apesar das diferentes abordagens à intervenção de preservação, assim como os distintos termos utilizados, a investigação procura a sua aplicação na arquitectura. Neste sentido, a atribuição do conceito de preservação aponta para uma intervenção que tem objectivo que a obra arquitectónica se mantenha com as suas características originais, independentemente do seu estado de degradação. No entanto, a preservação pode não actuar na obra arquitectónica, mas em contrapartida pode voltar-se para a sua envolvente, de modo a atrasar o processo de degradação.

Manutenção significa dar ou obter o necessário para viver (acto ou efeito de manter). Este termo é semelhante às definições atribuídas à preservação, prevenção, protecção e conservação preventiva. Na Carta de Burra (1999), manutenção significa o cuidado contínuo de protecção do bem cultural e da sua

envolvente. González-Varas (2008), por outro lado, considera um meio para a “conservação preventiva” (Stubbs, 2009), possibilitando atrasar ou evitar intervenções directas. Para Stubbs (2009) a manutenção compreende um programa de inspecções periódicas associados a distintas áreas.

Mediante os conceitos referidos, Feilden (2004) e Orbasli (2008) descrevem de forma semelhante os termos de prevenção e protecção, respectivamente, caracterizados pelo uso de medidas para prevenir/ salvaguardar contra a destruição. No caso do primeiro autor, exemplifica que as medidas estão relacionadas com acções de controlo de humidades, temperaturas e luz, manutenção, limpeza ou inspecções. Assim, o objetivo da manutenção é a prevenção de modo a atrasar a degradação da obra arquitectónica.

Consolidação ou Estabilização significa tornar ou ficar consistente ou estável (acto ou efeito de consolidar ou estabilizar). Feilden (2004) considera a intervenção de consolidação (ou conservação directa) a adição ou aplicação de suporte ou agregação material na obra arquitectónica, com o objectivo de garantir os princípios de continuidade ou integridade. Acrescentando, Stubbs (2009) caracteriza esta intervenção como variável, dependendo dos materiais utilizados e da escala física do problema, mínima ou radical, invisível ou visível. Assim, a consolidação direciona-se para a vertente estrutural da obra arquitectónica. De modo a esta garantir o princípio de integridade, associado a intervenções mais invasivas, englobando estratégias irreversíveis, possivelmente.

Este conjunto de intervenções apresentados podem ser considerado com carater menos invasivo. Procurando proteger e salvaguardar a obra patrimonial da sua decadência, assim como apresentar soluções sem afetar o valor patrimonial. Considerando que a intervenção de consolidação implica a adição ou agregação, pode ser considerado o grau mais invasivo deste conjunto.

Restauro significa reparar, restabelecer ou reintegrar no estado original (acto ou efeito de restaurar). A Carta de Burra (1999) estabelece que o objectivo do restauro é devolver à obra existente um estado anterior reconhecido, incluindo a remoção de agregações ou recompondo componentes existentes, sem introduzir novos materiais. A Carta de Cracóvia (2000) acrescenta que a intervenção de restauro procura conservar o princípio de

autenticidade e a apropriação do bem cultural. Não obstante, Orbasli (2008) considera uma operação, que possibilita ao objecto retomar à forma original.

Outros autores como Feilden (2004), Petzet (2004), González- Varas (2005) e Stubbs (2009) identificam que o objectivo do restauro é devolver ao bem patrimonial a sua aparência e a sua legibilidade original e procura reestabelecer a unidade potencial do objecto.

O restauro é oposto à mínima intervenção, isto porque está além da preservação dos seus valores e contrariamente procura reestabelecê-los. No entanto, os autores esclarecem que a intervenção de restauro não deve criar falsos testemunhos. Deste modo, estas as intervenções devem ser fundamentadas em documentação autêntica, bem como devem ser devidamente documentadas as alterações posteriores. Assim, o termo restauro está associado à obtenção do estado original da obra, que implica a adição ou remoção de partes que podem constituir a evolução histórica da obra arquitectónica.

Reabilitação significa reparar (acto ou efeito de reabilitar). Termo principalmente utilizado em intervenções arquitectónicas (González- Varas, 2008). Esta prática associa-se a termos como modernização, reutilização, adaptação, recuperação e, apesar de distinto, renovação. Petzet (2004) esclarece que a reabilitação é demasiado radical pela exigência de acomodar regras e disposições modernas ou alterar a sua utilização, considerando que tem uma vertente de renovação, pelo facto procurar adaptar-se às necessidades atuais.

O uso da obra arquitectónica é o principal objectivo da reabilitação, sendo que o mais apropriado é aquele que se aproxima da sua função original, para garantir o princípio de mínima intervenção ou permanência dos valores associados (Feilden & Jokilehto, 1998). Stubbs (2009) acrescenta que as reparações e alterações devem preservar partes e características significativas para a história.

Orbasli (2008), refere-se de igual modo, à adaptação como a alteração do uso ao longo do tempo, que não precisa necessariamente de alterar a sua forma. Deste modo, a intervenção ajuda a que a obra aquitectónica não caia em desuso ou abandono.

Ao longo das leituras associadas ao património arquitectónico está presente a utilização de modo a não caia em decadência pelo abandono, ressaltando a

expressão de Earl (2003): “use it or lose it”. A razão desta reutilização é por este património ser um recursos, capaz de servir propósitos atuais.

Em suma, pode afirmar-se que a intervenção de reabilitação associa-se à apropriação da forma ou estrutura da obra de arquitectura. Conforme referido, a reabilitação pode incluir ou não, a renovação, conforme a necessidade de melhoria das condições de conforto e uso.

Renovação significa tornar novo, melhorar ou consertar (acto ou efeito de renovar). Apesar de determinados autores ponderarem os termos reabilitação e renovação como sinónimos, outros por sua vez identificam-nos como distintos.

Petzet (2004) considera a renovação a ação de tornar novo novamente a unidade estética. Outro autor, González-Varas (2008) ressalta que é uma medida de melhoria e actualização de componentes materiais. Acrescentando, que é sinónimo do princípio de reversibilidade e contraditório à patina do tempo, bem como não é uma intervenção compatível com as exigências básicas da conservação, determinados elementos patrimoniais.

Conclui-se que a renovação afecta o aspecto dos materiais, enquanto que a reabilitação se aplica ao uso. Por consequência estes podem integrar-se mutuamente numa intervenção especificamente arquitectónica, assim como independentemente.

Reconstrução significa reedificar ou formar de novo (acto ou efeito de reconstruir). Segundo a Carta de Burra (1999) a reconstrução significa devolver a uma obra arquitectónica o seu estado anterior conhecido, com a utilização de novos materiais. A maioria dos autores, até agora referidos, considera a reconstrução o nível mais alto das intervenções, sendo considerado um procedimento de carácter absolutamente excepcional (González- Varas, 2008).

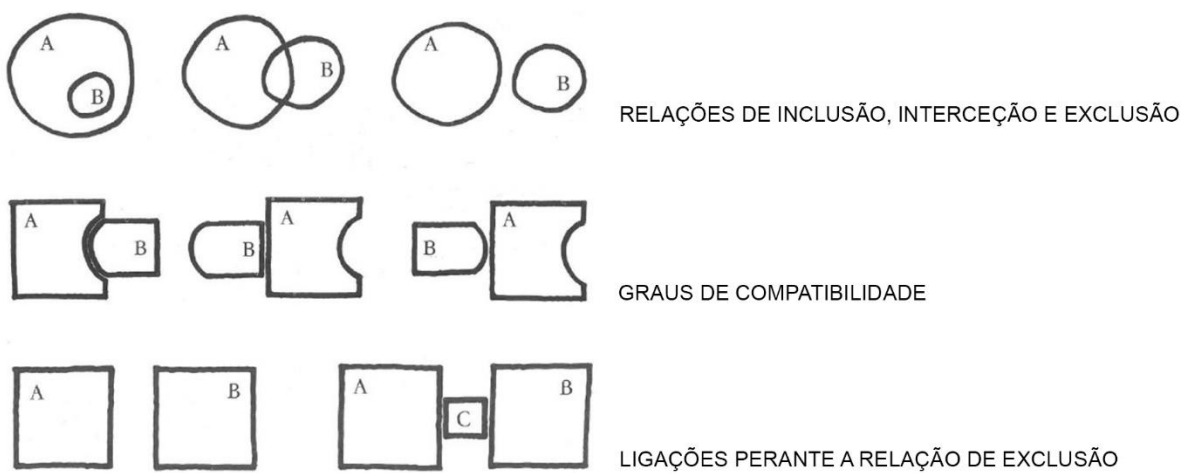


Figura 7. Esquemas de inserção de intervenção de ampliação

A intervenção de reconstrução restabelece estruturas destruídas por acidentes, catástrofes naturais ou eventos de guerra. Contudo, não substitui o objecto patrimonial, isto porque determinados valores são perdidos. Autores como Feilden (2004) e Stubbs (2009) ponderam que a reconstrução engloba intervenções de relocação e anastilosis, respectivamente. O primeiro admite na reconstrução a movimentação da obra arquitectónica para outro lugar, que não o original (relocação). Por conseguinte, o segundo define a reconstrução como a remontagem parcial ou completa da estrutura original “in situ”, utilizando a maioria dos materiais originais (anastilosis).

Assim, a reconstrução é a intervenção de conservação com o grau mais invasivo para os valores e princípios de intervenção. Podendo incluir a relocação e anastilosis, que são intervenções distintas e na aplicação, estas precisam de ser fundamentadas com bases documentais oficiais e verdadeiras.

Este conjunto de intervenções referidas (restauro, reabilitação, renovação e reconstrução) procuram a conservação de valores específicos ou evitar perdas patrimoniais. Stubbs (2009) refere que quanto maior o grau de intervenção, maior o risco de manter a autenticidade e a reversibilidade.

Em suma, estas últimas intervenções são consideradas as mais invasivas, contudo os dois conjuntos procuram a conservação do bem patrimonial ou de valores específicos. No entanto, o grau de intervenção aplicado é influenciado pelo estado da obra e o uso pretendido.

Todas as intervenções anteriormente referidas aplicam-se à preexistência, mas a intervenção de ampliação, em simultâneo outra intervenção, é uma opção que pode diminuir o grau de intervenção na preexistência.

Ampliação significa estender ou aumentar (acto ou efeito de ampliar). O Documento de Madrid (2011) pondera as ampliações, conforme a análise e desenho cuidadoso, com respeito à escala, implantação, composição, proporção, estrutura, materiais, textura e cor da obra arquitectónica. O documento estabelece que estas intervenções devem ser reconhecidas como novas, por isso têm de ser identificáveis, bem como o seu desenho deve estar em harmonia com a preexistência, sem competir, de forma a completá-la.

As orientações do documento não são consideradas explícitas. Contudo, Gracia (1996) desenvolve e esquematiza a intervenção de ampliação (fig.7). O autor estabelece a ampliação como melhoria e modificação espacial, de modo compatível e unificado com a preexistência. Sendo assim, Gracia (1996) desenvolve através de esquemas, possíveis ligações entre a preexistência e a ampliação (fig.7): relações de inclusão, intercepção ou exclusão, graus de compatibilidade e ligação perante a relação de exclusão.

A ampliação pode ser aplicada em simultâneo com outras intervenções mais ou menos invasivas, ou atuar independentemente sem afectar/ interagir de forma direta obra arquitectónica. O principal objectivo da ampliação é apoiar, pela impossibilidade de intervenção, ou pela incapacidade para adquirir outra função.



PARTE III | OBJETO DE ESTUDO

Figura 8. Localização e análise demográfica da região Norte e com referência do concelho de Viana do Castelo

3.1 ENQUADRAMENTO DO TERRITÓRIO

Esta parte da investigação aborda, de forma breve e objetiva, temas para o conhecimento do enquadramento da antiga Escola Primária de Perre. Deste modo, são apresentados dados associados ao enquadramento do distrito e concelho de Viana do Castelo e da freguesia de Perre.

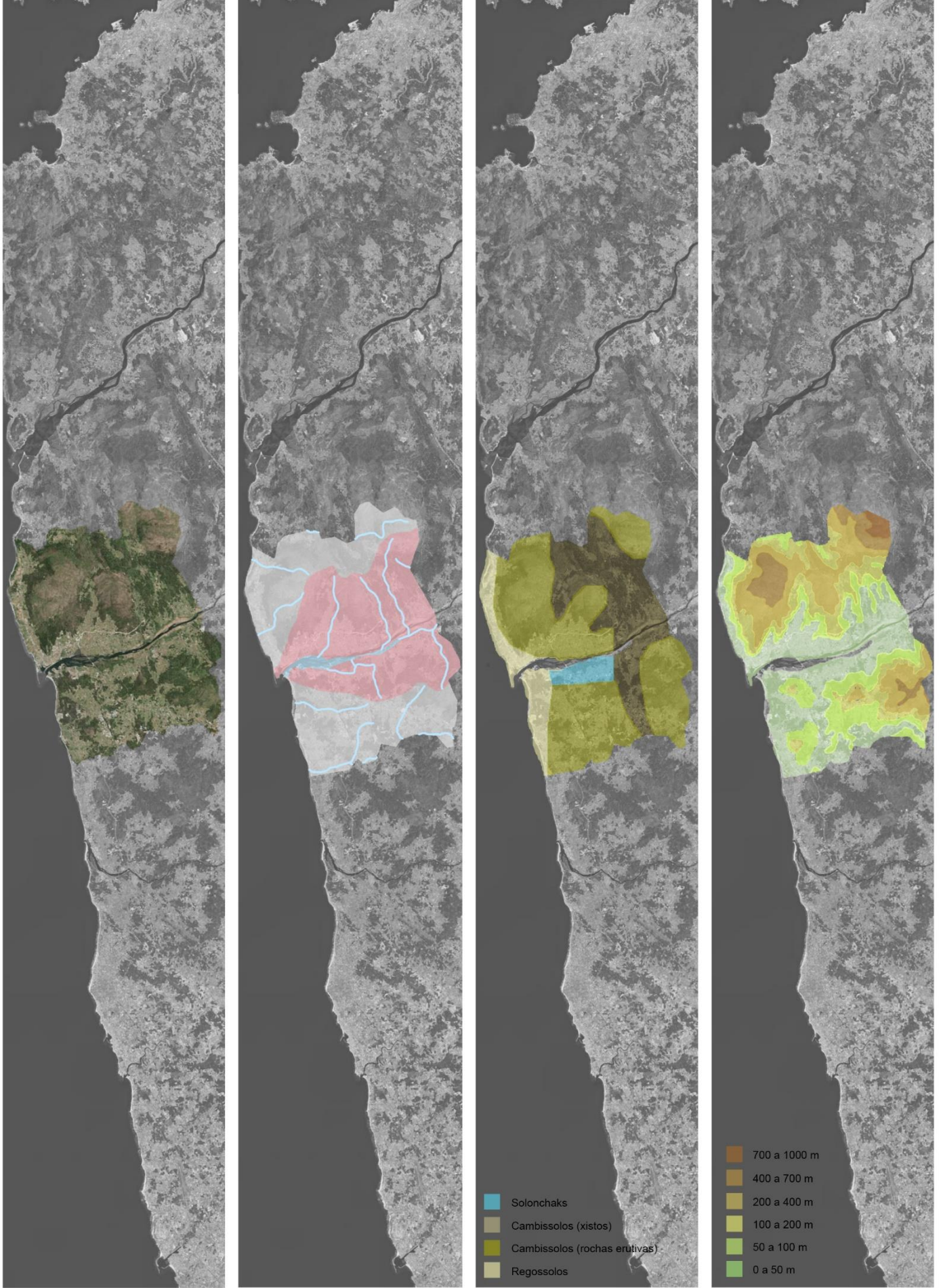
O principal objetivo é entender as qualidades e debilidades que possui a freguesia, para que sejam retiradas conclusões determinantes para o novo uso da antiga escola. O concelho de Viana do Castelo, situado no **Norte de Portugal Continental**, pertencente à província do Minho e ao distrito de Viana do Castelo, encontra-se centrado, a norte pelo concelho de Caminha, a leste por Ponte de Lima, a sul por Barcelos e Esposende e a este pelo Oceano Atlântico.

Atualmente, Viana do Castelo é composta por 27 freguesias e de forma equidistante o concelho é separado pelo rio Lima. O objeto de estudo desta investigação situa-se na freguesia de Perre, localizada no centro da zona norte relativamente ao rio Lima.

Do ponto de vista **populacional**, segundo os Censos 2011, a **região Norte** manteve sensivelmente a mesma população desde 2001, no entanto dos 86 municípios, 61 perderam população na última década, sendo que os restantes que ganharam população situam-se nos arredores do Porto.

A estrutura etária da população em Portugal, entre a década de 2001 e 2011, acentuou-se no desequilíbrio demográfico. O Norte demonstrou a diminuição de população jovem e o aumento da população idosa. Nesta região a evolução demográfica demonstra contrastes, sendo que os municípios do interior norte apresentam maior percentagem de população idosa e menor de população jovem. Contrariamente, a zona costeira norte, que pode ser visto na figura 8 (referente aos jovens e aos idosos na região Norte de Portugal), apresenta maior população jovem e menor população idosa.

Segundo a análise dos dados estatísticos apresentados, destaca-se que a população jovem movimenta-se para as zonas com vertente urbana e a população idosa mantém-se ou movimenta-se para zonas interiores ou com vertente rural. Este fenómeno atual reflete-se no país, nas regiões, assim como nos próprios concelhos.



VIANA DO CASTELO

MAPA HIDROGRÁFICO

MAPA GEOLÓGICO

MAPA DE RELEVO

Figura 9. Localização e análise territorial do concelho de Viana do Castelo

3.1.1 CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

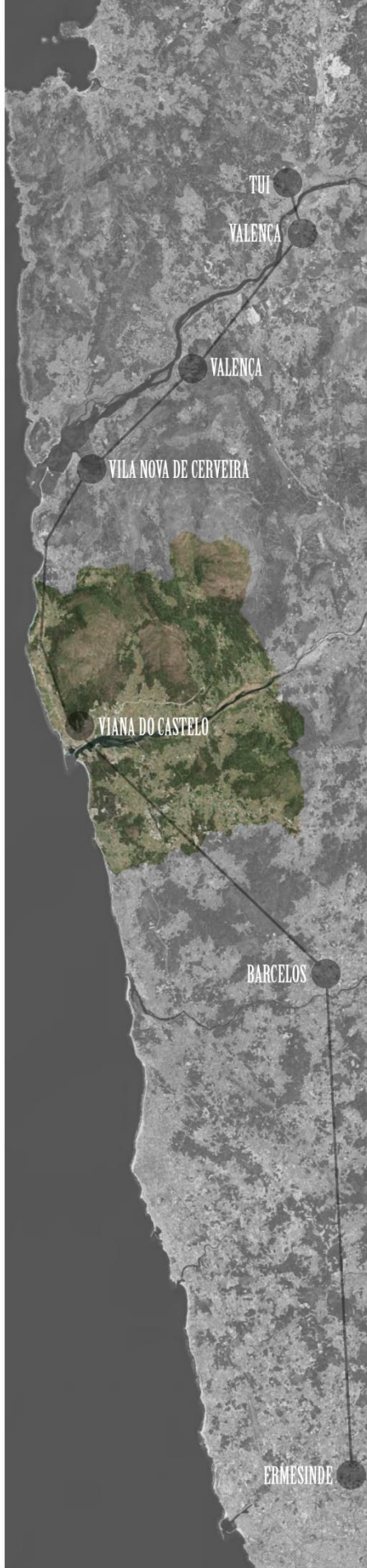
Em **Viana do Castelo**, de acordo com a figura 9, relativamente à sua **geologia**, predomina as rochas eruptivas e xisto, associados à forte influência atlântica. No que respeita à faixa litoral, esta é composta por regossolos, compostos por materiais detríticos arenosos mais ou menos grosseiros. Num troço da margem sul do rio Lima os solos são de carácter salino, de moderada ou elevada salinidade e produtores de formações aluviais ou derivados de rochas detríticas.

O **relevo**, segundo a maioria dos investigadores ligados às ciências da terra consideram a província do Minho como um vasto teatro voltado ao oceano Atlântico do qual recebe forte influência (Brochado de Almeida, 2008). Outro autor, Feio (1948) caracteriza a beira litoral como uma orla plana banhada de humidade. A região litoral tem características rochosas, com praias localizadas entre as altitudes mais elevadas e afloramentos rochoso e estuários dos rios Minho e Lima.

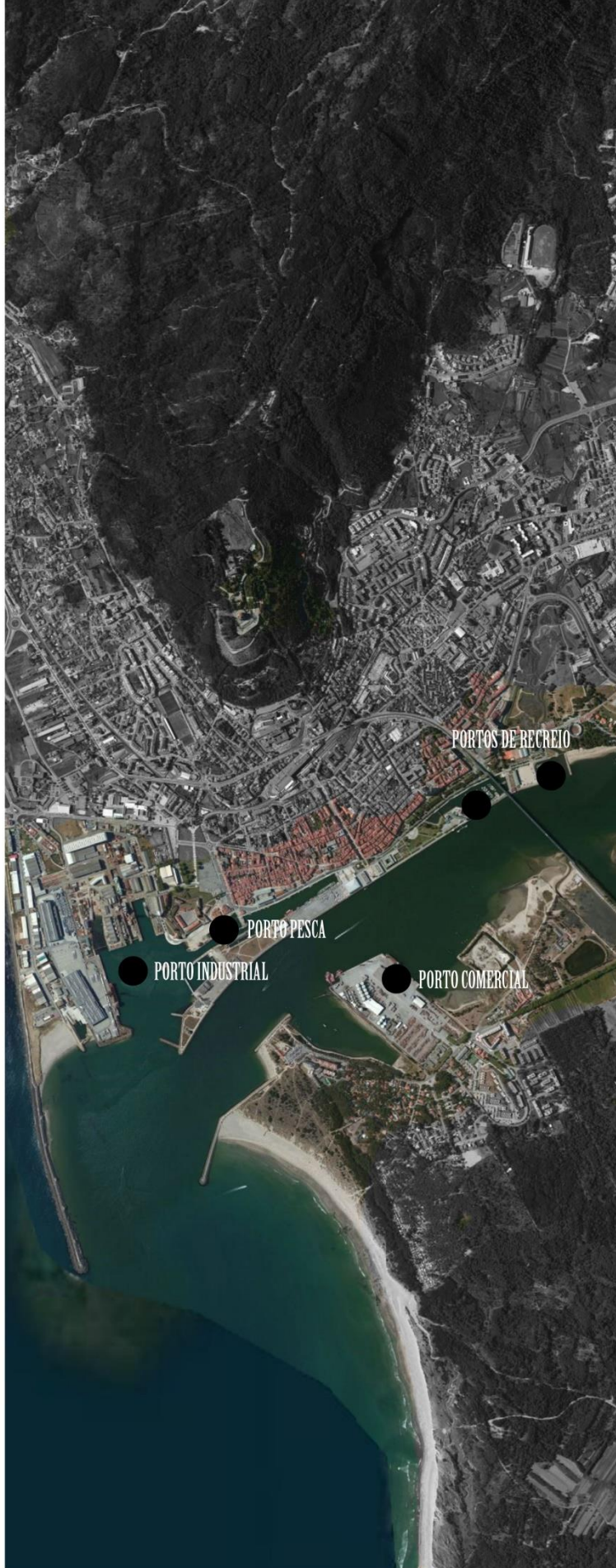
Viana do Castelo é composta morfologicamente por **três unidades** de relevo, o **vale do rio Lima**, que atravessa o concelho na diagonal, apresentando um vale aberto próximo do perfil de equilíbrio e inclinação muito reduzida, com um vale de inundação muito amplo.

As **serras litorais**, situadas principalmente a norte do rio Lima, são serras de altitude média, com predominância a Serra d' Arga com 824 m e a Serra de Santa Luzia com 549 m e na margem sul a Serra de Paradela com 487 m de altitude. Todas estas serras são relevos em granito, separados por bandas de xistos, com declives acentuados nas encostas, coroadas por superfícies aplanadas. Por fim, a **plataforma litoral**, que limita o concelho com o Atlântico e apresenta características de abrasão marinha, que se desenvolve a nível do mar, de aproximadamente 100m de largura, reflectindo-se na zona sul da foz do Lima de igual modo.

Relativamente à **hidrografia** do concelho apresenta três rios principais que correm paralelamente em direcção ao mar, nomeadamente o rio de Âncora (norte), o rio Lima (centro) e o rio Neiva (sul). Entre estes rios correm vários ribeiros, que caracterizam o concelho de Viana como uma zona de contínuas bacias hidrográficas.



LINHA DO MINHO



REDE PORTUÁRIA DE VIANA DO CASTELO

Figura 10. Rede de transportes ferroviário e portuária de Viana do Castelo

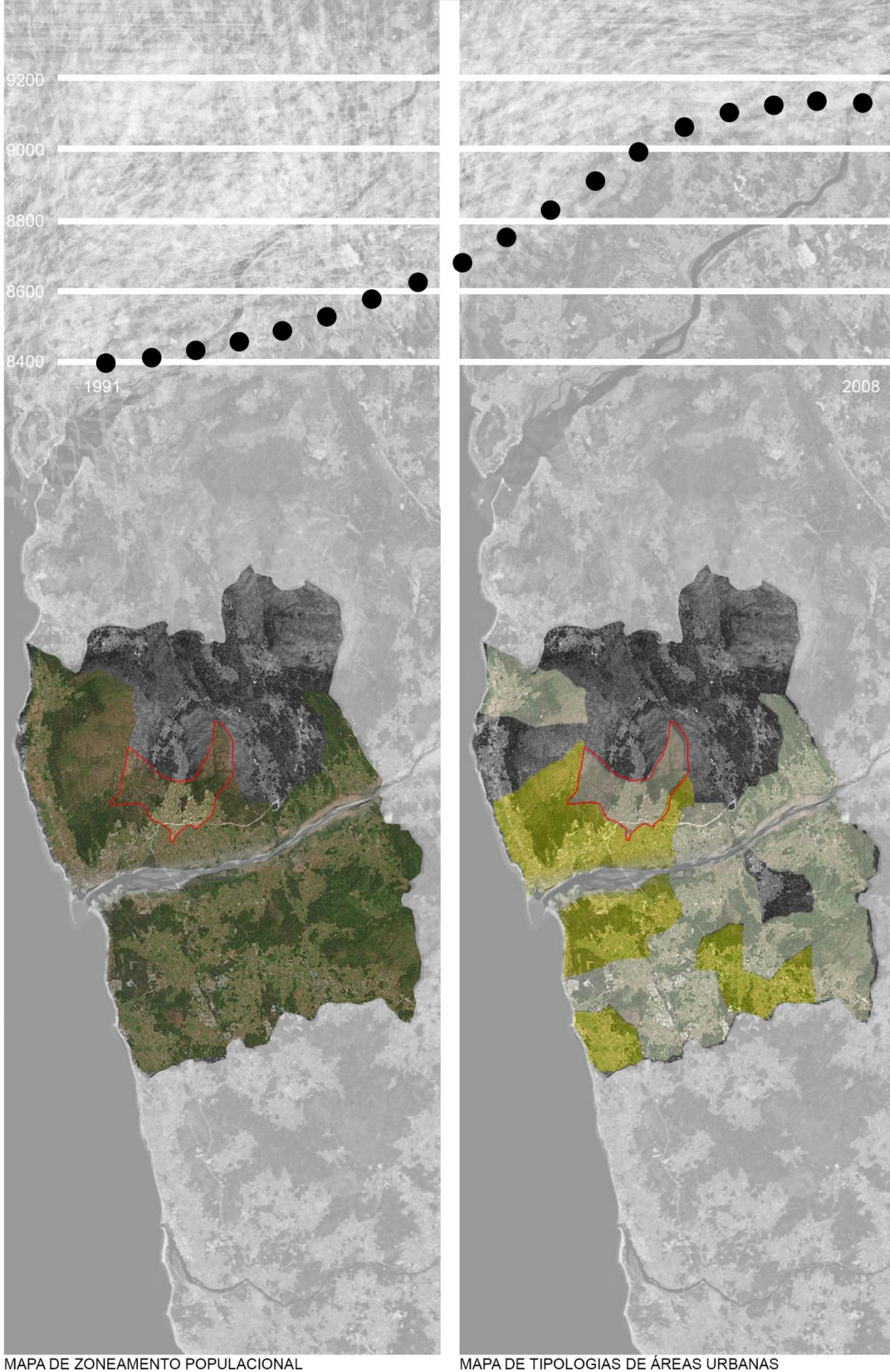
O **sector dos transportes**, no concelho vianense denota-se que está capacitado de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias.

A **rede rodoviária** que estabelece principal ligação com o restante país através das auto-estradas A28 (Litoral Norte) direcção Porto - Valença e A27 (Vale do Lima) direcção Viana do Castelo - Ponte de Lima, bem como através das estradas regionais e conjuntos de estradas e caminhos que compõem a rede municipal.

A **rede ferroviária** de Viana do Castelo pertence a um dos dez municípios do Alto Minho que beneficia das ligações internacionais- Linha do Minho- que garante a ligação Ermesinde – Valença, passando pelos concelhos de Barcelos, Viana do Castelo, Caminha e Vila Nova de Cerveira (fig.10).

A **rede portuária** da cidade promove o seu desenvolvimento, assim como das regiões mais próximas, composto por quatro portos, conforme é apresentado na figura 10. O **Porto Comercial**, situado na margem sul do rio, com capacidade para movimentar mais de 900 000 toneladas de carga ao ano, podendo receber navios com calado até 8 m e comprimento até 180 m. O **Porto de Recreio**, na margem direita do rio, está constituído por duas docas, uma jusante e outra a montante da ponte metálica e por fim a Marina Atlântica que era a antiga Doca Comercial. O **Porto de Pesca**, na margem direita do rio, junto à foz, é uma base robusta frota pesqueira com tradições históricas na cidade. Por fim, o **Porto Industrial**, na margem direita na proximidade do Atlântico, onde usufruem do porto empresas de maior dimensão do concelho (Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2016).

Conforme referido a zona portuária sustenta a **economia** da cidade, associada a cooperativas empresariais com grande dimensão assim como empresas médias e o turismo. A cidade de Viana procura igualmente cativar os turistas através do lazer, desporto náutico, património histórico e arquitectónico, artesanato, costumes e hotelaria, bem como promover congressos, seminários e outras reuniões de turismo, negócios ou de estudo.



EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (n°) EM VIANA DO CASTELO

MAPA DE ZONEAMENTO POPULACIONAL

MAPA DE TIPOLOGIAS DE ÁREAS URBANAS

Figura 11. Análise demografia e das áreas urbanas do concelho de Viana do Castelo, referente ao ano 2008

Zona Geográfica	Área (km ²)	Habitantes 2001 (n ^o)	Habitantes 2008 (n ^o)	Habitantes 2011 (n ^o)	Densidade populacional 2011 (n ^o /km ²)
Norte		3 687 293	3 745 439	3 689 682	
Minho- Lima		250 275	250 951	244 836	
Viana do Castelo	319.00	88 631	91 362	88 725	278.13
Afife	11.08	1 677	-	1 632	147.29
Alvarães	10.24	2 691	-	2 623	256.15
Amonde	6.04	344	-	293	48.51
Anha	9.12	2 513	-	2 415	264.80
Areosa	11.22	4 485	-	4 853	432.53
Barroselas	7.47	3 799	-	3 927	525.70
Carvoeiro	11.92	1 239	-	1 104	92.62
Cardielos	3.88	1 279	-	1 309	337.37
Serreleis	3.13	1 041	-	1 003	320.45
Carreço	17.92	1 769	-	1 759	98.16
Castelo de Neiva	7.64	3 203	-	2 930	383.51
Darque	6.62	7 792	-	7 817	1 180.82
Deão	2.36	971	-	951	402.97
Geraz do Lima	12.79	1 904	-	1 791	140.03
Deocriste	6.39	742	-	776	121.44
Subportela	5.25	1 337	-	1 179	224.57
Portela Susã	4.13	590	-	597	144.55
Freixieiro de Soutelo	16.48	560	-	511	31.01
Lanheses	10.04	1 740	-	1 645	163.84
Meadela	7.47	8 685	-	9 782	1 303.50
Monsserrate	2.07	5 637	-	4 948	2 390.34
Santa Maria Maior	2.32	9 940	-	10 645	4 588.36
Montaria	26.09	664	-	549	21.04
Moreira de Geraz do Lima	4.03	628	-	597	148.14
Mujães	4.72	1 691	-	1 550	328.39
Neiva	6.57	1 267	-	1 225	186.45
Nogueira	10.75	894	-	916	85.21
Meixedo	6.03	490	-	467	77.45
Vilar de Murteda	5.16	247	-	214	41.47
Outeiro	16.21	1 271	-	1 234	76.13
Perre	13.00	3 007	-	2 956	227.38
Santa Marta de Portuzelo	6.72	3 809	-	3 805	566.22
Torre	4.80	660	-	615	128.13
Vila Mou	3.02	564	-	566	187.42
Vila Franca	9.01	1 824	-	1 757	195.00
Vila Fria	6.57	1 364	-	1 327	201.98
Mazarefes	3.48	1 396	-	1 343	385.92
Vila de Punhe	5.12	2 400	-	2 273	443.95
Chafé	7.50	2 507	-	2 841	378.80

Figura 12. Tabela variações demográficas do concelho de Viana do Castelo, dados retirados do I.N.E.



Figura 13. Análise das tendências de zoneamento populacional no concelho de Viana do Castelo, conforme os dados retirados da tabela de variações demográficas

Na perspectiva **demográfica**, Viana do Castelo entre 1991 e 2008 (I.N.E.) apresentou aumento no número de residentes até 2007 e estabilizou no espaço de um ano, sendo que em 2008 a população residente era de 91 362 habitantes. Posteriormente os Censos 2011, apontam que os habitantes de Viana do Castelo reduziram aproximadamente para o mesmo número que na década passada, considerando que habitavam 88 725 pessoas. Conforme a C.M.V.C., no **zoneamento da população** do concelho (esquemático no mapa da figura 11), Viana do Castelo possui unicamente dois tipos de zonas: **densamente povoadas** e **medianamente povoadas** (correspondente à maioria das freguesias do concelho) que não ultrapassam os 100 habitantes por km².

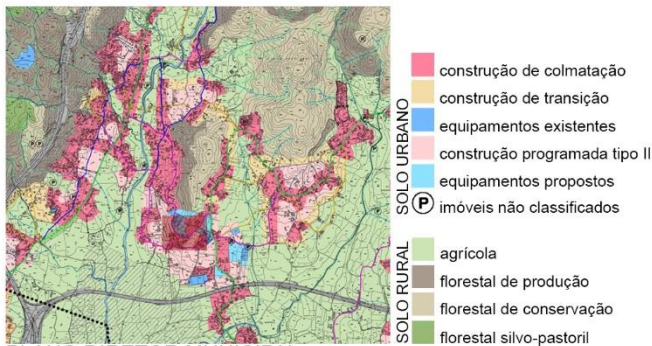
Relativamente às **tipologias das áreas urbanas**, representadas na figura 11, no concelho predominavam áreas **medianamente urbanas** (incluía atualmente 20 de 40 freguesias - assinaladas com tom branco) **predominantemente rurais** (incluía 11 de 40 freguesias - não assinaladas) e, por último **predominantemente urbanas** (incluía 9 de 40 freguesias - assinaladas com tom amarelo).

Para Brochado de Almeida (2008) a freguesia mais importante é a cidade de Viana, mas nos últimos anos existiram freguesias que alcançaram igual notoriedade. A estas freguesias foram atribuídas categorias de vilas, nomeadamente Lanheses, pelo seu crescimento urbanístico; Darque, pela sua proximidade à cidade de Viana, Anha, Chafé e Barroelas, pela proximidade do rio Neiva. Sendo assim, conforme a tabela desenvolvida (fig.12), identifica-se um aumento populacional em algumas freguesias, como Areosa, Barroelas, Viana do Castelo e Chafé, contra a maioria que apresenta resultados negativos, continuando a residir mais população nas freguesias de Viana do Castelo e Darque.

Relativamente à freguesia em que se situa o objeto de estudo, **Perre** é identificada uma pequena redução do número de habitantes. Conforme o mapa de tendências zoneamento populacional (fig.13), desenvolvido de acordo com os dados obtidos nos censos de 2001 e 2011, baseado nas categorias do I.N.E., surgem áreas densamente povoadas - Meadela e Santa Maria Maior (Viana do Castelo), Darque, Santa Marta e Barroelas. As duas primeiras freguesias, correspondentes à zona da cidade do concelho, possui maior atratividade pelos equipamentos, alojamento, emprego, comércio e entre outras capacidades que uma cidade garante.



FOTOGRAFIAS



PLANO DIRETOR MUNICIPAL



FREGUESIA DE PERRE

Figura 14. Enquadramento da freguesia de Perre

No caso da freguesia de Darque, a sua potencialidade é a proximidade da cidade, já referido por Brochado de Almeida (2008), assim como a sua principal característica capacidade de alojamento e o seu crescimento a nível comercial.

Por outro lado, a freguesia de Barroselas enquadra-se por pouco como uma zona densamente povoada, mas também já era referenciada pelo autor. Esta encontra-se nas proximidades do concelho de Barcelos e interagir mais com o distrito de Braga, para além de que possui presença de indústria, comércio e serviços, bem como tem várias coletividades que promovem atividade dentro da comunidade, principalmente a mais jovem.

Por fim, a freguesia de Santa Marta, apresenta igualmente resultados que a enquadram como zona densamente povoada. Esta por sua vez, situa-se na proximidade da cidade de Viana do Castelo e cada vez apresenta mais características urbanas, associadas principalmente a serviços, comércio e educação.

De forma geral, identificam-se três pontos de atração um dentro do concelho, correspondente à cidade de Viana do Castelo e os outros dois são dois concelhos fronteiriços, Barcelos – reflexo na freguesia de Barroselas - e Ponte de Lima – reflexo junto à margem Norte do rio Lima.

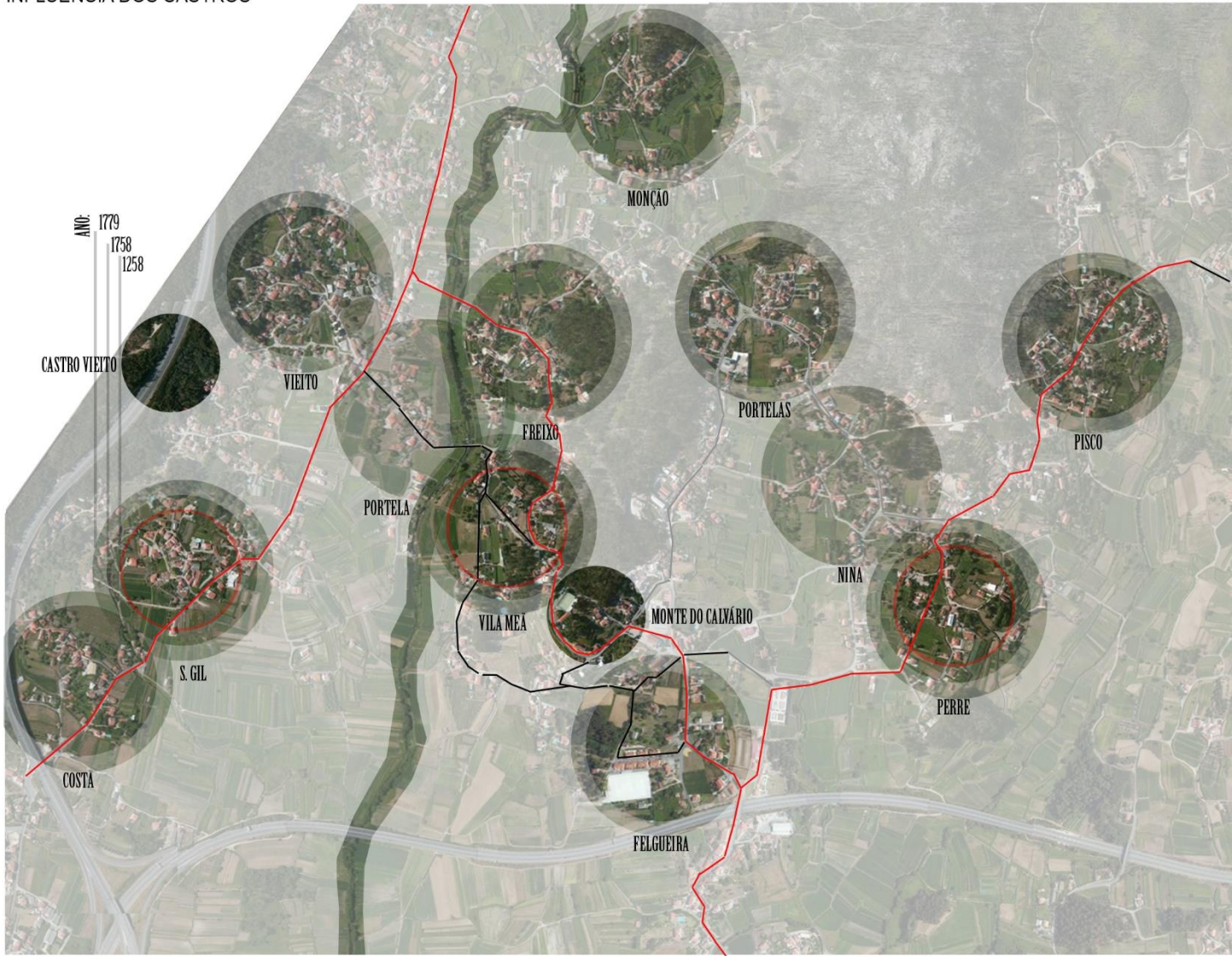
3.1.2 FREGUESIA DE PERRE

“... seu nome é proveniente de um cavaleiro francês chamado Pierre, que cá se fixou depois de ter ajudado os habitantes nas lutas contra os invasores” (Morais, 2006).

Na vertente **cultural** a freguesia de Perre enquadra as tradições e os aspectos simbólicos pelos quais a cidade vianense é conhecida, como a gastronomia, o artesanato e o folclore. Para além disto, possui valores patrimoniais e aspectos turísticos artificiais e naturais, respectivamente arquitetura religiosa (igreja e capelas), arquitetura romana (pontes, castros e moinhos) e arquitetura escolar, o Alto do Calvário (onde se situa a Escola Dr. Alfredo Magalhães) e o rio Moçambique (unico rio que atravessa a freguesia).



INFLUÊNCIA DOS CASTROS



PRIMEIROS LUGARES E CAMINHOS

Figura 15. Crescimento da freguesia de Perre

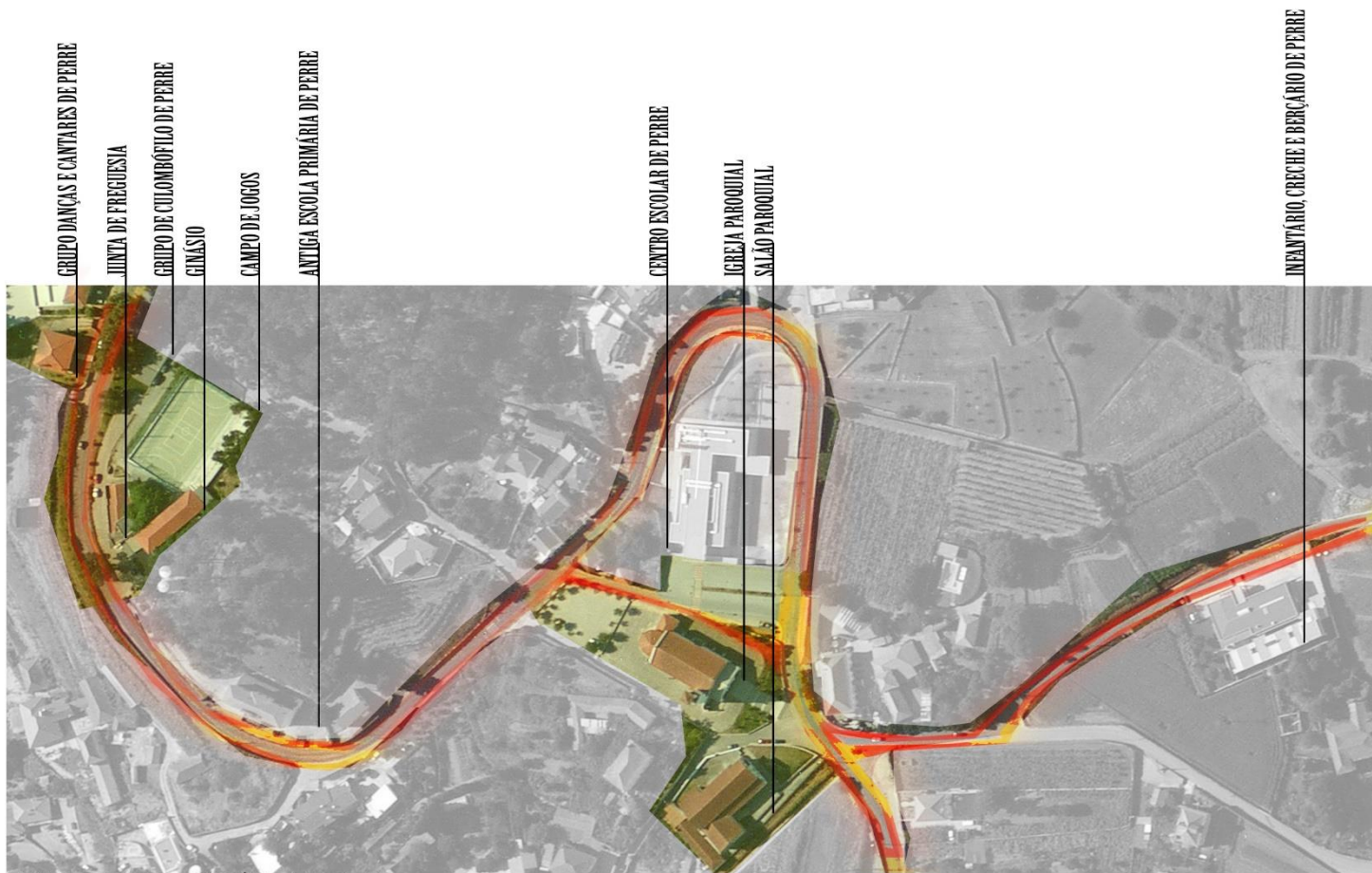
A freguesia terá crescido a partir dos primeiros assentamentos castrejos, localizados nos castros do Calvário, de Molhadoiros do Galo, do Castelão e do Vieito – destruído pela infraestrutura A28. **Perre** é atravessada de norte a sul por uma ribeira nascida em Outeiro e delineada pelas serras de Sta. Luzia e Perre. No centro desenvolve-se a freguesia, à volta do Alto do Calvário. De certa forma, os dois castros que se aproximam mais da ribeira são o do Vieito e Calvário, sendo que com a romanização aproximaram-se da linha de água, visível com a presença da Ponte do Arco da época romana.

Segundo Morais (2006) os primeiros quatro núcleos demográficos em Perre foram S. Gil, Eido de Perre e Vila Meã (fig. 15). Posteriormente, aumentaram na margem direita da ribeira os lugares: Pisco, Felgueiras, Freixo, Portelas e Monção e na margem esquerda os lugares: Costa, Vieito e Madorra.

A barreira natural, formada pelo ribeiro, separou a freguesia com distintos desenvolvimentos, sendo que na margem esquerda é uma zona de comunicação entre Meadela/Outeiro e se encontra limitado pela ribeira e a serra de Sta. Luzia. Em contrapartida, a outra margem é mais propícia ao desenvolvimento, visto que é a margem em que se situam os equipamentos e serviços e com capacidade de crescimento no território.

Relativamente às vias, identificou-se duas paralelas à ribeiras– Meadela/Outeiro e Santa Marta/Samonde – que conectam entre freguesias vizinhas e que passam por Perre (fig. 15- assinalado a vermelho). Mais tarde, vão surgindo outras que complementam o aparecimento de outros lugares, sempre com o nome do caminho associado ao lugar.

Perre está localizada entre duas freguesias que apresentam potencial, conforme a abordagem desenvolvida sobre as tendências populacionais: a cidade (Viana do Castelo) e a outra que está a demonstrar desenvolvimento urbano (Santa Marta). O que torna a sua localização desvantajosa para um desenvolvimento urbano e mantém-na de forma característica e de tal modo atrativa um meio direcionado para o rural.



FLUXOS FORA DO HORÁRIO LABORAL



FLUXOS DURANTE HORÁRIO LABORAL

Figura 16. Variações dos fluxos existentes na freguesia de Perre

De acordo com o Plano Director Municipal [PDM], apresenta na sua maioria espaços agrícolas e solo urbanizado com zonas de construção de colmatção/continuidade, dotada de habitações (fig.14). O solo de urbanização programada é maioritariamente zonas de construções de tipo II, definidas no regulamento como contíguas aos aglomerados urbanos e que se apresentam genericamente desocupadas e deficitárias de infra-estruturas.

Mediante o plano municipal, **Perre** é uma freguesia principalmente rural, na área central da freguesia acentua-se um suave relevo, no qual se situa as escolas Dr. Alfredo de Magalhães e D. Adília, bem como, em seu redor, estão situados todos os equipamentos existentes da freguesia, nomeadamente a Igreja e o Salão Paroquial, o Centro Escolar, o Infantário e Creche, a Sede da Junta de Freguesia e os campos de jogos.

Durante a entrevista a Vasco Cerdeira, Presidente da Junta de Freguesia, foi referido que a freguesias está dotada com os equipamentos necessários, assim como o desuso de alguns –como a Escola Primária de Perre e a de S. Gil – que podem ser adaptados. No entanto, o presidente salientou dois pontos que neste momento carece a freguesias: espaço para lazer e espaço para idosos e refletiu-se sobre a Casa do Povo de Perre (antigo centro de saúde- atualmente inexistente). Esta referência identificou o terceiro ponto que carece a freguesia, concretamente um posto de urgência ou apoio médico.

Relativamente ao núcleo de equipamentos (fig.16) a freguesia consegue ter dinâmica e atividade de forma fragmentada, causada pela falta de atividade na Escola Primária de Perre, separando o lado esquerdo durante a semana fora do horário laboral - promovido pelas associações culturais e desportivas, o campo de jogos e ginásio - e do lado direito em horário laboral– promovido respectivamente pelas escolas – e pontualmente ao fim de semana existem eventos no adro da igreja e no salão paroquial.

Em suma, é reconhecido que a antiga escola na época da sua atividade era um dos pontos com maior atividade na freguesia. No entanto, identifica-se atualmente a inatividade provoca a descontinuidade da dinâmica deste núcleo dotado de equipamento e serviços. Sendo assim, ressalta-se neste capítulo o segundo objetivo desta investigação: definir o novo uso, garantindo as necessidades da freguesia e de forma a salientar e potenciar da Escola Primária de Perre.



Figura 17. Mapa de identificação das escolas primárias existentes em meados (branco) e finais (preto) do século XIX no concelho

3.2 ENQUADRAMENTO DA ARQUITETURA ESCOLAR

Este capítulo sobre o objeto de estudo procura enquadrar as escolas Dr. Alfredo de Magalhães e D. Adília, relativamente ao contexto que proporcionou a sua construção. É desta forma que surgem as questões de partida associadas ao ensino e aos projetos –tipo. Mediante estes temas são apresentadas três épocas históricas que enquadram a construção das escolas de Perre (1930), associadas aos regimes políticos que influenciaram a construção dos espaços escolares, através da abordagem macro (país), meso (concelho) e micro (freguesia) escala.

3.1.1 DA MONARQUIA À PRIMEIRA REPÚBLICA

Portugal terminou o século XIX e iniciou o século XX com o **regime monárquico**. Até à Revolução Liberal de 1820 o interesse pelo ensino foi gradualmente aparecendo, através de iniciativas externas, com subsídios para as despesas com a educação, com a implementação de ensino elementar, médio e universitário em cidades de destaque e a introdução do ensino feminino em Lisboa.

A partir de meados do século XIX o ensino no país possuía elevada quantidade de analfabetos, mas apesar deste quadro negativo, estavam estabelecidas escolas primárias em todos os distritos e com obrigatoriedade até aos doze anos para ambos os sexos. A instrução secundária, também estava imposta existir uma escola em cada distrito e quanto ao ensino superior existia unicamente em Coimbra, Porto e Lisboa. Posteriormente, em finais do século XIX, existe a separação de escolas primárias em normais, comerciais e industriais e escolas para adultos e deficientes.

Abreu (2007) refere que no concelho de **Viana do Castelo**, entre 1835 e 1859, havia oito escolas para instrução masculina e no caso da instrução feminina, dispunha unicamente do Convento das Ursalinas (fig.17- assinalado a branco). Mais tarde, foi construída a primeira escola feminina e, nos finais do século XIX, Viana do Castelo possuía três escolas para instrução feminina. No final do século XIX, existiam vinte e seis escolas primárias em Viana, masculinas e femininas e a obrigatoriedade era igual para ambos, mantendo-se a diferença entre o número de espaços de ensino para raparigas e para rapazes.



1. PRIMEIRA ESCOLA DA FREGUESIA | CONSTRUÍDA PELA POPULAÇÃO LOCAL



2. SEDE DE JUNTA E CASA DAS SESSÕES | TELE-ESCOLA (ESPAÇO PROVISÓRIO)



3. ESCOLAS DR. ALFREDO DE MAGALHÃES (1930) E D. ADÍLIA (1933)



4. ESCOLA S. GIL | PLANO DOS CENTENÁRIOS (1962)



5. CENTRO ESCOLAR | ESCOLA ATUAL (2009)



LOCALIZAÇÃO NA FREGUESIA

Figura 18. Espaços/ Escolas primárias existentes na freguesia até à atualidade

Na freguesia de **Perre**, no final do século XIX, existia uma escola primária, possivelmente associado à igreja, através de um padre que habitava na freguesia e que alegadamente até 1920 lecionava em sua casa de forma privada, que não possibilitava qualquer um frequentar livremente.

No entanto, existia a escola móvel que também procurava combater a insuficiência das instituições monárquicas (Carvalho, 2008). Estas escolas particulares funcionavam através da apropriação de locais com capacidade para acolher grupos e até mesmo através de sessões privadas, tendo em conta que não era unicamente para crianças, mas também para adultos, sendo que o objetivo era combater o analfabetismo da população mais velha.

Apesar das exigências básicas aplicadas, a nível nacional os resultados relativos às escolas e aos analfabetos continuavam negativos, causado pelo desinteresse da população na educação dos jovens e pela maioria deste grupo de analfabetos ser composto pela faixa etária mais velha, bem como por mulheres.

Posteriormente, com a **Primeira República** (implantada a 1910) de Sidónio Pais, houve a preocupação de continuar o investimento na redução da população analfabeta do país. Surgiu pela primeira vez interesse pela instrução primária, por ser a base da hierarquia escolar, assim como projetava a transformação mental do país (Carvalho, 2008). Mediante este acontecimento, foi extinta a relação com a religião, implementaram a redução do ensino obrigatório para cinco anos e que em cada freguesia deveria existir uma escola para cada sexo, exceptuando as que indicassem baixa densidade de população escolar.

O Governo da República publicou uma lei que procurava novas soluções arquitetónicas para os locais de ensino, assim como pressionar a construção, a remodelação e a reparação dos equipamentos educativos (Beja, Serra, Machás, & Saldanha, 1990).

As escolas existentes nos anos 20 não tinham condições de higiene ou pedagogia comparativamente aos primeiros anos do regime republicano, devido à situação de pobreza que o país ultrapassava. Conforme o Decreto nº6700, de 23 de Junho de 1920, concebido na Primeira República, era considerado necessário proceder à construção de várias escolas, em locais que a educação estava condicionada pela falta de edifícios com as condições básicas indispensáveis.

Mapa n.º I

Distritos	Concelhos	Freguesias	Lugares
Aveiro	Anadia	Sangalhos	-
"	Feira	Paços Brandão	-
"	"	S. João de Ver.	-
"	"	Vila Maior	-
"	Oliveira do Bairro	(Sede)	-
"	"	Oiã	-
"	"	Palhaça	-
Beja	Ourique	Santa Luzia	-
"	Beja	S. Tiago de Fora	Penedo Gordo
Braga	Vila Nova de Famalicão	Santa Maria de Vermoim	-
Bragança	Miranda do Douro	Vila Chã	-
Castelo Branco	Castelo Branco	(Sede)	-
"	"	S. Vicente da Beira	-
"	Idanha-a-Nova	Zebreira	-
"	Castelo Branco	Escolos de Cima	-
Coimbra	Arganil	S. Martinho da Cortiça	Sobreira
"	"	Arazede	-
Faro	Montemor-o-Velho	Vila Rial de Santo António	Monte Gordo
Guarda	Vila Rial de Santo António	Adã	-
"	Almeida	Fruxo	-
"	"	(Sede)	-
"	Celorico da Beira	Agôres	-
"	"	Baraçal	-
"	Guarda	(Sede)	-
"	"	S. Pedro de Jarmelo	Almeidinha
"	"	Vila Fernando	-
"	Meda	Couriscada	-
"	Pinhel	Bouça Cova	-
"	"	Sorval	-
"	"	Souropires	-
"	Seia	Santa Marinha	-
Leiria	Alcobaça	S. Martinho do Pôrto	-
"	Caldas da Rainha	S. Gregório	-
"	"	Salir de Matos	-
"	Leiria	Jardim-Escola	-
"	Obidos	(Sede)	-
"	Pombal	Albergaria dos Doze	-
Lisboa	Alequer	Abrigada	-
"	Arruda dos Vinhos	Arranhó	-
"	"	(Sede)	-
Pôrto	Gondomar	S. Co-me	-
"	"	Valbom	-
"	Paredes	Bitarães	-
"	Paços de Ferreira	Freamunde	-
"	Vila Nova de Gaia	Canelas	-
Santarém	Rio Maior	S. João da Ribeira	Arroquelas
"	"	"	Ribeira de S. João
"	Sardoal	(Sede)	-
"	Vila Nova de Barquinha	"	-
Viana do Castelo	Viana do Castelo	Afife	-
Viseu	Carregal do Sal	Vila Mea	-
"	Lamego	Sé	-
"	Oliveira de Frades	Arcos das Maías	-
"	"	Ribeiradio	-
"	"	(Sede)	-
"	S. Pedro do Sul	Santa Cruz da Trapa	-
"	"	Termas	-
"	Vouzela	(Sede)	-

Figura 19 Extrato do mapa nº1 do Decreto nº 6700, de 23 de Junho de 1920

Neste sentido, Ministério Público decreta que é de inteira responsabilidade do departamento da Repartição das Construções Escolares, o desenvolvimento do estudo e elaboração de projetos de escolas primárias, bem como os devidos cadernos de encargos das escolas a construir consoante as necessidades locais, fixando o orçamento para ser disponibilizada a quantia indispensável para a construção das mesmas nas respectivas localidades. A Repartição das Construções Escolares desenvolveu e elaborou projetos que conseguiram abranger dezenas de escolas primárias que apareceram codificadas conforme o modelo.

O concelho de **Viana do Castelo** surgiu no mapa que destaca as freguesias com prioridade de construção, atribuída à freguesia de Afife (fig.18). Todavia, as intenções não conseguiram passar à prática, durante o período republicano ficou caracterizado pela instabilidade política e social do país, assim como financeira. Atendendo à fraca resposta da construção civil para o início das obras, devido às dimensões familiares dos empreiteiros e à vulnerabilidade na obtenção dos materiais construtivos, assim como meios políticos para concretizar estes projetos (Beja, Serra, Machás, & Saldanha, 1990).

A influência política no ensino era notória, a falta de espaços escolares e os que existiam estavam em mau estado, apesar do número de analfabetos estar lentamente a diminuir, a maioria continuava a ser mulheres, isto porque as únicas escolas femininas eram nas zonas mais urbanas e também não podiam frequentar as mesmas escolas que os homens.

Contrariamente ao cenário nacional, em **Perre** foi edificada a primeira escola da freguesia, possivelmente na década de 20, construída dentro de uma propriedade privada, no lugar de S. Gil (escola 1, fig.17), que ainda se pode encontrar a sua estrutura exterior intacta, mas com nova cobertura e caixilharias. Esta escola foi na época construída pelos habitantes da freguesia, o que para alguns interlocutores mais velhos tem forte valor emocional. Para além desta escola, até à construção das escolas D. Alfredo de Magalhães e D. Adília, existia outro espaço de ensino na freguesia era a chamada “casa das sessões” e também a antiga junta de freguesia, onde funcionou posteriormente a tele-escola, correspondente à escolaridade seguinte à primária para quem não tivesse a possibilidade/interesse em continuar a estudar na cidade. Este espaço, por sua vez, não existe vestígio do mesmo, encontrava-se situado perto da antiga igreja, atual capela.

3.1.2 DITADURA MILITAR E AS ESCOLAS DE DR. ALFREDO DE MAGALHÃES

Em 1926, o país volta a outra alteração política, nesta data é iniciada a **Ditadura Militar**, comandada por António Óscar Carmona. Esta mudança política inicialmente “foi lenta e quase imperceptível”, bem como “as finanças continuavam em situação de desastre” (Beja et al., 1990, p. 103).

No que respeita ao **ensino nacional**, comparativamente à época monárquica a percentagem de analfabetos passou de 82.4% para 75% (Carvalho, 2001) com a ditadura. Apesar desta diminuição, as ideologias relativamente à educação não melhoraram com este novo regime, isto porque os governantes consideravam mais seguro para eles próprios manter a ignorância do povo. Ou seja, não era conveniente “ensinar o povo a ler e a escrever, para tomar conhecimento das doutrinas corrosivas (...) ou mentiras criminosas dos foliculários políticos” (Pimenta citado por Carvalho, 2001, p.727).

Neste regime totalitarista foi decretada a proibição da coedução no ensino primário, determinando que em todos os centros populacionais com mais de 9500 habitantes se procedesse à construção de duas escolas, uma feminina e outra masculina. Os novos dirigentes implementaram a redução do ensino obrigatório para três anos, considerada a escolaridade mais baixa até à época, devido ao interesse de controlar o conhecimento que o povo português podia receber, de forma a garantir a segurança dos dirigentes.

De forma a aproveitar o que a Repartição das Construções Escolares tinha desenvolvido no âmbito da construção escolar, o novo regime transferiu este departamento para o Ministério da Saúde, devido a considerarem que deviam ser exercidos cuidados de sanidade na população escolar.

Contudo, rapidamente a Repartição das Construções Escolares voltou ao âmbito do Ministério da Instrução Pública e foi publicado, em 25 de Março de 1927, o Decreto nº13 337 que definia a Zona de Protecção das escolas primárias. Esta zona de protecção “proibia a construção de qualquer edifício num raio inferior de 10 m de distância das escolas e suas dependências, estipulando-se uma distanciação mínima de 500 m para a existência de cemitérios, nitreiras ou fábricas, cujas emanações fossem incómodas ou doentias” (Beja, Serra, Machás, & Saldanha, 1990, p. 104).

No que diz respeito ao âmbito da arquitetura, a Repartição das Construções escolares elaborou projetos de edifícios para escolas primárias e residências para professores, mas que só foram realizados no decorrer dos anos 30. Estes trabalhos atingiram algumas dezenas e apareceram codificados, consoante o caso que contemplavam. Estes projetos eram todos diferentes, variando no número de salas e tipos de espaços.

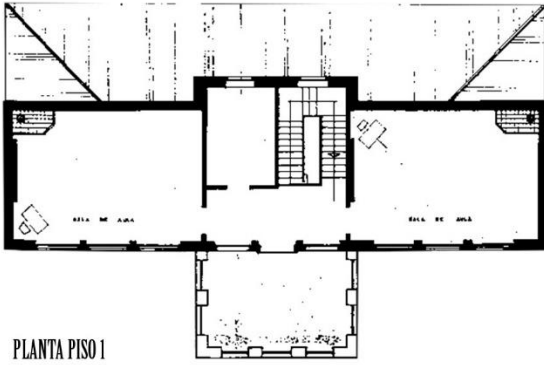
A maior parte destas escolas foram desenhadas por um conjunto de arquitetos que fazia parte do departamento da Repartição das Construções Escolares, sem designar o nome. No entanto, são mencionados arquitetos como Eugénio Correia (Projeto nº10, para a vila de Valença- Viana do Castelo; e TIPO XXV, nº46º, para a Escola Pequena da Escola Primária de Perre; TIPO XXXIX, nº78; TIPO XLII, nº81), Frederico de Carvalho (TIPO XXI-Norte), Jorge Segurado (TIPO XXXI, nº55, TIPO XI, nº79)

No concelho de **Viana do Castelo**, o que garantiu a construção da escola primária masculina de Perre, assim como outras distribuídas pela cidade vianense foi **Dr. Alfredo de Magalhães**, que no momento era o Ministro da Instrução Pública.

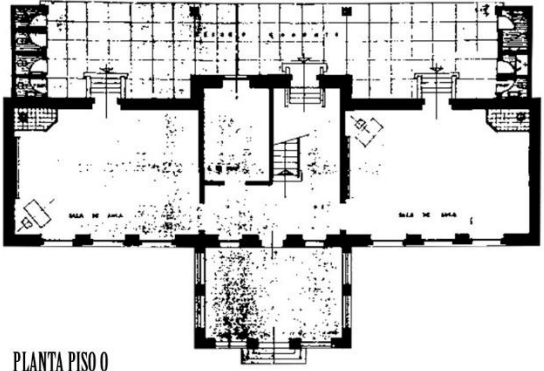
Segundo Abreu (2007), Dr. Alfredo de Magalhães era natural de Gandra, Valença e no início da sua carreira como deputado aderiu ao partido republicano. Posteriormente desempenhou vários cargos políticos, como governador civil de Viana do Castelo, Ministro da Instrução de Sidónio Pais, na Primeira República e, por fim manteve o mesmo cargo e passou a Ministro da Instrução Pública de Óscar Carmona, na Ditadura Militar

Estes cargos relevantes associados ao ensino em Portugal, assim como a forte ligação à região de origem, proporcionou em 1927 que Dr. Alfredo de Magalhães autorizasse o despacho da construção de um conjunto de escolas projetadas pela antiga repartição, assim como escolas de arquitetos como Baltazar de Castro e Rogério de Azevedo (Abreu, 2007), para o concelho de Viana do Castelo. Segundo o autor, estas construções escolares não são de um tipo arquitectónico, mas ficaram unicamente com a designação do nome do ministro que autorizou a sua construção.

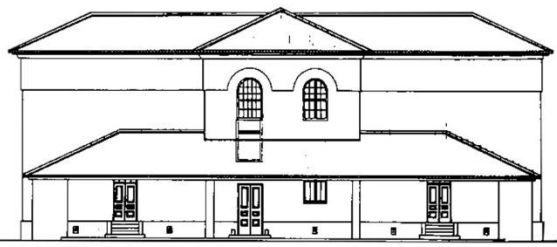
No caso da freguesia de **Perre**, Abreu (2009) destaca que esta era considerada uma freguesia rica de Viana do Castelo e que se refletiu na época da construção da sua escola masculina.



PLANTA PISO 1



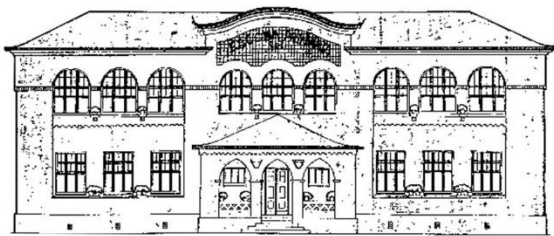
PLANTA PISO 0



FACHADA POSTERIOR



FACHADA PRINCIPAL (VERSÃO VARANDA)



FACHADA PRINCIPAL (VERSÃO COBERTURA)

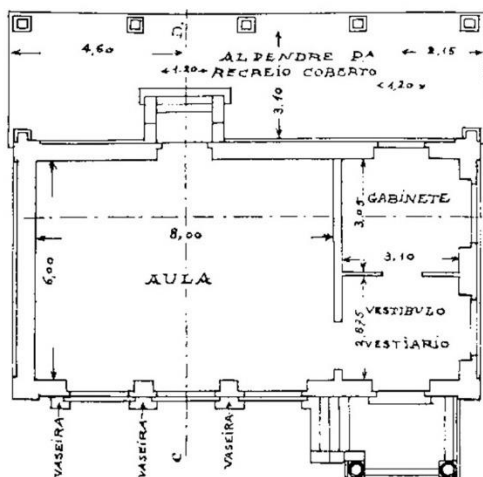
Figura 20. Extrato do desenho técnico do projeto TIPO XX, nº 27 da Repartição das Construções Escolares

Apesar de ser uma escola padrão da Repartição das Construções Escolares, correspondente ao projeto TIPO XX- n.27, a sua implantação, os acabamentos e a decoração tiveram especial preocupação em atribuir características regionais.

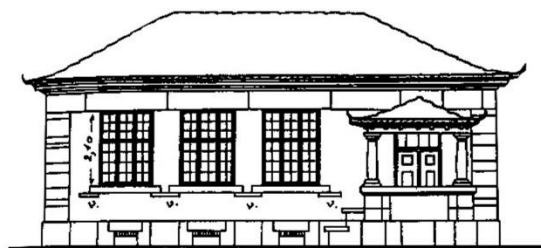
Edifício de r/c e 1º andar, com quatro salas de aula e dois gabinetes de professores. A zona de entrada articulada com um átrio coberto, envolvido por arcos. Nos desenhos do projecto original, a cobertura do átrio consistia num pequeno telhado de três águas, tendo sido assim construída a escola de Algoz – Silves. Nos outros edifícios, deste tipo, que conhecemos, o telhado do átrio foi substituído por um terraço; Montedor, Perre e Carreços (distrito de Viana do Castelo), Palhaça – Oliveira do Bairro (distrito de Aveiro), Ervidel – Ajustrel, Serpa e Ferreira do Alentejo (distrito de Beja) e Ponte de Sôr (distrito de Portalegre). (Beja, Serra, Machás, & Saldanha, 1990, p. 129)

No entanto, Abreu (2009) caracteriza as Escolas de Montedor (Carreço) e Calvário (Perre) como uma planta “muito simples: consiste em dividir um rectângulo em três partes, afectar as duas extremidades ao destino prioritário do edifício e reservar a central para a caixa de escadas e um gabinete, dividindo-a ao meio.” Este autor, refere também a sua apreciação pela decoração das escolas: Ao nível dos acabamentos e decoração, ressaltam preocupações de carácter nacionalista, em que se incluem revivalismos da arte, entendida como nacional. Entre as janelas do primeiro andar foram implantados triglifos de tradição clássica, cujo motivo se prolonga em ritmo contínuo ao longo de toda a fachada principal. Por baixo das janelas, uma modinatura também de tradição vitruviana e, mais baixo uma teoria de arquilhos, como uma renda. Em suma, estamos perante um ecletismo decorativo ao típico gosto arts déco.

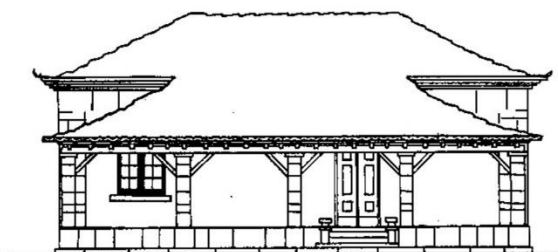
Para conferir dinamismo volumétrico a este paralelepípedo, o corpo das escadas e dos gabinetes foi puxado atrás, emprestando um ressalto central à fachada posterior. Na mesma direcção, na fachada principal se construiu uma galilé de aberturas neo-góticas.(p.102)



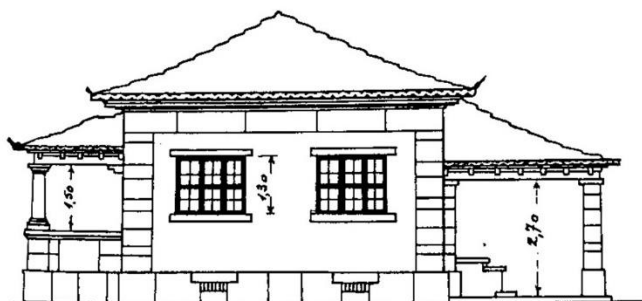
PLANTA PISO 0



FACHADA PRINCIPAL



FACHADA POSTERIOR



FACHADA LATERAL

Figura 21. Extrato do desenho técnico do projeto TIPO XXV, nº 46 da Repartição das Construções Escolares

Também incluída nas escolas padrão, a escola feminina de Perre, designada pelo projecto TIPO XXV- n.º 46, era o oposto por ser um projecto mais modesto e com custos mais reduzidos e da autoria do arquitecto Eugénio Correia.

Foi o traçado mais modesto da Repartição das Construções Escolares. Para além da sala de aula, constava apenas dum pequeno gabinete e dum vestíbulo, que articulava com o alpendre. Este tipo de escola (também as versões em que se acrescentou outra sala de aula, ou duplicou o projecto) foi o mais repetido, em Portugal, até finais da década de 30. O orçamento era o mais baixo dos que nos foi dado a recolher; a população – pobre e conformada com o analfabetismo – não aspirava a melhor. Do pequeno povoado de Cubalhão (concelho de Melgaço) a Monte Gordo (Vila Real de Santo António) e a Caniço (Santa Cruz – Ilha da Madeira), existem, por todo o país, estes pequenos edifícios escolares, construídos segundo a mesma planta, e de acordo com a mesma memória descritiva, por vezes com variantes nas fachadas e na localização da entrada, e muito frequentemente ampliados (Beja et al., 1990, p.137).

Apesar da Escola Feminina de Perre não constar na descrição da D.G.A.E., Abreu (2009) identifica-a como o projeto tipo XXV, n.º46. O autor caracteriza-a pelo seu traçado mais modesto representativo da arquitectura regionalista que se fazia na época, devido à presença do alpendre na entrada, conforme todas as escolas da Repartição das Construções Escolares. Acrescenta, que a escola TIPO XXV, n.º46 pode ser encontrada em Vilar de Murteda (Lugar do Paço), Deocriste e, como já referido, na Escola Feminina de Perre. Por fim, no caso da Escola Feminina de Perre foi construída posteriormente, possivelmente com a proibição da coeducação do regime do Estado Novo (1933). No entanto, esta escola foi edificada graças a uma professora da freguesia que também forneceu o seu nome à escola. D. Adília. Na época tinha possibilidade financeira, assim como tinha formação para ser professora e proporcionou um espaço escolar para a freguesia e também garantiu posto de trabalho para si própria, conforme relatam habitantes mais velhos da freguesia.



Figura 22. Mapa de identificação das escolas primárias despachadas por Dr. Alfredo de Magalhães para o concelho de Viana do Castelo

Posto isto, ressalta-se a importância que o ensino teria para esta freguesia onde está situado o objeto de estudo. Ao longo das entrevistas a interlocutores, destaca-se que existiam muitas crianças no ensino primário, no sentido que já eram repartidas aulas para turmas pela parte da manhã e pela parte da tarde. Igualmente surgiu associado à primeira escola primária da freguesia, no lugar de S. Gil, que conseqüentemente levou à construção das duas escolas da presente investigação.

A nível do **concelho**, para além das escolas de Perre e de Carreço, o conjunto de escolas despachadas por Dr. Alfredo de Magalhães, para Viana do Castelo, também era composta pela Escola Central de Viana do Castelo (hoje nomeada Dr. Alfredo de Magalhães), a antiga Escola Primária de Alvarães, a Escola de João Martins Viana (Meadela), a Escola da Fonte Grossa (Santa Marta), a Escola Primária de Vilar de Murteda, a Escola Primária de Deocriste, a Escola Primária de Lanheses e a Escola Primária de Vila Mou (Abreu, 2009).

Em suma, as duas escolas de **Perre** pretendem à mesma época, à Repartição das Construções Escolares e ao grupo de escolas despachados por Dr. Alfredo de Magalhães. Contudo, estas escolas foram concebidas com objetivos e ideologias diferentes e que se reflete nas suas características arquitetónicas, ressalta-se que “a escola masculina representava o quadruplo em termos de espaço e tinha grande riqueza decorativa” (Abreu, 2009, p.101). Contrariamente à escola feminina que não apresentava os mesmos acabamentos, por ser uma tipologia de orçamento mais baixo. Desta forma é importante referir que as duas escolas têm a mesma conotação a nível histórico, mas relativamente à implantação a escola masculina “situa-se numa elevação donde domina uma vasta área plana” (Abreu, 2009, p. 174).

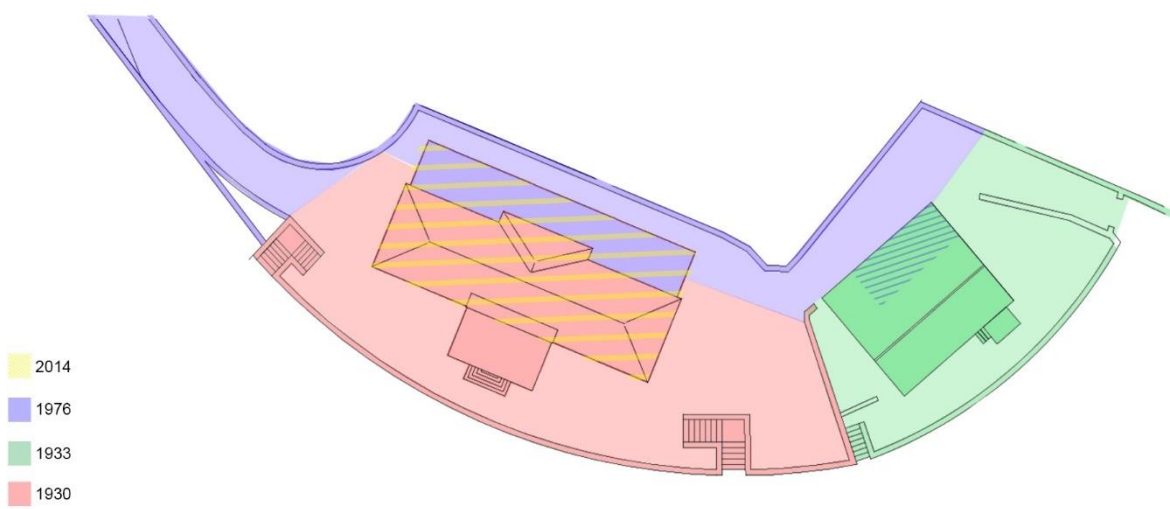


Figura 23. Estudo estratigráfico das escolas e da sua envolvente

3.3 ESCOLA PRIMÁRIA DE PERRE

Neste sub-capítulo são analisados os dois antigos equipamentos escolares e a sua envolvente, através de esquemas baseados em fotografias e desenhos técnicos, de forma a garantir uma leitura simples do conjunto. Apesar de serem originalmente duas edificações distintas e implantadas para não interagirem, mais tarde estas escolas funcionavam em conjunto, bem como faziam parte do mesmo espaço escolar. No entanto, atualmente são novamente vistas individualmente, apesar de pertencerem as duas à C.M.V.C., as últimas obras de recuperação e a intenção de atribuir um novo uso só se reflete na “Escola Grande”, o que revela novamente separação dos equipamentos e do campo escolar.

O principal objetivo desta parte do Capítulo III é apresentar informação sobre a forma física do objeto de estudo que é relevante para a intervenção. Desta forma, torna-se importante entender a evolução construtiva e espacial deste conjunto e o seu estado de conservação.

3.3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA

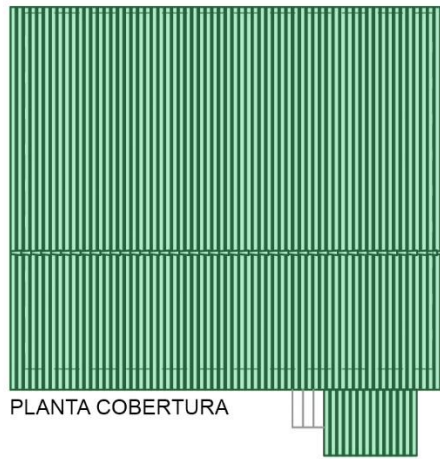
Após a visita ao lugar das antigas escolas primárias com dois interlocutores, João Moreira e Filipe Barros, identificou-se quatro fases de construção a que as duas obras foram sujeitas. A **primeira e segunda fases** correspondem à construção da “Escola Grande” (1930) e à da “Escola Pequena” (supõe-se a partir 1933), respetivamente.

De acordo com os estudos estratigráficos (Vegas & Mileto, 2011) desenvolvidos, correspondente à evolução do crescimento, ampliações e modificações que sofreu o objeto de estudo (fig. 23), a Escola Dr. Alfredo de Magalhães era unicamente composta pelo corpo de quatro salas, sem alpendre. A fachada principal virada para a freguesia e a posterior para o Alto do Calvário, com uma passagem de aproximadamente três metros entre a encosta e a escola. A escola, relativamente à sua materialidade em termos espaciais no corpo principal encontra-se atualmente idêntica, à sua construção original.

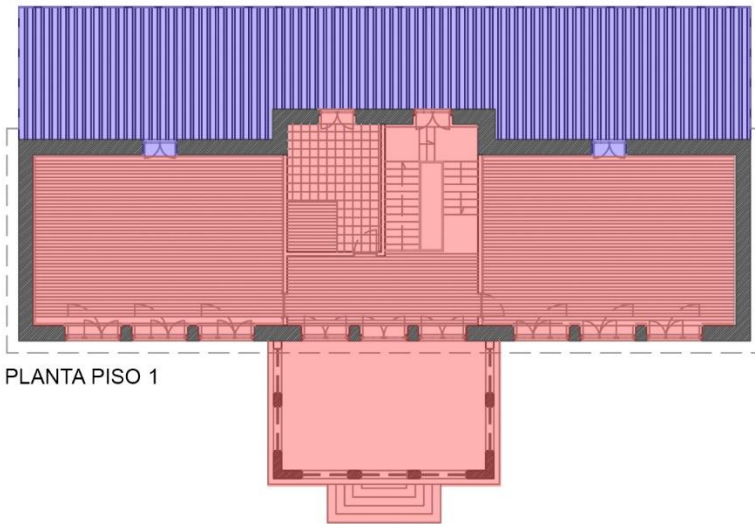
No que respeita à Escola D. Adília, destinada só para raparigas, estava formada por uma única sala e alpendre na fachada posterior, junto à encosta e com um corredor de quase três metros a separar esta da escola.



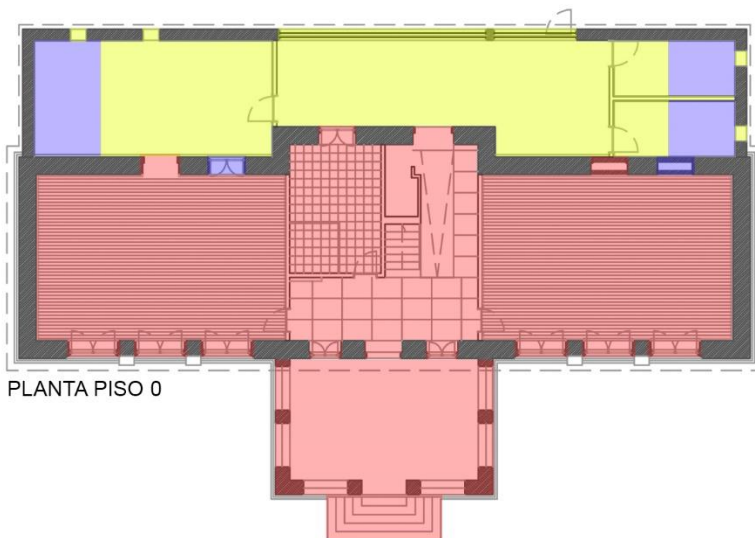
PLANTA PISO 0



PLANTA COBERTURA



PLANTA PISO 1



PLANTA PISO 0

- 2014
- 1976
- 1933
- 1930

Figura 24. Estudo estratigráfico das plantas das escolas

Esta escola possuía três instalações sanitárias – localizadas no mesmo sítio atualmente – no alpendre, que o fechava do lado voltado à escola masculina e estava aberto para a zona de recreio das raparigas. No caso das instalações sanitárias dos rapazes eram cabines móveis localizadas do lado oposto à escola feminina.

O espaço de recreio era separado, o que hoje ainda é visível na diferença de altura do patamar que rodeia a escola masculina e o que rodeia a escola feminina (fig.23). Existia unicamente umas escadas por trás da escola feminina que davam acesso entre os recreios.

Os acessos também eram separados e existia somente um para a “Escola Pequena” e dois para a “Escola Grande”, um localizado junto ao muro que define o recreio dos rapazes e os outros mais robustos de cada lado da escola, respetivamente. As rampas que existem hoje, à época eram um muro em contacto com a estrada ou com a encosta do Calvário.

A **terceira fase** ocorreu em **1976** (sem saber precisar), tendo conhecimento que incidiu na época de passagem do regime do Estado Novo para a Democracia. Esta fase refletiu especialmente na ampliação da “Escola Grande” e na transformação da “Escola Pequena” em refeitório deste campo escolar.

A Escola Dr. Alfredo de Magalhães foi alterada a nível espacial, relativamente à sua fachada posterior, isto porque foi adicionado o alpendre aberto para a encosta e fechado nas laterais, onde estavam situadas as instalações sanitárias e arrumos. Para a construção desta ampliação foi necessário escavar o Alto do Carvário, de forma a deixar também um espaçamento entre o alpendre e a encosta. Para além disto, no corpo existente da “Escola Grande” foram abertos dois vãos na fachada da ampliação, no piso superior, um em cada sala de aula, alinhados com as portas originais que se encontram nas salas do piso inferior.

Na “Escola Pequena”, as obras também incidiram na escavação da encosta do Calvário de forma a aumentar o espaço de recreio, mas a principal alteração desta escola foi a função. A passagem para refeitório, por sua vez não era unicamente para a escola que partilhava o recreio, mas também acolhia outra escola da freguesia situada no outro lado da ribeira, a Escola de S.Gil (escola 4, fig.17).



Figura 25. Estudo da alteração espacial, funcional e de pavimentos das escolas, correspondente a 1976

Esta escola, agora refeitório, sofreu alterações mais visíveis relativamente à materialidade e à introdução da cozinha no alpendre, que levou a fechar todo o alpendre. Estas alterações mantiveram as instalações sanitárias, tornando-se exclusivas para o refeitório. Contudo, a materialidade afetou principalmente o alpendre, em que foi aplicado um acabamento cerâmico nas paredes e pavimento e dentro da escola no pavimento, que também passou de soalho a cerâmico (fig.25). Por fim, o alpendre foi fechado com caixilharia de alumínio, foi aberto um vão entre a cozinha e o refeitório e o alpendre ficou dividido em cozinha, hall de entrada e instalações sanitárias.

No espaço de recreio os patamares que separavam por alturas os recreios, foram disfarçados, assim como foram criados acessos do lado Este e Oeste do espaço de recreio através de rampas, em que foi necessário remover parte do muro do recreio feminino e escavar o Alto do Calvário para aceder ao antigo recreio masculino, respectivamente.

Por fim, identificou-se no levantamento das escolas que as suas coberturas foram alteradas nesta terceira fase, isto porque na escola pequena na zona do alpendre é possível ver que a estrutura da cobertura é composta por vigotas de betão e a telha de tipo aba e canudo é diretamente colocada sobre estas vigotas. Para além disto, dada a impossibilidade de acesso às coberturas das duas escolas pelo seu interior, alega-se que as suas estruturas sejam ambas de betão armado em que é possível aceder pelo seu exterior através da remoção de telhas.

A **quarta fase**, correspondente à obra mais recente desenvolvida pela C.M.V.C., em **2014**, aplicou-se somente na “Escola Grande”, com o objetivo de a recuperar e preparar para a nova função de Centro Interpretativo do Vieito. Para esta fase foi concedido pela Divisão de Projeto da C.M.V.C., um documento de descrição dos trabalhos da recuperação e adaptação da antiga escola primária de Perre.

Esta fase de alteração da Escola Dr. Alfredo de Magalhães incidiu na demolição das paredes existentes do alpendre, a remoção do pavimento da varanda da fachada principal e a sua impermeabilização – que estavam a causar a formação de humidade no interior da escola – e a revisão geral da cobertura, com a lavagem e substituição de telhas partidas.



CAIXILHARIAS



ALPENDRE



TERRAÇO

Figura 26. Principais alterações na recuperação da “Escola Grande”, em 2014 (fotografias da C.M.V.C.)

Os espaços no alpendre destinaram-se à mesma função, no caso das instalações sanitárias, em que foram ampliadas e ajustadas à legislação atual. Esta ampliação causou o encerramento de um vão e remoção da repetitiva escada. Ainda no alpendre, do lado oposto às instalações sanitárias, também foram ampliados os antigos arrumos, alinhando com o avanço central da escola e limitado a um acesso pelo alpendre e foi mantido o acesso existente à sala, mas foi substituída a escada. Por fim, nas paredes do alpendre foram abertos pequenos vãos voltados unicamente para a encosta do Calvário.

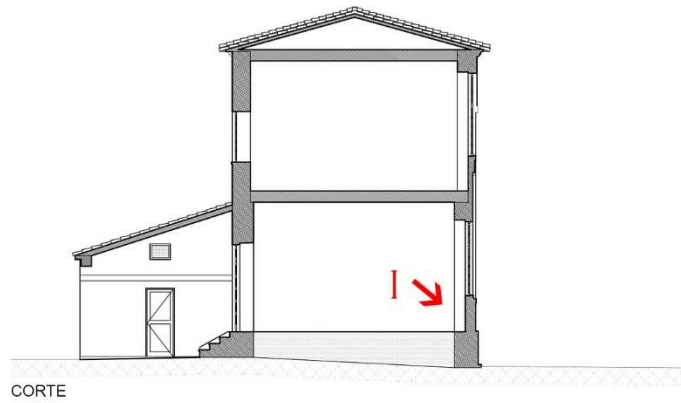
Dentro da escola as obras incidiram no isolamento, acabamentos e carpintarias, em termos espaciais manteve-se o original, exceptuando o acesso de uma sala ao alpendre. No interior das quatro salas da escola foi aplicado nas paredes e tetos o acabamento de gesso cartonado, no entanto no corpo central mantiveram-se as paredes rebocadas originais. No que respeita aos pavimentos das salas, todo o soalho foi removido e substituído e no corpo central do piso inferior o pavimento foi igualmente removido e substituído por placas de granito - igual ao pavimento do alpendre – e no piso superior e escadaria o soalho foi também substituído. Ainda no corpo central, nos gabinetes, foi deixado um espaço no piso superior que servirá para a possível colocação de elevador.

Referente à caixilharias em madeira existentes na fachada principal da escola foram também trocadas, as novas respeitaram o desenho original e a sua materialidade. De madeira maciça pintadas de branco, com vidro duplo e com ferragens de abertura normal e basculante. No caso das portas interiores e exteriores foram igualmente substituídas com desenho semelhante ao original e pintadas de branco. No alpendre da fachada principal, como já foi referido a sua cobertura estava a provocar infiltrações para o interior da escola. Desta forma foi removido todo o pavimento, aplicada tela impermeável no piso superior e colocado pavimento apoiado sobre calços reguláveis. Todas as paredes exteriores foram lavadas, pintadas e no granito existente, aplicado tratamento de revestimento exterior.

Os muros que delimitam o espaço de recreio sofreram uma reconstrução, devido à existência de algumas árvores que afetaram a sua estabilidade estrutural. Sendo assim, estas foram retiradas e os muros nas zonas mais danificadas foram reconstruídos novamente, à semelhança do original. Para além disto, foi colocada uma rede para escoamento das águas que se concentram junto ao muro virado a nascente.



EFLORESCÊNCIAS NA PEDRA



HUMIDADE CAUSADA PELA CONSTRUÇÃO

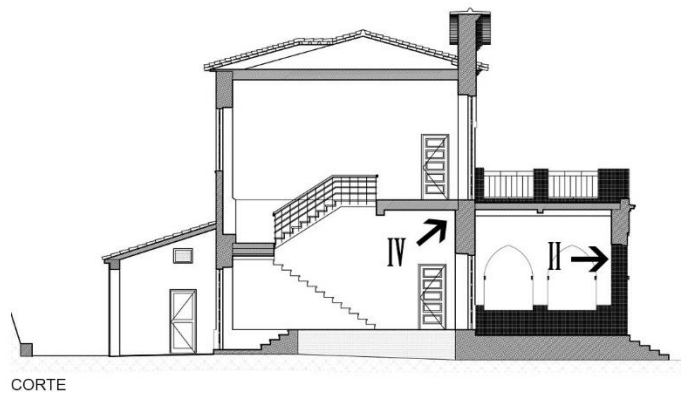
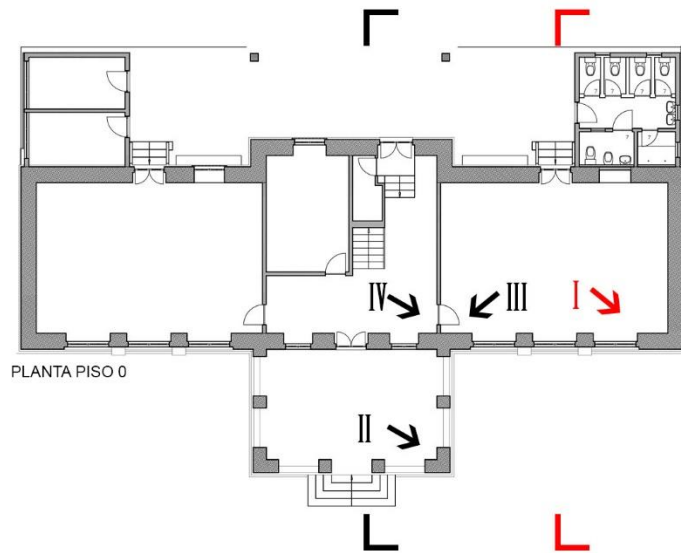


Figura 27. Patologias identificadas na estrutura vertical, antes das obras de recuperação em 2014 (fotografias da C.M.V.C.)

3.3.2 DIAGNÓSTICO FÍSICO

Conforme já mencionado, a Escola Dr. Alfredo de Magalhães sofreu obras de recuperação em 2014, sendo que o diagnóstico físico incide sobre a Escola D. Adília. É relevante referir que ambas as escolas, antes da recuperação da “Escola Grande”, apresentavam maioritariamente as mesmas patologias, nas caixilharias, na estrutura vertical e fachadas e a presença de vegetação causada pela proximidade do monte e pela falta de manutenção. Mediante o tempo que estas escolas estiveram sem uso, verifica-se que o seu estado é razoável, sendo que grande parte das suas patologias está associado à presença de humidade que é causada pela sua implantação junto ao monte do Calvário.

De forma prévia, no que respeita à “**Escola Grande**”, segundo a descrição de trabalhos da C.M.V.C., as patologias na **estrutura vertical** identificadas foram humidades causadas pela construção, associadas à falta de escoamento das águas pluviais no alpendre principal, que afetou tanto as paredes do alpendre, como também as que estavam ligadas ao corpo principal da escola.

Para além disto, também são identificadas eflorescências na pedra, na zona dos vãos exteriores, que consistem na cristalização de sais que foram conduzidos até à superfície da parede de pedra. Estes sais possivelmente podem ter origem através do próprio material, ou podem ser causados por fatores externos, relacionados com o terreno – por parte da água da chuva, ou do vapor de água que atravessa a parede e dilui estes sais, que são arrastados para o exterior, onde se cristalizam e depositam na superfície da parede, com características manchas esbranquiçadas. No caso da humidade proveniente da construção, tem-se conhecimento que a patologia foi tratada através da criação de um sistema de escoamento de águas pluviais no piso superior do alpendre principal.

Por fim, as **caixilharias** existentes apresentavam patologias de alteração cromática e desidratação da madeira. Estas alterações apresentam um clareamento acizentado, o que acontece unicamente na madeira que se encontra exposta às condições atmosféricas e sem manutenção adequada para a ação dos raios solares, sendo que esta patologia afeta unicamente a nível estético a madeira.

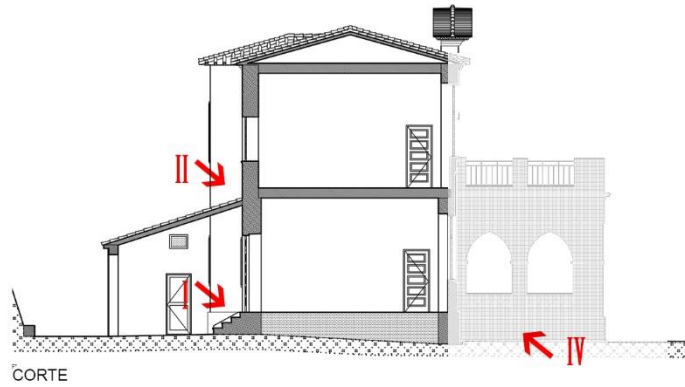
Na recuperação, as caixilharias foram todas substituídas, com a preocupação de corresponder ao desenho original, aplicando caixilharia de madeira maciça, com vidro duplo e ferragens de abertura normal e basculante.



Figura 28. Patologias identificadas na caixilharia, antes das obras de recuperação de 2014. (fotografias de C.M.V.C.)



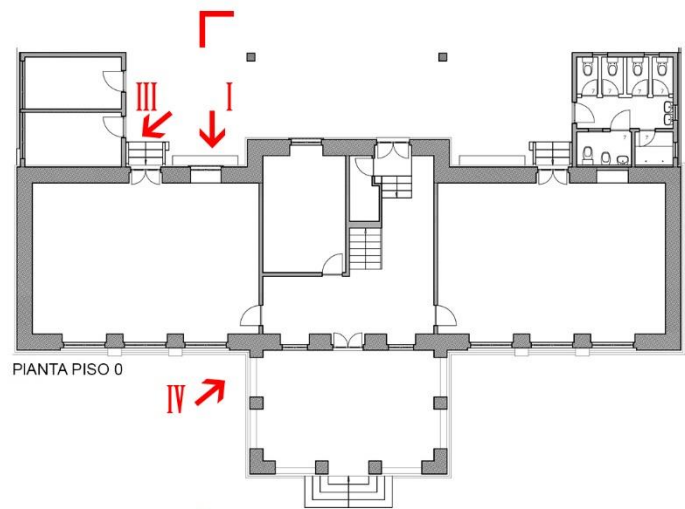
HUMIDADE CAUSADA PELA CONSTRUÇÃO



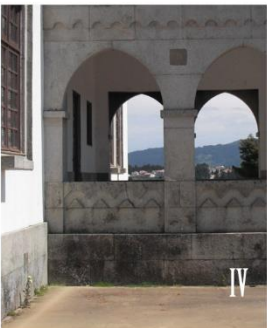
CORTE



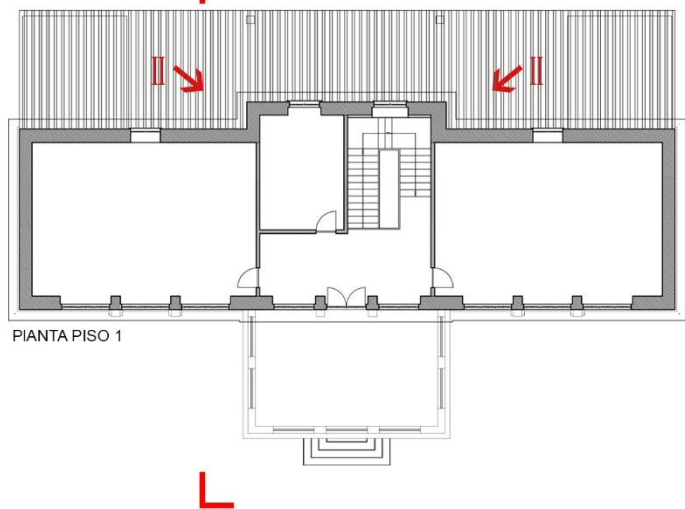
MANCHAS NA ARGAMASSA DE CIMENTO



PIANTA PISO 0



HUMIDADE POR CAPILARIDADE DA PEDRA



PIANTA PISO 1

Figura 29. Patologias identificadas na fachada, antes das obras de recuperação em 2014 (fotografias da C.M.V.C.)

Os **pavimentos** interiores de madeira apresentavam algumas ripas em estado de putrefação, causada por vários tipos de fungos que surgem na madeira quando aumenta o nível de humidade, associado a zonas apoiadas no terreno, em contacto com a estrutura vertical, ou geralmente, em zonas pouco ventiladas. Possivelmente, neste caso pode estar relacionado com o encerramento da caixa de ar existente no piso em contato com o terreno.

Identificou-se também a presença de ataque de carunchos na pavimentos em madeira. O seu desenvolvimento é constituído pelo aumento de humidade na madeira, que pode ser proveniente da água existente na construção, condensação ou infiltração.

Estes pavimentos apresentavam elementos que foram substituídas, sendo que já não era homogéneo e original. Isto levou a que todos os pavimentos em madeira fossem substituídos, assim como a reabertura dos respiros da caixa de ar, para voltar a utilizar o sistema construtivo inicial.

A **cobertura** sofreu uma lavagem e a substituição de telhas, durante a obras de recuperação realizadas em 2014, concluindo que a estrutura da cobertura se encontrava em bom estado e unicamente foi identificada a presença de sujidade e vegetação de formas inferiores, como líquenes e musgos.



As **fachadas** do corpo inicial, apresentavam patologias como humidade proveniente da construção, manchas na argamassa de cimento e humidade por capilaridade na pedra. A primeira é identificada na fachada posterior da escola, na ligação da cobertura com um plano vertical, mais elevado. Estas construções adjacentes constituem um ponto débil onde aparecem com maior frequência infiltrações por falta de estanqueidade. O desprendimento de revestimento de cimento representa a perda de aderência entre este e o material de suporte, possivelmente causada por fenómenos de tensão entre o revestimento e o acabamento, associado geralmente a alterações higrotérmicas, ou por falta de condições de agregação na parede de suporte que garanta estabilidade para o acabamento.

A presença de humidade por capilaridade na pedra em contacto com o terreno está associada ao acontecimento da elevação da água do terreno através do material em contacto. Este acontecimento deve-se à humidade do terreno e à porosidade e avidéz de água do material.

Figura 30. Patologias identificadas pavimentos, antes das obras de recuperação de 2014. (fotografias de C.M.V.C.)



MANCHAS



HUMIDADE CAUSADA PELA CONSTRUÇÃO



VEGETAÇÃO

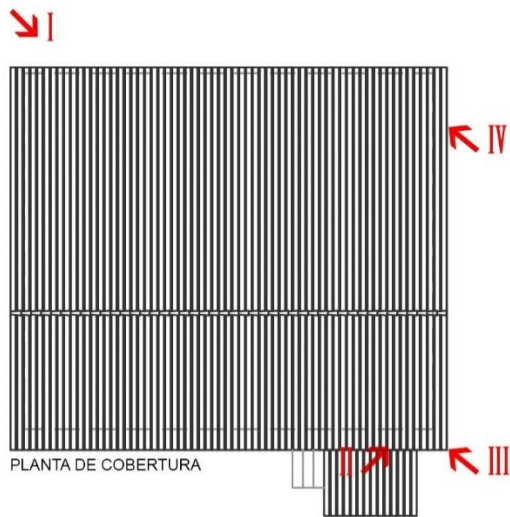


Figura 31. Patologias identificadas na cobertura da escola de D. Adilia (fotografias do autor)

Na descrição dos trabalhos feitos, descreve-se a picagem e pequenas reparações no reboco na zona norte da escola, bem como no teto da zona do alpendre do lado norte. Referente às paredes do alpendre foram executadas paredes exteriores duplas e paredes simples para as divisórias do alpendre. Por fim, a estrutura em granito foi lavada e aplicado hidrófugo.

No caso da “**Escola Pequena**”, as patologias que apresenta são semelhantes às da outra escola. No entanto apresenta na sua generalidade bom estado de conservação, tendo em conta a inexistência de manutenção ou obras de recuperação.

A **cobertura** apresenta um estado razoável, tendo em conta que não se identifica deformações estruturais. As patologias detetadas são manchas na laje, humidade proveniente do sistema construtivo e vegetação com formas inferiores e superiores nas telhas. As manchas na laje exposta têm origem no arrasto de partículas através de agentes externos à construção, principalmente causado pelas águas pluviais que desenvolvem manchas de várias colorações associadas a tipos de partículas erosivas ou arrastadas. Especificamente nesta escola, os fatores que influenciam estas manchas é a envolvente proveniente da presença elevada de água, que conseqüentemente desenvolve o aparecimento de fungos e vegetação na cobertura de formas inferiores (musgos e líquenes) e formas superiores (plantas).

Referente à humidade proveniente do sistema construtivo está relacionada com o contacto da cobertura com a estrutura vertical e que causa o aparecimento de infiltrações no interior por falta de estanqueidade.

Nas **estruturas verticais** são identificadas em várias zonas do seu interior o desprendimento do acabamento, principalmente associado à presença de humidade por capilaridade em zonas que estão próximas de estruturas em contacto com o terreno ou com ligações construtivas.

No que respeita aos **pavimentos**, não foram detetadas patologias, unicamente humidade por capilaridade nos mosaicos impermeáveis da zona do refeitório, que estão em contacto com o terreno, associado ao bloqueio da transpiração do terreno e que se apresenta de forma condensada no pavimento.



Figura 32. Patologias identificadas na estrutura vertical da escola de D. Adília (fotografias do autor)



PODRIDÃO DA MADEIRA



CARUNCHO



DESIDRATAÇÃO DA MADEIRA



Figura 33. Patologias identificadas nas caixilharias da escola de D. Adilia (fotografias do autor)

Nas **fachadas** identificam-se patologias associadas ao desprendimento do revestimento e humidade por capilaridade, identificadas igualmente na “Escola Grande.”

Nas **caixilharias** apresentam as mesmas patologias identificadas na outra escola, alteração cromática e desidratação da madeira e acrescenta-se a presença de ataque de carunchos e podridão da madeira, causados pela presença de humidade na madeira, proveniente da água existente, condensação, infiltração ou zonas pouco ventiladas.

Em suma, a intervenção para o tratamento destas patologias deve incidir principalmente na picagem do reboco exterior e interior, identificação das infiltrações, limpeza e aplicação de novo reboco.



No caso da cobertura deve ser feita a sua limpeza, incluindo as lajes que estão à vista e que apresentam a presença de manchas e identificação e substituição das telhas partidas existentes, causado por vegetação de formas superiores.

Referente às caixilharias, devem ser revistas, permitindo melhores condições de conforto interior. Referenciando da melhor forma possível o desenho original das caixilharias

A estrutura horizontal, dada a época de construção, bem como tendo em conta o estudo estratigráfico desenvolvido, o pavimento original e a sua técnica construtiva possivelmente é semelhante à da “Escola Grande”. Tornando-se conveniente procurar remeter e reutilizar esta opção construtiva, assim como retomar o pavimento original.

Por fim, devido à influência da encosta deve ser cortada alguma vegetação que se encontra mais próxima da “Escola Pequena”, de forma a aumentar a incidência solar e a ventilação do espaço que separa a fachada Oeste e o monte do Calvário.

Figura 34. Patologias identificadas na fachada da escola de D. Adília (fotografias do autor)

4.1 ANÁLISE DAS ESCOLAS

Esta parte da sistematização incide na análise dos conjuntos em que se insere a Escola Primária de Perre, concretamente as tipologias desenvolvidas pela Repartição das Construções Escolares (TIPO XX, nº 27- correspondente à Escola Dr. Alfredo de Magalhães - e TIPO XXV, nº 46 – correspondente à Escola D. Adília) e o conjunto de escolas despachadas por Dr. Alfredo de Magalhães, inseridas em Viana do Castelo.

Sendo assim, o principal objetivo é analisar de forma breve estas escolas na atualidade, identificando o seu **estado de conservação** (bom | razoável | mau), o **uso** segundo Felgueiras (2005) e Rodrigues (2012) (associativo | social | expositivo - apropriação | expositivo – musealização) e **intervenção** no âmbito da reabilitação (renovação | remodelação | ampliação)

Ressalta-se que este trabalho de campo procurou, no caso concreto das tipologias, reconhecer o atual uso das escolas TIPO XX, nº27 e TIPO XXV, nº46 , tendo em conta que se localizam em diferentes zonas de Portugal, que podem ser mais ou menos desenvolvidas. Contudo, cada tipologia necessitou de ser analisada individualmente, tendo em conta as distintas dimensões e contextos.

No caso do conjunto de escolas despachadas por Dr. Alfredo de Magalhães, a análise centra-se no reconhecimento do atual uso das escolas desta época, no concelho de Viana do Castelo. Esta análise individual procura entender as escolas construídas na mesma época e que possuem o mesmo contexto, que a Escola Primária de Perre.

A identificação destas escolas partiu do que é obtido através da análise documental. Sendo que foi feito, trabalho de campo, com base nas técnicas de observação, notas de campo e fotografias e filtrada com as categorias de análise.

Este sub-capítulo procura entender o que está a acontecer nestas escolas no momento, algumas ainda mantêm a função atual, outras alteraram a sua função, assim como escolas sem qualquer atividade. Estas últimas, igualmente encontram-se num processo de degradação causado pelo seu abandono. Do mesmo modo, permite identificar qual a função que melhor pode dinamizar e a intervenção que potencia e salienta o objeto de estudo.

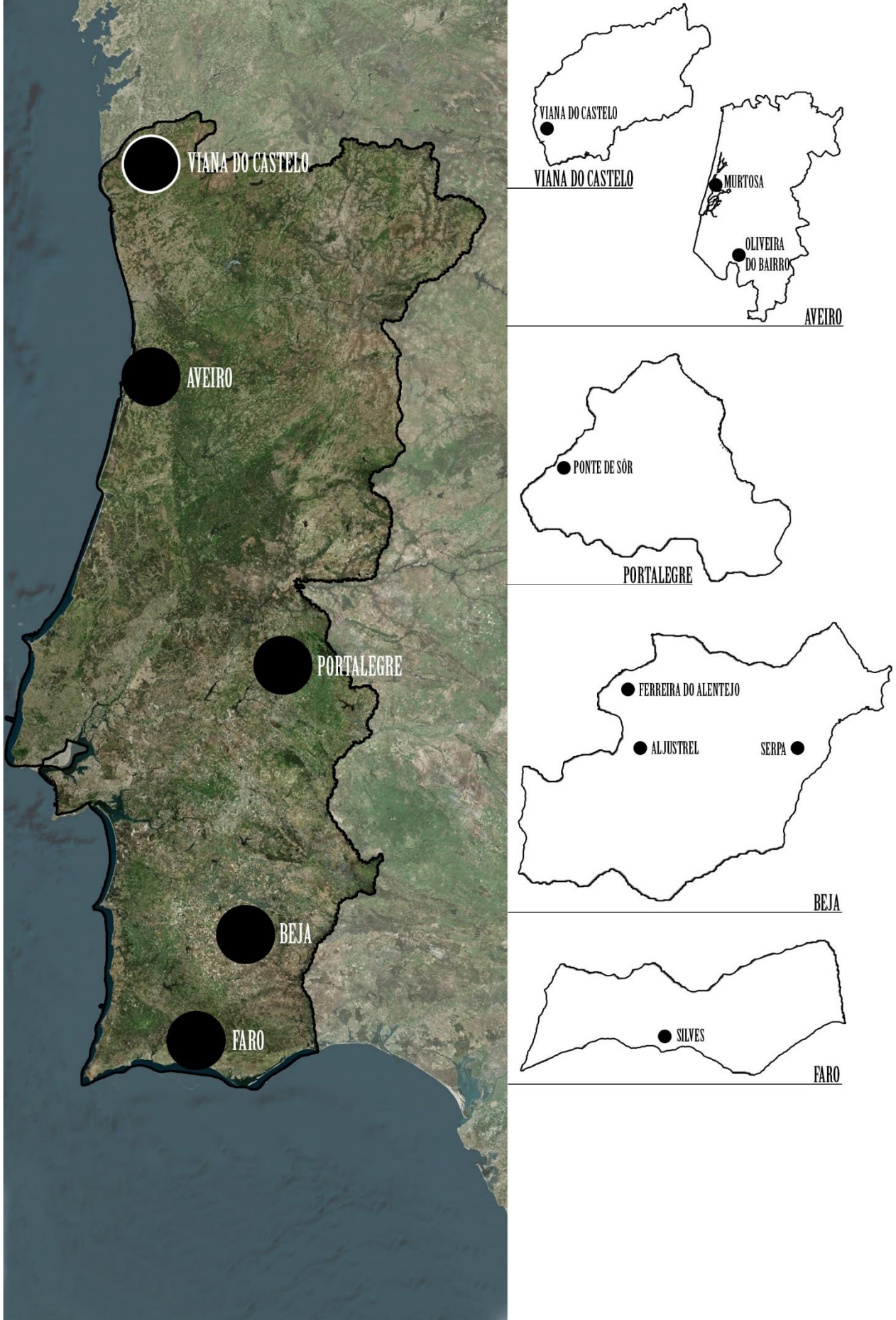


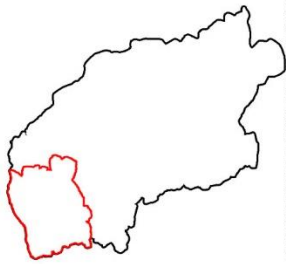
Figura 35. Localização das escolas TIPO XX, n~27 em Portugal.

4.1.1 ANÁLISE INDIVIDUAL ESCOLAS TIPO XX, Nº27

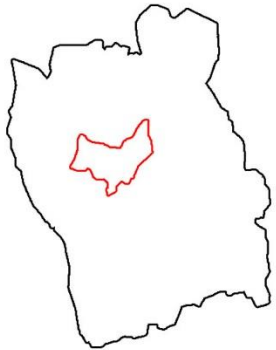
O tipo XX, nº 27 é a tipologia em que se enquadra a Escola Dr. Alfredo de Magalhães, assim como é possível encontrar outras oito escolas pelo resto do país, nomeadamente Montedor (Viana do Castelo), Murtosa, Oliveira do Bairro (Aveiro), Ponte Sôr (Portalegre), Aljustrel, Serpa, Ferreira do Alentejo (Beja) e Silves (Faro).

Desta forma, encontram-se escolas com a sua função atual, que dificultou a possibilidade de fotografar o seu interior, mas como foi observado e estas mantêm grande parte da espacialidade e materilidade original. De igual modo foram identificadas algumas com novos usos, em obras e ao abandono, estas duas últimas têm previstos novos usos distintos no original, nomeadamente expositório e posto da Guarda Nacional Republicana.

Escolas	Estado Conservação	Uso	Intervenção
Perre	Bom	-	Renovação
Montedor	Bom	Original (escola)	Renovação Ampliação
Monte Palhaça	Razoável Bom	- Social	- Renovação
Ponte de Sôr	Bom	Associativa	Remodelação
Ferreira do Alentejo	Bom	Original (escola)	-
Ervidel	Bom	Original (escola)	-
Serpa Algoz	Razoável Bom	- Original (escola)	- Renovação Ampliação



CONCELHO DE VIANA DO CASTELO



FREGUESIA DE PERRE



FOTOGRAFIAS INTERIORES



LOCALIZAÇÃO



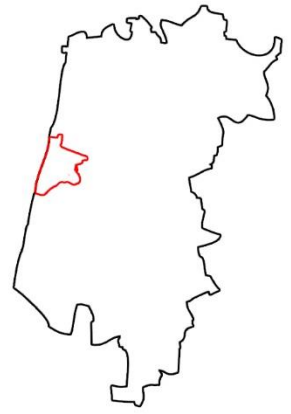
FOTOGRAFIAS DAS FACHADAS

Figura 36. Escola Primária de Perre | Obra da investigação | Estado: Bom (fotografias do autor | 2016)

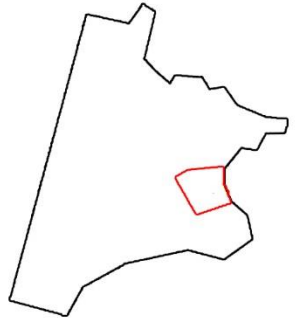


FOTOGRAFIA INTERIOR

CONCELHO DE MURTOSA



FREGUESIA DE MONTE



fotografia googlemaps (2010)



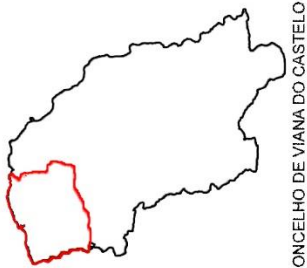
fotografia googlemaps (2010)

FOTOGRAFIAS DAS FACHADAS



LOCALIZAÇÃO

Figura 37. Escola Primária de Pardelhas- Monte | Estado: Razoável
(fotografia interior do autor | 2016)



CONCELHO DE VIANA DO CASTELO



FREGUESIA DE CARREÇO



FOTOGRAFIAS INTERIORES



LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIAS DAS FACHADAS

Figura 38. Escola Primária de Montedor | Estado: Bom | Uso: Original (escola) | Intervenção: Renovação e Ampliação (fotografias do autor | 2016)

ESCOLA PRIMÁRIA DE CARREÇO (fig38). Ampliada e renovada em 1998. A atual escola primária de Carreço preservou toda a estrutura vertical do corpo principal e original, na fachada principal, acabamentos interiores e caixilharias. No que diz respeito à ampliação, no enquadramento da fachada principal o novo volume respeita a preexistência, no entanto, na fachada posterior predomina a ampliação e reconhece-se o traçado da antiga escola da tipologia XX.

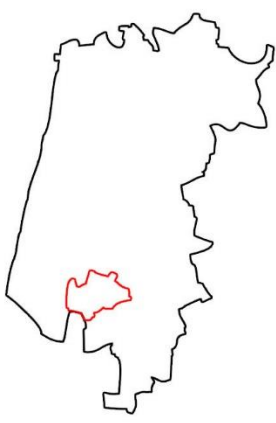
Estado. Tendo em conta que a preexistência é que predomina a nível de acabamentos interiores e exteriores, a escola de Carreço apresenta bom estado de conservação. Em primeira instância mantém a sua espacialidade e materialidade original.

Uso. Esta escola encontra-se com a sua função original

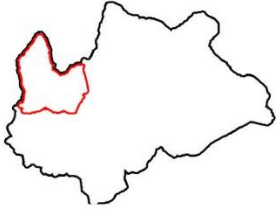
Intervenção. As únicas alterações detetadas incidem no alpendre principal, no qual foi encerrado com caixilharia, pavimentado com cerâmica no interior e o seu acesso pela fachada frontal foi fechado, com uma peça que simbolicamente procura representar a repetição do padrão existente nos restantes vãos de janela (visível na imagem da fachada principal).

Outra alteração visível está associada à resolução do desnível da cota de soleira, existente nestas tipologias de escolas, para conectar a escola à ampliação, que por sua vez, implicou o aumento da dimensão do vão preexistente na fachada posterior, para a colocação de uma rampa que facilita o acesso e conecta a ampliação às salas do piso térreo. Nesta zona de confluência entre a preexistência e a ampliação destaca-se a preocupação em marcar esta diferença nas estruturas verticais, através da preservação do “rodapé” de pedra saliente em todas as fachadas (anexos | fotografias | 2. Escola Primária de Carreço).

Mediante a intervenção feita nesta escola, sobrai a preservação da sua fachada e acabamentos interiores, assim como a implementação do plano de mobilidade reduzida de forma neutra e eficaz. Parte do traçado mais característico continua presente na escola, assim com garantiu a continuação da sua função original, com conforto e autenticidade da preexistência.



CONCELHO DE OLIVEIRA DO BAIRRO



FREGUESIA DE PALHAÇA



FOTOGRAFIAS INTERIORES



LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIAS DAS FACHADAS

Figura 39. Escola Primária de Palhaça | Estado: Bom | Uso: Social (fotografias do autor |2016)

ESCOLA PRIMÁRIA DE PALHAÇA (fig.39). Reabilitada em 2007. **Estado.** Esta escola apresenta um bom estado de conservação exterior e interior. Atualmente não é detetada alguma alteração relativa à sua espacialidade ou desenho das suas fachadas. Unicamente é identificada alguma diferença no alpendre da fachada posterior, mas na visita foi referido que o alpendre também é o original.

Uso. No que respeita à sua função apresentou características positivas, por manter o uso e a dinâmica do espaço. Esta vertente de espaço social, permite que a população residente seja dispensada de movimentações maiores para resolver situações administrativas, assim como dispõe de um espaço para convívio e lazer que abrange várias faixas etárias. Por consequência, esta nova função também é bem sucedida devido à boa apresentação da escola, com espaços que exprimem conforto.

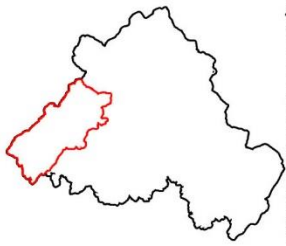
Intervenção. As suas fachadas e interiores apresentam principalmente uma intervenção de renovação, relativamente aos acabamentos, caixilharias e pavimentos. No entanto, a intervenção de reabilitação foi visível na visita através das alterações ao projeto original, em dois aspectos: a adaptação ao plano de acessibilidades e à espacialidade.

No primeiro aspeto, associado à principal fragilidade destas tipologias de escolas, a cota de soleira do piso de entrada encontra-se sempre sobreelevado aproximadamente um metro. Desta forma, destaca-se na fachada atual da escola a introdução da rampa que vai romper com um dos vãos vazios na lateral do alpendre frontal.

Apesar deste alpendre ser igualmente característico da região, a introdução deste elemento de comunicação ficou bem conseguido, através da sua materialidade, que é diluído no acabamento do “rodapé” exterior.

Relativamente, à circulação vertical para mobilidade reduzida dentro da escola, não foi identificada qualquer plataforma elevatória ou elevador, restringindo a área acessível ao piso de entrada.

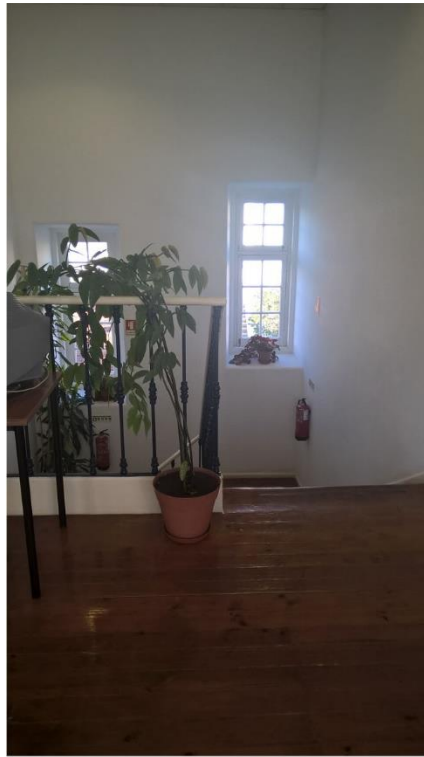
O segundo aspeto acenta na abertura de um vão de comunicação entre uma sala e um dos gabinetes, para dispôr de um espaço mais recatado associado à biblioteca. Esta intervenção procurou igualmente manter a linguagem espacial da escola mantendo a porta como um elemento simbólico no exterior, mas inexistente pelo interior.



CONCELHO DE PONTE DE SÔR



FREGUESIA DE PONTE DE SÔR



FOTOGRAFIA INTERIOR



LOCALIZAÇÃO



fotografia googlemaps (2010)



FOTOGRAFIAS DAS FACHADAS

Figura 40. Escola Primária de Ponte de Sôr | Estado: Bom | Uso: Associativo
(fotografias do autor | 2016)

ESCOLA PRIMÁRIA DE PONTE DE SÔR (fig.40). Atual Conservatório Regional de Portalegre, sem conhecimento da data da intervenção de reabilitação. À chegada é identificada a presença de alterações espaciais no alpendre frontal.

Estado. Relativamente ao seu estado físico apresenta-se em bom estado de conservação exterior e interior, para além de que se encontra numa zona em que se estão a desenvolver arranjos urbanísticos, que irão destacar a presença desta escola.

Uso. Esta escola foi a que garantiu a maior proximidade da sua função original, assim como foi comprovado na visita, o seu funcionamento e a essência original, obviamente por ter o seu carácter educacional.

Intervenção. A partir da entrada principal identifica-se imediatamente a intervenção de reabilitação aplicada no alpendre, assim como nas salas existentes. O único espaço em que é visível unicamente a sua renovação, é na zona central de distribuição, tendo em conta que na visita é mencionada a autenticidade de toda a espacialidade e materialidade desta área central. Relativamente às outras duas zonas, foram compartimentadas, concretamente para introduzir um espaço de recepção e para introduzir mais salas, assim como possivelmente para melhorar condições acústicas, considerando a sua nova função.

Aludindo à escola de Palhaça, que procurou resolver a principal fragilidade destas obras, é identificada outra solução para a mobilidade reduzida. A rampa, em vez de ser colocada junto à escola, substitui parcialmente os degraus existentes em frente ao alpendre principal. (possível ver em anexo | fotografias | 5. Escola Primária de Ponte de Sôr).

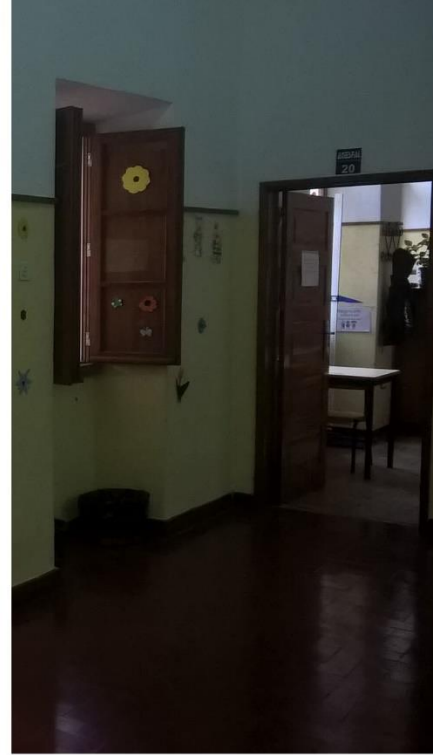
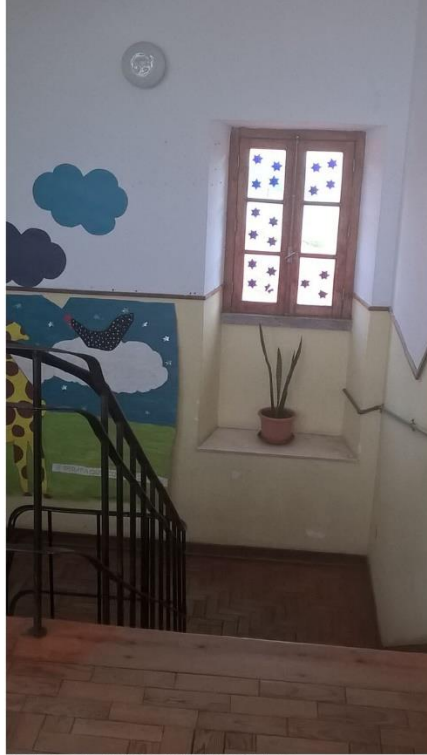
De forma geral, na sua função garante a dinâmica original e, relativamente à intervenção, conseguem ser identificadas fragilidades, nomeadamente na mobilidade reduzida, a compartimentação dos espaços e o encerramento com caixilharia no alpendre frontal. Possivelmente esta intervenção de reabilitação era desnecessária, mas destaca-se pela sua reversibilidade.



CONCELHO DE FERREIRA DO ALENTEJO



FREGUESIA DE FERREIRA DO ALENTEJO



FOTOGRAFIAS INTERIORES



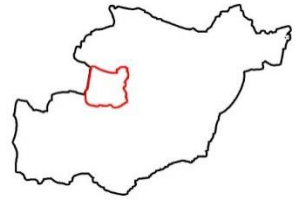
LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIAS DAS FACHADAS

Figura 41. Escola Primária de Ferreira do Alentejo | Estado: Bom | Uso: Original (escola) | s/intervenção (fotografias do autor | 2016)

CONCELHO DE ALJUSTREL



FREGUESIA DE ERVIDEL



FOTOGRAFIA INTERIOR

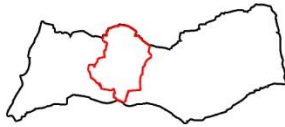


FOTOGRAFIAS DAS FACHADAS



LOCALIZAÇÃO

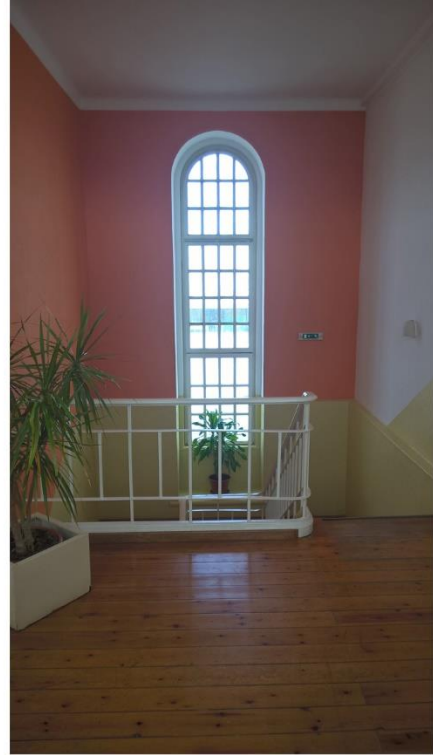
Figura 42. Escola Primária de Ervidel | Estado: Bom | Uso: Original (escola) | s/intervenções (fotografias do autor | 2016)



CONCELHO DE SILVES



FREGUESIA DE ALGOZ



FOTOGRAFIAS INTERIORES



LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIAS DAS FACHADAS

Figura 43. Escola Primária de Algoz | Estado: Bom | Função: Escola (original)
(fotografias do autor | 2016)

ESCOLA PRIMÁRIA DE ALGOZ (fig.43). Renovada e ampliada em 2005, a atual escola básica de Algoz mantém a sua fachada principal intacta, contudo altera seu acesso para a fachada posterior. Esta opção está associada à segurança dos alunos, causado pela presença de uma via movimentada.

Estado. No sentido da sua conservação encontra-se em bom estado de conservação, destacando-se preservação da espacialidade, associado às caixilharias interiores e exteriores, pavimentos e acabamentos.

Uso. Esta escola encontra-se com a sua função original

Intervenção. À primeira vista esta escola mantém o seu estado e espacialidade original, sem conseguir identificar qualquer alteração ou ampliação, através da sua fachada principal, No entanto, na sua atual entrada, a escola original dificilmente é reconhecida, devido à visibilidade predominante da ampliação.

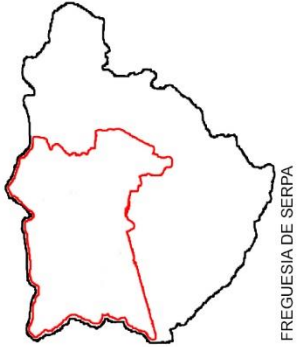
Da mesma forma, a cobertura e os acabamento exteriores também foram preservados, à excepção do alpendre posterior, que sofreu maiores alterações, nomeadamente a introdução de uma rampa, para cumprir com o plano de mobilidade reduzida e a sua cobertura. Nesta última, a razão da sua alteração está possivelmente relacionada com a conexão com a ampliação caracterizada por uma fachada mais contemporânea e com cobertura plana.

Relativamente ao interior, a única alteração identificada foi a colocação de uma zona com uma banca com água, para apoiar os trabalhos manuais dentro da sala de aula, sendo que os sanitários se encontram na ampliação.

Os aspetos positivos e de reflexão para o desenvolvimento do projeto para a Escola Primária de Perre, centram-se principalmente na intervenção, visto que o uso se manteve. Sendo assim, destaca-se as premissas de autenticidade, associadas unicamente à fachada principal e ao seu interior, que partiu da preservação do seu enquadramento e do desenho exterior, o restauro dos acabamentos interiores.



CONCELHO DE SERPA



FREGUESIA DE SERPA



LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIAS DAS FACHADAS

Figura 44. Escola Primária de Serpa | Estado: Razoável
(fotografias do autor | 2016)

4.1.1.1 REFLEXÕES

Neste conjunto de escolas, da mesma tipologia que a Escola Dr. Alfredo de Magalhães, destacam-se principalmente as escolas dos distritos de Viana do Castelo, Beja e Faro, que demonstram, especialmente no Alto Minho e Sul do país, que estas escolas ainda são utilizadas da forma mais corrente possível. Ressalta-se que no caso de Faro foi mencionado que o número de crianças tem vindo a aumentar e que existem alguns anos que são distribuídos em duas turmas. Sendo que não inviabilizou a tradicional escola do início do século XX, que possuía unicamente quatro salas.

Uso. Por outro lado, no âmbito do uso, eleva-se unicamente a escola de Palhaça (fig.39), em Aveiro, que demonstra uma apropriação do espaço de forma positiva e que se aproxima da melhor forma da dinâmica original, sem estar diretamente associada ao ensino. Como também é o caso da escola de Ponte de Sôr (fig.40), em Portalegre, que foi a que melhor se aproximou da dinâmica original.

Intervenção. Relativamente às intervenções, realça-se as escolas que ainda mantêm o uso original e que sofreram ampliações, no sentido de como estas interagem com a preexistência, nomeadamente a escola de Carreço (fig.38) e Algoz (fig.43). Existe respeito pelo existente relativamente à sua fachada e preocupação pela conservação espacial e material, através de intervenções de restauro e renovação, para garantir da melhor forma possível os ambientes existentes.

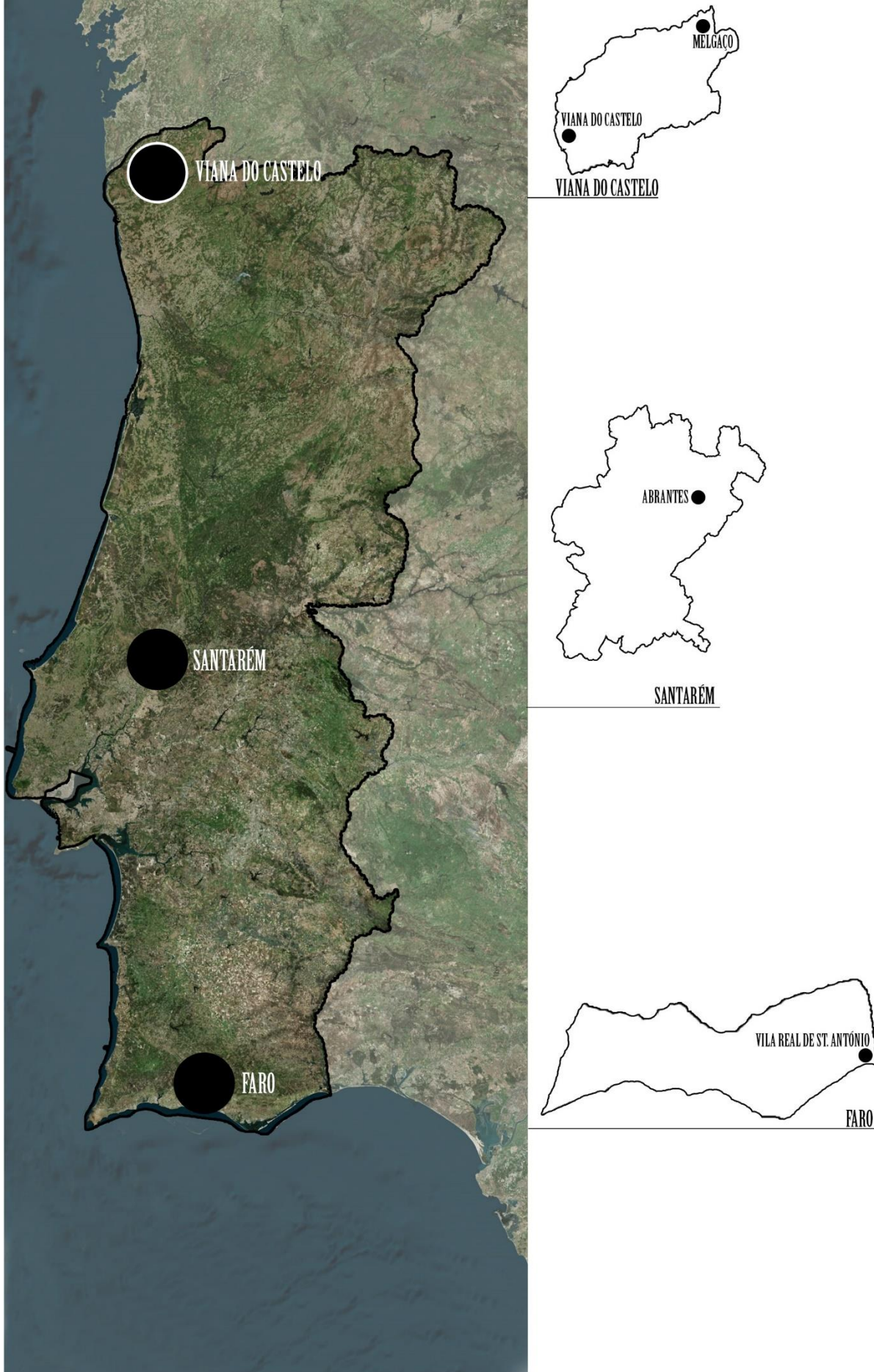


Figura 45. Localização das escolas TIPO XXV, nº 46, em Portugal.

4.1.2. ANÁLISE INDIVIDUAL ESCOLA TIPO XXV, Nº46

O tipo XXV, nº 46 é a tipologia em que se enquadra a Escola D. Adília, antigo refeitório da Escola Primária de Perre e que é possível encontrar igualmente ao longo do país. No entanto apenas foram identificadas na análise documental, concretamente em Viana do Castelo e Melgaço (Viana do Castelo) e Vila Real de St António (Faro). A acrescentar, através do trabalho de campo, foram identificadas mais duas, sendo uma em Viana do Castelo (Viana do Castelo) e outra em Abrantes (Santarém)

Ao contrário da outra tipologia de escolas, nenhuma desta tipologia se encontra em funcionamento como escola, sendo que algumas estão sem uso e outras com funções de vertentes sociais e expositivas de apropriação, em que foram adaptadas de forma a garantir a sua utilidade.

Escolas	Estado Conservação	Uso	Intervenção
Perre	Razoável	-	-
Outeiro	Bom	Expositiva (apropriação)	Renovação
Vilar de Murteda	Bom	Social e Expositiva (musealizaçã o)	Renovação
Cubalhão	Razoável	-	-
Bempost a	Razoável	Associativa	-
Monte Gordo	Bom	Social	Remodelação



CONCELHO DE VIANA DO CASTELO



FREGUESIA DE PERRE



FOTOGRAFIAS INTERIORES



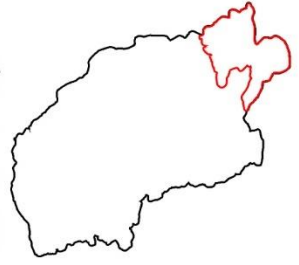
LOCALIZAÇÃO



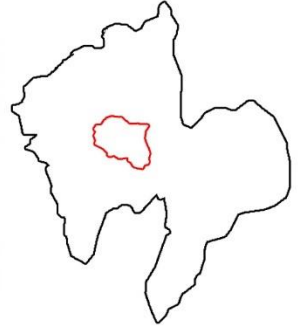
FOTOGRAFIAS DAS FACHADAS

Figura 46. Escola Primária de Perre | Obra da investigação | Estado: Razoável (fotografias do autor | 2016)

CONCELHO DE MELGAÇO



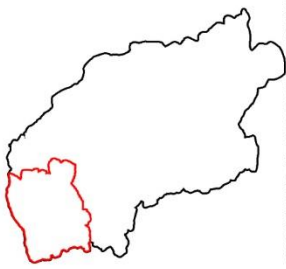
FREGUESIA DE VILAR DE CUBALHÃO



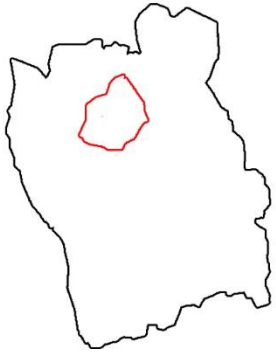
FOTOGRAFIA DA FACHADA

LOCALIZAÇÃO

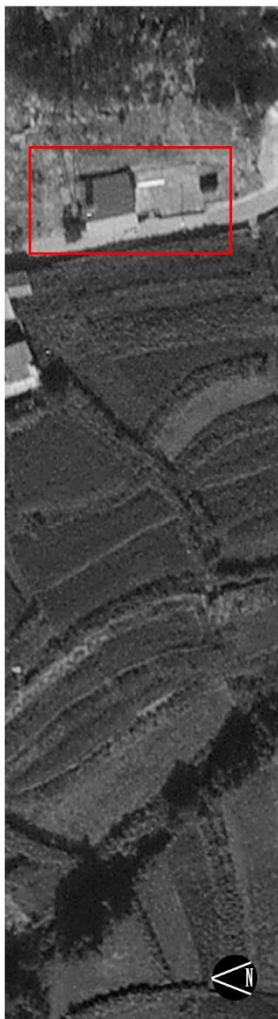
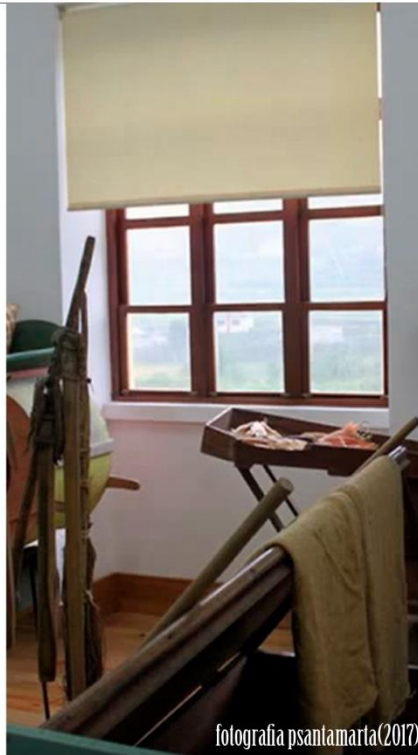
Figura 47. Escola Primária de Cubalhão | Estado: Razoável



CONCELHO DE VIANA DO CASTELO



FREGUESIA DE OUTEIRO



LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIAS DAS FACHADAS

Figura 48. Escola Primária de Outeiro | Estado: Bom | Uso: Expositório (apropriação)
(fotografias do autor | 2016)

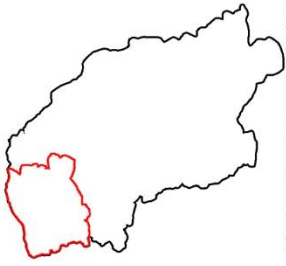
ESCOLA PRIMÁRIA DE OUTEIRO (fig.48). Atual Museu do Pão foi apropriada para expor utensílios e peças de dimensões medianas associadas ao processo de elaboração do pão.

Estado. A escola apresenta bom estado de conservação nas suas fachadas e cobertura. Contudo, devido à impossibilidade de visita não foi analisada presencialmente o interior, mas através de fotografias do seu interior. Identificase que se mantém preservado espacialmente a sala, a cozinha e as instalações sanitárias.

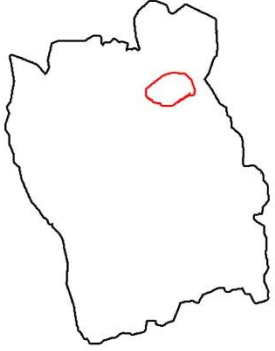
Uso. Destaca-se nesta escola importante, o facto de que esta escola estar em uso, que se trata de uma das premissas para a conservação do património arquitetónico. Por outro lado, a sua nova função expositiva da vertente etnográfica, não consegue abranger uma proximidade da dinâmica original, na qual existia maior movimentação na escola e na sua envolvente. De certa forma, mantém-se sem um uso constante, alusivo a um espaço sem função.

Intervenção. Na antiga sala de aula pode ser reconhecido que foi feita a renovação dos acabamentos interiores, que expressa conforto e, principalmente simplicidade para que no espaço o protagonista seja o cenário expositivo. Esta intervenção aparenta ter se baseado unicamente na renovação da sala, para receber os objetos de exposição e manteve os restantes espaços, assim como não foi desenvolvida qualquer solução arquitetónica no sentido do plano de mobilidade reduzida, sendo que as duas entradas para a escola se encontram aproximadamente numa cota dois metros acima da cota da estrada.

Nesta antiga escola, identifica-se igualmente o tema que foi provocador para a elaboração desta dissertação, nomeadamente a relação entre dois património distintos: o arquitetónico e o etnográfico. Neste caso é visível e exemplar a presença arquitetónica e da reconhecida presença etnográfica e que consequentemente de forma não intencional desvaloriza o arquitetónico que é posto como um cenário que alberga a peça de teatro.



CONCELHO DE VIANA DO CASTELO



FREGUESIA DE VILAR DE MURTEDA



FOTOGRAFIAS DE ESPAÇO DE TRANSIÇÃO E INTERIOR



LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIAS DAS FACHADAS

Figura 49. Escola Primária de Vilar de Murteda | Estado: Bom | Função: Social (fotografias do autor | 2016)

ESCOLA PRIMÁRIA DE VILA DE MURTEDA (fig.49). Renovada e preservada para que mantenha o simbolismo original. No entanto, esta escola é pontualmente utilizada, sendo que é utilizado pela comunidade mais velha como espaço de convívio, no qual usufruem do interior, mas também do seu exterior para atividades física.

Estado. Esta escola encontra-se em bom estado de conservação, principalmente associado ao seu exterior, no qual existiu preocupação em manter e cuidar. Relativamente ao seu interior, as estruturas verticais e horizontais apresentam algumas patologias.

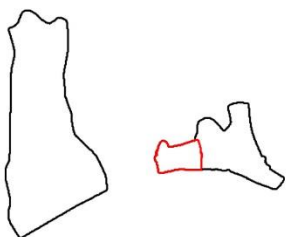
Uso. Ao contrário do seu exterior, é visível no interior que esta escola é utilizada unicamente ocasionalmente. Este espaço transmite desconforto, principalmente térmico, causado possivelmente pelas suas características construtivas, assim como também é posta em causa a quantidade e o tipo de população que habita neste meio predominantemente rural.

Tendo em conta o seu exterior, realça-se uma vertente expositiva relativamente à obra arquitetónica, considerando-se que a sua função principal é de exposição da escola, associado à função expositiva, mas de musealização da escola, na qual esta é a protagonista. Consequentemente é esta a sensação, sendo que o seu exterior se encontra muito bem apresentado e o interior mais descuidado, que não necessitaria e seria mais interessante que o seu interior procura-se ser musealizado igualmente.

Intervenção. No que respeita à sua intervenção, deteta-se a renovação principalmente do exterior da escola, considerando que as caixilharias foram todas substituídas por alumínio e vidro duplo, assim como na cobertura se identifica o aspeto renovado.

No interior foi mencionada a substituição do pavimento da sala de aula e no caso da salinha de entrada foi feita uma pequena cozinha com o essencial, desconhecendo se existe alguma referência original neste último espaço.

Por fim, a zona do alpendre posterior apresenta novo pavimento, as instalações sanitárias foram renovadas, mas a sua espacialidade mantém-se. A envolvente/recinto da escola encontra-se todo ajardinado, aludindo novamente para o carácter expositivo musealizado da escola.



CONCELHO DE VILA REAL DE ST ANTÓNIO

FREGUESIA DE MONTE GORDO



LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIAS DAS FACHADAS

Figura 50. Escola Primária de Monte Gordo | Estado: Bom | Uso: Social
(fotografias do autor | 2016)

ESCOLA PRIMÁRIA DE MONTE GORDO (fig.50). Atualmente espaço de serviços para a freguesia, encontra-se maioritariamente autêntica relativamente às suas fachadas. Esta escola é um dos exemplos da tipologia XXV, nº46, na qual foram construídas duas de forma simétrica, que na época, separava as raparigas dos rapazes.

Estado. Esta encontra-se em bom estado de conservação, considerando que estruturalmente a escola não foi alterada, unicamente nos acabamentos interiores das salas e na zona do alpendre posterior, foi encerrado e apropriado.

Uso. A sua função abrange dois serviços para a comunidade, concretamente sede de Junta de Freguesia e a Loja da Água, no qual ambos os serviços adaptaram balcões de atendimento nos espaços da escola, nas salas de aula da escola e no alpendre posterior, respectivamente. No que respeita às instalações sanitárias, mantêm-se na zona do alpendre.

Esta nova função viabiliza a antiga escola, também favorecida pela sua localização numa zona mais urbana e junto a uma via movimentada. Para além disso, apresenta espaços de conforto tendo em conta que construtivamente a preexistência se mantém intacta.

Intervenção. A reabilitação centrou-se na alteração da sua espacialidade, sendo que alguns materiais se mantiveram, incluindo as caixilharias e acabamentos. Relativamente às alterações, a escola foi compartimentada nas antigas salas e adaptada com espaço de receção no alpendre posterior.

Esta intervenção marcou duas entradas como inicialmente, mas na fachada frontal manteve uma e deslocou a outra para a fachada posterior da escola, destacando os diferentes serviços existentes na mesma escola.

Relativamente ao plano de mobilidade reduzida é notória a presença de rampas nas duas fachadas de entrada. Na principal substituiu, possivelmente uma das escadas, que, de forma simétrica, são identificadas na original do lado oposto. No caso da fachada posterior foi colocada uma rampa que finaliza com um patamar à entrada que é marcada no centro do alpendre posterior.



CONCELHO DE ABRANTES



FREGUESIA DE BEMPOSTA



LOCALIZAÇÃO



fotografia googlemaps (2015)



fotografia googlemaps (2015)

FOTOGRAFIAS DAS FACHADAS

Figura 51. Escola Primária de Bemposta | Estado: Razoável | Uso: Social

4.1.2.1 REFLEXÕES

No conjunto de escolas enquadradas na tipologia da Escola da D. Adília encontra-se maior insucesso relativamente às suas intervenções e novos usos.

Uso. Ressalta-se que, ao contrário da outra tipologia, nenhuma destas escolas manteve o seu uso original, associado à existência de uma única sala. Ainda neste âmbito, maior parte daquelas que adquiriram um novo uso, restringe-se a utilizações esporádicas, que em algumas delas transmitem que estão abandonadas.

Destaca-se entre este conjunto, unicamente a escola de Monte Gordo (fig.50), que demonstrou ser a que dinamizava da melhor forma a antiga escola com o seu novo uso. Optando por abranger mais um espaço social, direcionado aos serviços públicos, que diariamente capta, assim como ajuda, a população local para a antiga escola.

Contraditoriamente, a escola de Vilar de Murteda (fig.49), de forma positiva para a conservação deste património e negativa para uma utilidade dinamizadora do espaço, destaca-se pela vertente expositiva. Contudo, esta vertente expositiva separa-se da que é apresentada na escola de Outeiro, sendo que em Vilar de Murteda a exposição é a própria escola, sem saber se foi de forma intencional.

Intervenções. Relativamente às intervenções realça-se novamente a escola de Vilar de Murteda, associado especialmente à sua característica expositiva. Nesta escola o principal destaque foi para a eliminação de todo o ruído da envolvente e renovação de todas as fachadas e cobertura, assim como substituição das caixilharias.

Esta “exposição arquitetónica” é identificada por duas obras, na qual a outra era a antiga e atual sede da junta de freguesia e casa das sessões, da mesma época de construção e que estão enquadradas num cenário conjunto, em que as duas obras são protagonistas.



FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR



LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIA DA FACHADA PRINCIPAL

Figura 52. Escola Primária da Avenida | Estado: Bom | Uso: Escola (original)
(fotografia do autor | 2016)

4.1.3 ANÁLISE INDIVIDUAL ESCOLAS DESPACHO DR. ALFREDO DE MAGALHÃES

As escolas do despacho de Dr. Alfredo de Magalhães são um conjunto de dez escolas de diferentes tipologias que foram construídas em diferentes freguesias de Viana do Castelo. Este conjunto inclui as escolas de Perre, das duas tipologias (concretamente Tipo XX e XXV), assim como a escola de Carreço (Tipo XX, nº 27) e a de Vilar de Murteda (Tipo XXV, nº46), que já foram anteriormente apresentadas.

Para além destas, as outras sete escolas encontram-se em: Santa Maria Maior, Meadela, Santa Marta de Portuzelo, Vila Mou, Lanheses, Alvarães e Deocriste. Como já referido, todas estas escolas são de tipologias diferentes e não pertencem, como as da investigação, à Repartição das Construções Escolares e pelo contrário correspondem a diferentes arquitetos da época de 30.

A relevância do estudo destas escolas parte principalmente da sua função atual, concretamente com o que está previsto pela C.M.V.C. para a escola de Perre. Sendo assim, unicamente a antiga escola de Lanheses é que tem função de caráter expositivo e as restantes adquiriram uma nova função associada às necessidades da comunidade, incluindo igualmente a de Lanheses.

Escolas	Estado Conser vação	Uso	Intervenção
Viana do Castelo	Bom	Original (escola)	Renovação Ampliação
Meadela	Bom	Social	Renovação
Santa Marta	Bom	Social	Renovação
Lanheses	Bom	Social e Expositiva (apropriação)	Renovação Remodelação
Vila Mou	Razoáve 	-	-
Alvarães	Bom	Social	Remodelação Ampliação
Deocriste	Bom	Social	Ampliação



FREGUESIA DE SANTA MARTA DE POTUZELO



LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIAS DAS FACHADAS

Figura 53. Escola Primária de Santa Marta de Portuzelo | Estado: Bom | Função: Comunitária
(fotografias do autor | 2016)

ESCOLA PRIMÁRIA DE SANTA MARTA DE PORTUZELO (fig.53). Renovada recentemente a antiga escola da freguesia ficou sem uso específico a partir de 2009, quando foi construído o novo equipamento escolar numa zona mais próxima e central de espaço escolar, assim como serviços.

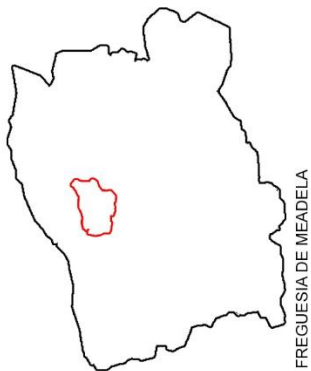
Estado. Atualmente esta escola, apresenta bom estado de conservação no interior e exterior, considerando que foi recentemente renovada. Todas as estruturas, nomeadamente verticais e horizontais, caixilharias, cobertura e fachadas foram mantidas na última intervenção.

Uso. Esta escola hoje, não possui um uso em concreto, associando-se a um fins associativo, no qual várias associações tiram partido do espaço da escola para qualquer atividade. No entanto, na visita ao local foi mencionado que anteriormente surgiu a tentativa de disponibilizar o espaço para a comunidade, à semelhança da escola de Palhaça (fig.39). Esta iniciativa de criar o espaço social, disponibilizava um responsável que estava na escola o dia inteiro, espaço de jogos de tabuleiro e leitura.

No entanto, esta tentativa de dinamizar mais o espaço da antiga escola não teve sucesso, associado possivelmente às necessidades da freguesia, que não incluíam um espaço social, mas principalmente, na questão de conforto. Esta escola, no seu estado original é caracterizada por um espaço frio e húmido, que não proporciona bem estar interior.

Comparativamente à escola de Palhaça, a alteração para um uso social foi positiva e os seus espaços apresentavam conforto. Possivelmente pode estar associado ao diferente desenho espacial, implantações ou sistema construtivo das distintas escolas.

Intervenção. No entanto, realça-se na escola de Palhaça uma intervenção mais invasiva, correspondente maior conforto, ao contrário da escola de Santa Marta de Portuzelo que foi menos invasiva e principalmente preservadora, que não solucionou uma das fragilidades da escola, o conforto interior.



FREGUESIA DE MEADELA



LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIA DA FACHADA PRINCIPAL

Figura 54. Escola Primária da Meadela | Estado: Bom | Função: Sede de Junta /Comunitária
(fotografia do autor | 2016)

ESCOLA PRIMÁRIA DA MEADELA (fig.54). Reabilitada parte da escola para a nova função social e a restante apropriada para fins associativos. Nesta escola, na visita não foi possível identificar a data da reabilitação ou da conclusão da atividade educacional.

Estado. Esta escola apresenta bom estado de conservação, sendo que toda a sua fachada e cobertura se mantêm preservadas, no caso dos interiores foram principalmente remodelados no que diz respeito à função social.

Uso. Relativamente ao seu uso, a melhor forma de caracterizar a sua distribuição programática é através da divisão da mesma em cinco partes distintas, nomeadamente as quatro salas e a zona de circulação vertical. Sendo que, as duas salas existentes no piso superior, uma do inferior e a zona de circulação, são para uso social, concretamente a sede da junta. A sala restante de forma independente é para fins associativos, em específico para o grupo de folclore da freguesia.

Na sua generalidade este novo uso dinamiza a escola, considerando principalmente a sua localização numa zona urbana e junto a uma via movimentada. No entanto, identificam-se fragilidades na utilidade aparentemente esporádica de todo o piso superior, que não demonstra estar a ser aproveitado da forma mais completa possível.

Intervenção. Outra fragilidade, neste caso associada à intervenção, reflete-se na questão do plano de mobilidade reduzida, que para um espaço social deveria ter sido inserido algum tipo de solução, sendo que para poder chegar à recepção existem unicamente escadas e sem saber precisar, com 5 a 10 degraus.

No entanto, destacou-se a criação de uma entrada lateral, numa anteriormente fachada cega, que atualmente se torna confuso e não tirando partido da preexistência se considera desnecessário. Tendo em conta que a escola já possui as duas entradas características e apelativas para a sua identificação.



FREGUESIA DE LANHESES



FOTOGRAFIAS INTERIORES



LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIAS DAS FACHADAS

Figura 55. Escola Primária de Lanheses | Estado: Bom | Função: Sede de Junta / Expositória / Comunitária (fotografias do autor | 2016)

ESCOLA PRIMÁRIA DE LANHESES (fig.55). Atual eco-museu e sede da Junta de Freguesia, desde 2007, em que sofreu obras de remodelação e renovação. Relevante referir que esta antiga escola representa um dos exemplos positivos no âmbito do novo uso e intervenção, encontrado entre a análise das escola em Viana do Castelo.

Estado. Na primeira visita ao local foi facilmente identificado o seu bom estado de conservação, associado à renovação de todas as fachadas à remodelação espacial do seu interior.

Uso. A sua utilidade diversificada, que possibilita a utilização pela comunidade demonstra sucesso neste novo uso. Esta escola abrange um espaço de recepção, associado à junta de freguesia; um espaço de exposição do ecomuseu; uma sala com características de biblioteca e um auditório. Sendo assim, a escola abrange o uso para fins sociais e expositivos.

Mediante o último destaca-se, conforme o comum destes espaços, expõe património etnográfico representativo do local, no qual a sua utilização é ocasional. De certa forma funciona como um espaço de armazenamento daqueles artefactos, tendo em conta que só esporadicamente é usado para exposição e divulgação dos mesmos. No entanto, com o uso social permite que este espaço seja utilizado frequentemente.

Intervenção. No que diz respeito à intervenção, foi positivamente preservadora da preexistência, principalmente no piso de entrada. Esta preservação refletiu-se na compartimentação e remodelação reversível dos espaços, assim como pelo facto de terem mantido uma referência escolar (os antigos quadros da escola).

Contrariamente, no piso superior foi feita a demolição de uma parede, para juntar duas salas e dar lugar a um auditório de médias dimensões, com o correspondente bastidor. Contudo, à excepção desta parede, a restante compartimentação é reversível e são mantidos os acabamentos interiores e caixilharias originais. Mediante esta preservação surge a fragilidade desta intervenção, exceptuando o auditório, a antiga escola padece de conforto térmico.

Relativamente ao plano de mobilidade reduzida, este é resolvido unicamente para o acesso ao piso térreo, impossibilitando aceder ao auditório.



FREGUESIA DE ALVARÃES



LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIA DA FACHADA PRINCIPAL EM 1998



FOTOGRAFIA ATUAL DA FACHADA PRINCIPAL

Figura 56. Escola Primária de Alvarães | Estado: Bom | Função: Lar de Idosos (fotografia do autor | 2016)

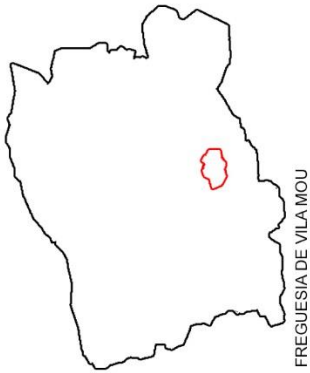
ESCOLA PRIMÁRIA DE ALVARÃES (fig.56) Lar de idosos desde 1998, esta escola dificilmente é identificada e reconhecida pelos habitantes mais novos da freguesia, tendo em conta que cedo encerrou a sua atividade educacional. Destaca-se igualmente a dificuldade que existiu para encontrar esta escola, que de certa forma, questiona a ausência do seu reconhecimento como obra arquitectónica, perante a população local.

Estado. Encontra-se em bom estado de conservação, tendo em conta que a intervenção invasiva procurou corresponder ao seu novo uso, de forma a garantir o melhor conforto no interior.

Uso. O atual lar de idoso garante um pouco de dinâmica na sua envolvente, este está inserido num conjunto de equipamentos públicos no mesmo recinto, nomeadamente infantário, creche e berçário. Esta localização ajudou na movimentação envolvente, assim como o novo uso mantém a escola em constante utilização e, de forma positiva, identificou-se uma proximidade ao seu uso original. Isto por existia espaços de convívio diferentes, com grupo em várias salas e movimentação constante.

Intervenção. Antiga escola é exemplo de uma intervenção mais invasiva dentro deste conjunto de escola de Viana do Castelo. Nesta identifica-se uma ampliação e remodelação interior. Esta intervenção conseguiu conservar maior parte da escola original. No entanto, na fachada principal a ampliação dificulta a leitura e compreensão desta fachada, mas principalmente na posterior, na qual, de forma reduzida é possível identificar esta escola. Relativamente aos interiores, são irreconhecíveis os espaços originais, à excepção da zona de refeitório que foi mantida a sua espacialidade e materialidade.

No entanto, de forma geral esta escola não é um exemplo a seguir, mas é possível tirar referência à forma com foi resolvido o conforto interior, com a aplicação de revestimentos interiores e substituição por caixilharias novas.

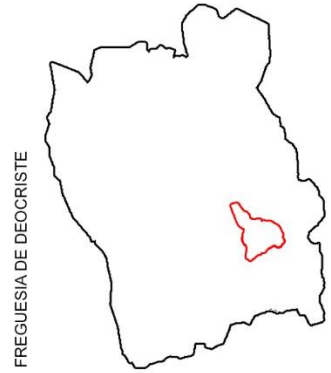


LOCALIZAÇÃO



FOTOGRAFIA DA FACHADA PRINCIPAL

Figura 57. Escola Primária da Vila Mou | Estado: Razoável
(fotografia do autor | 2016)



FOTOGRAFIAS DAS FACHADAS



LOCALIZAÇÃO

Figura 58. Escola Primária de Deocriste | Estado: Bom | Função: Sede de Junta
(fotografias do autor | 2016)

4.1.3.1 REFLEXÕES

Este conjunto de escolas presentes em Viana do Castelo, que têm em comum com a do Dr. Alfredo Magalhães a sua época de construção, demonstraram alguma variedade de usos .

Uso. Mediante as que foram possíveis visitar destaca-se positivamente pelo seu uso atual as escolas da Meadela, Lanheses e Alvarães. Estas, por sua vez, garantiram positivamente o uso da vertente social que optimizou o uso frequente das antigas escolas. No entanto, destaca-se que a variedade da escola de Lanheses, que conseguiu relacionar igualmente a vertente expositiva de apropriação e que é seguida como exemplar neste sentido.

Intervenção. No âmbito da intervenção as escolas referidas anteriormente destacam-se de igual forma. No entanto, diferencia-se a questão do conforto (térmico), que é considerado uma fragilidade da arquitetura desta época do ponto de vista construtivo.

No que se refere a este parâmetro do conforto é visível como afeta o seu sucesso, tendo como exemplo a antiga escola de Santa Marta de Portuzelo e que de forma mais significativa também afeta as escolas da Meadela e de Lanheses.

Contrariamente, e tendo em conta as exigências legislativas da sua nova função, a antiga escola de Alvarães é um exemplo positivo de conforto (térmico e espacial). Negativamente é nesta escola que se deteta um grau de intervenção mais invasivo, no qual foi feita a remodelação espacial e renovação material de forma irreversível.

Em forma de conclusão, este conjunto de escolas permite que no momento de definir as permissas do projeto. Ou seja, no momento em que existe um conflito construtivo ou espacial da intervenção com os valores associados à preexistência, deve prevalecer acima de tudo o conforto (térmico e espacial), partindo do pressuposto que o objetivo principal é que o novo uso consiga de forma positiva ser frequentemente utilizado.

4.2 ANÁLISE DOS VALORES DA ESCOLA PRIMÁRIA DE PERRE

Este capítulo dedica-se à apresentação dos valores associados à Escola Primária de Perre, segundo os conjuntos de valores de Feilden (2004). Os valores identificados, foram filtrados através das categorias estruturadas.

VALORES CULTURAIS. O valor arquitetónico e paisagístico associados à escola, respetivamente identificados através da análise documental, destaca-se nas duas obras escritas do autor Abreu (2009) em que refere a importância deste património escolar do século XX, para o concelho de Viana do Castelo, bem como através das entrevistas aos informantes chave, em que é identificada a presença desta escola na sua localização e possível visualização nas freguesias vizinhas.

VALORES DE USO. O conjunto de valores de uso (Feilden, 2004), como é o caso do valor funcional e o valor político, são identificados através das entrevistas a informantes chave e informantes diretos e indiretos. Ainda neste conjunto de valores é identificado o valor social, através de todos os grupos de informantes, por representar algo emocional característico do local.

VALORES EMOCIONAIS. O conjunto de valores emocionais (Feilden, 2004) são identificados na Escola Primária de Perre, pelo valor de identidade e continuidade, através das entrevistas aos informantes diretos, que demonstram admiração e carinho pela sua antiga escola, que passou por gerações familiares.

VALOR ARQUITETÓNICO. O valor arquitetónico é principalmente destacado, nesta investigação, na Parte III, correspondente à análise do objeto de estudo, concretamente no subcapítulo- 3.1.2 Ditadura militar e as Escolas de Dr. Alfredo de Magalhães, através da análise documental. Este ponto da investigação demonstrou que a Escola Primária de Perre é destacada como património arquitetónico associado a uma época que o ensino obrigatório se estava a estabelecer, segundo o autor Abreu (2009) e tendo em conta o destaque no IAPPXX, desenvolvido pela Ordem dos Arquitetos.

Esta análise é feita principalmente através da informação retirada da técnica de entrevista, complementada pelas notas de campo, com o objetivo de otimizar a identificação dos conjuntos de valores associados à Escola Primária de Perre, pelo que indirectamente é demonstrado através de expressões e aspectos referidos ao longo das conversas de carácter exploratório.



Figura 59. Montagem da visibilidade que a escola Dr. Alfredo de Magalhães

VALOR DE PAISAGEM. A implantação foi sobressaída através do grupo de informantes-chaves e dos informantes indiretos: as vistas que proporciona e o seu destaque no território. O primeiro foi destacado pela arquiteta Marta Monteiro, através da explicação sobre o novo uso de Centro Interpretativo do Vieito, pela relação visual que poderia estabelecer com os restantes castros situados ao longo de toda a zona montanhosa até terminar no rio Lima. A salientar o mesmo ponto, a interlocutora Lúcia Morais, professora na Escola Primária de Perre, caracterizou a vista desde as salas de aula como um efeito relaxante.

No que respeita ao destaque no território, os informantes-chave revelam a predominância que a escola tem perante as freguesias próximas de Perre. O arquitecto Sérgio Fernandes refere que é um elemento que identifica quando visita Viana do Castelo, através da auto-estrada A28 ao chegar à cidade.

No entanto, ao longo do trabalho de campo, foi possível identificar que a partir do outro lado do rio Lima, especificamente em Darque também é possível visualizar a escola, bem como da freguesia da Meadela e de Santa Marta, que se encontram na envolvente orientada a sul da escola.

VALOR FUNCIONAL. Na generalidade, os informantes diretos salientaram gosto pela escola, admitindo que as suas condições não eram as mais apropriadas, mas que atualmente também não deveria estar sem actividade. Entre estes destaca-se que em Perre construíram “escolas a mais e que depois acabam por ficar abandonadas e que era preferível arranjá-las” (comunicação pessoal de Ventura Moreira).

Ao longo das entrevistas aos informantes diretos é destacado, mesmo quando era escola, a sua degradação e o aspecto “um pouco velha” (comunicação pessoal de Diana Silva). Contudo, esta preocupação também é realçada, mas noutro sentido, pelos informantes-chaves e indiretos, pela necessidade obrigatória de adquirir função.

VALOR POLÍTICO. A obrigatoriedade, anteriormente referida, é instalada pela questão associada ao Castro do Vieito, em que foi financiada a mobilização da atividade educacional para um novo equipamento, para que a Escola Primária de Perre abrigasse e servisse de exposição do castro da freguesia.

A problemática em que se insere a escola inicia-se associado a um conflito com o Castro do Vieito, do qual se ressalta uma estratégia de expor os vestígios arqueológicos e em que é eleita a escola pelo seu estado de desuso (e não pelas suas características espaciais ou localização).

De forma ténue existe alguma influência do **valor político** sobre o **valor funcional**, causado pela problemática do Castro do Vieito, tendo em conta que a maioria das sugestões dos informantes indiretos são baseadas na proposta prevista pela C.M.V.C.. Contudo entre estas destacou-se uma sugestão: “antiga função era escola e a nova deveria manter-se relacionada com esta” (comunicação pessoal Elisa Ruivo).

Neste sentido, ressalta-se o que internacionalmente é mencionado pelos documentos sobre o património arquitectónico, no que respeita ao novo uso. Este deve ser próximo do original, para garantir os principais princípios de intervenção, como a autenticidade, neutralidade, mínima intervenção e reversibilidade.

VALOR SOCIAL. Outro aspeto salientado, foi a representatividade da escola, através dos três grupos de entrevistados, de formas distintas. Conforme se pode identificar pelo comentário do arquitecto Sérgio Fernandes que “desde que conhece Viana aquela escola sempre esteve ali”, conclui-se que a escola representa algo emocional característico do local. De certa forma, a sua disposição e aspecto monumental capta a atenção e, no caso do arquitecto, destaca-a como um elemento que sempre pretenceu a esta paisagem.

VALOR IDENTIDADE. Este valor está igualmente associado ao anterior, no entanto este é identificado da mesma forma, pelos informantes diretos, que destacam a representatividade local, associada às duas escolas, causado pelas distintas gerações que passaram por este espaço escolar. Por outro lado, também é identificada uma forte ligação com a freguesia pelo facto de terem sido habitantes/ construtores locais que participaram na construção do muro de contenção que envolve as duas escolas.

É relevante referir que no grupo de informante diretos, mais velhos se destaca maior reconhecimento de **valor associado ao muro**, assim como à Escola D. Adília, pelo facto de ter sido contruída por pessoas da freguesia.

VALOR DE CONTINUIDADE. O interesse demonstrado através do valor funcional, por parte dos informantes diretos, no sentido de que a escola volte a ser parte integrante na freguesia, traduz o valor de continuidade. Do mesmo modo, também ressalta o interesse para que esta tenha um uso associado à educação para manter o prestígio que esta relata da importância que o ensino teve para esta freguesia no século XX.

As conclusões retiradas remetem em parte para os valores associados à escola, assim como para a sua intervenção e o novo uso. Tendo em conta o uso atribuído pela C.M.V.C., reflete-se unicamente a proximidade do uso original, que sendo um centro interpretativo irá abranger uma vertente educacional e de caráter digital e interativo, que corresponde positivamente com o original. Contudo, debate-se principalmente o sentido dinâmico original, que no caso do Centro Interpretativo do Vieito, tornar-se um local de dinâmica pontual, assim como, tendo em conta a sua localização, não favorece a movimentação permanente que, como já foi referido, é uma necessidade da freguesia.

Sendo assim, ressalta-se a prioridade de **respeitar** o seu **enquadramento paisagístico** e o **muro** que eleva as escolas, assim como as **vistas** que proporciona através dos vãos direcionados para a envolvente.

PARTE V | CONCLUSÕES

5.1 CONCLUSÕES GERAIS

Neste subcapítulo conclusivo, foca-se o paradigma que realçou o interesse pelo desenvolvimento desta pesquisa. Esta procura deixar uma nuance relativamente ao que poderia acontecer neste objeto de estudo, ou possivelmente noutros casos que se inserem dentro do mesmo tipo de património e localização, nomeadamente rural, o que dificulta a sua dinamização.

Este paradigma pode ser desdobrado em dois, concretamente a relação/compatibilidade entre património arquitetónico com outros tipos de patrimónios e os novos usos que não otimizam, salientam ou potencializam sua forma.

O primeiro aspeto é corrente, a apropriação de um espaço arquitetónico sem uso, quando existem elementos patrimoniais para expor, numa tentativa de economizar recursos. As vantagens ou mais valias desta opção são: a exposição dos elementos patrimoniais que passam a ter um espaço concebido para a sua promoção e divulgação; e o espaço arquitetónico que anteriormente se encontrava sem uso, possivelmente em degradação, passando a ser utilizado com cuidados essenciais para o manter em condições específicas para a exposição.

Contudo, as fragilidades também são identificadas e nesta dissertação demonstram-se quais, nomeadamente a dinâmica e fluxos destas obras arquitetónicas, transformadas em espaços de exposição e interpretação de um património específico. Tais fluxos são baixos ou quase iguais aos que possivelmente teriam quando se encontravam em desuso. A prevalência de maior importância do que é exposto ofusca a importância patrimonial, quando ela existe, da obra arquitetónica que se limita a expor. Por fim, os gastos associados à remodelação do espaço para expor, assim como para posteriormente manter a obra arquitetónica, tendo em conta que a sua utilização é ocasional.

Mediante a última fragilidade referida, aponta-se diretamente para o outro paradigma associado aos novos usos que são atribuídos, especificamente, às escolas que se enquadram na mesma época e situação atual da Escola Primária de Perre, concretamente a utilização ocasional.

Em alguns casos, principalmente no conjunto de escolas despachadas pelo Dr. Alfredo de Magalhães, existem tentativas de apropriação do espaço para fins expositivos, acabando por se manter a obra arquitetónica fechada a maior parte do tempo. Contrariamente, outros casos que positivamente têm mais sucesso são aqueles que estão associados a fins sociais, especificamente sedes de junta que disponibilizam o espaço para uso da comunidade, com biblioteca, espaços informáticos ou de convívio (direcionados para a população local mais velha).

Em forma de proposta conclusiva, direcionada para estes espaços escolares que atualmente não têm uso e que conseqüentemente necessitam dele para não cair em degradação, torna-se relevante que a sua utilidade consiga aproximar-se da sua dinâmica escolar (associado à utilização frequente) e principalmente em função do seu contexto (necessidades locais e da população). Existindo maior possibilidade do seu uso não ser ocasional, se for para a população local.

5.2 CONCLUSÕES ESPECÍFICAS

De forma conclusiva, este subcapítulo revê os objetivos estabelecidos inicialmente para o desenvolvimento da dissertação de projeto e demonstra como foram respondidos ao longo da presente investigação.

O **primeiro objetivo** surgiu a partir da proposta da C.M.V.C. para a Escola Primária de Perre, que atribui um novo uso expositivo apropriando-se do espaço, para passar a ser o Centro Interpretativo do Vieito, alusivo a um património arqueológico local.

O paradigma desenvolveu-se a partir da identificação da Escola Dr. Alfredo de Magalhães, pela OA, como património arquitetónico português do século XX, tornando-se importante iniciar a investigação para identificação dos valores que vão determinar a intervenção na Escola Primária de Perre.

- Identificar quais os critérios que melhor se adaptam para a intervenção na Escola Primária de Perre.

Os valores estabelecidos na fundamentação teórica, permitiam identificar valores dos três conjuntos de valores associados inicialmente à Escola Dr. Alfredo de Magalhães: culturais, emocionais e de uso. Tendo em conta que o espaço da Escola Primária de Perre tem duas escolas, ao longo da análise documental associada à “Escola Grande” foi encontrada, com o mesmo enquadramento histórico e arquitetónico, informação sobre a “Escola Pequena”.

Os dados obtidos através das técnicas de investigação, para identificar os valores culturais associados à Escola Primária de Perre são principalmente apresentados no capítulo sobre o objeto de estudo. No entanto, de forma geral, todos os valores foram complementados e identificados através das entrevistas, observação e notas de campo. Posteriormente, são filtrados e analisados no capítulo da sistematização, com as categorias de análise dos valores da Escola Primária de Perre.

Esta análise permitiu destacar o valor cultural paisagístico (Feilden, 2004), ou seja o seu enquadramento. Este valor está associado à forma como a escola é vista através das freguesias envolventes. No entanto, como elemento representativo local, o muro que envolve a Escola Grande é identificado como um elemento com valor emocional de identidade (Feilden, 2004).

Ainda neste capítulo, correspondente à sistematização, é feito um levantamento fotográfico individual das escolas das mesmas tipologias que as da Escola Primária de Perre, distribuídas por Portugal e do conjunto de escolas construídas na mesma época em Viana do Castelo. Este levantamento, permitiu refletir sobre o estado de conservação, os usos e as intervenções que adaptaram estas escolas, nível de tipologia, e nível local.

Esta análise individual das duas tipologias e das escolas do concelho permitiram orientar estratégias para o novo uso e para a intervenção. Relativamente ao novo uso, a tipologia da Escola Grande demonstrou que a melhor forma de garantir a melhor proximidade da utilidade original é agregar serviços ou atividades variadas, para que o equipamento consiga reunir a dinâmica original.

No que respeita à intervenção, as outras duas análises individuais permitiram entender estratégias relativamente ao exterior e ao interior, através da análise da tipologia da Escola Pequena e das escolas do concelho, respetivamente.

No primeiro caso, de modo relacionado com valor paisagístico associado, a melhor forma de salientar a Escola Primária de Perre é não interferir com a sua envolvente e promover a limpeza de interferências existentes que comprometam a sua contemplação (com referência à intervenção feita na Escola de Vilar de Murteda). Por conseguinte, tendo em conta que é feita a remoção de elementos anexos, assim como o excesso de vegetação na proximidade das escolas, a intervenção de ampliação, não deve destacar-se assumindo uma posição compositiva. Deste modo, a intervenção utiliza ou substitui os muros de contenção existentes para esconder a ampliação e assim respeitar o seu enquadramento.

Do ponto de vista das estratégias de intervenção no interior das escolas, tendo em conta as reflexões feitas das escolas do concelho, estes espaços escolares do século XX necessitam de tratamento ao nível do conforto interior. Posto isto, a intervenção de reabilitação da Escola Primária de Perre precisa de ter uma vertente de renovação material e de elementos constituintes para otimizar o seu conforto, nomeadamente as caixilharias, coberturas e isolamento das estruturas verticais e pavimentos.

A renovação destes elementos, tal como a definição desta intervenção indica, incide na substituição de materiais e sistemas correntes, nomeadamente

caixilharias com corte térmico, colocação de isolamento térmico pelo interior, que consequentemente implica a colocação de novos acabamentos interiores.

Em suma, mediante o que foi referido, a intervenção pretende **salientar** a Escola Primária de Perre, sem interferir com os valores associados.

A partir do momento em que são analisadas as escolas com a mesma tipologia e identificados os valores associados à Escola Primária de Perre, o **segundo objetivo** direciona-se para o desenvolvimento do projeto de reabilitação deste espaço.

- Definir o novo uso para a valorização patrimonial deste equipamento.

A análise da Escola Primária de Perre, num contexto de vertente rural, realçou a inviabilidade do novo uso se restringir ao Centro interpretativo do Vieito, que promoveria o uso pontual da escola. Desta forma, tendo em conta as entrevistas aos informantes diretos e indiretos, e o conhecimento dos equipamentos e espaços existentes na freguesia, a investigação enquadró cinco temáticas: Desporto (existente), Artes Performativas (existente), Exposição (existente e Escola Primária de Perre), Serviços e Lazer (Escola Primária de Perre).

O capítulo de sistematização permitiu direcionar a intervenção na Escola Primária de Perre, para um uso com vertentes diversificadas, que abrange as necessidades atuais da freguesia e espaços que procuram abranger várias faixas etárias. Estes espaços direcionados para todas as idades procura despertar os valores emocionais que residem principalmente nos habitantes, pois as escolas fazem parte das suas memórias e que podem prevalecer através da utilização e vivência do seu espaço, que consequentemente abrange o valor de uso associado à escola.

Desta forma são estabelecidos três núcleos que ocupam as “escolas grande e pequena” e o seu recinto, com o objetivo de dinamização destas e da sua envolvente: **Serviços, Lazer e Trabalho**.

SERVIÇOS. Posto de Saúde, destacado na entrevista a informantes-chave, como uma das necessidades da freguesia. **Centro Interpretativo** dispõe de um pequeno auditório e espaço de exposição. A **Sede de Junta** é deslocada para o centro do recinto da Escola Primária de Perre, servindo de ponto de distribuir para as escolas, atraindo a população para a zona da antiga escola de Perre.

LAZER. **Centro interpretativo do Vieito**, como foi referido anteriormente. **Espaços Contemplação** da paisagem envolvente da Escola Primária de Perre. Espaços interiores das escolas, com **Espaço Leitura, Audiovisuais** e de **Convívio**.

TRABALHO. Espaços no interior da Escola Grande, principalmente no piso superior, utilizado de forma cordenada para **Cowork, Centro de Explicações e Workshops**.

Estes três distintos núcleos complementam e promovem maior dinâmica a nível dos fluxos da freguesia (analisados no capítulo do objeto de estudo, no ponto 3.1.2, representado na fig. 16) e da Escola Primária de Perre, de forma a concentrar diferentes serviços/ espaços públicos.

Em suma, esta vertente diversificada do programa atribuído no projeto de Reabilitação da Escola Primária de Perre, permite disponibilizar um espaço comunitário que abrange todas as faixas etárias, promove o convívio e a partilha de espaços. Além disto, esta intervenção permite **potenciar** este antigo equipamento escolar, torna-lo novamente ativo e direcionado principalmente para a sua envolvente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, A. A. (2007). *Para a História de Viana do Castelo: Ensaios* (Vol. 3). Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Abreu, A. A. (2009). *História de Viana do Castelo* (Vol. 3). Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Baptista, L. S. (2014). Os dilemas das intervenções contemporâneas no património moderno. *ARQA* (113), 20-39.

Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Beja, F., Serra, J., Machás, E., & Saldanha, I. (1990). *Muitos Anos de Escolas. Edifícios de Ensino Infantil e Primário* (Vol. I). Lisboa: Ministério da Educação-Direcção Geral de Administração Escolar.

Bogdan, R. C. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, Lda.

Brandi, C. (2006). *Teoria do Restauro*. Amadora: Edições ORION.

Brochado de Almeida, C. A. (2008). *Sítios que fazem História no Concelho de Viana do Castelo: Da Pré-História à Romanização* (Vol. 1). Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Câmara Municipal de Viana do Castelo (n.d.). *Plano de Ação para a Sustentabilidade Energética em Viana do Castelo*. Obtido de: <http://www.cm-viana-castelo.pt/download/3809/7134a1cf9d884b8cf23029482c43a261>.

Carvalho, R. (2008). *História do Ensino em Portugal: Desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano* (3ª ed.). Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas Fundação Calouste Gulbenkian.

Choay, F. (1999). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

Conselho da Europa. (1985). *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa*. Obtido de: http://www.culturante.pt/fotos/editor/2/1985-convencao_para_a_salvaguarda_do_patrimonio_arquitetonico_da_europa_granada-conselho_da_europa.pdf

Correia, M. (2007). *Teoría de la Conservación y su Aplicación al Patrimonio en Tierra. Apuntes*. Obtido de: <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revApuntesArq/article/view/8977>

Correia, M. & Walliman, N. (2014). *Defining Criteria for Intervention in Earthen Built Heritage Conservation*. *International Journal of Architectural Heritage*, 581-601.

Council of Europe Committee of Ministers. (1991). *Recomendação n.º R (91) 13 sobre a Protecção do Património Arquitectónico do Século XX*. Obtido de: http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1991__recomendacao_n%C2%BA_r_91_13_sobre_a_protecao_do_patrimonio_arquitetonico_do_seculo_xx-conselho_da_europa.pdf

Earl, J. (2003). *Building Conservation Philosophy*. Dorset: Donhead.

Feilden, B. (2004). *Conservation of Historic Buildings*. Oxford: Butterworth-Heinemann.

Feilden, B., & Jokilehto, J. (1998). *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites* (2º ed.). International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of. Rome: ICCROM.

Felgueiras, M. L. (2005). *Materialidade da Cultura Escolar: A importância da Museologia na Conservação/Comunicação da Herança Educativa*. Obtido de: <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/46-dossie-felgueirasml.pdf>

Fernandes, C. (2015). *A minha escola primária: Era uma vez uma escola...antes do 25 de abril de 1974*. Obtido de: <http://catarinamfernandes.weebly.com/a-minha-escola-primaacuteria.html>

Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.

González- Varas, I. (2008). *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, Historia, Principios y Normas*. (6ª ed.). Madrid: Ediciones Cátedra.

Groat, L., & Wang, D. (2002). *Architectural Research Methods*. New York: John WileySons.

International Council of Monuments and Sites [ICOMOS]. (1999). *Carta de Burra. Sítios de Significação Cultural*. Obtido de: http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1999-carta_de_burra_para_lugares_de_significado_cultural-icomos_australia.pdf

International Council of Monuments and Sites [ICOMOS]. (1994). *Documento de Nara*. Obtido de: http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1994_declaracao_de_nara_sobre_autenticidade-icomos.pdf

International Council of Monuments and Sites [ICOMOS]. (1975). *Carta Europeia do Património Arquitectónico*. Obtido de: http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1975-carta_europeia_do_patrimonio_arquitetonico-conselho_da_europa.pdf

International Council of Monuments and Sites [ICOMOS]; Internacional Scientific Committee on 20th Century Heritage [ISC20C]. (2011). *Critérios para a Conservação do Património Arquitectónico do Século XX: Documento de Madrid*. Obtido de: <http://www.icomos-isc20c.org/pdf/MDversionportugese.pdf>

International Council of Monuments and Sites [ICOMOS]. (2000). *Carta de Cracóvia*. Obtido de: http://www.culturante.pt/fotos/editor2/2000__carta_de_cracovia_sobre_os_principios_para_a_conservacao_e_o_restauracao_do_patrimonio_construido-conferencia_internacional_sobre_conservacao.pdf

International Council of Monuments and Sites [ICOMOS]. (1964). *Carta de Veneza*. Obtido de: http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1964-carta_de_veneza-ii_congresso_internacional_de_arquitetos_e_tecnicos_de_monumentos_historicos_icomos.pdf

Jokilehto, J. (2011). *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Elsevier Butterworth: Heinemann.

José António Parente, Lda. (n.d.). *Projetos: Centro Social e Paroquial de Perre*. Obtido de: <http://www.japarente.pt/projectos/obras-concluidas/perre/>

Ludke, M. & André, M.(1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U.

Medina, A. M. (2011). *Las Huellas del Tiempo en la Arquitectura Moderna Intervenida*. Obtido de: https://www.researchgate.net/publication/277786108_Las_huellas_del_tiempo_en_la_arquitectura_moderna_intervenida

Morais, L. C. (2006). *Viver e Sentir Perre*. Viana do Castelo: Fábrica da Igreja Paroquial de Perre.

Orbasli, A. (2008). *Architectural Conservation. Principles and Practice*. Oxford: Blackwell Pub.

Patricio, J. (2013). *A Terra e a Gente: Ponte de Sôr*. Obtido de <http://aterraee gente.blogspot.pt/2013/08/ponte-de-sor-julho-de-2013.html>

Petzet, M. (2004). Principles of Preservation: Introduction to the International Charters for Conservation and Restoration 40 years after the Venice Charter. Recuperado de: <http://www.icomos.org/venicecharter2004/petzet.pdf>

Porsantamarta. (n.d.). *Visita ao Museu do Pão de Outeiro - 30 Abril de 2011*. Obtido de: https://www.youtube.com/watch?v=_Tqt6B_DJe8

Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gravidia- Publicações S.A.

Riegl, A. (1987). *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor.

Rodrigues, G. M. (2012). *O Património Escolar e Novos Usos Turísticos: A recuperação para unidades de alojamento no concelho de Ponte de Lima*. Obtido de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/66403>

Roseta, H., Tostões, A., Wang, W., Portas, N., Grande, N., Carapinha, A., & Rodeia, J. B. (2006). *IAPXX- Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*. Lisboa: Ordem dos arquitectos.

Saint-Georges, P. (1997). *Pesquisa e Crítica das Fontes de Documentação nos Domínios Económico, Social e Político*. Lisboa: Editora Gadiva.

Silva, J. P. (2014). *Intervenção sobre Património do século XX. Caso de estudo: Casa Beires de Álvaro Siza*. Obtido de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/76966/2/33061.pdf>

Stubbs, J. H. (2009). *Time Honored. A Global View of Architectural Conservation*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Vegas, F., & Mileto, C. (2011). *Aprendiendo a Restaurar. Um Manual de Restauración de la Arquitectura Tradicional de la Comunidad Valenciana*. Valência: Colegio Oficial de Arquitectos de la Comunidad Valenciana.

Yin, R. (2003). *Case Study: Research Design and Methods*. California: Sage Publications.

ÍNDICE DE FIGURAS E IMAGENS

FIGURA 1| Pág. 49. Esquemas representativos dos valores de Alois Riegl.
Fonte: Esquema do autor.

FIGURA 2| Pág. 52. Esquema representativo dos valores de Cesare Brandi.
Fonte: Esquema do autor.

FIGURA 3| Pág. 54. Esquema representativo dos valores de Choay. Fonte:
Esquema do autor.

FIGURA 4| Pág. 56. Esquema representativo dos valores da Cara de Burra.
Fonte: Esquema do autor.

FIGURA 5| Pág. 58. Esquema representativo dos valores de Feilden. Fonte:
Esquema do autor.

FIGURA 6| Pág. 60. Esquema representativo dos valores de Orbasil. Fonte:
Esquema do autor.

FIGURA 7| Pág. 68. Esquemas de inserção de intervenção de ampliação. Fonte:
Gracia (1996)

FIGURA 8| Pág. 71. Localização e análise demográfica da região Norte e com
referência do concelho de Viana do Castelo. Fonte: Esquema do autor com
ortofotomapas retirados do Google Maps e baseado no Censos 2011.

FIGURA 9| Pág. 74. Localização e análise territorial do concelho de Viana do
Castelo. Fonte: Esquema do autor com ortofotomapas retirados do Google Maps
e mapas Hidrográfico, Geológico e de Relevo retirados e adaptados de
<http://sniamb.apambiente.pt/atlas>.

FIGURA 10| Pág. 76. Rede de transportes ferroviário e portuária de Viana do
Castelo. Fonte: Esquema do autor com ortofotomapas retirados do Google Maps
e baseado em <http://apvc.pt>

FIGURA 11| Pág. 78. Análise demográfica e análise das áreas urbanas do
concelho de Viana do Castelo, referente ao ano 2008. Fonte: Esquema do autor
com ortofotomapas retirados do Google Maps e baseado no P.A.S.E.

FIGURA 12| Pág. 79. Tabela de variações demográficas do concelho de Viana do Castelo. Fonte: Esquema do autor com dados retirados do I.N.E.

FIGURA 13| Pág. 80. Análise das tendências de zoneamento populacional no concelho de Viana do Castelo, conforme dados retirados da tabela de variações demográficas. Fonte: Esquema do autor com ortofotomapas retirados do Google Maps.

FIGURA 14| Pág. 82. Enquadramento da freguesia de Perre. Fonte: Esquema do autor com fotografias retiradas de www.jf-perre.com, PDM retirado de PDM de Viana do Castelo e ortofotomapas retirados do Google Maps.

FIGURA 15| Pág. 84. Crescimento da freguesia de Perre. Fonte: Esquema do autor com ortofotograma retirado de Google Maps.

FIGURA 16| Pág. 86. Variações dos fluxos existentes na freguesia de Perre. Fonte: Esquema do autor com ortofotograma retirado de Google Maps.

FIGURA 17| Pág. 88. Mapa de identificação das escolas primárias existentes em meados (branco) e finais (preto) do século XIX no concelho. Fonte: Esquema do autor com ortofotograma retirado de Google Maps.

FIGURA 18| Pág. 90. Espaços / Escolas primárias existentes na freguesia até à atualidade. Fonte: Fotografias do autor, excepto foto 2 (Sede de Junta) Morais Cândido. Viver e sentir Perre. Ortofotograma retirado de Google Maps.

FIGURA 19| Pág. 92. Extrato do mapa nº1 do Decreto nº 6700, de 23 de Junho de 1920. Fonte: Retirado de Decreto nº 6700, de 23 de Junho de 1920.

FIGURA 20| Pág. 98. Extrato do desenho técnico do projeto TIPO XX, nº 27 da Repartição das Construções Escolares. Fonte: DGAE (1990).

FIGURA 21| Pág. 97. Extrato do desenho técnico do projeto TIPO XXV, nº 46 da Repartição das Construções Escolares. Fonte: DGAE (1990).

FIGURA 22| Pág. 100. Mapa de identificação das escolas primárias despachadas por Dr. Alfredo de Magalhães para o concelho de Viana do Castelo. Fonte: Esquema do autor com ortofotograma retirado de Google Maps.

FIGURA 23| Pág. 102. Estudo estratigráfico das escolas e da sua envolvente. Fonte: Esquema do autor.

FIGURA 24| Pág. 104. Estudo estratigráfico das plantas das escolas. Fonte: Esquema do autor.

FIGURA 25| Pág. 106. Estudo da alteração espacial, funcional e de pavimentos das escolas, correspondente a 1976. Fonte: Esquema do autor.

FIGURA 26| Pág. 108. Principais alterações na recuperação da “Escola Grande”, em 2014 . Fonte: Fotografias da C.M.V.C.

FIGURA 27| Pág. 110. Patologias identificadas na estrutura vertical, antes das obras de recuperação em 2014. Fonte: Esquemas do autor e fotografias da C.M.V.C.

FIGURA 28| Pág. 111. Patologias identificadas nas caixilharias, antes das obras de recuperação em 2014. Fonte: Esquemas do autor e fotografias da C.M.V.C.

FIGURA 29| Pág. 112. Patologias identificadas nas fachadas, antes das obras de recuperação em 2014. Fonte: Esquemas do autor e fotografias da C.M.V.C.

FIGURA 30| Pág. 113. Patologias identificadas nos pavimentos, antes das obras de recuperação em 2014. Fonte: Esquema do autor e fotografias da C.M.V.C.

FIGURA 31| Pág. 114. Patologias identificadas na cobertura da escola D. Adília. Fonte: Esquema e fotografias do autor.

FIGURA 32| Pág. 115. Patologias identificadas na estrutura vertical da escola D. Adília. Fonte: Esquema e fotografias do autor.

FIGURA 33| Pág. 116. Patologias identificadas nas caixilharias da escola D. Adília. Fonte: Esquema e fotografias do autor.

FIGURA 34| Pág. 117. Patologias identificadas na fachada da escola D. Adília. Fonte: Esquema e fotografias do autor.

FIGURA 35| Pág. 122. Localização das escolas TIPO XX, nº27 em Portugal. Fonte: Esquema do autor com ortofotomapas retirados do Google Maps.

FIGURA 36| Pág. 124. Escola Primária de Perre. Fonte: Esquemas e fotografias do Autor. Localização com recurso a Google Maps.

FIGURA 37| Pág.125. Escola Primária de Pardelhas-Monte. Fonte: Esquemas e fotografias do autor, exceto localização e fotografias de fachada com recurso a Google.

FIGURA 38| Pág. 126. Escola Primária de Montedor. Fonte: Esquema e fotografias do Autor. Localização com recurso a Google Maps.

FIGURA 39| Pág. 128. Escola Primária de Palhaça. Fonte: Esquemas e fotografias do Autor. Localização com recurso a Google Maps.

FIGURA 40| Pág. 130. Escola Primária de Ponte de Sôr. Fonte: Esquemas e fotografias do autor, exceto localização e fotografia de fachada com recurso a Google.

FIGURA 41| Pág. 132. Escola Primária de Ferreira do Alentejo. Fonte: Esquemas e fotografias do Autor. Localização com recurso a Google Maps.

FIGURA 42| Pág. 133. Escola Primária de Ervidel. Fonte: Esquemas e fotografias do Autor. Localização com recurso a Google Maps.

FIGURA 43| Pág. 134. Escola Primária de Algoz. Fonte: Esquemas e fotografias do Autor. Localização com recurso a Google Maps.

FIGURA 44| Pág. 136. Escola Primária de Serpa. Fonte: Esquemas e fotografias do Autor. Localização com recurso a Google Maps.

FIGURA 45| Pág. 138. Localização das escolas TIPO XXV, nº46, em Portugal. Fonte: Esquema do autor com ortofotomapas retirados do Google Maps.

FIGURA 46| Pág. 140. Escola Primária de Perre. Fonte: Esquemas e fotografias do Autor. Localização com recurso a Google Maps.

FIGURA 47| Pág. 141. Escola Primária de Cubalhão. Fonte: Esquemas do Autor. Localização e fotografia de fachada com recurso a Google.

FIGURA 48| Pág. 142. Escola Primária de Outeiro. Fonte: Esquemas e fotografias do Autor, exceto localização, fotografia de fachada e interior com recurso a Google.

FIGURA 49| Pág. 144. Escola Primária de Vilar de Murteda. Fonte: Esquemas e imagens do Autor. Localização com recurso a Google Maps.

FIGURA 50| Pág. 146. Escola Primária de Monte Gordo. Fonte: Esquemas e fotografias do Autor. Localização com recurso a Google Maps.

FIGURA 51| Pág. 148. Escola Primária de Bemposta. Fonte: Esquemas do Autor. Localização e fotografias de fachada com recurso a Google.

FIGURA 52| Pág. 150. Escola Primária da Avenida. Fonte: Esquemas e fotografias do Autor. Localização com recurso a Google Maps.

FIGURA 53| Pág. 152. Escola Primária de Santa Marta de Portuzelo. Fonte: Esquemas e fotografias do Autor. Localização com recurso a Google Maps.

FIGURA 54| Pág. 154. Escola Primária da Meadela. Fonte: Esquemas e fotografias do Autor. Localização com recurso a Google Maps.

FIGURA 55| Pág. 156. Escola Primária de Lanheses. Fonte: Esquemas e fotografias do Autor. Localização com recurso a Google Maps.

FIGURA 56| Pág. 158. Escola Primária de Alvarães. Fonte: Esquemas e fotografias do Autor. Localização com recurso a Google Maps.

FIGURA 57| Pág. 160. Escola Primária de Vila Mou. Fonte: Esquemas e fotografias do Autor. Localização com recurso a Google Maps.

FIGURA 58| Pág. 161. Escola Primária de Deocriste. Fonte: Esquemas e fotografias do Autor. Localização com recurso a Google Maps.

FIGURA 59| Pág. 164. Montagem da visibilidade da escola Dr. Alfredo de Magalhães. Fonte: Montagem do autor.

RESUMO DAS ENTREVISTAS

INFORMANTES-CHAVE

Arquitecta Marta Monteiro | (DOPC) Divisão de Projecto da C.M. de Viana do Castelo

O Departamento de Obras Públicas e Conservação (DOPC) da Câmara Municipal de Viana do Castelo está responsável pelos equipamentos com carácter semelhante à Escola Primária de Perre. A relevância desta entrevista parte do facto da Divisão de Projecto (DP) deste departamento estar encarregue e a desenvolver o projecto da antiga escola de Perre.

Na entrevista exploratória à Arquitecta Marta Monteiro, responsável pela divisão, é destacada a importância da implantação da escola em relação ao território envolvente. Esta mais valia que o equipamento proporciona, segundo a Arquitecta é o que a distingue para adquirir o novo uso de carácter expositório.

O programa destinado para a antiga escola, de forma ainda intencional, seria composto por uma parte expositória, educativa/ interactiva relacionada com a construção castreja, predominante no conselho de Viana do Castelo, e para manter o equipamento em uso contante, está pensado atribuir uma sala à Junta de freguesia de Perre.

O objectivo de apropriar o espaço expositório à construção castreja parte do acontecimento na freguesia em 2005 associado ao Castro do Vieito. Este acontecimento proporcionou a atribuição de outra utilidade da antiga escola de Perre eo o abandono da actividade escolar. Segundo a arquitecta da Câmara Municipal de Viana do Castelo este trabalho está a ser desenvolvido em conjunto com a Universidade de Coimbra, com a Arqueóloga Maria da Conceição Lopes.

No entanto, a arquitecta demonstrou interesse em que a escola de Perre não se restrinja ao castro local, mas também à rede castreja de Viana do Castelo presente ao longo de toda a encosta, no qual existe informação/estudos individuais acerca de cada castro, mas não acerca da relação entre os mesmos associado as suas actividades comuns no território.

O novo uso esperado pela Câmara Municipal de Viana do Castelo para a escola, com respeito à sua estrutura e antiga função, procura abranger a vertente

educativa, mas primordialmente será expositória. O centro de interpretação, conforme a arquitecta Marta Monteiro nomeia aproximadamente o novo uso, irá contar com relocação parcial de uma habitação castreja.

No que respeita ao projecto desenvolvido até ao momento pela arquitecta, estão estabelecidos objectivos que unicamente podem ser concluídos com a parceria da arqueóloga docente na Universidade de Coimbra. Contudo a etapa de preparação da escola para receber o castro, atribuída ao departamento da Câmara Municipal de Viana do Castelo, encontra-se concluída através de obras de recuperação e renovação do aspecto exterior e, parcialmente interior.

Neste momento a Escola Primária de Perre sofreu obras de consolidação relativamente à estrutura e aos materiais. Os pavimentos de madeira foram maioritariamente trocados, devido ao desgaste e à utilização sem cuidados das antigas salas de aula, assim como as paredes foram pintadas e retocadas. Por fim, através de fontes documentais oficiais foram encontradas as cores originais das caixilharias existentes e adaptadas a caixilharias novas, para otimizar as condições térmicas.

Arquitecto Sérgio Fernandes | Coordenador do projecto do IAPXX Equipa Norte, Ordem dos Arquitectos

O projecto desenvolvido em 2006 pela Ordem dos Arquitectos, o Inquério à Arquitectura Portuguesa do Século XX [IAPPXX], teve o objectivo de registar o património arquitectónico construído em Portugal durante o século XX. De entre outras obras arquitectónicas, a Escola de Dr. Alfredo de Magalhães foi destacada pela Equipa Norte, como uma das obras representativas no Alto-Minho.

Na recolha exploratória de informação sobre a escola primária, junto do Arquitecto Sérgio Fernandes, coordenador da Equipa Norte, considerou que o levantamento ficou incompleto, no que respeita à identificação de todas as obras, bem como à informação relativa às obras destacadas que eventualmente ficaram registadas como representativas do século XX. É facto que este levantamento tinha a escala nacional e, segundo o arquitecto, o levantamento foi feito em tempo reduzido.

No entanto, segundo Roseta (2006) o IAPXX também é um contributo para que possa promover em cada concelho o reconhecimento e melhor utilização das suas obras arquitectónicas notáveis em vias de extinção. O Arquitecto Sérgio

Fernandes acrescenta que o levantamento também procurou incentivar, para que sejam desenvolvidas investigações mais aprofundadas sobre estes elementos que foram destacados como representativos.

Conforme já foi referido anteriormente, o coordenador da Equipa Norte, não possui mais informação, para além da que está apresentada na obra IAPPXX, mas tem forte conhecimento/ relação com a Escola Dr. Alfredo de Magalhães. O arquitecto destaca-a pela sua qualidade arquitectónica, associada à Repartição das Construções Escolares, bem como a sua presença perante o território envolvente, por estar situada num local que permite vê-la em freguesias vizinhas. Acrescenta, que a escola tem forte ligação com a sua freguesia, pelo que ela representa para a sua população.

Em conversa, o arquitecto não demonstrou ter conhecimento da proposta actual existente para o equipamento escolar de Perre. No entanto, considerou importante o uso do mesmo, de forma a que não caia no abandono.

INFORMANTES INDIRETOS

Neste grupo de entrevistados a principal preocupação foi identificar as pessoas/ associações que usufruíram do espaço após a ter encerrado a sua actividade associada ao ensino, bem como promotores da sua utilização. Este grupo está constituído por uma associação educacional, nomeadamente a Escola de Música de Perre, com a representante Elisa Ruivo; por uma organização que desenvolve exposições na freguesia, com o representante Mário Morais; a Junta de Freguesia, com o representante Vasco Cerdeira e, por fim um escritor da freguesia, assim como promotor do uso da escola primária, Cândido Morais. Todos estes representantes são naturais da freguesia e têm igualmente afecto à Escola Dr. Alfredo de Magalhães.

Em conversa com cada representante é notória a preocupação com a utilidade da escola primária, pela facto de estar a cair na sua degradação e igualmente algum afecto emocional à escola por que todos passaram, assim como os seus familiares mais próximos. Contudo, divergem em determinados aspectos, nomeadamente na questão do uso que está actualmente proposto.

É relevante referir, na entrevista exploratória a Cândido Morais, o promotor ao uso que actualmente está proposto para a escola primária, foi conhecido a

origem desta proposta para núcleo museológico das extracções do Castro do Vieito, localizado na mesma freguesia da escola primária em estudo.

O escritor da freguesia de Perre contextualiza com o incidente do traçado da auto-estrada A28 ter afectado um castro emblemático, igualmente para a freguesia e para o concelho de Viana do Castelo, resultante na extracção parcial do castro. Após os conflitos que não conseguiram salvaguardar a totalidade do núcleo castrejo, Cândido Morais lutou e defendeu os interesses da freguesia, para que as partes extraídas do castro tivessem, no mínimo direito à sua exposição num local devidamente capacitado para o devido efeito. Entretanto, os interesses culturais da freguesia, concluíram-se com um contributo financeiro para a construção de um novo equipamento escolar dotado de todas as condições exigidas na actualidade, para transferir o ensino primário da freguesia a Escola Dr. Alfredo de Magalhães para o novo equipamento, disponibilizando a antiga escola para receber o núcleo museológico do Castro do Vieito. Estes acontecimentos tiveram lugar no ano de 2009, até a actualidade a antiga escola de Perre continua sem um uso permanente.

No entanto, desde a sua cessão de actividade escolar, tem sido utilizada como escola e exposição. E desta forma, na conversa com Elisa Ruivo, a representante defende que o melhor uso da antiga escola é o seu original como escola, porque foi para isso que foi concebida. Mário Morais, que organizou exposições para a freguesia na época do Verão para a freguesia refere que

Por fim, Vasco Cerdeira, como representante da Junta de Freguesia de Perre, apoia que a escola não pode ser unicamente núcleo museológico, porque poderá manter-se ao abandono, e propõe a transferência da sede da junta para a antiga escola, em conjunto com o núcleo, com o objectivo de manter a sua manutenção e aumento da sua actividade.

INFORMANTES DIRETOS

De forma generalizada todos os grupos de interlocutores passaram igualmente pela antiga escola primária de Perre, contudo em épocas distintas, cronologicamente, relativas ao ensino e construções escolares. Esta variedade de pessoas foi procurada, na expectativa de obter valores emocionais distintos.

No primeiro grupo de interlocutores, no qual estão pessoas em idades entre os 90 e 100 anos, poderá referenciar-se o valor de identidade associado à construção da Escola Dr. Alfredo de Magalhães, isto porque as pessoas deste grupo foram as primeiras a frequentar a escola, bem como os seus familiares participaram activamente na construção da mesma.

O Alberto Esteves de Moraes refere que o seu pai, que na época era pedreiro na freguesia de Perre, ajudou e trabalhou como entre outros pedreiros do lugar na construção da Escola Dr. Alfredo de Magalhães. Contudo, o Alberto frequentou esta escola depois de já ter passado pelos primeiros “espaços escolares” de Perre, que foram construídos pelo esforço comum da população da freguesia, para manter as pessoas instruídas.

A Escola Dr. Alfredo de Magalhães foi a primeira escola masculina de Perre, chamada por este grupo entrevistado de “Escola Grande”, associado obviamente à sua dimensão, posição no território e principalmente pela sua riqueza construtiva e decorativa, comparativamente com outras freguesias, conforme revela Ventura Rodrigues. Esta ainda acrescenta, que a freguesia sempre fez investimentos em escolas e que as antigas acabaram sempre por ficar abandonadas.

Poderá afirmar-se que a freguesia teria forte relação com o ensino, visto que a época de construção da escola em estudo não dava a devida relevância, principalmente para as mulheres. Mas em Perre havia praticamente a mesma frequência por parte do sexo masculino como do feminino. Na entrevista a Joana Póvoa, foi demonstrado o gosto que a mesma tinha pela escola e que se tivesse sido possível não teria ficado pelo quarto ano de escolaridade, considerando que a escolaridade mínima obrigatória era até ao terceiro ano de escolaridade.

Neste momento é necessário referir que a escola, que a presente dissertação se debruça, era unicamente para os rapazes da freguesia, pouco depois foi construída no mesmo recinto a mais pequena para raparigas, também despachada pelo Dr. Alfredo de Magalhães. Esta escola feminina, construída por um casal de Perre, foi oferecida com a imposição da senhora poder lecionar na mesma, nomeando a escola pequena como a Escola da D. Adília.

No terceiro grupo foram escolhidos jovens entre os 13 e 17 anos de idade, pelo facto de terem frequentado a Escola Dr. Alfredo de Magalhães e a Escola da D. Adília (no momento cantina) e, posteriormente em 2009, o Centro Escolar de

Perre. Neste grupo pode identificar-se valores de identidade e respeito relativamente à antiga escola, isto porque estes jovens passaram pela escola que frequentaram os seus pais e avós, e como refere Diana Azevedo é uma “escola antiga mais com história.”

Este grupo revelam gosto e apreço pela antiga escola primária de Perre, contudo referem que na época em que a frequentavam precisava unicamente de obras, porque estava a ficar muito “velhinha”, segundo a Eva Gil de Sá. No entanto, acrescenta que a escola antiga apesar de pequena, no que respeita às salas e ao espaço exterior, chegava para os alunos que tinha e mantinha maior proximidade entre os mesmos, comparativamente com o novo equipamento escolar de Perre.

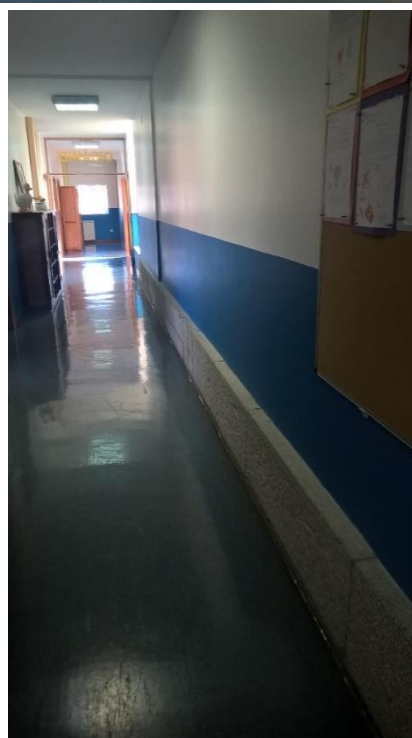
No que respeita à actualidade todos os jovens mantiveram o interesse em visitar a escola após ter deixado o ensino e com as actividades que se foram desenvolvendo, mas referem que continua com aspecto abandonado. Neste sentido, é notório o interesse e preocupação por parte deste grupo, sugerem que a mesma procure uma actividade dinâmica na vertente expositiva ou educacional, principalmente ligado aos costumes e tradições de Perre, assim como qualquer vertente artística.

FOTOGRAFIAS

ESCOLA DE PERRE



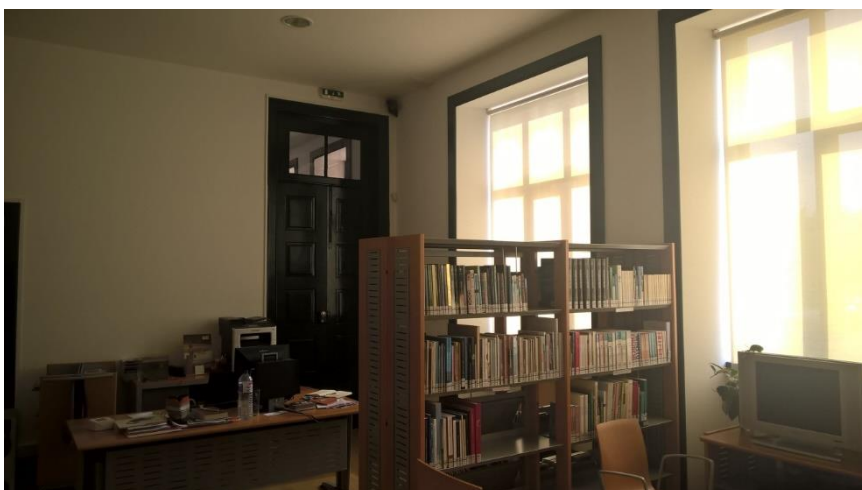
ESCOLA DE CARREÇO



ESCOLA DE PARDELHAS



ESCOLA DE PALHAÇA



ESCOLA DE PONTE DE SÔR



ESCOLA DE FERREIRA DO ALENTEJO



ESCOLA DE SERPA



ESCOLA DE ALGOZ



ESCOLA DE PERRE



ESCOLA DE VILAR DE MURTEDA





REABILITAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE PERRE
ESPAÇO COMUNITÁRIO

II | MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA
CADERNO DE ENCARGOS

VANESSA CHIVARRIA PÓVOA

ORIENTADORA | PROF. DOUTORA ARQ. MÓNICA ALCINDOR
CO-ORIENTADOR | PROF. ESPECIALISTA ARQ. RUI CORREIA

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

ÍNDICE DE CONTEÚDOS	3
PARTE I MEMÓRIA DESCRITIVA	5
1.1 Âmbito do Projeto	7
1.2 Lugar	9
1.3 Objetivos	11
1.4 Descrição da Proposta	17
1.4.1 Espaços Existentes	17
1.4.2 Percursos e Acessos	17
1.4.3 Espaço Comunitário	18
1.4.4 Mobilidade Reduzida	21
1.4.5 Infraestruturas	21
1.4.6 Iluminação e Ventilação	22
1.4.7 Conforto	22
1.4.8 Mobiliário	23
1.4.9 Áreas Brutas de Construção	24
PARTE II CONDIÇÕES TÉCNICAS GERAIS	25
2.1 Disposições iniciais	27
2.2 Obrigações do Empreiteiro	33
2.3 Obrigações do Promotor	39
2.4 Representação das Partes e Controlo	41
2.5 Receção e Liquidação da Obra	43
2.6 Disposições Finais	47
PARTE III CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS	49
3.1 Trabalhos Preparatórios	51
3.2 Paredes	59
3.3 Isolamentos	69
3.4 Coberturas	71
3.5 Revestimentos	81
3.6 Pinturas	91
3.7 Loijas Sanitárias	97
3.8 Acessórios	99
3.9 Serralharias	103
3.10 Carpintarias	107
3.11 Mobiliário	111
3.12 Considerações Finais	117
PARTE IV MAPA DE MEDIÇÕES/ QUANTIDADES/ ORÇAMENTO	119
PARTE V MAPA DE ACABAMENTOS	131

PARTE I | MEMÓRIA DESCRITIVA

1.1 ÂMBITO DO PROJETO

Esta parte apresenta a memória descritiva e justificativa do projeto de execução para a reabilitação da Escola Primária de Perre. A intervenção procura atribuir à escola um novo uso de características comunitárias, ocupando as duas obras e recinto existente.

A antiga escola de Perre foi em tempos o lugar com maior dinâmica e fluxos na freguesia, associado à presença de movimento e características sensoriais desenvolvidas por crianças. Neste equipamento foram identificados valores associados à sua construção e à importância do ensino para a freguesia. Este último é demonstrado a partir da sua implantação num ponto alto.

A intervenção para o novo uso da Escola Primária de Perre procura compreender o seu contexto de carácter rural, as necessidades da freguesia e optar por um uso com proximidade do original.

Atualmente a escola encontra-se em desuso, no entanto, em 2014 a C.M.V.C. interviu na vertente de renovação, unicamente na Escola Grande. Isto deveu-se à proposta de novo uso existente para esta, como Centro Interpretativo do Vieito. Contudo, as duas escolas continuam sem uso e expostas à gradual degradação, principalmente a Escola Pequena, na qual não foi feita qualquer intervenção ou manutenção desde 1976.

Identifica-se por parte das entidades responsáveis e população local, que a escola necessita de uso e este deve corresponder à dinâmica original e com utilização frequente. Posto isto, a investigação orientou para:

- (1) Reabilitação da escola incide na renovação de materiais e remodelação espacial;
- (2) Programa do novo uso procura atrair a população local e periférica, assim como abranger todas as idades, com a conciliação de serviços, lazer e trabalho;
- (3) Intervenção de ampliação agrega espaços que a freguesia necessita sem se impor relativamente à pré-existência, ou ao enquadramento paisagístico.

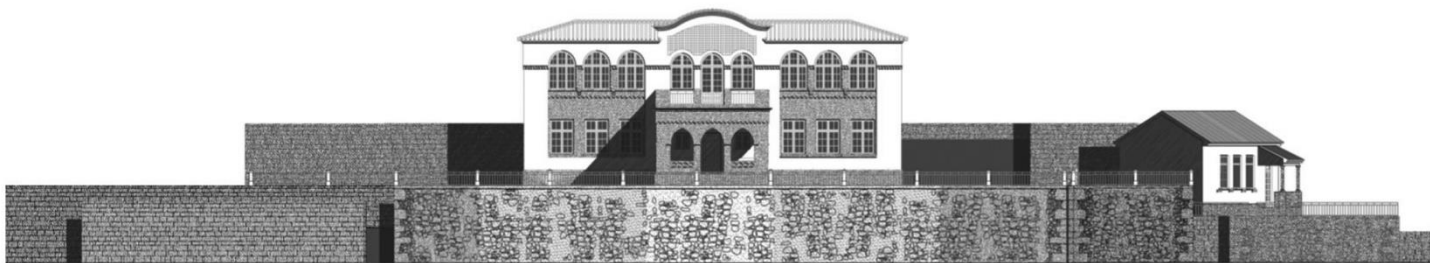
1.2 LUGAR

A freguesia de Perre é considerada um meio com características rurais. A antiga escola primária em estudo encontra-se na zona central da freguesia, na qual também se situam os restantes equipamentos e serviços existentes.

A localização da antiga escola, distante do meio de características urbanas e rodeada por freguesias que se encontram em desenvolvimento, destacando a necessidade de que o seu novo uso tivesse que responder principalmente à sua envolvente: a freguesia de Perre. Esta permissa permitiu optar por um espaço comunitário direcionado especialmente para os habitantes da freguesia.

Em Pere, a antiga escola encontra-se implantada numa elevação, de aproximadamente cinco metros acima da estrada nacional. Através da prévia análise do lugar (ponto 3.1.2 | investigação no âmbito do projeto) é identificada a principal presença de fluxos rodoviários nesta zona. Os equipamentos que causam maior fluxo nesta zona durante a semana são a atual escola básica, infantil, ginásio e a sede da junta. A antiga escola, por sua vez, promove uma barreira do fluxos mais elevados existentes.

Mediante estas variações existentes na envolvente da escola, tornou-se relevante procurar reaver antigos fluxos (incluí movimentos e características sensoriais com proximidade à função original) através de um programa variado, num espaço de características comunitárias e que capte principalmente a população local de todas as faixas etárias, assim como população periférica à freguesia.



(1)



(2)

Figura 1. Permissas (1) Alçado principal da Escola Grande e (2) Alçados posteriores das escolas, com amarelos de demolição

1.3 OBJETIVOS

O principal objetivo da intervenção na antiga escola é **potenciar** um espaço que se encontra em desuso e que forma uma barreira numa zona de serviços e atividades. Deste modo, procura-se captar maior quantidade de pessoas e retomar a antiga dinâmica da Escola Primária de Perre.

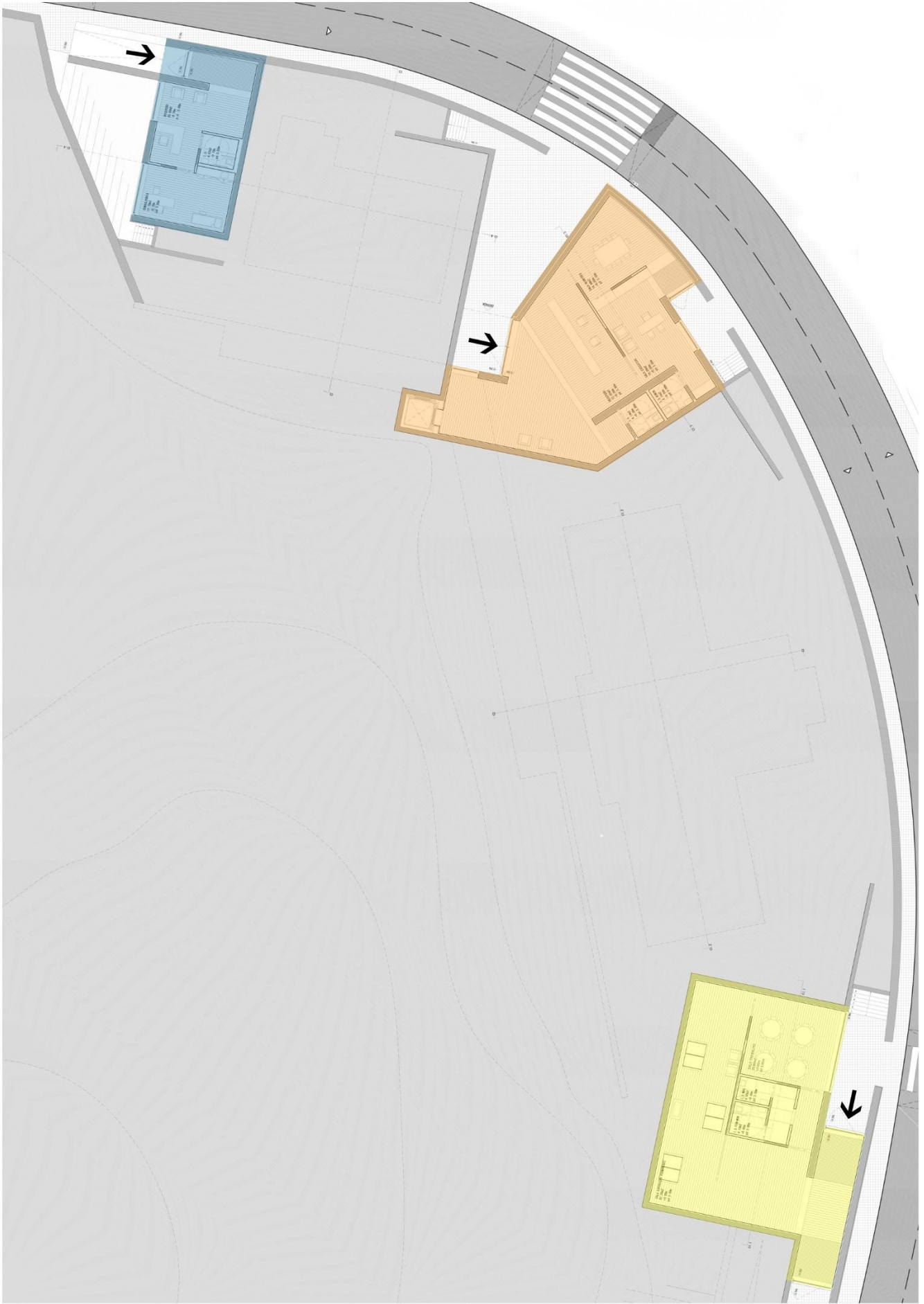
Na investigação, através das técnicas de entrevista, possibilitou a identificação dos valores associados à escola e as necessidades da freguesia. A técnica de observação determinou estados de conservação, usos e intervenções nas escolas inseridas na mesma tipologia e contexto que a Escola Primária de Perre.

Deste modo, a investigação concluiu com a análise destes dados obtidos, que a intervenção teria de respeitar e potenciar o existente e direcionar-se principalmente para a população residente, destacando as seguintes permissas:

(1) Respeitar o enquadramento na envolvente (valor paisagístico). Conservação e consolidação dos muros existentes e dos corpos principais das escolas. A ampliação não deve concorrer com a pré-existência, optando por acabamentos de granito (com pedra regular para distinguir o existente e o novo) e a implantação dos corpos da ampliação no interior dos muros pré-existentes novos.

(2) Salientar a volumetria das escolas (valor arquitetónico). Remoção dos alpendres. Esta intervenção está associada à identificação de maior parte das patologias nestas agregações, datadas em 1976 e reconstruídas em 2014, que conseqüentemente estavam a afetar o corpo principal das escolas. Para além disto, a remoção dos elementos com desenho contemporâneo permitem a leitura do desenho original das tipologias de escolas do século XX, presentes na Escola Primária de Perre.

(3) Abranger serviços e espaços distintos. Serviços: Piso-1(Centro Interpretativo, Posto de Saúde, Sede da Junta). Lazer: Piso 0 (Espaços de Leitura, Audiovisual, Convívio e Exterior). Trabalho: Piso 1 (Espaços Cowork e Reuniões).



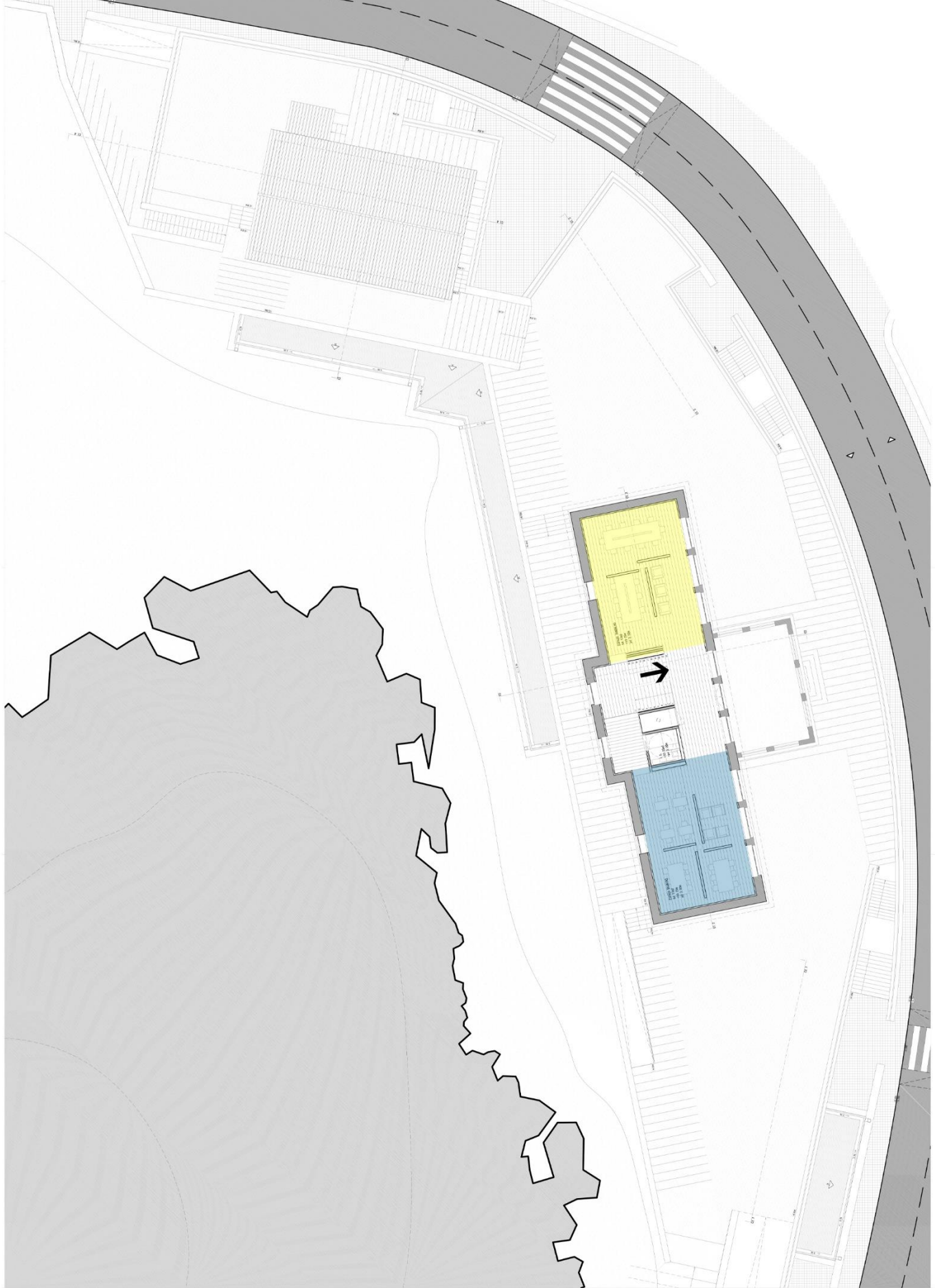
Serviços (Piso-1): Centro Interpretativo (amarelo), Posto de Saúde (azul), Sede da Junta (laranja)

Figura 2. Permissa (3) Plantas de identificação do programa e disposição dos espaços.



Lazer (Piso 0): Espaços de Leitura (amarelo), Audiovisual (azul), Convívio (laranja) e Exterior (verde)

Figura 3. Permissas (1) Alçado principal da Escola Grande e (2) Alçados posteriores das escolas, com amarelos de demolição

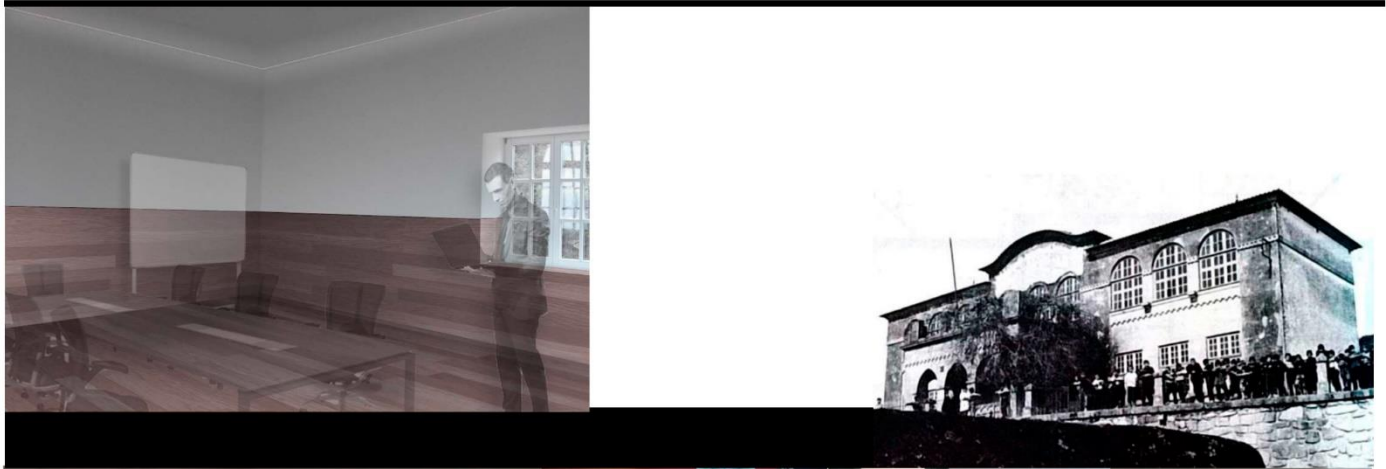


Trabalho (Piso 1): Espaços Cowork (amarelo) e Reuniões (azul).

Figura 4. Permissa (3) Plantas de identificação do programa e disposição dos espaços.



(4)



(5)

Figura 5. Permissas (4) Pormenores construtivos do interior e caixilharia e (5) Fotomontagens e fotografias de referência

(4) Renovação material, garantindo conforto interior. Incide principalmente nas caixilharias, nas quais a opção é a substituição das existentes por novas de madeira massiça com desenho original, com vidro duplo e ferragens de abrir e basculantes. Esta opção está associada à tentativa de melhorar o conforto térmico, do qual as escola desta época carecem. Neste seguimento, propõe-se o isolamento interior da pedra à vista à volta dos vão exteriores e com acabamento em gesso cartonado, uniformizado com as paredes interiores.

(5) Acabamentos simbólicos. Colocação de lambrim de madeira embutido no interior, com a altura de 1.70, associado à marca de tinta de cor existente nas paredes originais, relacionada com a época do Estado Novo.

1.4 DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

Na intervenção procurou-se em primeiro lugar destacar as escolas do recinto da Escola Primária de Perre e manter o seu enquadramento na envolvente intacto, tendo em conta o enquadramento a partir de Santa Marta de Portuzelo, Meadela e da própria freguesia. Ainda assim, para garantir o programa multifacetado e corresponder às necessidades de mobilidade reduzida foi necessária a ampliação.

Toda a envolvente das escolas é ajustada para que estas se sobressaiam, sendo que a sua envolvente resulte num “cenário” para as duas “protagonistas”. No caso do cenário, procura-se que este não se destaque no enquadramento paisagístico, sendo assim a Sede de Junta, o Posto de Saúde e o Centro Interpretativo são agregados dentro dos muros existentes que elevam as escolas (+0.00). No caso da zona de distribuição entre as duas escolas é introduzida num novo “muro de contenção”, situado a norte das duas escolas (+4.21).

1.4.1 ESPAÇOS EXISTENTES

Na preexistência serão demolidos os alpendres, tendo em conta que são principal causadores de patologias à preexistência. Os acessos existentes vão ser remodelados, mantendo os nos mesmos locais.

A adaptação dos espaços existentes a espaços de leitura, convívio, audiovisuais, trabalho e reunião, foi feita de forma a garantir a mínima intervenção, optando pela remodelação dos espaços das escolas.

A envolvente do recinto das escolas procura-se a sua requalificação, optando por não colocar de mobiliário exterior para disponibilizar área livre para a ocupação com estruturas temporárias, direcionadas para eventos no exterior.

1.4.2 PERCURSOS E ACESSOS

Os acessos, como já referido, serão vários para garantir percursos variados e para garantir maior fluxo pelo recinto. No entanto, a entrada principal é feita

pela Sede da Junta, que é marcada no ponto central à cota da estrada (0.00 m). Esta localização da entrada principal no centro do recinto foi ajustada para responder ao plano de mobilidade reduzida, tendo em conta as distintas cotas existentes no terreno.

As circulações interligam de forma direta e indireta estes núcleos, permitindo vários percursos para o mesmo espaço. Todos os percursos que transitam da ampliação para a preexistência são ao ar livre, desta forma garante a proteção física e coerência do enquadramento paisagístico.

1.4.3 ESPAÇO COMUNITÁRIO | ESCOLA PRIMÁRIA DE PERRE

A intervenção na Escola Primária de Perre procura atrair vários sujeitos, para isto foi necessária compatibilização de três núcleos, com serviços, espaços de trabalho e espaços de lazer, distribuindo-se pela preexistência e a ampliação.

1.4.3.1 SOLUÇÃO CONSTRUTIVA DA ESTRUTURA

As estruturas das escolas encontram-se em bom estado de conservação, a intervenção incide na substituição de materiais e acabamentos.

Estruturalmente, a ampliação é de betão armado e com sistema construtivo de fachada ventilada em granito. Deste modo, a esterotomia e cor da ampliação dilui-se com a envolvente da preexistência, contudo é facilmente detetada a obra nova pelo corte regular da pedra, comparativamente ao irregular da preexistência.

1.4.3.2 ALÇADOS

Mediante o que já foi referido, a intervenção pretende sobressair as escolas, eliminado elementos que possam interferir com a sua leitura clara.

Relativamente aos acabamentos exteriores procura-se manter o reboco pintado de branco e o embasamento em granito existente, conforme o desenho original. As caixilharias da preexistência são substituídas por novas de madeira maciça com ferragens de abertura normal e basculante e vidro duplo, mantendo o desenho das mesmas conforme o desenho original.

Enquanto que na ampliação, as caixilharias são igualmente de madeira maciça e vidro duplo, conforme as peças desenhadas do projeto. Este sistema minimiza a transmissão térmica, para garantir a eficiência energética da Escola Primária de Perre.

A intervenção procura a leitura das duas escolas enquadradas com a envolvente natural e artificial, desta forma a ampliação não se sobrepõe em nenhum momento às escolas.

1.4.3.3 | COBERTURA

A cobertura da preexistência é inclinada com telha tipo aba e canudo, que é para manter, unicamente são substituídas as telhas danificadas. No entanto, a nível construtivo a escola apresenta unicamente a estrutura de vigotas de betão e a telha sobre esta. Para otimizar o conforto interior o sistema é renovado e adicionado: a impermeabilização e isolamento térmico.

Realtivamente à ampliação, a cobertura é plana constituída por laje de betão armado, camada de regularização, isolamento térmico, camada de forma e impermeabilização, isolamento térmico e com acabamento a camarinha de zinco agrafada. As águas pluviais são encaminhadas para reservatórios localizados no piso térreo. Nas zonas enterradas, a cobertura é constituída por laje colaborante de betão armado, massame de betão, tela impermeável, isolamento térmico, tela pitonada e manta geotextil.

1.4.3.4 | PISO -1 (ENTRADA)

Este piso é contituído por distintas áreas pertencentes a três distintos **serviços:**

-Centro Interpretativo: sala exposição, sala trabalho, instalação sanitária (i.s.) feminina com características para mobilidade reduzida e i.s. masculina.

-Sede de Junta de Freguesias (entrada principal): recepção, sala do executivo, sala de reuniões, i.s. restrita, e i.s. pública.

Posto de Saúde: recepção, consultório e i.s. pública.

1.4.3.5 | PISO 0

Este piso é constituído por distintas áreas pertencentes a dois tipos de espaços de **lazer**:

-Lazer (interior escolas): (escola grande) espaço de leitura, espaço audiovisual e i.s. feminina com características para mobilidade reduzida e i.s. masculina | (escola pequena) espaço de convívio e i.s. pública.

-Lazer (recinto): espaço de contemplação e para eventos exteriores.

1.4.3.6 | PISO 1

Este piso é constituído por distintas áreas pertencentes ao espaço de **trabalho**:

- Espaço de trabalho, espaço de reuniões e i.s pública.

1.4.3.7 | CIRCULAÇÕES

Tendo em conta que todo o recinto da escola e o programa funcionam por patamares, no caso do acesso ao patamar intermédio do recinto das escola é feito por uma comunicação principal interior a partir de um elevador, que depois distribui através de rampas para as duas escolas.

No caso da Escola Grande é solucionada a circulação vertical, para além das escadas, com uma plataforma elevatória embutida no módulo central, que insere igualmente as instalações sanitárias desta escola.

No recinto das escolas é permitido o acesso automóvel de modo muito condicionado. Este acesso é feito unicamente associado à movimentação de pessoas com mobilidade reduzida, no caso de grupos em que facilita o acesso a estas a partir do piso do recinto.

1.4.3.8 | ARRANJOS EXTERIORES

Os acessos e percursos ao longo do recinto são em lajeado de ganito, com dimensões definidas nos desenhos de execução, as zonas de contemplação ou para eventos exteriores são pavimentadas com saibro de cor beje.

1.4.4 | MOBILIDADE REDUZIDA

As características do projeto pretendem assegurar a resolução dos problemas preexistentes relacionados com a questão das acessibilidades, considerando as necessidades particulares dos futuros utilizadores.

Os percursos pelos espaços são definidos de acordo com as disposições espaciais dos espaços e as necessidades do utilizador. Desta forma são eliminados os obstáculos para a livre circulação dos utilizadores com mobilidade reduzida através de:

- instalação de rampas de acesso;
- elevadores;
- plataformas elevatórias;
- sanitários adaptados que permitem a manobra de rotação de 360°;
- sinalética de leitura simples;
- a soleira das entradas tem 0.02m de altura e aresta boleada;
- os pavimentos interiores dos diferentes pisos serão devidamente regulares e nivelados;
- os espaços de circulação têm, no mínimo, 1,20m de largura, sendo livres de obstáculos;
- os vãos interiores têm largura útil livre de 0,90m, no mínimo.

1.4.5 | INFRAESTRUTURAS

As infraestruturas necessárias à construção apoiar-se-ão nas existentes no local, nomeadamente da rede de águas, rede de gás, rede de esgotos, rede elétrica e rede de telecomunicações. De modo geral respeitar-se-á a respetiva legislação em vigor.

1.4.6 | ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

O conceito para o aproveitamento da luz natural no edifício, esteve condicionado às dimensões dos vãos preexistentes. Os vãos envidraçados são dotados de sistema de ventilação natural para evitar as condensações internas e dotados de um sistema de proteção solar interior com estore do tipo “Blackout”.

Os espaços interiores são ventilados mecanicamente, ficando estes em sobrepressão e permitindo a sua ventilação, que é realizada através das entradas de ar para o exterior (extratores). Para reforçar a circulação de ar as portas são elevadas do pavimento, assegurando a ventilação dos espaços.

1.4.7 | CONFORTO

Nas escolas e na ampliação, a preocupação com o ambiente e com a eficiência energética e **conforto térmico** são garantidos pela qualidade pelos materiais existentes e os propostos, nomeadamente o gesso cartonado e a madeira.

Em termos **acústicos**, a proposta visa proporcionar conforto ambiental aos utilizadores seguindo duas premissas básicas o isolamento acústico, por meio de isolamento de lã de rocha e cortiça, que visam atenuar a transmissão do ruído aéreo direto ou via estrutura para o interior das diferentes áreas; e o condicionamento acústico para atenuar as possíveis reverberações internas produzidas nos diversos ambientes.

Os espaços da Escola Primária de Perre vão ter um sistema linear de **iluminação** difusa com lâmpadas de baixo consumo integrado num circuito central, onde serão instaladas luminárias de acordo com a necessidade de cada espaço. Este sistema permite a máxima flexibilidade do espaço com eficiência.

A iluminação da área de sanitários é feita de forma pouco intensa, com sensores de movimento incorporados nas luminárias. Esta solução tem como objetivo criar uma utilização em função do número real de pessoas que estejam a utilizar o espaço, gerindo os gastos energéticos desnecessários.

No que concerne ainda a eficiência energética, os projetos de instalações fundamentam-se nos seguintes preceitos fundamentais:

- lâmpadas de alta eficiência incorporadas nas luminárias de alto rendimento;
- circuitos de iluminação sob controlo de fotocélulas e automação do sistema de iluminação comandado por sensor de presença;
- louças e metais de baixo consumo e funcionamento automático;
- sistema de energia elétrica composto por uma máxima separação de circuitos e controlo de demanda;
- sistema de circulação do ar por meio de calha no pavimento, na extensão dos espaços, possibilitando seu uso de maneira racional e eficiente.

O elemento construtivo preexistente das paredes, assim como o volume enterrado, sendo a terra um isolante térmico eficaz, garantem o respetivo controlo solar e protegem o edifício de sobreaquecimento e arrefecimento acentuados.

1.4.8 | MOBILIÁRIO

Os espaços da antiga escola primária de Perre irão possuir todo o equipamento mínimo convencionado na legislação aplicável, sendo certo que no que concerne ao mobiliário e à decoração dos espaços, os mesmos serão alvo de um projeto específico de interiores. O referido projeto pautar-se-á por uma premissa contemporânea, privilegiando o design, com os desejáveis níveis de conforto para uma instalação com a qualidade como a que se pretende.

1.4.9 | ÁREAS BRUTAS DE CONSTRUÇÃO

PISO -1

CENTRO INTERPRETATIVO	ÁREAS
SALA DE EXPOSIÇÕES	81.00 m2
SALA DE TRABALHO	20.85 m2
IS FEM+MOB	4.10 m2
IS MAS	4.00 m2
HALL IS	5.10 m2
HALL PRINCIPAL	23.40 m2
SEDE DA JUNTA	
RECEPÇÃO	64.70 m2
SALA EXECUTIVO	19.86 m2
SALA REUNIÕES	18.90 m2
IS RESTRITO	4.14 m2
IS PÚBLICO	4.14 m2
HALL ELEVADOR	13.50 m2
HALL IS RESTRITO	3.58 m2
HALL IS PÚBLICO	4.00 m2
POSTO DE SAÚDE	
RECEPÇÃO	20.80 m2
CONSULTÓRIO	17.80 m2
IS	4.10 m2
HALL	7.13 m2

PISO 0

ESCOLA PEQUENA	ÁREAS
ESPAÇO DE CONVÍVIO	40.90 m2
IS	3.78 m2
HALL	12.00 m2
ESCOLA GRANDE	
ESPAÇO LEITURA	52.20 m2
ESPAÇO AUDIOVISUAL	52.50 m2
IS FEM+MOB	3.92 m2
IS MAS	3.17 m2
HALL NORTE	19.17 m2
HALL SUL	14.16 m2

PISO 1

ESCOLA GRANDE	ÁREAS
ESPAÇO TRABALHO	54.17 m2
ESPAÇO REUNIÃO	54.17 m2
IS	3.92 m2
HALL IS	7.40 m2
HALL SUL	19.76 m2

PARTE II | CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

2.1 DISPOSIÇÕES INICIAIS

CLÁUSULA 01 | OBJETO

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas necessárias para a execução das tarefas, nomeadamente especificações, quantidades e desenhos técnicos do projeto para a intervenção de Reabilitação da Escola Primária de Perre, para um Espaço Comunitário, situado na freguesia de Perre, em Viana do Castelo.

CLÁUSULA 02 | PROJETO

O projeto a considerar para a realização da obra, consta das seguintes peças escritas e desenhadas:

Peças Escritas:

VOLUME I | Investigação no âmbito do projeto

VOLUME II | Memória Descritiva e Justificativa | Condições Técnicas Gerais|
Condições Técnicas Especiais| Medições, Quantidades e Orçamentos

Peças Desenhadas:

- 1.00 Planta de Localização (esc.:1/1000)
- 2.00 Planta de implantação (esc.:1/200)
- 3.01 Levantamento - Planta Piso 0 (esc.:1/100)
- 3.02 Levantamento - Planta Piso 1 (esc.:1/100)
- 3.03 Levantamento - Planta de Cobertura (esc.:1/100)
- 3.04 Levantamento - Alçados (esc.:1/100)
- 3.05 Levantamento - Cortes Escola Dr. Alfredo de Magalhães (esc.:1/100)
- 3.06 Levantamento - Cortes Escola D. Adília (esc.:1/100)
- 4.01 Demolição/ Construção - Planta Piso -1 (esc.:1/100)
- 4.02 Demolição/ Construção - Planta Piso 0 (esc.:1/100)
- 4.03 Demolição/ Construção - Planta Piso 1 (esc.:1/100)
- 4.04 Demolição/ Construção - Planta Cobertura (esc.:1/100)
- 4.05 Demolição/ Construção - Cortes (esc.:1/100)
- 4.06 Demolição/ Construção- Alçados (esc.:1/100)
- 5.01 Planta de Apresentação – Piso -1 (esc.:1/100)

- 5.02 Planta de Apresentação – Piso 0 (esc.:1/100)
- 5.03 Planta de Apresentação – Piso 1 (esc.:1/100)
- 5.04 Planta de Apresentação – Cobertura (esc.:1/100)
- 5.05 Planta de Apresentação – Cortes (esc.:1/100)
- 5.06 Planta de Apresentação – Alçados (esc.:1/100)
- 6.01 Planta de Toscos – Piso -1 (esc.:1/100)
- 6.02 Planta de Tosco – Piso 0 (esc.:1/100)
- 6.03 Planta de Tosco – Piso 1 (esc.:1/100)
- 6.04 Planta de Tosco – Cortes (esc.:1/100)
- 7.01 Planta de Trabalho – Piso -1 (esc.:1/100)
- 7.02 Planta de Trabalho – Piso 0 (esc.:1/100)
- 7.03 Planta de Trabalho – Piso 1 (esc.:1/100)
- 8.01 Planta de Tetos – Piso -1 (esc.:1/100)
- 8.02 Planta de Tetos – Piso 0 (esc.:1/100)
- 8.03 Planta de Tetos – Piso 1 (esc.:1/100)
- 9.01 Cortes Construtivos Fachada (esc.:1/20)
- 9.02 Cortes Construtivos Fachada (esc.:1/20)
- 9.03 Cortes Construtivos _ I.S. Escola Dr Alfredo Magalhães (esc.:1/20)
- 9.03 Pormenores Construtivos_ Fachadas (esc.:1/5)
- 10.01 Mapas de Vãos Interiores (esc.:1/50)
- 10.02 Mapas de Vãos Exteriores (esc.:1/50)
- 10.03 Mapas de Vãos Interiores (esc.:1/50)
- 11.01 Planta de Arranjos Exteriores (esc.:1/200)
- 12.01 Planta de Acessibilidades – Piso -1 (esc.:1/100)
- 12.02 Planta de Acessibilidades – Piso 0 (esc.:1/100)
- 12.03 Planta de Acessibilidades – Piso 1 (esc.:1/100)

CLÁUSULA 03 | LISTA DE QUANTIDADES E PREÇOS UNITÁRIOS

Os preços unitários e quantidades, justo com as especificações de materiais, aparecem indicados neste caderno de encargos no Capítulo IV | Mapa de Medições, Quantidades e Orçamentos.

O orçamento deve incluir todas as tarefas inerentes à execução dos respetivos trabalhos, bem como andaimes, plataformas, material de proteção, transporte

para a obra e dentro da obra, cargas e descargas, fornecimento de telas finais, testes e ensaios e os custos do estaleiro.

CLÁUSULA 04 | MATERIAIS E TÉCNICAS DE EXECUÇÃO

4.1 Os materiais e técnicas de execução a utilizar na obra devem respeitar tudo aquilo que a seu respeito se refere nas especificações incluídas no Capítulo III | Condições Técnicas Especiais deste Caderno de Encargos.

4.2 A execução dos diversos trabalhos deverão respeitar todas as peças desenhadas do projeto.

4.3 Os elementos cuja qualidade não seja referenciada ou materiais cuja marca comercial ou características técnicas não seja referida no projeto deverão ser definidas pelo autor do projeto.

4.4 Caso proposto, será permitida a alteração de marca dos materiais devendo os mesmos apresentar qualidade semelhante e deverão ser aprovados pelo autor do projeto e autoridades de fiscalização da obra.

4.5 Todos os elementos, materiais ou processos construtivos que não estejam especificados no projeto deverão ser previamente discutidos e aprovados pelo autor do projeto e empreiteiro.

4.6 Todos os elementos que não estejam especificamente definidos e que necessitem de especificações deverão ser definidos pelo autor do projeto e o empreiteiro mediante informações e notificações por escrito da empresa responsável pelo material.

4.7 No final dos trabalhos, todos os elementos deverão ser limpos e apresentar um acabamento pretendido e em concordância com o projeto.

CLÁUSULA 05 | IMPLANTAÇÃO

5.1 Sendo uma construção, a qual contempla a reabilitação e a ampliação, parte da implantação coincide com o seu local atual, e uma segunda parte

definida com base nas peças desenhadas do projeto. Qualquer dúvida deverá ser discutida com o autor do projeto.

5.2 A implantação da obra será feita pelo Empreiteiro, a partir dos elementos do projeto e de outros que eventualmente lhe venham a ser fornecidos pela Fiscalização.

Só depois da fiscalização se ter pronunciado por escrito poderá a implantação feita pelo Empreiteiro ser considerada definitiva, podendo então iniciar os trabalhos.

CLÁUSULA 06 | ESTALEIRO DE OBRA

A preparação, montagem e desmontagem do estaleiro para execução da obra deverá incluir as seguintes etapas:

- Montagem e desmontagem de máquinas;
- Montagem e desmontagem de instalações provisórias do pessoal, redes provisórias de abastecimento de águas, saneamento e eletricidade;
- Montagem e desmontagem de instalações provisórias da fiscalização;
- Vedação do recinto da obra, com tapume em madeira ou metálico pintado e estrutura em tubular revestido a tecido serapilheira ou similar, nos moldes impostos pela legislação e pelo dono de obra, de modo a oferecer a necessária privacidade da obra;
- Tomada de conhecimento, pelo empreiteiro, do estado atual das instalações, nomeadamente os acessos, já que se prevê que elas lhe serão entregues como se encontram, não sendo aceites reclamações do empreiteiro, baseadas na falta de conhecimento do estado atual do terreno, ou de quaisquer trabalhos a realizar, pelo que este deverá, no local, fazer os reconhecimentos ou levantamentos necessários à elaboração da sua proposta;
- Obtenção de todas as licenças e autorizações junto dos departamentos respetivos da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados e outros;

- Eventuais indemnizações a terceiros por danos ou estragos provocados durante a realização dos trabalhos;
- Manutenção e garantia das condições de acessibilidade em todas as circunstâncias e durante o tempo que durar a obra;
- Colocação de placa com identificação do dono da obra, projetista, empreiteiro e demais elementos exigidos pelas autoridades respetivas.
- Todos os demais trabalhos preparatórios necessários que se tornem indispensáveis para o correto cumprimento do objetivo da empreitada;
- Apresentação, no início dos trabalhos e no prazo máximo de quinze dias de todas as amostras dos materiais a aplicar;
- Toda e qualquer alteração, adaptação ou alternativa ao projeto não poderá ser executada pelo empreiteiro sem o acordo prévio e por escrito com o autor do projeto;
- Durante o período de execução da obra, o empreiteiro será responsável pela manutenção e conservação de todos os percursos alternativos, de acordo com as indicações dos serviços competentes;
- O empreiteiro será responsável pelo fornecimento de meios, equipamentos e quaisquer outros elementos que sejam solicitados pela fiscalização, nomeadamente instalações, equipamento informático, material de escritório e de comunicações, consumíveis, cobertura fotográfica, e ou vídeo, entre outros;
- O empreiteiro deve cumprir na íntegra o estipulado no Plano de Segurança e Saúde e Plano de Gestão Ambiental.

CLÁUSULA 07 | AMOSTRAS E MODELOS

7.1 Durante o desenvolvimento da obra, será necessário, numa fase prévia a sua aplicação, elaborar amostras e modelos de todos os materiais, acabamentos e elementos de construção (Carpintarias, armaduras de iluminação, pinturas, rebocos, etc.) a utilizar. Todos os modelos e amostras devem ser aprovados pelas autoridades competentes.

7.2 As diversas amostras e modelos deverão ser à escala natural e deverão ser testadas de forma a perceber o seu comportamento. Os diversos testes e opções deverão ser aprovados por escrito e em seguida comunicados ao empreiteiro que não poderá iniciar qualquer trabalho antes da aprovação final.

7.3 Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode tornar obrigatória a realização de quaisquer outros ensaios além dos previstos, acordando previamente, se necessário, com o empreiteiro sobre as regras de decisão a adotar.

7.4 Se os resultados dos ensaios referidos no número anterior não se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

2.2 OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO

CLÁUSULA 08 | PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DA EXECUÇÃO DA OBRA

8.1 O empreiteiro é o responsável:

-Pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no Plano de Segurança e Saúde e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção, escavação e demolição;

-Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor.

-Por todas as licenças, aprovações, certificações e contactos necessários à entrada em funcionamento de todas as instalações integradas na obra. Antes da entrada em funcionamento, todos os elementos deverão ser inspecionados pela fiscalização da obra.

8.2 A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, compete ao empreiteiro.

8.3 O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, pela sua natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra.

CLÁUSULA 09 | PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA

9.1 O prazo de execução será especificado na calendarização da obra.

9.2 A execução dos trabalhos inicia-se no prazo de 30 dias após a data da celebração do Contrato.

9.3 A requerimento do empreiteiro, devidamente fundamentado, o dono da obra poderá conceder uma prorrogação do prazo global ou dos prazos parciais de execução da empreitada.

9.4 O requerimento previsto na cláusula anterior deverá ser acompanhado dos novos planos de trabalhos e de pagamentos, com indicação, em pormenor, das quantidades de mão-de-obra e do equipamento necessário ao seu cumprimento.

9.5 Quando haja lugar à execução de trabalhos a mais, o prazo de execução da obra é proporcionalmente prorrogado segundo os seguintes termos:

-Tratando-se de trabalhos da mesma espécie de outros previstos no contrato e a executar em condições semelhantes, são aplicáveis os prazos parciais de execução previstos no plano de trabalhos para essa espécie de trabalhos;

-Tratando-se de trabalhos de espécie diferente ou da mesma espécie de outros previstos no contrato mas a executar em condições diferentes, deve o empreiteiro apresentar uma proposta de prazo de execução no prazo de 10 dias a contar da data da notificação da ordem de execução dos mesmos.

CLÁUSULA 10 | CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS

10.1 A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com este Caderno de Encargos, medições e orçamento, peças desenhadas e outras peças contratualmente estipuladas, de modo a assegurarem-se as características de resistência, durabilidade e funcionamento especificadas nos mesmos documentos.

10.2 Os trabalhos incluídos correspondem a totalidade da qualificação da empresa instaladora, logo, deve ser incluído na proposta todos os materiais e respetivos acessório, mão-de-obra, meios auxiliares e todos os elementos

necessários à instalação, de forma que o resultado final apresente as características descritas na Memória Descritiva, Condições Técnicas Especiais e Peças desenhadas.

10.3 Relativamente às técnicas construtivas a adotar, fica o empreiteiro obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da Cláusula 2ª.

10.4 O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos neste caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra e apresentando por escrito as alterações propostas e uma proposta em desenho. As propostas deverão ser aprovadas pelo autor do projeto.

10.5 É da responsabilidade da empresa instaladora a execução da instalação dos diversos elementos, incluindo o termo de responsabilidade para a execução dos trabalhos, assim como a colocação em funcionamento e a entrega de manuais sumários de instruções.

10.6 A empresa instaladora irá colaborar com os diversos colaboradores de forma que exista uma boa colaboração entre as várias diversas entidades responsáveis pelas várias instalações.

CLÁUSULA 11 | ERROS OU OMISSÕES DO PROJETO E DE OUTROS DOCUMENTOS

11.1 O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como das ordens, avisos e notificações recebidas.

11.2 O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo autor do projeto, o qual deve entregar ao empreiteiro todos os elementos necessários para esse efeito.

11.3 O autor do projeto é responsável pelos trabalhos de correção dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados.

CLÁUSULA 12 | MENÇÕES OBRIGATÓRIAS NO LOCAL DOS TRABALHOS

12.1 Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local de trabalho, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra, do empreiteiro, entre outros.

12.2 O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.

12.3 O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter à disposição de todos os interessados o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

12.4 No estaleiro de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

CLÁUSULA 13 | OBRIGAÇÕES GERAIS

13.1 São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

13.2 O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

13.3 A assistência ao pessoal será da responsabilidade do empreiteiro, assim como todos os encargos resultantes da aplicação das leis de segurança, em particular a secção referente ao Seguro de Trabalho.

13.4 O empreiteiro devesa prestar a assistência necessária ao pessoal vítima de qualquer acidente ocorrido no local de trabalho.

13.5 As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada deverão estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

13.6 É da responsabilidade do empreiteiro o cumprimento da legislação em vigor sobre Trabalho, Segurança Social, Seguros, Salários, entre outros, referentes ao pessoal relacionado com a obra.

CLÁUSULA 14 | SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

14.1 O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, ocorrendo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

14.2 O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

14.3 Em caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor da fiscalização da obra pode tomar, as providências que se revelem necessárias.

14.4 Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor da fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

14.5 O empreiteiro responde a qualquer momento, perante o diretor da fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

2.3 OBRIGAÇÕES DO PROMOTOR OU DONO DA OBRA

CLÁUSULA 15 | PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 Deverá ser realizada pelo dono da obra ao construtor o pagamento de uma quantia inicial acordada no contrato de forma a iniciar os trabalhos.

15.2 Em princípio, os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais.

15.3 Em regra, os pagamentos são efetuados no prazo de 30 dias, com o limite máximo de 60 dias, após a apresentação da respetiva factura.

15.4 As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidas pelo diretor da fiscalização da obra.

15.5 No caso de falta de apresentação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor da fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor da fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

15.6 O pagamento dos trabalhos a mais e dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis.

2.4 REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO

CLÁUSULA 16 | REPRESENTAÇÃO DO EMPREITEIRO

16.1 O empreiteiro poderá, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, confiar a direção técnica da empreitada a um diretor de obra com a qualificação mínima de Engenheiro Técnico.

16.2 Após a assinatura do contrato, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor da obra, indicando a sua qualificação técnica. Esta informação será acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com competência e assiduidade.

16.3 O diretor técnico da empreitada deverá acompanhar assiduamente os trabalhos e estar presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.

16.4 O dono da obra poderá impor a substituição do diretor técnico da empreitada, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.

16.5 O empreiteiro ou o seu representante permanecerá no local da obra durante a sua execução, devendo estar habilitado a responder perante o diretor da fiscalização da obra sobre o desenvolvimento dos trabalhos.

CLÁUSULA 17 | REPRESENTAÇÃO DO DONO DA OBRA

17.1 Durante a execução, o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no Caderno de Encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

17.2 O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos, até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.

17.3 O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

CLÁUSULA 18 | LIVRO DE REGISTO DE OBRA

18.1 O empreiteiro deverá organizar um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor da fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

18.2 O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor da fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

2.5 RECEPÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA

CLÁUSULA 19 | INSPEÇÕES

19.1 O Autor do Projeto, Dono de Obra e Entidade Fiscalizadora poderão realizar inspeções que se considerem necessárias na obra, fábrica ou laboratório, nos quais sejam executados trabalhos relacionados com a obra em curso.

19.2 A verificação da qualidade e comportamento dos diversos materiais a utilizar pode necessitar a deslocação dos responsáveis (Autor do Projeto, Fiscalização, entre outros) fora do recinto da obra sendo a deslocação da responsabilidade da empresa instaladora responsável pelo material.

CLÁUSULA 20 | RECEÇÃO PROVISÓRIA

20.1 A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo após a conclusão do total ou parte da obra, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.

20.2 Na eventualidade de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.

20.3 O procedimento de receção provisória deverá obedecer a normativa em vigor.

CLÁUSULA 21 | RECEÇÃO PROVISÓRIA

21.1 O prazo de garantia pode variar de acordo com o defeito da obra, nos seguintes termos:

-10 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais;

-5 anos, no caso de defeitos relacionados com os elementos construtivos não estruturais ou a instalações técnicas;

-2 anos, no caso de defeitos relacionados com os equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.

21.2 Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

21.3 Durante o prazo de garantia, o empreiteiro é obrigado a fazer, à sua custa, as substituições de materiais ou equipamentos e a executar todos os trabalhos de que sejam indispensáveis para assegurar a perfeição e o uso normal da obra.

21.4 Não serão incluídos na garantia, os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

CLÁUSULA 22 | RECEÇÃO DEFINITIVA

22.1 No final dos prazos de garantia previstos na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.

22.2 Se a vistoria referida no número um permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento, esta será definitivamente recebida.

22.3 A receção definitiva depende da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

-Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;

-Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

22.4 No caso da vistoria referida no nº 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria.

2.6 DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 23 | DEVERES DE INFORMAÇÃO

23.1 Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato.

23.2 Os diversos intervenientes devem avisar de imediato os restantes organismos responsáveis de qualquer circunstância que previsivelmente impeça o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações.

CLÁUSULA 24 | SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

24.1 O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos necessários.

24.2 Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos na legislação em vigor, devendo ser especificados os trabalhos a realizar.

24.3 O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor da fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

24.4 No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.

24.5 A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

CLÁUSULA 25 | LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Todos os elementos previstos no Caderno de Encargos deverão respeitar e aplicar a Legislação em vigor nas diferentes especialidades e deverão reger-se pelos princípios da boa prática profissional.

PARTE III | CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS

3.1 TRABALHOS PREPARATÓRIOS

1| ESCAVAÇÃO GERAL PARA OBTENÇÃO DA PLATAFORMA DO EDIFÍCIO E REMOÇÃO DOS PRODUTOS PARA AS ZONAS DE ATERRO

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m³

II - Descrição do artigo

Este artigo refere-se às escavações necessárias, qualquer que seja a natureza do terreno.

O preço do artigo é fixado tendo em atenção à classificação e percentagem das várias espécies do terreno a escavar.

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os seguintes:

-A colocação de uma ou mais marcas de nivelamento convenientemente cimentadas.

-A realização das escavações, qualquer que seja o processo utilizado.

-Todos os escoramentos e entivações necessários.

-Os sobrecustos que possam ser devidos, directa ou indirectamente, ao aparecimento de águas, incluindo as bombagens se necessárias.

III – Condições técnicas

O empreiteiro iniciará o trabalho pela colocação em local conveniente de uma marca de nivelamento bem definida, que será conservada durante toda a duração da obra.

Se o empreiteiro iniciar o trabalho sem apresentar a reclamação a que se refere o quarto ponto deste artigo, isso significará que aceita como certa a superfície do terreno definido nos elementos do projecto.

O ministério da justiça reserva-se o direito de não autorizar o emprego de explosivos se desse emprego puderem advir danos para edificações vizinhas.

Os terraplenos das escavações deverão apresentar superfícies bem regularizadas.

2| DEMOLIÇÕES

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por valor global (vg)

II - Descrição do artigo

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- Demolição de muros ou de quaisquer outros elementos existentes no terreno;
- Carga, transporte, descarga e depósito dos resíduos a destino autorizado e eventuais taxas de deposição por descarga;
- Aterro dos vazios remanescentes com material proveniente das escavações em obra.

III – Condições técnicas

Entre as várias condições a que deve obedecer o trabalho indicado neste artigo mencionam-se, como merecendo referência especial, as seguintes:

- Os trabalhos de demolição deverão cumprir todas as normas de segurança em vigor, nomeadamente a legislação ambiental;
- O transporte dos resíduos das demolições deverá ser feito por tipo de material e acompanhado de guia de transporte com a descrição completa dos materiais transportados e respetivas quantidades;
- Deverá ser feita a separação de resíduos produzidos nesta tarefa.

3| ABATE E REMOÇÃO DE ÁRVORES

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por valor global (vg)

II - Descrição do artigo

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- Arranque das raízes;
- Aterro dos vazios remanescentes com material proveniente das escavações em obra;
- Carga, transporte, descarga e depósito dos resíduos a destino autorizado e eventuais taxas de deposição por descarga.

III – Condições técnicas

Entre as várias condições a que deve obedecer o trabalho indicado neste artigo mencionam-se, como merecendo referência especial, as seguintes:

- A remoção das árvores deverá ser executado por pessoal credenciado para a execução deste tipo de tarefas;
- Serão tomadas todas as providências para evitar a danificação de quaisquer construções, mobiliário ou qualquer outro elemento existente;
- Num círculo de raio igual à altura da árvore;
- Deverá ser feita a separação de resíduos produzidos nesta tarefa;
- A remoção das árvores deverá ser feita segundo a orientação dos projetistas.

4| MONTAGEM, UTILIZAÇÃO E DESMONTAGEM DO ESTALEIRO

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por valor global (vg)

II - Descrição do artigo

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- Instalações para o pessoal de acordo com a legislação em vigor, dispendo de vestiários equipados com armários individuais, chuveiros e instalações sanitárias;
- Instalações para a fiscalização equipadas com secretária, cadeira regulável, mesa de reuniões para 6 pessoas com cadeiras, estante com arquivador A4, instalação sanitária e climatização;
- Redes provisórias de eletricidade, água potável e esgotos, ligadas às redes públicas de eletricidade, abastecimento de água e saneamento;
- Custos das ligações de energia elétrica, telefones, água e esgotos;
- Custos de energia elétrica, telefones, água e taxas de esgotos;
- Vedação do estaleiro com chapa metálica, incluindo prumos e respetiva fundação, portas de homem, portas para máquinas e viaturas e sinalização vertical;
- Gestão de máquinas, ferramentas, andaimes, pranchas e todos os equipamentos a utilizar em obra, sendo o respetivo custo direto e indireto afetado aos preços unitários dos trabalhos em que intervenham.

5| VEDAÇÃO DO LOCAL DA OBRA

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por valor global (vg)

II - Descrição do artigo

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- O local da obra será vedado por rede ou chapa metálica intransponível a pessoas estranhas à obra;

- A barreira visual deverá ser assegurada pela colocação de tela de malha plástica (rede verde);
- Os acessos ao estaleiro deverão ser assegurados por portões da altura da vedação, dotados de chave;
- Os locais de acesso ao estaleiro deverão ser assinalados;
- Os acessos ao estaleiro deverão ser controlados e condicionados ao pessoal afeto à obra;
- As visitas deverão ser sempre acompanhadas e equipadas com os EPI.

6| IMPLEMENTAÇÃO EM OBRA DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por valor global (vg)

II - Descrição do artigo

Implementação em obra do plano de segurança e saúde tendo em conta o conjunto de normas e procedimentos que visam a proteção da integridade física e mental do trabalhador, preservando-o dos riscos de saúde inerentes às tarefas do cargo e ambiente físico onde são executadas, e também a segurança do local da obra, da sua envolvente e dos acessos e servidões.

7| IMPLEMENTAÇÃO EM OBRA DO PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por valor global (vg)

II - Descrição do artigo

Implementação em obra do Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos da Construção e Demolição com vista ao cumprimento do Decreto-Lei N.º. 46/2008, de 12 de Março, e ainda do Decreto-Lei N.º. 178/2006, de 5 de Setembro, com redação dada pelas posteriores atualizações.

8| EXECUÇÃO DE TELAS FINAIS DE TODAS AS REDES E INFRAESTRUTURAS

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por valor global (vg)

II - Descrição do artigo

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- Desenho de telas finais de arquitetura e das infraestruturas do interior do limite da intervenção (Arquitetura, rede elétrica; redes de águas, esgotos e pluviais; rede de abastecimento de gás; redes de rega, etc.);
- Desenho das telas finais de arquitetura dos edifícios;
- Desenho das telas finais da rede de drenagem de águas residuais pluviais dos edifícios, executada;
- Desenho das telas finais da rede de abastecimento de água potável;
- Desenho das telas finais da rede de drenagem de águas residuais domésticas dos edifícios, executada;
- Desenho das telas finais da instalação elétrica;
- Desenho das telas finais da instalação de telecomunicações e rede estruturada;
- Desenho das telas finais da instalação de gás;
- Desenho das telas finais das instalações de AVAC;
- Fornecimento de um exemplar em formato papel e um exemplar em formato digital (DWG) de todas as telas finais.

9| LIMPEZA GERAL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO E ÁREAS DE ESTALEIRO

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por valor global (vg)

II - Descrição do artigo

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- Limpeza geral de toda a área da obra após a conclusão dos trabalhos, incluindo lavagem, se necessária;
- Limpeza geral das áreas envolventes à obra utilizadas na execução dos trabalhos;
- Pagamento de eventuais danos causados a terceiros;
- Manutenção da limpeza das áreas da obra ou áreas anexas que mantenham servidão durante a execução dos trabalhos;
- Limpeza e arrumação do estaleiro durante o período de execução da obra.

10| LIMPEZA GERAL DOS EDIFÍCIOS APÓS A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS

I - Unidade e critério de medição:

- Medição por valor global (vg)

II - Descrição do artigo

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- Limpeza geral de toda a área exterior da obra após a conclusão dos trabalhos, incluindo a lavagem se necessária;
- Limpeza geral de todo o interior devendo o edifício ficar pronto a utilizar;
- Tratamento de todas as superfícies vinílicas com produtos indicados pelo fornecedor do material;
- Tratamento de limpeza e impermeabilização de pedras naturais;
- Tratamento e limpeza de todos os paramentos de betão aparente;
- Formação do pessoal auxiliar no que concerne à limpeza e manutenção dos diversos materiais de revestimento.

3.2 PAREDES

1| EXTERIORES _AUTOPORTANTES EM BETÃO ARMADO COM 30CM DE ESPESSURA

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m³

II - Descrição do artigo

Serão utilizados o aço A400 e o betão C20/25 (B25). O aço deve ter textura homogénea, grão fino, não quebradiço, isento de zincagens, pintura argilas, óleo, com ferrugem solta e apresentar as demais características exigidas pelo Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado (R.E.B.A.P.) e pelo Euro código 2 para um aço desta classe.

Na fabricação do betão o cimento a empregar será tipo Portland. As características mínimas de resistência, qualidade e condição de fornecimento devem obedecer ao estipulado no R.E.B.A.P. A areia e o godo a empregar serão de natureza siliciosa ou quartzosa, de grão seco, anguloso e áspero ao tato, isenta de órgão decomposto, de partículas de argila e areia ferruginosa, mica, sal marinho, matérias orgânicas ou outras estranhas, sendo de preferência de ribeira.

A brita a empregar será de granito escolhido entre o mais duro, apresentar arestas vivas e faces de fraturas recentes, não ter forma lamel ar, não ter matérias estranhas aderentes, ser limpa de terras.

A água a empregar será limpa, isenta de óleos, ácidos, alcalis, sal marinho, substâncias orgânicas e qualquer outras impurezas.

III – Condições técnicas

A fabricação do betão é da responsabilidade do empreiteiro, podendo este utilizar betão pronto ou fabricá-lo em obra. De qualquer modo este deverá sempre ter as características exigidas pelo Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado (R.E.B.A.P.) e pelo Eurocódigo 2 para um betão da classe C20/25 (B25).

Para se certificar da qualidade do betão utilizado o empreiteiro deve realizar, ou mandar realizar, ensaios que permitam verificar as características do mesmo. Estes ensaios podem também ser pedidos pelo técnico responsável em qualquer altura da betonagem.

Recobrimento das armaduras. O recobrimento das armaduras nunca poderá ser inferior ao estipulado no projeto, de modo a assegurar a transmissão de forças de aderência, impedir o destaque do betão e assegurar a proteção das armaduras contra fogo e corrosão.

Para tal deve o empreiteiro tomar as providências necessárias.

Curvaturas admissíveis. Deve o empreiteiro respeitar, na dobragem dos varões, as prescrições para os raios mínimos de curvatura presentes no R.E.B.A.P. Deve observar ainda as indicações do autor do projeto.

Amarrações dos varões. Com vista à adequada transmissão das forças internas a que os varões estão sujeitos, de modo a não ocorrer fendilhação ou destacamento do betão deve o empreiteiro utilizar os comprimentos de amarração referidos no projeto, bem como observar as indicações do projetista. As extremidades dos varões devem ser retas.

Emendas dos varões. Com vista à adequada transmissão das forças de um varão ao seguinte, garantir que a largura das fendas não atinja valores significativos nas extremidades das emendas e evitar o destacamento do betão na zona das emendas deve o empreiteiro considerar os comprimentos de sobreposição referidos R.E.B.A.P.

As emendas terão que ser desfasadas e não deverão localizar-se em zonas de tensões elevadas.

Devem dispor-se, em qualquer secção, tais sobreposições de forma simétrica e paralela à face exterior de cada elemento. As extremidades dos varões devem ser retas.

Betonagens e descofragens. Não poderá proceder-se a qualquer betonagem e descofragem, sem a prévia autorização da fiscalização ou do autor do projeto.

Todos os elementos deverão ser vibrados mecanicamente, não sendo permitida a interrupção da betonagem durante a execução de qualquer elemento.

Não poderão ser executadas betonagens de quaisquer elementos, sem que o autor do projeto ou da fiscalização verifique a estabilidade das cofragens, os seus apoios, a posição e conformidade das armaduras com o projeto.

Antes de cada betonagem o empreiteiro deverá assegurar-se dos traçados das canalizações para todas as instalações do edifício - aquecimento, esgotos, águas, eletricidade e telefones - a fim de prever nos moldes os furos e rasgos convenientes de modo evitar o rasgamento posterior dos elementos estruturais.

Cofragens. As cofragens serão metálicas e estanques. Devem também ser reforçadas de modo a permitir a vibração do betão.

Todos os cavaletes de montagem, assim como os prumos das cofragens das lajes e das vigas devem ser equipados com dispositivos que permitam fazer o descimbramento sem pancadas nem vibrações.

A execução das cofragens e seus apoios, deverão ser capazes de resistir às cargas a que vão ser submetidas, bem como deixar o betão com perfeito acabamento após descofragem.

Os elementos estruturais apenas deverão ser descofrados após autorização do autor do projeto ou da fiscalização.

Carregamento da estrutura. Apenas será permitida a colocação de cargas sobre a estrutura quando tiver decorrido o tempo suficiente após a betonagem e mediante autorização do técnico responsável.

2| EXTERIORES _PREEXISTENTE DE ALVENARIA DE PEDRA

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m³

II - Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários a boa execução e aplicação de pedra natural cuja natureza, dimensões de desmonte, serra e corte, acabamentos das superfícies, formas de aplicação das pedras, desenhos de conjunto e de pormenor se encontram definidos neste Caderno de Encargos e desenhos do projeto, salientando-se os abaixo indicados:

- O fornecimento da pedra conforme pormenores do projeto;
- O seu assentamento;
- Os cortes e remates necessários;
- A proteção da contra face de forma a evitar o aparecimento de manchas na face vista;
- A proteção das cantarias assentes, durante o curso da obra;
- A limpeza e acabamento final das pedras.

III – Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- As pedras naturais a empregar em cantarias deverão ser sempre de boa qualidade, isentas de tacos, falhas, betumes, manchas ou qualquer outro defeito;
- Todas as peças lineares de comprimento inferior a 1,50m serão executadas numa só peça;
- Todas as peças cuja tonalidade ou qualidade possam ser alteradas por Ação das argamassas ou outros agentes, deverão ser convenientemente imunizadas, apresentando o empreiteiro documento de garantia do produto que irá utilizar na sua proteção;
- Antes de aplicar a pedra, o leito onde irá assentar será picado e limpo de todas as areias e impurezas, e ficará perfeitamente desempenado;
- As pedras serão assentes com cola acrílica apropriada certificada por laboratório credenciado, sobre superfície regularizada e desempenada executada com argamassa de cimento e areia;
- Antes da aplicação da argamassa, o leito será convenientemente lavado, devendo esta ser aplicada enquanto a superfície se encontrar húmida;
- As juntas de assentamento serão tomadas com aguada de cimento. Quando as cantarias servirem de piso de utilização, serão convenientemente

protegidas, em especial as arestas, para que não se deteriorem durante a execução dos restantes trabalhos.

- Os cortes e desbastes efetuados em obra serão executados por processos e com recurso a equipamentos que não alterem a sua função.

3| INTERIORES DIVISÓRIAS_PLACA DE GESSO CARTONADO LISO DO TIPO “KNAUF” OU EQUIVALENTE

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m²

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

-O fornecimento e assentamento da estrutura dupla de perfilados de chapa galvanizados;

- O fornecimento e assentamento das placas de gesso cartonado normal ou hidrófugo em zonas húmidas;

- Parafusos para a fixação da estrutura metálica em aço inox;

- Perfilados metálicos para remate de todos os ângulos salientes, topos, rasgos ou quaisquer arestas aparentes;

- Fornecimento e aplicação de isolamento acústico em placas de lã de rocha de 70Kg/m³;

- Fornecimento e aplicação de atenuadores acústicos em todas as ligações à estrutura ou elementos de alvenaria;

- Fornecimento e colocação de fitas de junta;

- Fornecimento e aplicação de massas de colagem e regularização;

- Tratamento de todas as juntas de modo a formarem plano com o restante teto;

- Barramento geral das superfícies de modo a garantir planos lisos e uniformes para pintar.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- As placas de gesso cartonado serão do tipo “knauf” ou equivalente, de 12.5mm de espessura, 1 por face, fixas para a estrutura metálica com parafusos da mesma marca.
- A estrutura será dupla, uma para cada face.
- O isolamento será contínuo.
- As juntas serão preenchidas com massas e fita de papel do sistema, não sendo admitida a utilização de produtos de marcas ou de sistemas diferentes.
- Nos remates, rasgos, ângulos salientes ou quaisquer arestas e ligações com outros elementos da construção serão utilizados perfilados em chapa zincada, do sistema.
- O barramento da superfície será executado na sua totalidade e não só nas juntas.
- Serão cumpridas todas as especificações do fabricante do sistema.
- Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.
- No caso de não existir DH ou ETA do sistema o dossier técnico deve ainda incluir documentação técnica dos vários componentes do sistema.
- A documentação dos componentes deve permitir avaliar também o aspeto visual (nomeadamente cor e textura) das opções de acabamento final.
- Caso o sistema proposto necessite de manutenção dentro do prazo de garantia (5 anos), os procedimentos de manutenção durante esse período serão da responsabilidade do fornecedor do sistema.

4| INTERIORES DIVISÓRIAS _PLACA DE GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO DO TIPO “KNAUF” OU EQUIVALENTE

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m²

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e assentamento da estrutura dupla de perfilados de chapa galvanizados;
- O fornecimento e assentamento das placas de gesso cartonado normal ou hidrófugo em zonas húmidas;
- Parafusos para a fixação da estrutura metálica em aço inox;
- Perfilados metálicos para remate de todos os ângulos salientes, topos, rasgos ou quaisquer arestas aparentes;
- Fornecimento e aplicação de isolamento acústico em placas de lã de rocha de 70Kg/m³;
- Fornecimento e aplicação de atenuadores acústicos em todas as ligações à estrutura ou elementos de alvenaria;
- Fornecimento e colocação de fitas de junta;
- Fornecimento e aplicação de massas de colagem e regularização;
- Tratamento de todas as juntas de modo a formarem plano com o restante teto;
- Barramento geral das superfícies de modo a garantir planos lisos e uniformes para pintar.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- As placas de gesso cartonado serão do tipo “knauf” ou equivalente, de 12.5mm de espessura, 1 por face, fixas para a estrutura metálica com parafusos da mesma marca.
- A estrutura será dupla, uma para cada face.
- O isolamento será contínuo.
- As juntas serão preenchidas com massas e fita de papel do sistema, não sendo admitida a utilização de produtos de marcas ou de sistemas diferentes.

-Nos remates, rasgos, ângulos salientes ou quaisquer arestas e ligações com outros elementos da construção serão utilizados perfilados em chapa zincada, do sistema.

-O barramento da superfície será executado na sua totalidade e não só nas juntas.

-Serão cumpridas todas as especificações do fabricante do sistema.

-Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

-No caso de não existir DH ou ETA do sistema o dossier técnico deve ainda incluir documentação técnica dos vários componentes do sistema.

-A documentação dos componentes deve permitir avaliar também o aspeto visual (nomeadamente cor e textura) das opções de acabamento final.

-Caso o sistema proposto necessite de manutenção dentro do prazo de garantia (5 anos), os procedimentos de manutenção durante esse período serão da responsabilidade do fornecedor do sistema.

5| INTERIORES PERIFÉRICAS_PLACA DE GESSO CARTONADO LISO DO TIPO “KNAUF” OU EQUIVALENTE

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m²

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e assentamento da estrutura dupla de perfilados de chapa galvanizados;

- O fornecimento e assentamento das placas de gesso cartonado normal ou hidrófugo em zonas húmidas;

- Parafusos para a fixação da estrutura metálica em aço inox;

- Perfilados metálicos para remate de todos os ângulos salientes, topos, rasgos ou quaisquer arestas aparentes;

- Fornecimento e aplicação de isolamento acústico em placas de lã de rocha de 70Kg/m³;
- Fornecimento e aplicação de atenuadores acústicos em todas as ligações à estrutura ou elementos de alvenaria;
- Fornecimento e colocação de fitas de junta;
- Fornecimento e aplicação de massas de colagem e regularização;
- Tratamento de todas as juntas de modo a formarem plano com o restante teto;
- Barramento geral das superfícies de modo a garantir planos lisos e uniformes para pintar.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- As placas de gesso cartonado serão do tipo “knauf” ou equivalente, de 12.5mm de espessura, 1 por face, fixas para a estrutura metálica com parafusos da mesma marca.
- A estrutura será dupla, uma para cada face.
- O isolamento será contínuo.
- As juntas serão preenchidas com massas e fita de papel do sistema, não sendo admitida a utilização de produtos de marcas ou de sistemas diferentes.
- Nos remates, rasgos, ângulos salientes ou quaisquer arestas e ligações com outros elementos da construção serão utilizados perfilados em chapa zincada, do sistema.
- O barramento da superfície será executado na sua totalidade e não só nas juntas.
- Serão cumpridas todas as especificações do fabricante do sistema.
- Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.
- No caso de não existir DH ou ETA do sistema o dossier técnico deve ainda incluir documentação técnica dos vários componentes do sistema.
- A documentação dos componentes deve permitir avaliar também o aspeto visual (nomeadamente cor e textura) das opções de acabamento final.

-Caso o sistema proposto necessite de manutenção dentro do prazo de garantia (5 anos), os procedimentos de manutenção durante esse período serão da responsabilidade do fornecedor do sistema.

3.3 ISOLAMENTOS

1| TÉRMICO INTERIOR_DAS PAREDES PERIFÉRICAS 40MM AGLOMERADO DE CORTIÇA

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento das placas.
- A ancoragem das placas por fixação mecânica.
- Todos os cortes e remates e acabamentos necessários.

Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

2| TÉRMICO INTERIOR_DE PAVIMENTOS, 40MM AGLOMERADO DE CORTIÇA

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento das placas.
- A ancoragem das placas por fixação mecânica.
- Todos os cortes e remates e acabamentos necessários.

Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

3| TÉRMICO ACÚSTICO_ DOS TETOS, 60MM LÃ DE ROCHA DE 80KH/M3

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento das placas.
- A ancoragem das placas por fixação mecânica.
- Todos os cortes e remates e acabamentos necessários.

Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto.

3.4 COBERTURAS

1| PLANA _ CAMADA DE ENCHIMENTO E REGULARIZAÇÃO

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m2

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e colocação da argamassa de inertes leves;
- Fornecimento e aplicação de armadura em malha sol AQ38;
- Filme de polietileno;
- O nivelamento da argamassa com régua vibratória.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- A argamassa será de cimento, areia fina e inertes leves;
- Os inertes a utilizar deverão ser certificados;
- A espessura média de colocação será de 7cm;
- A superfície deverá ficar perfeitamente desempenada;
- Antes da aplicação da argamassa será aplicado um filme de polietileno para proteger o isolamento térmico;
- O acabamento da superfície será liso de modo a não danificar as telas;
- Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização

2| PLANA _ BARREIRA PARA VAPOR

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m²

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e colocação da barreira pára vapor;
- A emenda por sobreposição.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- A barreira ao vapor será em filme tipo Sarnavap 2000E, da Sika, ou equivalente
- As emendas deverão ser feitas por sobreposição com o mínimo de 10cm unidas com fita adesiva tipo Sarnavap F tape, da Sika ou equivalente;
- Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

3| PLANA _ ISOLAMENTO TÉRMICO XPS

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m²

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, salientando-se:

- O fornecimento das placas de XPS;
- A ancoragem das placas por fixação mecânica;
- Todos os cortes e remates necessários.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- As placas terão a espessura de 80mm;
- Na ligação entre as placas quer seja no mesmo plano, quer em ângulos, terá que ser mantida a continuidade do isolamento e respetiva espessura;
- Devem ser cumpridas as Diretivas UEAtc relativas a suportes isolantes que componham sistemas de impermeabilização de coberturas, os Documento de Homologação do LNEC ou as Normas Europeias aplicáveis;
- Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

4| PLANA _ MANTA GEOTEXTIL

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m2

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento das mantas estipuladas no projeto;
- A ligação entre mantas por sobreposição;
- Todos os cortes e remates necessários.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- Na ligação entre as mantas será garantida uma sobreposição de 10cm;
- As mantas serão contínuas e dobrarão sobre as paredes até à face superior do revestimento;
- As mantas a aplicar serão do tipo “Impersep 150, da Imperialum” ou equivalente;
- Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

5| PLANA _ IMPERMEABILIZAÇÃO E REMATES

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m²

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento das telas de impermeabilização;
- A aplicação da impermeabilização de acordo com as especificações de certificação do produto;
- Os remates com paramentos verticais e juntas de dilatação;
- Todos os cortes e remates necessários.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- A membrana a aplicar será constituída por uma membrana sintética em Poliolefina flexível de muito alta qualidade do tipo Sarnafil TS 77- 15, da Sika, ou equivalente disposta em camada única, flutuante e soldada a ar quente nas juntas de sobreposição;
 - A membrana deverá satisfazer a documentação normativa europeia, nomeadamente o conjunto de normas específicas para as membranas sintéticas de impermeabilização EN 13956A;
 - A membrana deverá ser constituída por várias camadas em poliolefina. (TPO) duplamente reforçada com uma rede de poliéster de modo a oferecer uma elevada resistência à tração, e um véu de fibra de vidro para uma maior estabilidade dimensional;
 - Os rolos de membrana serão desenrolados de forma a ficarem alinhados entre si, garantindo uma sobreposição constante com um mínimo de 100mm nas respetivas juntas. Apenas as juntas que não abrigam fixações mecânicas no seu interior poderão ficar com uma sobreposição de 50mm;
- A impermeabilização fica flutuante sobre o isolamento térmico, sendo fixada ao suporte não só de acordo com o cálculo de densidade de fixação mecânica mas também em toda a periferia da cobertura e em redor de todos os elementos emergentes (sobre o ginásio). As restantes coberturas terão a impermeabilização assente sobre o enchimento/regularização, conforme pormenores construtivos;
- A densidade de fixação mecânica deve ser respeitada escrupulosamente em todas as juntas, de acordo com o plano informático de fixações fornecido pelo fornecedor, solicitado pela empresa aplicadora duas semanas antes do início dos trabalhos de impermeabilização;
 - A soldadura das juntas de sobreposição da membrana é executada utilizando uma máquina elétrica, debitando um jato plano de ar quente, a cerca de 280°C, sendo a zona aquecida pressionada dinamicamente com um rolo de pressão próprio para o efeito;
 - Em casos de interrupção da soldadura, o operário deverá puxar a membrana superior vigorosamente até atingir um ponto de soldadura completamente sã. O jacto de ar quente será colocado nesse ponto, retomando a soldadura.
 - As interrupções na soldadura devem ser reduzidas ao indispensável, minorando a probabilidade da ocorrência de erros. O operário soldador deverá trabalhar com a máquina de soldar automática com um avanço constante e controlado de modo a que a largura da faixa efetivamente soldada seja igual ou superior a 40mm;

- A soldadura das membranas e respetivos remates serão obrigatoriamente executadas por elementos de empresa reconhecida e aprovada pelo fornecedor para instalação dos sistemas, que possuindo capacidades e conhecimentos técnicos comprovados para tal;

- A qualidade da soldadura é verificada visualmente logo após a sua execução.

- A junta deverá posteriormente ser verificada manualmente utilizando uma chave de fendas ou ferramenta similar. Esta será passada ao longo de todas as soldaduras aplicando uma pressão lateral, fazendo com que penetre na junta ao passar sobre um ponto deficiente. Ao ser localizado qualquer ponto frágil na soldadura, este será imediatamente reabilitado com o jacto de ar quente e rolo de pressão;

- Depois de totalmente concluída a impermeabilização, poderá ser feito um ensaio de estanquidade da cobertura. Este ensaio consiste na colocação de uma lâmina de água com 50mm no ponto mais elevado, permanecendo assim durante 72 horas;

- Para melhor eficácia dos testes e diminuição das sobrecargas, a cobertura pode ser seccionada em áreas menores, criando pequenas represas, soldando bandas com 7cm da membrana de impermeabilização, apoiadas pelo exterior em barrote da madeira ou membrana corrente ao encontrar o paramento vertical, dobra a 90°, subindo cerca de 5cm. Esta membrana deve ser fixada mecanicamente ao suporte, junto ao paramento vertical em toda a periferia da cobertura;

- A fixação é executada soldando a membrana a um perfil quinado em L em chapa co laminada tipo Sarnafil T laminated Metal, da Sika ou equivalente, previamente fixado ao suporte. Alternativamente, pode ser colocada uma régua metálica tipo Sarnabar da Sika, ou equivalente sobre a membrana e fixada ao suporte, junto ao paramento vertical.

Poderá também ser colocada uma linha de fixações pontuais afastadas de 25cm com procedimento análogo.

- No paramento vertical é colada uma banda da membrana tipo Sarnafil TS 77-15, da Sika ou equivalente que subirá cerca de 20cm acima da cota de limpo prevista da cobertura. Será usada a cola tipo Sarnacol T660 da Sika ou equivalente.

- O limite superior da membrana será soldado a um perfil terminal em chapa co laminada tipo Sarnafil T laminated Metal, da Sika ou equivalente, já fixado mecanicamente ao paramento vertical. A parte inferior desta banda de membrana inflete para a horizontal, soldando a ar quente à membrana da

superfície corrente, ocultando assim a fixação periférica. Nos cantos internos e externos da cobertura o remate no encontro do paramento vertical com a superfície horizontal será reforçado com peças prefabricadas do tipo Sarnafil T-Corner 1 e Sarnafil T-Corner 2 da Sika ou equivalente. Posteriormente, o bordo superior do perfil terminal de remate em chapa co aminada tipo Sarnafil T laminated Metal, da Sika ou equivalente, selado com um cordão do mástique tipo Sarnaplast 2235, da Sika ou equivalente.

- Os perfis serão alinhados topo a topo deixando uma junta de dilatação de 3mm. Serão ligados entre si com um disco da membrana tipo Sarnafil T66-15 D, da Sika ou equivalente soldada à superfície de ambos.

- A membrana da superfície corrente dobra a 90° subindo cerca de 5cm junto à face do elemento emergente. Deverá ser aplicada uma fixação mecânica em toda a periferia do elemento emergente, observando o mesmo procedimento utilizado no remate aos paramentos verticais.

- A membrana de remate deverá subir, sendo aderida ao elemento emergente, rematando num perfil terminal em chapa co laminada tipo Sarnafil T laminated Metal, da Sika ou equivalente com o mesmo processo descrito no remate aos paramentos verticais.

- Os remates da superfície horizontal com os cantos dos elementos emergentes deverão ser reforçados, soldando sobre as zonas de remate peças prefabricadas tipo Sarnafil T-Corner, da Sika ou equivalente ou conforme a situação, discos de 20cm da membrana Sarnafil T66-15 D, da Sika ou equivalente.

- Os remates em elementos de secção reduzida como suportes de guardas, passa-cabos, etc. deverão ser executados utilizando as peças acessórias tipo Sarnafil T Pipe Flashing, ou Sarnafil T Post Flashing, da Sika ou equivalente, prefabricadas, nas versões Open ou Closed conforme a situação.

- No bordo superior será injetado o mástique tipo Sarnaplast da Sika ou equivalente entre a peça e o corpo do elemento emergente. Posteriormente será colocada uma abraçadeira metálica a 5mm do limite superior da peça, comprimindo o remate e o mástique, contra o elemento.

- O remate à saída de água será executado com a colocação de uma peça prefabricada do tipo T-Drain ou T-Scupper da Sika ou equivalente, no diâmetro adequado à situação. A peça será fixada mecanicamente ao suporte em 3-4 pontos conforme a respetiva geometria. Se a saída de água for lateral tipo 'tubo ladrão' a peça indicada será o T-Overflow ou equivalente.

- A membrana de impermeabilização corrente é interrompida sobre as juntas de dilatação terminando junto e alinhada com os respectivos bordos. A membrana é fixada mecanicamente ao suporte ao longo do bordo da junta com um perfil tipo Sarnabar ou equivalente, ou com fixações pontuais afastadas de 25cm. É indispensável a colocação de um cordão de preenchimento no interior da junta de dilatação. Posteriormente é soldada uma banda de membrana tipo Sarnafil T66-15 D, da Sika ou equivalente com uma largura que permita cobrir com alguma folga, o cordão de preenchimento e ambas as linhas de fixação nos bordos da junta, soldando à membrana corrente no exterior destas. A membrana não armada deverá soldar com uma sobreposição de 5cm à membrana corrente. Ao encontrar o paramento vertical, a membrana tipo Sarnafil T66-15 D, da Sika ou equivalente, subirá até ao limite superior da impermeabilização, onde soldará ao perfil em chapa co laminada tipo Sarnafil T laminated Metal, da Sika ou equivalente, previamente instalado.

- Os elementos de fixação mecânica deverão ser certificados e aprovados, sendo constituídos por um parafuso metálico concebido para fixar ao suporte em questão, ou elemento metálico penetrando por percussão. Cada fixação tem acessória uma anilha de repartição de esforços tipo Barbed Washer KT ou equivalente ou Barbed Washer KTL ou equivalente, retangular, com 80 x 40mm. As fixações deverão ser do tipo Sarnafast BD, Sarnafast SF, da Sika ou equivalente. As anilhas só são colocadas em fixações pontuais.

- Não serão usadas na fixação de perfis tipo Sarnafil T laminated Metal, Sarnabar ou equivalente ou outros elementos de fixação contínuos.

6| PLANA _ RUFOS EM ZINCO NAS PLATIBANDAS

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por ml_ As medições serão executadas segundo o eixo dos elementos (peça única oupeça e respetivo suporte).

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento dos elementos em zinco e dos acessórios de fixação;
- O assentamento, incluindo cortes, remates, soldaduras e vedações necessários.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- O zinco a utilizar deve ser o corrente, número 14 de 0.80mm de espessura, nunca um inferior;
- O zinco deve ser manipulado com certas precauções:
 - Evitar atirar as chapas ao chão;
 - Evitar deixa-las ou fazê-las deslizar sobre superfícies com saliências.
- As chapas e as bobinas devem ser transportadas e armazenadas em condições que as preservem da humidade;
- As chapas devem ser armazenadas sobre uma superfície limpa e não rugosa. As bobinas devem ser colocadas na vertical nas mesmas condições;
- Os traços devem ser feitos a lápis;
- As dobras mais resistentes são as feitas perpendicularmente ao sentido da laminagem embora as caleiras e guias verticais podem ser cortadas e quinadas segundo o comprimento da chapa;
- Com o tempo frio deve-se aquecer ligeiramente o zinco antes de trabalhar;
- Dado o poder de dilatação e contração do zinco todos os elementos devem imperativamente deixar ao metal a liberdade de dilatação e contração, podemos contar com uma oscilação máxima de 1 mm\1m;
- A soldadura é efetuada com a ajuda de um metal de adição constituído por uma liga chumbo-estanho;
- A liga deve ter uma percentagem de estanho igual ou superior a 33%;
- As zonas a soldar devem estar desengorduradas e limpas;
- O ácido clorídrico diluído em água é o decapante mais utilizado;
- O zinco utilizado deve respeitar as normas AFNOR A55201 e A55211 ou equivalentes a DIN 17770 e BS 6561;
- Não serão admitidas ancoragem com recurso a pregos ou parafusos.

7| INCLINADA _ TELHA TIPO ABA E CANUDO E ISOLAMENTO TÉRMICO 40MM

I - Unidade e critério de medição:

Medição por metro quadrado (m²) das áreas reais a revestir.

Medição por metro linear (ml) em cumeeiras, rincões, larós, beirados que constituam trabalho distinto do restante revestimento.

Medição por unidade (un) de passadeira, ventilador ou outras.

II - Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- O fornecimento da telha cerâmica e respetivos acessórios;
- A montagem de estrados e guardas de segurança necessários;
- A execução dos trabalhos preparatórios, incluindo limpeza do guarda pó de detritos e materiais sobrantes;
- O assentamento da telha incluindo os cortes e remates necessários e a aplicação dos respetivos acessórios;
- Os apoios de carpinteiro e de picheleiro necessário, em complemento das respetivas obras, durante a operação de telhagem;
- A limpeza final dos telhados, respetivas caleiras e terraços, de argamassas, detritos e materiais sobrantes.

III – Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- Nas proporções convenientes, serão intercaladas as necessárias telhas PASSADEIRAS e VENTILADORAS.
- Nos REMATES com chaminés, paredes guarda-fogo, caleiras e nos larós, serão utilizados rufos, abas, saias e fraldas em chapa de zinco n 12 ou folha de alumínio de 1,5mm que garantam a perfeita estanquicidade das coberturas.

3.5 REVESTIMENTOS

1| PAREDES EXTERIORES PREEXISTENTES_REBOCO COM ARGAMASSA À BASE DE CAL

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m²

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- Limpeza das superfícies antes da aplicação do reboco.
- Chapisco sempre que necessário.
- Reboco das paredes com argamassa de cimento e areia ao traço $\frac{1}{4}$, ou com argamassa de cimento e areia pré-preparada.
- Tratamento da superfície em função do acabamento a aplicar.
- Aditivo hidrófugo quando o reboco for aplicado em zonas húmidas.

III Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- O acabamento das paredes interiores será o indicado nas peças desenhadas.
- Antes de se executar o acabamento, as juntas das paredes em alvenaria serão fechadas.
- Nas zonas húmidas, a argamassa terá aditivo hidrófugo.
- Nas paredes a revestir o acabamento será talochado, perfeitamente desempenado.
- Nas paredes a pintar será aplicado esboço de estuque, liso.

- As superfícies de aplicação das argamassas das diferentes camadas deverão ser previamente bem limpas e bem molhadas, eliminando-se toda a argamassa ou leitada não aderentes, poeira ou quaisquer outras sujidades.
- O emboço de desempenho será feito por encasques sucessivos quando resultarem espessuras superiores a 3 cm; a sua espessura será no mínimo de 1,5 cm, mas sempre de forma que as juntas da alvenaria não fiquem aparentes.
- O reboco de paredes com argamassas de gesso para pintar deverá ser executado de acordo com as condições de certificação do produto e sistema, devendo as superfícies ficar perfeitamente lisas e desempenadas.
- Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

2| PAREDES EXTERIORES_COM REVESTIMENTO DE PEDRA COM FIXAÇÃO MECÂNICA

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m²

II - Descrição do artigo

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efectuar, os que abaixo se indicam:

- O fornecimento e grampeamento de placas de granito.
- O fornecimento e grampeamento de placas de granito em fixação de pedra na fachada.
- Os cortes e remates necessários.

III – Condições técnicas

Entre as várias condições a que deve obedecer o trabalho indicado neste artigo mencionam-se, como merecendo referência especial, as seguintes:

- A placagem será feita de acordo com os pormenores e constituído por placas de pedra de granito “amarelo real”, rijo, de primeira qualidade.

- O remate e as medidas das placas serão feitas conforme os desenhos.
- A placagem será constituída por pedras regulares com cerca de 0,80 x 0,36 x 0,03 m (variável em altura) para as placas em granito, conforme amostra a apresentar pelo Empreiteiro e a aprovar pela Fiscalização.
- A placa de granito será grampeada com o sistema tipo Halfen-Deha, utilizando vários tipos de grampos conforme cada alvenaria.
- As juntas das pedras deverão apresentar-se, no final, alinhadas verticalmente e horizontalmente, conforme os desenhos.
- As placas deverão ficar, com superfícies uniformes.

3| PAREDES INTERIORES PERIFÉRICAS_ REBOCO COM ARGAMASSA À BASE DE CAL

I - Unidade e critério de medição:

- Medição por m²

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- Limpeza das superfícies antes da aplicação do reboco.
- Chapisco sempre que necessário.
- Reboco das paredes com argamassa de cimento e areia ao traço 1/4, ou com argamassa de cimento e areia pré-preparada.
- Tratamento da superfície em função do acabamento a aplicar.
- Aditivo hidrófugo quando o reboco for aplicado em zonas húmidas.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- O acabamento das paredes interiores será o indicado nas peças desenhadas.
- Antes de se executar o acabamento, as juntas das paredes em alvenaria serão fechadas.
- Nas zonas húmidas, a argamassa terá aditivo hidrófugo.
- Nas paredes a revestir o acabamento será talochado, perfeitamente desempenado.
- Nas paredes a pintar será aplicado esboço de estuque, liso.
- As superfícies de aplicação das argamassas das diferentes camadas deverão ser previamente bem limpas e bem molhadas, eliminando-se toda a argamassa ou leitada não aderentes, poeira ou quaisquer outras sujidades.
- O emboço de desempenho será feito por encasques sucessivos quando resultarem espessuras superiores a 3 cm; a sua espessura será no mínimo de 1,5 cm, mas sempre de forma que as juntas da alvenaria não fiquem aparentes.
- O reboco de paredes com argamassas de gesso para pintar deverá ser executado de acordo com as condições de certificação do produto e sistema, devendo as superfícies ficar perfeitamente lisas e desempenadas.
- Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

4| PAREDES INTERIORES DIVISÓRIAS_ LAMBRIM EM MADEIRA DE CARVALHO

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m²

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- Limpeza das superfícies.
- Regularização do suporte.
- Fornecimento e aplicação dos lambrins.

- Fornecimento e espalhamento da cola.
- Raspagem e emaçamento.
- Lixagem e nivelamento das superfícies.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- Os lambris a aplicar terá as dimensões de 200x20mm e será de madeira de Carvalho Nacional.
- A madeira será bem seca, sem nós e de 1ª qualidade e fixa com cola do tipo “SikaBond – T52 FC” ou equivalente e pregada com prego zincado.
- Todos os lambrins serão afagados e preparados para receber o acabamento final a verniz aquoso.

5| PAREDES INTERIORES DIVISÓRIAS_ GRANITO PRETO

I - Unidade e critério de medição:

- Medição por m2

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos essenciais à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e assentamento do granito;
- O fornecimento e assentamento das proteções parietais;
- O fornecimento da cola cimentícia;
- A tomação das juntas;
- Os cortes e remates necessários e a limpeza das superfícies.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- O granito a empregar será granito preta polido, de cor preta e de dimensões de acordo com as plantas de trabalho”, ou equivalente, de primeira qualidade, de vidro perfeito e sem defeitos.
- O assentamento será feito sobre argamassa de cimento, cal e areia ao traço 1+3, sarrafada.
- O granito será assente peça-por-peça.
- Antes da aplicação, o mármore deverá permanecer pelo menos 4 horas dentro de água.
- No caso da largura do pano ou do lambril não corresponder a um número certo das placas, a localização dos cortes será submetida à aprovação dos projetistas.
- As juntas serão tomadas com massas pré-preparadas à cor.
- As proteções parietais serão realizadas com perfilados de alumínio anodizado à cor. Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

6| PAVIMENTOS_ GRANITO PRETO

I - Unidade e critério de medição:

- Medição por m²

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos essenciais à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e assentamento do granito;
- O fornecimento e assentamento das proteções parietais;
- O fornecimento da cola cimentícia;

- A tomação das juntas;
- Os cortes e remates necessários e a limpeza das superfícies.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- O granito a empregar será granito preta polido, de cor preta e de dimensões de acordo com as plantas de trabalho”, ou equivalente, de primeira qualidade, de vidro perfeito e sem defeitos.
- O assentamento será feito sobre argamassa de cimento, cal e areia ao traço 1+3, sarrafada.
- O granito será assente peça-por-peça.
- Antes da aplicação, o mármore deverá permanecer pelo menos 4 horas dentro de água.
- No caso da largura do pano ou do lambril não corresponder a um número certo das placas, a localização dos cortes será submetida à aprovação dos projetistas.
- As juntas serão tomadas com massas pré-preparadas à cor.
- As proteções parietais serão realizadas com perfilados de alumínio anodizado à cor. Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

7| PAVIMENTOS_ MADEIRA DE CARVALHO NACIONAL COM 25MM

I - Unidade e critério de medição:

- Medição por m2

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- Limpeza das superfícies.
- Regularização do suporte.
- Fornecimento e aplicação do soalho.
- Fornecimento e espalhamento da cola.
- Raspagem e emaçamento.
- Lixagem e nivelamento das superfícies.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- O soalho a aplicar terá as dimensões de 200x40mm e será de madeira de Carvalho Nacional.
- A madeira será bem seca, sem nós e de 1ª qualidade e fixa com cola do tipo “SikaBond – T52 FC” ou equivalente e pregada com prego zincado.
- As superfícies serão retificadas de modo a garantir um empeno máximo de 3mm sob uma régua de 3.0m
- Todos os pavimentos serão afagados e preparados para receber o acabamento final a verniz aquoso.

8| TETOS_ GESSO CARTONADO MICROPERFURADO PARA PINTAR

I - Unidade e critério de medição:

- Medição por m2

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e assentamento da estrutura de perfilados de chapa galvanizada;
- O fornecimento e assentamento das placas de gesso cartonado hidrófugo;
- Parafusos para a fixação da estrutura metálica em aço inox;

- Perfilados metálicos para remate de todos os ângulos salientes, topos, rasgos ou quaisquer arestas aparentes;
- Execução de todos os rasgos, furos e recaídas;
- Fornecimento e colocação de fitas de junta;
- Fornecimento e aplicação de massas de colagem e regularização;
- Tratamento de todas as juntas de modo a formarem plano com o teto;
- Barramento geral das superfícies de modo a garantir planos lisos e uniformes para pintar.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

-As placas de gesso cartonado serão do tipo “knauf”, ou equivalente, de 12.5mm de espessura, fixas para a estrutura metálica com parafusos da mesma marca.

-As juntas serão preenchidas com massas e fita de papel do sistema, não sendo admitida a utilização de produtos de marcas ou de sistemas diferentes.

-Nos remates, recaídas, rasgos, ângulos salientes ou quaisquer arestas e ligações com outros elementos da construção serão utilizados perfilados em chapa zincada, do sistema.

-O barramento da superfície será executado na sua totalidade e não só nas juntas.

Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

9| TETOS_ GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO PARA PINTAR

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m²

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- O fornecimento e assentamento da estrutura de perfilados de chapa galvanizada;
- O fornecimento e assentamento das placas de gesso cartonado hidrófugo;
- Parafusos para a fixação da estrutura metálica em aço inox;
- Perfilados metálicos para remate de todos os ângulos salientes, topos, rasgos ou quaisquer arestas aparentes;
- Execução de todos os rasgos, furos e recaídas;
- Fornecimento e colocação de fitas de junta;
- Fornecimento e aplicação de massas de colagem e regularização;
- Tratamento de todas as juntas de modo a formarem plano com o teto;
- Barramento geral das superfícies de modo a garantir planos lisos e uniformes para pintar.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto, entre as quais se menciona:

- As placas de gesso cartonado serão do tipo “knauf”, ou equivalente, de 12.5mm de espessura, fixas para a estrutura metálica com parafusos da mesma marca.
- As juntas serão preenchidas com massas e fita de papel do sistema, não sendo admitida a utilização de produtos de marcas ou de sistemas diferentes.
- Nos remates, recaídas, rasgos, ângulos salientes ou quaisquer arestas e ligações com outros elementos da construção serão utilizados perfilados em chapa zincada, do sistema.
- O barramento da superfície será executado na sua totalidade e não só nas juntas.
- Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

3.6 PINTURAS

1| PAREDES_ GESSO CARTONADO LISO

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m2

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- Limpeza e preparação das superfícies a pintar;
- Retoque das superfícies por emassamento;
- Fornecimento e aplicação de primário;
- O fornecimento e aplicação da tinta a duas demãos.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

- A pintura será executada sobre paredes lisas de gesso cartonado emassadas (o emassamento está medido no artigo do gesso cartonado).
- Antes do início da aplicação da pintura será executada uma limpeza geral de superfície de modo a remover poeiras aderentes às paredes.
- A cor da pintura será a cor à escolha do autor do projeto.
- Antes do início da aplicação da pintura será aplicado primário acrílico antialcalino branco de base aquosa, do tipo “Primário EP/GC 300, refª CIN 10-600” ou equivalente, na diluição indicada pelo fabricante.
- A tinta de acabamento será baseada numa dispersão aquosa de resina sintética pigmentada com dióxido de titânio rutilo, tipo “Cinacryl Mate, refª CIN 12-230 “ ou equivalente.

-A aplicação da tinta plástica será feita em duas demãos, na diluição indicada pelo fabricante.

-Após a aplicação a 1ª. Demão as superfícies serão retificadas por emassamento, se necessário.

O trabalho deverá ser efetuado por uma entidade especializada de reconhecida competência. O trabalho será realizado de acordo com as indicações do fornecedor do material.

-Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

O empreiteiro deverá executar uma amostra de 1x1m, para ser aprovada pelo autor do projeto. Só após a sua aprovação poder-se-á dar início aos trabalhos.

2| TETOS_ GESSO CARTONADO MICROPERFURADO

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m2

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

- Limpeza e preparação das superfícies a pintar;
- Retoque das superfícies por emassamento;
- Fornecimento e aplicação de primário;
- O fornecimento e aplicação da tinta a duas demãos.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

-A pintura será executada sobre paredes lisas de gesso cartonado emassadas (o emassamento está medido no artigo do gesso cartonado).

-Antes do início da aplicação da pintura será executada uma limpeza geral de superfície de modo a remover poeiras aderentes às paredes.

-A cor da pintura será a cor à escolha do autor do projeto.

-Antes do início da aplicação da pintura será aplicado primário acrílico antialcalino branco de base aquosa, do tipo “Primário EP/GC 300, refª CIN 10-600” ou equivalente, na diluição indicada pelo fabricante.

-A tinta de acabamento será baseada numa dispersão aquosa de resina sintética pigmentada com dióxido de titânio rutilo, tipo “Cinacryl Mate, refª CIN 12-230 “ ou equivalente.

-A aplicação da tinta plástica será feita em duas demãos, na diluição indicada pelo fabricante.

-Após a aplicação a 1ª. Demão as superfícies serão retificadas por emassamento, se necessário.

O trabalho deverá ser efetuado por uma entidade especializada de reconhecida competência. O trabalho será realizado de acordo com as indicações do fornecedor do material.

-Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

O empreiteiro deverá executar uma amostra de 1x1m, para ser aprovada pelo autor do projeto. Só após a sua aprovação poder-se-á dar início aos trabalhos.

3| TETOS_ GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m²

II - Descrição do artigo

O preço deste artigo será obtido pela composição do custo de todos os fornecimentos e trabalhos necessários à sua boa execução, dos quais se salientam:

-Limpeza e preparação das superfícies a pintar;

-Retoque das superfícies por emassamento;

- Fornecimento e aplicação de primário;
- O fornecimento e aplicação da tinta a duas demãos.

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

- A pintura será executada sobre paredes lisas de gesso cartonado emassadas (o emassamento está medido no artigo do gesso cartonado).
- Antes do início da aplicação da pintura será executada uma limpeza geral de superfície de modo a remover poeiras aderentes às paredes.
- A cor da pintura será a cor à escolha do autor do projeto.
- Antes do início da aplicação da pintura será aplicado primário acrílico antialcalino branco de base aquosa, do tipo “Primário EP/GC 300, refª CIN 10-600” ou equivalente, na diluição indicada pelo fabricante.
- A tinta de acabamento será baseada numa dispersão aquosa de resina sintética pigmentada com dióxido de titânio rutilo, tipo “Cinacryl Mate, refª CIN 12-230 “ ou equivalente.
- A aplicação da tinta plástica será feita em duas demãos, na diluição indicada pelo fabricante.
- Após a aplicação a 1ª. Demão as superfícies serão retificadas por emassamento, se necessário.
- O trabalho deverá ser efetuado por uma entidade especializada de reconhecida competência. O trabalho será realizado de acordo com as indicações do fornecedor do material.
- Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.
- O empreiteiro deverá executar uma amostra de 1x1m, para ser aprovada pelo autor do projeto. Só após a sua aprovação poder-se-á dar início aos trabalhos.

4| PAVIMENTOS_ ENVERNIZAMENTO SOALHO

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m2

II - Descrição do artigo

Encontram-se compreendidos no preço deste artigo todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se de entre os trabalhos e fornecimentos a efetuar, os que abaixo se indicam:

- A betumagem das superfícies a envernizar;
- A velatura do selante;
- O fornecimento e aplicação do verniz;
- O acabamento final dos pavimentos a envernizar.

III – Condições técnicas

Entre as várias condições, a que deve obedecer o trabalho indicado neste artigo mencionam-se, como merecendo referência especial, as seguintes:

-O trabalho começará pela raspagem e lixagem da madeira, seguido pela betumagem com massa formada com uma mistura de verniz e 15% a 20% da própria.

-Seguidamente deverá ser aplicado produto aquoso, baseado numa emulsão acrílica, com muito boas propriedades de enchimento de poros e lixagem, aplicado em uma ou duas demãos, tal qual o produto é fornecido.

-Finalmente o deverá ser aplicado verniz aquoso meio brilho tipo “DUROCIN 2K WB” ou equivalente, aplicado em três demãos com despolimento entre demãos com lixa de grão 220.

-Incluem-se as beneficiações que forem necessárias fazer para garantia do bom aspeto do envernizamento, se este for prejudicado pelo pessoal de outros trabalhos da obra.

-A raspagem e lixagem devem fazer-se, se possível, à máquina. Deverá utilizar-se lixa fina neste trabalho.

-O trabalho deverá ser efetuado por uma entidade especializada de reconhecida competência.

O trabalho será realizado de acordo com as indicações do fornecedor do material.

-Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

-O empreiteiro deverá executar uma amostra de 1x1m, para ser aprovada pelo autor do projeto. Só após a sua aprovação poder-se-á dar início aos trabalhos.

2.7 LOIÇAS SANITÁRIAS

1| LAVATÓRIO SUSPENSO_ “CORAL DA SANITANA” OU EQUIVALENTE

2| LAVATÓRIO SUSPENSO_ “MOBIL SANITANA” OU EQUIVALENTE

3| SANITA SUSPENSA_ “CORAL DA SANITANA” OU EQUIVALENTE

4| SANITA COMPACTA_ “MOBIL SANITANA” OU EQUIVALENTE

5| URINOL_ “CORAL DA SANITANA” OU EQUIVALENTE

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por un. (pronta, assente, acabada e a funcionar)

II - Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- Fornecimento e montagem dos equipamentos;
- Fornecimento e montagem de ferragem e acessórios;
- Execução de vedações, quando aplicável;
- Ligações às redes de águas e de esgotos, quando aplicável;
- Limpeza e teste de funcionamento

III – Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

-Os equipamentos sanitários serão do tipo descrito no mapa de medições e quantidades.

3.8 ACESSÓRIOS

1| MONOCOMANDO DE LAVATÓRIO_ COM SENSOR CAPACITIVO DO TIPO "BRUMA" OU EQUIVALENTE

2| SISTEMA DE DESCARGA_ COM FLUXÓMETRO, CONFORME PROJETO DE ESPECIALIDADES

3| SISTEMA DE DESCARGA_ SANITA DO TIPO "GEBERIT" OU EQUIVALENTE

4| PLACA DE COMANDO FRONTAL DE AUTOCLISMO_ ANTI-VANDALISMO DO TIPO "GEBERIT" OU EQUIVALENTE.

5| DISPENSADOR DE PAPEL/PAPELEIRA_ MEDICLINICS OU EQUIVALENTE COM FORRA E PAINEL FENÓLICO

6| DISPENSADOR DE PAPEL_AÇO INOX ESCOVADO DO TIPO "MEDICLINICS" OU EQUIVALENTE.

7| DISPENSADOR DE SABÃO LIQUIDO_AÇO INOX DO TIPO "BOBRICK" OU EQUIVALENTE.

8| PAPELEIRA APARENTE_ AÇO INOX DO TIPO MEDICLINICS

9| PORTA PIAÇABA_ FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO TIPO "BRUM SÉRIE BAIONETA REF.: 80001027" OU EQUIVALENTE, E TODOS OS TRABALHOS NECESSÁRIOS

10| PORTA-ROLOS_ FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO TIPO "PR-783 CS - MEDICLINICS" OU EQUIVALENTE, INCLUINDO TODOS OS TRABALHOS NECESSÁRIOS

11| SIFÃO_TIPO "BRUMA ELO" OU EQUIVALENTE.

12| ESPELHO ANTI HUMIDADE_ 6MM DE ESPESSURA

13| SIFÃO FLEXÍVEL_INSTALAÇÃO SANITÁRIA PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por un. (pronta, assente, acabada e a funcionar)

II - Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- Fornecimento e montagem dos acessórios
- Fornecimento e montagem de ferragem e acessórios
- Execução de vedações, quando aplicável
- Ligações às redes de águas e de esgotos, quando aplicável
- Limpeza e teste de funcionamento

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

-Os acessórios serão do tipo descrito no mapa de medições e quantidades.

14 |BARRAS DE APOIO_INSTALLAÇÕES SANITÁRIAS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA DO TIPO "JNF" OU EQUIVALENTE, UMA FIXA E UMA MÓVEL.**I - Unidade e critério de medição:**

-Medição por cj. (conjunto)

II- Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- Fornecimento e montagem dos acessórios;
- Fornecimento e montagem de ferragem e acessórios;
- Execução de vedações, quando aplicável;
- Ligações às redes de águas e de esgotos, quando aplicável;

- Limpeza e teste de funcionamento

III- Condições técnicas

Os trabalhos indicados neste artigo serão realizados de acordo com as normas de construção, normalização e especificações em vigor, obedecendo às condições técnicas do projeto e o mapa de acabamentos, entre as quais se menciona:

-Os acessórios serão do tipo descrito no mapa de medições e quantidades.

3.9 SERRALHARIAS

1| VÃOS EXTERIORES_ FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CAIXILHARA DE AÇO INOX

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por un. (pronta, acabada, assente e a funcionar)

II - Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- O fornecimento e assentamento de pré-aros, aros, batentes e todos os componentes fixos descritos no projeto, montados conforme especificações do fabricante do sistema, incluindo todos os acessórios de fixação;
- O fornecimento e montagem de folhas e caixilhos dos vãos descritos no projeto, executados conforme especificações do fabricante do sistema, incluindo todos os acessórios de montagem de componentes e montagem do conjunto especificados;
- O fornecimento e aplicação dos acessórios necessários à vedação estanquicidade da caixilharia conforme especificações do fabricante do sistema, compatíveis com o tipo e forma da envolvente dos vãos;
- O fornecimento e aplicação das ferragens adequadas ao sistema aplicadas conforme especificações do fabricante e respeitando as regras previstas no projeto para o funcionamento da caixilharia incluindo molas, puxadores, fechaduras e todos os acessórios indicados no projeto;
- O fornecimento e assentamento de vidros, com dimensões, tipo, propriedades e processos de aplicação descritos no projeto;
- O fornecimento e aplicação de borracha de espera (batente de proteção), em todas as peças móveis;
- A proteção do acabamento original dos vãos, por meio de filme plástico protetor ou qualquer outro expediente para o mesmo fim e todos os trabalhos acessórios descritos no projeto.

III – Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- A caixilharia, aros e ferragens serão executados de acordo com os mapas de vãos e desenhos de pormenor;

-Os perfilados de alumínio anodizado, integram obrigatoriamente sistema certificado de uso corrente no mercado (para garantia de manutenção) e deverão ser aplicados por casa especializada na aplicação deste tipo de trabalhos, de idoneidade comprovada;

-A caixilharia, bem como a correspondente ferragem e processos de aplicação, carecem da aprovação prévia do dono da obra;

-Deverá ter-se especial atenção à necessidade de se garantir a rigidez do conjunto e também à estanquicidade das caixilharias, assegurando o bom funcionamento das partes móveis. Assim, todos os ângulos e ligações serão cuidadosamente executados, utilizando nas assemblagens todo os acessórios especificados pelo fabricante do sistema, tendo acabamento perfeito e uniforme;

-As ferragens deverão ser robustas, de funcionamento eficiente e compatível com o esquema previsto no projeto, e as fixações aos perfis de alumínio deverão ser em aço inoxidável, ou outro material especificado pelo fabricante do sistema, tendo sempre em atenção a eliminação de fenómenos de corrosão electrolítica, provocados pelo contacto do alumínio com outros metais;

-A caixilharia deverá ser ligada às alvenarias ou betões por intermédio de parafusos em aço-inox ou qualquer outro material especificado pelo fabricante do sistema, tendo sempre em atenção e eliminação de fenómenos de corrosão electrolítica, provocados pelo contacto do alumínio com outros metais.

-A caixilharia será assente sobre cordão-vedante de secagem lenta, ou cordão de material expansivo, quimicamente compatível com o sistema, certificado por laboratório credenciado e aplicado de acordo com as instruções dos fabricantes respetivos.

-Os vãos serão do tipo “Cortizo série muro invertido trama vertical” ou equivalente. Só serão permitidos produtos certificados. Compete igualmente ao Empreiteiro o fornecimento de documentação técnica, para além da referida na certificação, para aprovação da fiscalização.

2| GRADES EXISTENTES_ RECUPERAÇÃO E COLOCAÇÃO DE GRADES EXISTENTES NOS MUROS ASSINALADOS NO PROJETO

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por m2

II - Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- O fornecimento e aplicação de todos os componentes descritos no projeto incluindo todos os acessórios especificados;
- Os cortes e remates necessários, incluindo entregas metálicas e fixações a montar nos elementos de apoio de guardas e escadas;
- Os reforços e bolachas de remate de prumos e escoras;
- A metalização de todos os elementos em ferro;
- O acabamento final, incluindo raspagem, lixagem, pintura e todos os trabalhos acessórios descritos no projeto.

III – Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como merecendo referência especial, as seguintes:

- Os nós, ângulos e ligações serão cuidadosamente executados de acordo com as melhores regras da arte, devendo ter acabamento perfeito e uniforme;
- As ligações à cantaria e alvenaria serão efetuadas por meio de chumbadores adequados;
- Todos os componentes em ferro e em aço, designadamente, perfis, parafusos, redes, etc., serão metalizados.
- A metalização só será efetuada depois de se realizarem as soldaduras necessárias à execução e montagem das guardas e escadas;
- A metalização a zinco deve ser realizada em peças decapadas a jacto de areia e de acordo com as normas técnicas em vigor, tendo a camada de metalização a espessura especificada no projeto;
- A galvanização por imersão em zinco fundido deve obedecer às prescrições das normas técnicas em vigor.

3.10 CARPINTARIAS

1| VÃOS EXTERIORES PREEXISTÊNCIA_ FORNECIMENTO E MONTAGEM CAIXILHARIA DE MADEIRA MACIÇA DE KAMBALA ESCURA OU EQUIVALENTE

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por un. (pronta, assente, acabada e a funcionar)

II - Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, saientando-se os abaixo indicados:

-O fornecimento e assentamento de pré-aros, aros, guarnições, batentes e todos os componentes fixos descritos no projeto incluindo todos os acessórios de fixação especificados;

-O fornecimento e assentamento de folhas e caixilhos dos vãos;

-O fornecimento e aplicação de ferragens, incluindo dobradiças fichas, molas, puxadores, fechaduras e todos os acessórios descritos no projeto;

-O fornecimento e assentamento de vidros, com dimensões, tipo, propriedades e processos de aplicação descritos no projeto;

-O fornecimento e aplicação de borracha de espera (batente de proteção), em todas as peças móveis;

-A afinação de folgas, do movimento das folhas e bom funcionamento das ferragens;

-O acabamento final dos vãos, incluindo raspagem, passagem à lixa, pintura ou envernizamento e todos os trabalhos acessórios descritos no projeto;

- A verificação final do bom funcionamento do conjunto.

III – Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- Todas as peças de madeira, de qualidade atacável por fungos ou insetos, serão tratadas em autoclave com produto preservante à prova destes (fungos e insetos), por processo certificado por laboratório credenciado;
- As ligações e samblagens serão perfeitamente executadas, segundo as melhores regras da arte; as esquadrias serão perfeitas e as folgas reduzidas ao mínimo, de modo a assegurarem um rigoroso ajustamento das peças e a garantirem a defesa contra a penetração dos agentes atmosféricos;
- Todas as madeiras serão bem aparelhadas, não sendo permitidas quaisquer emendas ou preenchimento de defeitos a betume ou massa que prejudiquem o futuro comportamento das caixilharias;
- Os aros e aduelas serão fixos às alvenarias por intermédio de tacos de castanho ou de madeira exótica dura, ou por outro sistema homologado por laboratório credenciado, e parafusos com cabeça protegida com buchas de madeira da mesma natureza do vão. Quando fiquem sobre elementos de betão, a sua fixação far-se-á, diretamente, por buchas de plástico e parafuso;
- O espaçamento das fixações será sempre de acordo com as necessidades, mas nunca superior a 0,85m; nas peças a fixar, haverá sempre pelo menos dois pontos de fixação por verga ou peitoril e três pontos por ombreira;
- Nos vãos exteriores, as juntas de ligação do vão com os elementos envolventes serão vedadas por intermédio mástique elástico, imputrescível e duradouro, que tome por completo as folgas existentes; no miolo das juntas de ligação de vãos a elementos de betão à vista, serão introduzidas fitas de material vedante adequado de comprovada eficácia e durabilidade, homologado por laboratório credenciado;
- As superfícies de madeira à vista serão assentes protegidas com primário adequado e, antes do acabamento final, serão bem limpas de incrustações de argamassas e passadas à lixa;
- A execução de folheados em madeira ou termolaminado deve ser efetuada por colagem com cola apropriada e à prova de água, com prensagem mecânica, ficando o trabalho impecável e sem qualquer ondulação que prejudique o seu aspeto. a aderência do folheado ou termolaminado ao seu suporte, especialmente nos seus bordos, deverá ser total.

2| VÃOS INTERIORES_FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VÃOS INTERIORES DE MADEIRA

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por un. (pronta, assente, acabada e a funcionar)

II - Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

- O fornecimento e assentamento de pré-aros, aros, guarnições, batentes e todos os componentes fixos descritos no projeto incluindo todos os acessórios de fixação especificados;
- O fornecimento e assentamento de folhas e caixilhos dos vãos;
- O fornecimento e aplicação de ferragens, incluindo dobradiças fichas, molas, puxadores, fechaduras e todos os acessórios descritos no projeto;
- O fornecimento e assentamento de vidros, com dimensões, tipo, propriedades e processos de aplicação descritos no projeto;
- O fornecimento e aplicação de borracha de espera (batente de proteção), em todas as peças móveis;
- A afinação de folgas, do movimento das folhas e bom funcionamento das ferragens;
- O acabamento final dos vãos, incluindo raspagem, passagem à lixa, pintura ou envernizamento e todos os trabalhos acessórios descritos no projeto;
- A verificação final do bom funcionamento do conjunto.

III – Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- Todas as peças de madeira, de qualidade atacável por fungos ou insetos, serão tratadas em autoclave com produto preservante à prova destes (fungos e insetos), por processo certificado por laboratório credenciado;
- As ligações e samblagens serão perfeitamente executadas, segundo as melhores regras da arte; as esquadrias serão perfeitas e as folgas reduzidas ao mínimo, de modo a assegurarem um rigoroso ajustamento das peças e a garantirem a defesa contra a penetração dos agentes atmosféricos;

-Todas as madeiras serão bem aparelhadas, não sendo permitidas quaisquer emendas ou preenchimento de defeitos a betume ou massa que prejudiquem o futuro comportamento das caixilharias;

-Os aros e aduelas serão fixos às alvenarias por intermédio de tacos de castanho ou de madeira exótica dura, ou por outro sistema homologado por laboratório credenciado, e parafusos com cabeça protegida com buchas de madeira da mesma natureza do vão. Quando fiquem sobre elementos de betão, a sua fixação far-se-á, diretamente, por buchas de plástico e parafuso;

-O espaçamento das fixações será sempre de acordo com as necessidades, mas nunca superior a 0,85m; nas peças a fixar, haverá sempre pelo menos dois pontos de fixação por verga ou peitoril e três pontos por ombreira;

-Nos vãos exteriores, as juntas de ligação do vão com os elementos envolventes serão vedadas por intermédio mástique elástico, imputrescível e duradouro, que tome por completo as folgas existentes; no miolo das juntas de ligação de vãos a elementos de betão à vista, serão introduzidas fitas de material vedante adequado de comprovada eficácia e durabilidade, homologado por laboratório credenciado;

-As superfícies de madeira à vista serão assentes protegidas com primário adequado e, antes do acabamento final, serão bem limpas de incrustações de argamassas e passadas à lixa;

-A execução de folheados em madeira ou termolaminado deve ser efetuada por colagem com cola apropriada e à prova de água, com prensagem mecânica, ficando o trabalho impecável e sem qualquer ondulação que prejudique o seu aspeto. a aderência do folheado ou termolaminado ao seu suporte, especialmente nos seus bordos, deverá ser total.

3.11 MOBILIÁRIO

1| MESAS_ FORNECIMENTO E MONTAGEM MESAS DE MADEIRA

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por un. (pronta, assente, acabada, e a funcionar)

II - Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

Fornecimento e montagem de mesas e bancos em mdf folheado a madeira tola e madeira maciça, incluindo ferragens e perfis em aço de fixação à parede, com todos os trabalhos necessários.

- O fornecimento e assentamento de régua mestras e tacos para fixação dos elementos do equipamento fixo;
- O fornecimento e assentamento dos componentes do equipamento fixo, executados e aplicados conforme as especificações do projeto e segundo as melhores regras da arte;
- O fornecimento e aplicação de todas as partes metálicas, ferragens, materiais de revestimento e acessórios, especificados no projeto como parte integrante do equipamento fixo;
- O acabamento final de todos os componentes, incluindo trabalhos acessórios, conforme especificado no projeto;
- A proteção das peças acabadas, evitando-se a sua deterioração durante a execução de trabalhos a jusante.

III – Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- Todas as peças de madeira, de qualidade atacável por fungos ou insetos, serão tratadas em autoclave com produto preservante à prova destes (fungos e insetos), por processo certificado por laboratório credenciado;

- As ligações e samblagens serão perfeitamente executadas, segundo as melhores regras da arte. As esquadrias serão perfeitas e as folgas reduzidas ao mínimo, de modo a assegurarem um rigoroso ajustamento das peças;
- Todas as madeiras serão bem aparelhadas, não sendo permitidas quaisquer emendas ou preenchimento de defeitos a betume ou massa que prejudiquem o seu aspeto e futuro comportamento;
- A execução de folheados em madeira ou termolaminado deve ser efetuada por colagem com cola apropriada e à prova de água, com prensagem mecânica, ficando o trabalho impecável e sem qualquer ondulação que prejudique o seu aspeto. a aderência do folheado ou termolaminado ao seu suporte, especialmente nos seus bordos,deverá ser total;
- As ligações às componentes metálicas serão ensaiadas conforme descrito no projeto e corrigidas após execução de modelo;
- De todas as ferragens e acessórios necessários ao bom funcionamento dos elementos do equipamento fixo, será apresentado um exemplar, para aprovação, antecedendo qualquer aplicação;
- De todos os materiais de revestimento e acabamento será apresentada uma amostra, para aprovação, antecedendo qualquer aplicação.

2| CADEIRAS_ FORNECIMENTO E MONTAGEM CADEIRAS DE MADEIRA

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por un. (pronta, assente, acabada, e a funcionar)

II - Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

Fornecimento e montagem de mesas e bancos em mdf folheado a madeira tola e madeira maciça, incluindo ferragens e perfis em aço de fixação à parede, com todos os trabalhos necessários.

- O fornecimento e assentamento de réguas mestras e tacos para fixação dos elementos do equipamento fixo;

- O fornecimento e assentamento dos componentes do equipamento fixo, executados e aplicados conforme as especificações do projeto e segundo as melhores regras da arte;
- O fornecimento e aplicação de todas as partes metálicas, ferragens, materiais de revestimento e acessórios, especificados no projeto como parte integrante do equipamento fixo;
- O acabamento final de todos os componentes, incluindo trabalhos acessórios, conforme especificado no projeto;
- A proteção das peças acabadas, evitando-se a sua deterioração durante a execução de trabalhos a jusante.

III – Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- Todas as peças de madeira, de qualidade atacável por fungos ou insetos, serão tratadas em autoclave com produto preservante à prova destes (fungos e insetos), por processo certificado por laboratório credenciado;
- As ligações e samblagens serão perfeitamente executadas, segundo as melhores regras da arte. As esquadrias serão perfeitas e as folgas reduzidas ao mínimo, de modo a assegurarem um rigoroso ajustamento das peças;
- Todas as madeiras serão bem aparelhadas, não sendo permitidas quaisquer emendas ou preenchimento de defeitos a betume ou massa que prejudiquem o seu aspeto e futuro comportamento;
- A execução de folheados em madeira ou termolaminado deve ser efetuada por colagem com cola apropriada e à prova de água, com prensagem mecânica, ficando o trabalho impecável e sem qualquer ondulação que prejudique o seu aspeto. a aderência do folheado ou termolaminado ao seu suporte, especialmente nos seus bordos,deverá ser total;
- As ligações às componentes metálicas serão ensaiadas conforme descrito no projeto e corrigidas após execução de modelo;
- De todas as ferragens e acessórios necessários ao bom funcionamento dos elementos do equipamento fixo, será apresentado um exemplar, para aprovação, antecedendo qualquer aplicação;
- De todos os materiais de revestimento e acabamento será apresentada uma amostra, para aprovação, antecedendo qualquer aplicação.

3| ARMÁRIOS_ FORNECIMENTO E MONTAGEM ARMÁRIOS DE MADEIRA

I - Unidade e critério de medição:

-Medição por un. (pronta, assente, acabada, e a funcionar)

II - Descrição do artigo

Refere a todos os trabalhos e fornecimentos necessários à sua boa execução e aplicação, salientando-se os abaixo indicados:

Fornecimento e montagem de mesas e bancos em mdf folheado a madeira tola e madeira maciça, incluindo ferragens e perfis em aço de fixação à parede, com todos os trabalhos necessários.

- O fornecimento e assentamento de réguas mestras e tacos para fixação dos elementos do equipamento fixo;
- O fornecimento e assentamento dos componentes do equipamento fixo, executados e aplicados conforme as especificações do projeto e segundo as melhores regras da arte;
- O fornecimento e aplicação de todas as partes metálicas, ferragens, materiais de revestimento e acessórios, especificados no projeto como parte integrante do equipamento fixo;
- O acabamento final de todos os componentes, incluindo trabalhos acessórios, conforme especificado no projeto;
- A proteção das peças acabadas, evitando-se a sua deterioração durante a execução de trabalhos a jusante.

III – Condições técnicas

Entre as condições a que deve obedecer o trabalho referido neste artigo, mencionam-se, como referência especial, as seguintes:

- Todas as peças de madeira, de qualidade atacável por fungos ou insetos, serão tratadas em autoclave com produto preservante à prova destes (fungos e insetos), por processo certificado por laboratório credenciado;
- As ligações e samblagens serão perfeitamente executadas, segundo as melhores regras da arte. As esquadrias serão perfeitas e as folgas reduzidas ao mínimo, de modo a assegurarem um rigoroso ajustamento das peças;

- Todas as madeiras serão bem aparelhadas, não sendo permitidas quaisquer emendas ou preenchimento de defeitos a betume ou massa que prejudiquem o seu aspeto e futuro comportamento;
- A execução de folheados em madeira ou termolaminado deve ser efetuada por colagem com cola apropriada e à prova de água, com prensagem mecânica, ficando o trabalho impecável e sem qualquer ondulação que prejudique o seu aspeto. a aderência do folheado ou termolaminado ao seu suporte, especialmente nos seus bordos,deverá ser total;
- As ligações às componentes metálicas serão ensaiadas conforme descrito no projeto e corrigidas após execução de modelo;
- De todas as ferragens e acessórios necessários ao bom funcionamento dos elementos do equipamento fixo, será apresentado um exemplar, para aprovação, antecedendo qualquer aplicação;
- De todos os materiais de revestimento e acabamento será apresentada uma amostra, para aprovação, antecedendo qualquer aplicação.

3.12 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em todos os artigos onde estão indicadas marcas de materiais ou produtos devem estas ser lidas acompanhadas da menção "ou equivalente" estando a entidade adjudicante obrigada a dar cumprimento ao estabelecido no nº 4 do Artº 49 do Código dos Contractos Públicos, anexo ao DL 18/2008, de 29 de Janeiro.

PARTE IV | MAPA DE MEDIÇÕES/
QUANTIDADES/ ORÇAMENTO

Art.	Descrição dos trabalhos	Qty	Un	Preços		
				Unitários (€)	Parciais (€)	Totais (€)
2.1	TRABALHOS PREPARATÓRIOS					
1	ESCAVAÇÃO GERAL. Escavações necessárias, qualquer que seja a natureza do terreno	1	vg	64 500.00	64 500.00	64 500.00
2	DEMOLIÇÕES. Demolição das construções existentes no terreno, remoção das fundações, demolição de muros ou de quaisquer outros elementos, posterior carga, transporte, descarga e depósito dos resíduos a destino autorizado e eventuais taxas de deposição por descarga, e no final aterro dos vazios remanescentes com material proveniente das escavações em obra.	1	vg	9 000.00	9 000.00	9 000.00
3	ABATE E REMOÇÃO DE ÁRVORES .Abate de árvores, arranque das raízes e remoção das caldeiras. Aterro dos vazios remanescentes com material proveniente das escavações em obra. Carga, transporte, descarga e depósito dos resíduos a destino autorizado e eventuais taxas de deposição por descarga.	1	vg	800.00	800.00	800.00
4	MONTAGEM, UTILIZAÇÃO E DESMONTAGEM DO ESTALEIRO. Trabalhos e fornecimentos a executar: Instalações para o pessoal de acordo com a legislação em vigor. Instalações para a fiscalização equipadas. Fornecimento e montagem de 4 placas publicitárias. Redes provisórias de eletricidade, água potável e esgotos, ligado às redes públicas de eletricidade, abastecimento de água e saneamento incluindo os custos de instalação e consumos. Vedação do estaleiro com chapa metálica. Gestão todos os equipamentos a utilizar em obra.	1	vg	45 000.00	45 000.00	45 000.00
5	VEDAÇÃO DO LOCAL DA OBRA. O local da obra será vedado por rede ou chapa metálica intransponível a pessoas estranhas à obra; A barreira visual será tela de malha plástica (rede verde); Os acessos ao estaleiro deverão ser dotados de chave e assinalados, controlados e condicionados. As visitas deverão ser sempre acompanhadas e equipadas com os EPI.	1	vg	27 000.00	27 000.00	27 000.00
6	IMPLEMENTAÇÃO EM OBRA DO PSS. Implementação em obra do Plano de Segurança e saúde	1	vg	8 000.00	8 000.00	8 000.00
7	IMPLEMENTAÇÃO EM OBRA DO PPGRCD Implementação em obra do Plano de Prevenção e Gestão dos Resíduos da Construção e Demolição no cumprimento da lei.	1	vg	21 000.00	21 000.00	21 000.00
8	EXECUÇÃO DE TELAS FINAIS DE TODAS AS REDES E INFRAESTRUTURAS. Desenho de telas finais de Arquitectura e Especialidades	1	vg	12 000.00	12 000.00	12 000.00
9	LIMPEZA GERAL DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO DE ESTALEIRO. Limpeza geral da área da obra, da área envolvente bem como de outras áreas das quais se tenham mantido servidão durante a execução dos trabalhos. Limpeza geral do estaleiro.	1	vg	8 750.00	8 750.00	8 750.00
10	LIMPEZA GERAL DO EDIFÍCIO APÓS A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS. Limpeza geral do exterior e interior do edifício, incluindo a limpeza e impermeabilização de pedras naturais.	1	vg	2 900.00	2 900.00	2 900.00
TOTAL						198 950.00

Art.	Descrição dos trabalhos	Qnt	Un	Preços		
				Unitários(€)	Parciais(€)	Totais(€)
2.2	PAREDES					
1	EXTERIORES_AUTOPORTANTES EM BETÃO ARMADO. Fornecimento e aplicação de parede autoportante em betão armado com 25cm de espessura, sendo utilizado o Aço A500 e o Betão C20/25(B25).	1352.00	m2	95.00	128 500.00	128 500.00
2	EXTERIORES_PREEXISTENTES DE PEDRA	-	-	-	-	-
3	INTERIORES DISVISÓRIAS_PLACA DE GESSO CARTONADO LISO DO TIPO "KNAUF" OU EQUIVALENTE. Paredes Interiores Divisórias – Fornecimento e aplicação de parede em Pladur BA13(placa dupla) que inclui a estrutura metálica de fixação, lã de rocha de 80kg/m3 e emassamento com massa do tipo Altek, para pintura G.C.S.	430.00	m2	35.00	15 000.00	15 000.00
4	INTERIORES DIVISÓRIAS_PLACA DE GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO DO TIPO "KNAUF" OU EQUIVALENTE. Paredes Interiores Divisórias – Fornecimento e aplicação de parede em Pladur BA13(placa dupla) que inclui a estrutura metálica de fixação, lã de rocha de 80kg/m3 e emassamento com massa do tipo Altek, para pintura G.C.S.	190.00	m2	38.00	7200.00	7200.00
5	INTERIORES PERIFÉRICAS_PLACA DE GESSO CARTONADO LISO DO TIPO "KNAUF" OU EQUIVALENTE. Paredes Interiores Divisórias – Fornecimento e aplicação de parede em Pladur BA13(placa dupla) que inclui a estrutura metálica de fixação, lã de rocha de 80kg/m3 e emassamento com massa do tipo Altek, para pintura G.C.S.	1 020.00	m2	29.75	30 420.00	30 420.00
					TOTAL	181 120.00

Art.	Descrição dos trabalhos	Qty	Un	Preços		
				Unitários(€)	Parciais(€)	Totais(€)
2.3	ISOLAMENTOS					
1	TÉRMICO INTERIOR DAS PAREDES PERIFÉRICAS 40MM AGLOMERADO DE CORTIÇA. Fornecimento e aplicação de isolamento Térmico tipo Floormate ou equivalente com 40mm em tetos incluindo as placas e sua fixação de acordo com o caderno de encargos.	1 100.00	m2	19.85	22 000.00	22 000.00
2	TÉRMICO INTERIOR DE PAVIMENTOS, 40MM AGLOMERADO DE CORTIÇA. Fornecimento e aplicação de isolamento térmico com 40mm em cortiça negra ou equivalente conforme projecto, incluindo ligações entre placas e todos os cortes necessários, de acordo com o caderno de encargos.	1 040.00	m2	19.85	20 700.00	20 700.00
3	TÉRMICO ACÚSTICO DOS TETOS, 60MM LÃ DE ROCHA DE 80KH/M3. Fornecimento e aplicação de isolamento natural em placas de lã de rocha de 80kg/m3 com 60mm em tetos incluindo as placas e sua fixação, de acordo com o caderno de encargos.	1 000.00	m2	17.65	17 650.00	17 650.00
TOTAL						60 350.00

Art.	Descrição dos trabalhos	Qty	Un	Preços		
				Unitários(€)	Parciais(€)	Totais(€)
2.4	COBERTURA					
1	COBERTURA PLANA. Cobertura plana, constituída por barreira para vapor, isolamento térmico 40mm, camada de forma para fazer as pendentes, tela de impermeabilização, isolamento térmico 40mm, manta geotextil, manta PEAD, barotes de Fixação e revestimento a camarinha de zinco agrafado, de acordo com o caderno de encargos.	770.00	m2	55.00	84 300.00	84 300.00
2	COBERTURA INCLINADA. Cobertura inclinada sobre estrutura de betão armado existente, com forro de painéis osb 22mm, isolamento térmico 40mm, ripa em madeira, e telha cerâmica tipo aba e canudo ou equivalente de acordo com o caderno de encargos.	540.00	m2	49.00	26 460.00	26 460.00
TOTAL						110 760.00

A.	Descrição dos trabalhos	Qnt	Un	Preços		
				Unitários(€)	Parciais(€)	Totais(€)
25	REVESTIMENTOS					
1	PAREDES EXTERIORES PREEXISTENTES _REBOCO COM ARGAMASSA À BASE DE CAL. Limpeza das superfícies antes da aplicação, fornecimento e aplicação de chapisco quando necessário, reboco com argamassa de cal e areia ao traço 1/4 ou de cimento prépreparada, tratamento da superfície em função do acabamento, e aditivo hidrófugo quando o reboco for aplicado em zonas húmidas.	530.00	m2	16.00	8 480.00	8 480.00
2	PAREDES EXTERIORES_ COM REVESTIMENTO DE PEDRA COM FIXAÇÃO MECÂNICA. Revestimento de fachadas a placas de granito de 30mm de espessura, conforme caderno de encargos e peças desenhadas	260.00	m2	173.00	44 980.00	44 980.00
3	PAREDES INTERIORES PERIFÉRICAS _REBOCO COM ARGAMASSA À BASE DE CAL. Limpeza das superfícies antes da aplicação, fornecimento e aplicação de chapisco quando necessário, reboco com argamassa de cal e areia ao traço ¼ ou de cimento prépreparada, tratamento da superfície em função do acabamento, e aditivo hidrófugo quando o reboco for aplicado em zonas húmidas.	500.00	m2	12.00	6 000.00	6 000.00
4	PAREDES INTERIORES DIVISÓRIAS_LAMBRIM EM MADEIRA DE CARVALHO. Fornecimento e montagem de lambrins em contraplacado de de carvalho, com 20mm de espessura e 170 cm de altura para revestimento de paredes interiores, incluindo estrutura oculta de apoio e fixação às paredes em peças de madeira de carvalho premunizado e todos os acessórios necessários à sua fixação, de acordo com as peças desenhadas e o caderno de encargos.	1 090.00	m2	12.80	13 952.00	13.952.00
5	PAREDES INTERIORES DIVISÓRIAS_ GRANITO PRETO. Fornecimento e aplicação de granito preto polido em paredes de casas de banho conforme esterotomia, de acordo com as peças desenhadas e o caderno de encargos.	190.00	m2	100.00	19 000.00	19 000.00
6	PAVIMENTOS_ GRANITO PRETO. Fornecimento e aplicação de granito preto polido em paredes de casas de banho conforme esterotomia, de acordo com as peças desenhadas e o caderno de encargos.	40.20	M2	100.00	4 000.00	4 000.00
7	PAVIMENTOS_ MADEIRA DE CARVALHO NACIONAL COM 25MM. Fornecimento e assentamento de estrutura e soalho em madeira de pinho com tabuas de 200x40mm de espessura. Polimento geral das superfícies	800.00	m2	125.00	100.000.00	100.000.00
8	TETOS_GESSO CARTONADO MICROPERFURADO PARA PINTAR. Fornecimento e assentamento da estrutura, fixações, placas de gesso cartonado microperfurado, massas de colagem e regularização, tratamento das juntas e barramento geral das superfícies para pintura posterior.	800.00	m2	29.00	23 200.00	23 200.00
9	TETOS_GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO PARA PINTAR. Fornecimento e assentamento da estrutura, fixações, placas de gesso cartonado hidrófugo, massas de colagem e regularização, tratamento das juntas e barramento geral das superfícies para pintura posterior.	40.00	m2	30.85	1 234.00	1 234.00
TOTAL						251 646.00

Art.	Descrição dos trabalhos	Qty	Un	Preços		
				Unitários(€)	Parciais(€)	Totais(€)
2.6	PINTURAS					
1	PAREDES_ GESSO CARTONADO LISO. Limpeza e preparação das superfícies a pintar, retoques em emassamento, fornecimento e aplicação de primário, fornecimento e aplicação de tinta a duas demãos.	1 450.00	m2	11.30	16 385.00	16 385.00
2	TETOS_ GESSO CARTONADO MICROPERFURADO. Limpeza e preparação das superfícies a pintar, retoques em emassamento, fornecimento e aplicação de primário, fornecimento e aplicação de tinta a duas demãos.	800.00	m2	11.30	90.040.00	90 040.00
3	TETOS_ GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO. Limpeza e preparação das superfícies a pintar, retoques em emassamento, fornecimento e aplicação de primário, fornecimento e aplicação de tinta a duas demãos.	40.00	m2	12.30	492.00	492.00
4	PAVIMENTOS_ ENVERNIZAMENTO SOALHO. Limpeza e preparação das superfícies a pintar, lixagem de superfícies, fornecimento e aplicação de primário, fornecimento e aplicação de verniz.	800.00	m2	20.00	16 000.00	16 000.00
TOTAL						41 917.00

Art.	Descrição dos trabalhos	Qty	Un	Preços		
				Unitários(€)	Parciais(€)	Totais(€)
2.7	LOUÇAS SANITÁRIAS					
1	LAVATÓRIO SUSPENSO_ "CORAL DA SANITANA" OU EQUIVALENTE. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	2.00	un	240.00	480.00	480.00
2	LAVATÓRIO SUSPENSO_ "MOBIL SANITANA" OU EQUIVALENTE. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	7.00	un	285.50	1 998.50	1 998.50
3	SANITA SUSPENSA_ "CORAL DA SANITANA" OU EQUIVALENTE. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	2.00	un	543.50	1 087.00	1 087.00
4	SANITA COMPACTA_ "MOBIL SANITANA" OU EQUIVALENTE. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	7.00	un	478.00	3 346.00	3 346.00
5	URINOL "CORAL DA SANITANA" OU EQUIVALENTE. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	2.00	un	295.00	590.00	590.00
TOTAL						7 501.50

Art.	Descrição dos trabalhos	Qnt	Un	Preços		
				Unitários(€)	Parciais(€)	Totais(€)
2.8	ACESSÓRIOS					
1	MONOCOMANDO DE LAVATÓRIO_ COM SENSOR CAPACITIVO DO TIPO "BRUMA" OU EQUIVALENTE. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	9.00	un	180.00	1 620.00	1 620.00
2	SISTEMA DE DESCARGA_ COM FLUXÓMETRO, CONFORME PROJETO DE ESPECIALIDADES. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	9.00	un	35.00	315.00	315.00
3	SISTEMA DE DESCARGA_ SANITA DO TIPO "GEBERIT" OU EQUIVALENTE. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	9.00	un	32.00	288.00	288.00
4	PLACA DE COMANDO FRONTAL DE AUTOCLISMO_ ANTI-VANDALISMO DO TIPO "GEBERIT" OU EQUIVALENTE. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	9.00	un	30.00	270.00	270.00
5	DISPENSADOR DE PAPEL/PAPELEIRA_ MEDICLINICS OU EQUIVALENTE COM FORRA E PAINEL FENÓLICO. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	9.00	un	75.00	675.00	675.00
6	DISPENSADOR DE PAPEL_AÇO INOX ESCOVADO DO TIPO "MEDICLINICS" OU EQUIVALENTE. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	9.00	un	70.00	630.00	630.00
7	DISPENSADOR DE SABÃO LIQUIDO_AÇO INOX DO TIPO "BOBRICK" OU EQUIVALENTE. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento	9.00	un	35.00	315.00	315.00
8	PAPELEIRA APARENTE_ AÇO INOX DO TIPO MEDICLINICS. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	9.00	un	35.00	315.00	315.00

Art.	Descrição dos trabalhos	Qty	Un	Preços		
				Unitários(€)	Parciais(€)	Totais(€)
2.8	ACESSÓRIOS					
9	PORTA PIAÇABA_ FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO TIPO "BRUM SÉRIE BAIONETA REF.: 80001027" OU EQUIVALENTE. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	9.00	un	30.00	270.00	270.00
10	PORTA-ROLOS_ FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO TIPO "PR-783 CS - MEDICLINICS" OU EQUIVALENTE. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	9.00	un	25.00	225.00	225.00
11	SIFÃO_TIPO "BRUMA ELO" OU EQUIVALENTE. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	9.00	un	60.00	540.00	540.00
12	ESPELHO ANTI HUMIDADE_ 6MM DE ESPESSURA. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	9.00	un	35.00	315.00	315.00
13	SIFÃO FLEXÍVEL_INSTALAÇÃO SANITÁRIA PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	9.00	un	60.00	540.00	540.00
14	BARRAS DE APOIO_INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PARA PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA DO TIPO "JNF" OU EQUIVALENTE, UMA FIXA E UMA MÓVEL. Fornecimento e montagem dos equipamentos, ferragens e acessórios, execução de vedações e ligações às redes de águas e esgotos quando aplicável. Limpeza final e teste de funcionamento.	7.00	cj	176.00	1 056.00	1 056.00
					TOTAL	7 374.00

Art.	Descrição dos trabalhos	Qty	Un	Preços		
				Unitários(€)	Parciais(€)	Totais(€)
2.9	SERRALHARIAS					
1	VÃOS EXTERIORES_FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CAIXILHARA DE AÇO INOX. Fornecimento e assentamento de pré-aros, aros, batentes, e todos os componentes fixos descritos no projecto. Fornecimento e aplicação e montagem de folhas e caixilhos dos vãos descritos no projecto. Fornecimento e aplicação dos acessórios necessários á estanquicidade da caixilharia. Fornecimento e aplicação das ferragens. Fornecimento e aplicação dos vidros e borracha de espera. Colocação de proteção do acabamento original dos vãos por meio de filme plástico protector.					
	VE1	8.00	un	584.00	4672.00	4672.00
	VE2	7.00	un	750.00	5250.00	5250.00
TOTAL						9 922.00

Art.	Descrição dos trabalhos	Qty	Un	Preços		
				Unitários(€)	Parciais(€)	Totais(€)
2.10	CARPINTARIAS					
1	VÃOS EXTERIORES_PREEEXISTÊNCIA_FORNECIMENTO E MONTAGEM CAIXILHARIA DE MADEIRA MACIÇA DE KAMBALA ESCURA OU EQUIVALENTE. Fornecimento e assentamento dos pré-aros, aros, guarnições, batentes e todos os componentes fixos descritos no projeto. Fornecimento e assentamento de folhas e caixilhos dos vãos, ferragens, vidros, borracha de espera. Afições. Acabamento final assim como verificação final do bom funcionamento.					
	VE3	1.00	un	830.00	830.00	830.00
	VE4	3.00	un	875.00	2625.00	2625.00
	VE5	2.00	un	1230.00	2460.00	2460.00
	VE6	5.00	un	1450.00	7250.00	7250.00
	VE7	6.00	un	1450.00	8700.00	8700.00
	VE8	6.00	un	1800.00	10800.00	10800.00
	VE9	1.00	un	1950.00	1950.00	1950.00
	VE10	3.00	un	1800.00	5400.00	5400.00
	VE11	2.00	un	1230.00	2460.00	2460.00
	VE12	2.00	un	1800.00	3600.00	3600.00
2	VÃOS INTERIORES_FORNECIMENTO E MONTAGEM DE VÃOS INTERIORES DE MADEIRA. Fornecimento e assentamento dos pré-aros, aros, guarnições, batentes e todos os componentes fixos descritos no projecto. Fornecimento e assentamento de folhas e caixilhos dos vãos, ferragens, vidros, borracha de espera. Afições. Acabamento final assim como verificação final do bom funcionamento.					
	VI 1	3.00	un	480.00	1440.00	1440.00
	VI 2	17.00	un	390.00	6630.00	6 630.00
TOTAL						54 155.00

Art.	Descrição dos trabalhos	Qty	Un	Preços		
				Unitários(€)	Parciais(€)	Totais(€)
2.11	MOBILIÁRIO					
1	MESAS_FORNECIMENTO E MONTAGEM MESAS DE MADEIRA. Fornecimento e montagem de mesas em MDF folheado a madeira tola e maciça incluindo ferragens e fixação á parede. Fornecimento e assentamento de estrutura de fixação, componentes do equipamento fixo, de todas as partes metálicas como ferragens, revestimentos e acessórios. Por último acabamento final conforme projecto e proteção das peças acabadas.	31.00	un	240.00	7 440.00	7 440.00
2	CADEIRAS_ FORNECIMENTO E MONTAGEM CADEIRAS DE MADEIRA. Fornecimento e montagem de mesas em MDF folheado a madeira tola e maciça incluindo ferragens e fixação á parede. Fornecimento e assentamento de estrutura de fixação, componentes do equipamento fixo, de todas as partes metálicas como ferragens, revestimentos e acessórios. Por último acabamento final conforme projecto e proteção das peças acabadas.	50.00	un	195.00	9 750.00	9 750.00
					TOTAL	1 7190.00
					TOTAL	940 885.00

PARTE V | MAPA DE ACABAMENTOS

ESPAÇO		SALA DE EXPOSIÇÕES	P-1 CE_01
ÁREA		81.00 m2	
ALTURA		3.00 m	
VÃOS EXISTENTES		VI 2.1 VI 2.2	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVAHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		SALA DE TRABALHO	P-1 CE_02
ÁREA		20.85 m2	
ALTURA		3.00 m	
VÃOS EXISTENTES		VE 1.1 VE 2.2	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTOS	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		IS FEM-MOB	P-1 CE_03
ÁREA		4.10 m2	
ALTURA		3.00 m	
VÃOS EXISTENTES		VI 2.3	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
PAVIMENTO	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
DIVERSOS	MATERIAL	-	
	ACABAMENTO	-	

ESPAÇO		IS MAS	P-1 CE_04
ÁREA		4.00 m2	
ALTURA		3.00 m	
VÃOS EXISTENTES		VI 2.3	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
PAVIMENTO	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
DIVERSOS	MATERIAL	-	
	ACABAMENTO	-	

ESPAÇO		HALL IS	P-1 CE_05
ÁREA		5.10 m2	
ALTURA		3.00	
VÃOS EXISTENTES		VI 2.3	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
PAVIMENTOS	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
DIVERSOS	MATERIAL	-	
	ACABAMENTO	-	

ESPAÇO		DISTRIBUIÇÃO	P-1 CE_06
ÁREA		5.43 m2	
ALTURA		3.00 m	
VÃOS EXISTENTES		VI 2.2	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		HALL PRINCIPAL	P-1 CE_07
ÁREA		23.4 m2	
ALTURA		3.00 m	
VÃOS EXISTENTES		VE 1.1	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		RECEPÇÃO	P-1 SJ_01
ÁREA		64.70 m2	
ALTURA		3.00 m	
VÃOS EXISTENTES		VE VI	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		SALA EXECUTIVO	P-1 SJ_02
ÁREA		19.85 m2	
ALTURA		3.00 m	
VÃOS EXISTENTES		VE VI	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		SALA REUNIÕES	P-1 SJ_03
ÁREA		18.90 m2	
ALTURA		3.00 m	
VÃOS EXISTENTES		VE VI	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		IS RESTRITO	P-1 SJ_04
ÁREA		4.14 m2	
ALTURA		3.00 m	
VÃOS EXISTENTES		VI 2.	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
PAVIMENTO	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
DIVERSOS	MATERIAL	-	
	ACABAMENTO	-	

ESPAÇO		IS PÚBLICO	P-1 SJ_05
ÁREA		4.14 m2	
ALTURA		3.00 m	
VÃOS EXISTENTES		VI 2.	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
PAVIMENTO	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
DIVERSOS	MATERIAL	-	
	ACABAMENTO	-	

ESPAÇO		HALL ELEVADOR	P-1 SJ_06
ÁREA		13.50 m2	
ALTURA		3.00 m	
VÃOS EXISTENTES		VE	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		HALL IS RESTRITO	P-1 SJ_07
ÁREA		3.58 m2	
ALTURA		3.00 m	
VÃOS EXISTENTES		VE VI	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		HALL IS PÚBLICO	P-1 SJ_08
ÁREA		4.00 m2	
ALTURA		3.00 m	
VÃOS EXISTENTES		VE VI	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		RECEPÇÃO	P-1 PS_01
ÁREA		220.80 m ²	
ALTURA		2.70 m	
VÃOS EXISTENTES		VE VI	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		CONSULTÓRIO	P-1 PS_02
ÁREA		17.80 m ²	
ALTURA		2.70 m	
VÃOS EXISTENTES		VE VI	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		IS	P-1 PS_03
ÁREA		4.10 m ²	
ALTURA		2.70 m	
VÃOS EXISTENTES		VI 2.	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
PAVIMENTO	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
DIVERSOS	MATERIAL	-	
	ACABAMENTO	-	

ESPAÇO		HALL	P-1 PS_04
ÁREA		7.13 m ²	
ALTURA		2.70 m	
VÃOS EXISTENTES		VE VI	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		DISTRIBUIÇÃO	P0 DIS_01
ÁREA		65.29 m ²	
ALTURA		4.00 m	
VÃOS EXISTENTES		VE	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	LINÓLIO	
	ACABAMENTO	VINILICO HOMOGÉNEO	
DIVERSOS	MATERIAL	RODAPÉ MDF	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO	

ESPAÇO		ESPAÇO DE CONVÍVIO	P0 EP_01
ÁREA		40.90 m2	
ALTURA		3.50 m	
VÃOS EXISTENTES		VE VI	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		IS	P0 EP_02
ÁREA		3.78 m2	
ALTURA		3.00 m	
VÃOS EXISTENTES		VI 2.	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
PAVIMENTO	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
DIVERSOS	MATERIAL	-	
	ACABAMENTO	-	

ESPAÇO		HALL	P0 EP_03
ÁREA		12.00 m2	
ALTURA		3.50 m	
VÃOS EXISTENTES		VE VI	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		ESPAÇO LEITURA	P0 EG_01
ÁREA		52.20 m2	
ALTURA		3.50 m	
VÃOS EXISTENTES		VE VI	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		ESPAÇO AUDIOVISUAL	P0 EG_02
ÁREA		52.50 m2	
ALTURA		3.50 m	
VÃOS EXISTENTES		VE VI	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		IS FEM+MOB	P0 EG_03
ÁREA		3.92 m2	
ALTURA		2.60 m	
VÃOS EXISTENTES		VI 2.	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
PAVIMENTO	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
DIVERSOS	MATERIAL	-	
	ACABAMENTO	-	

ESPAÇO		IS MAS	P0 EG_04
ÁREA		3.17 m2	
ALTURA		2.60 m	
VÃOS EXISTENTES		VI 2.	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
PAVIMENTO	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
DIVERSOS	MATERIAL	-	
	ACABAMENTO	-	

ESPAÇO		HALL NORTE	P0 EG_05
ÁREA		19.17 m2	
ALTURA		2.60 m	
VÃOS EXISTENTES		VE VI	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA EXCEPTUANDO PAREDE SUL COM MADEIRA DE CARVALHO	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		HALL SUL	P0 EG_06
ÁREA		14.16 m2	
ALTURA		3.50 m	
VÃOS EXISTENTES		VE VI	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA EXCEPTUANDO PAREDE NORTE COM MADEIRA DE CARVALHO	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		ESPAÇO TRABALHO	P1 EG_07
ÁREA		54.17 m2	
ALTURA		3.50 m	
VÃOS EXISTENTES		VE VI	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		ESPAÇO REUNIÃO	P1 EG_08
ÁREA		54.17 m2	
ALTURA		3.50 m	
VÃOS EXISTENTES		VE VI	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		IS	P1 EG_09
ÁREA		3.92 m2	
ALTURA		3.50 m	
VÃOS EXISTENTES		VI 2.	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
PAVIMENTO	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
DIVERSOS	MATERIAL	-	
	ACABAMENTO	-	

ESPAÇO		HALL SUL	P1 EG_10
ÁREA		19.76 m2	
ALTURA		3.50 m	
VÃOS EXISTENTES		VE VI	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	SOALHO DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	LAMBRIM DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	EMBUTIDO ENVERNIZADO (1.70m altura)	

ESPAÇO		HALL IS	P1 EG_11
ÁREA		7.40 m2	
ALTURA		3.50 m	
VÃOS EXISTENTES		VI 2.	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO HIDRÓFUGO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
PAVIMENTO	MATERIAL	GRANITO PRETO	
	ACABAMENTO	POLIDO	
DIVERSOS	MATERIAL	-	
	ACABAMENTO	-	

ESPAÇO		DISTRIBUIÇÃO VERTICAL	P1 EG_12
ÁREA		14.80 m ²	
ALTURA		7.30 m	
VÃOS EXISTENTES		VE	
TETO	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO MICROPERFURADO	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAREDES	MATERIAL	PLACAS GESSO CARTONADO LISO (X2)	
	ACABAMENTO	TINTA PLÁSTICA BRANCA	
PAVIMENTO	MATERIAL	DEGRAUS DE MADEIRA DE CARVALHO	
	ACABAMENTO	ENVERNIZADO	
DIVERSOS	MATERIAL	-	
	ACABAMENTO	-	